

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O movimento estudantil paranaense e a proposta de reforma
universitária: da gênese ao golpe civil-militar**

Ana Karine Braggio

**MARINGÁ
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O movimento estudantil paranaense e a proposta de reforma
universitária: da gênese ao golpe civil-militar**

Tese apresentada por Ana Karine Braggio, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:

Prof. Dr.: Mário Luiz Neves de Azevedo

MARINGÁ
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste

B798 Braggio, Ana Karine
m

O movimento estudantil paranaense e a gênese da reforma universitária: da gênese ao golpe civil-militar. / Ana Karine Braggio.— Maringá, PR: UEM, 2017.

258 f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá.
Bibliografia.

1. Movimento estudantil. 2. Reforma Universitária. 3. União Paranaense dos Estudantes. 4. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). I. Universidade Estadual de Maringá. II. Título.

CDD 21.ed. 371.81



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO

1. **Nome do(a) Aluno(a):** ANA KARINE BRAGGIO.
2. **Área de Concentração:** EDUCAÇÃO.
3. **Título da Tese:** O MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE E A PROPOSTA DE REFORMA UNIVERSITÁRIA: DA GÊNESE AO GOLPE CIVIL-MILITAR.
4. **BANCA DA DEFESA PÚBLICA DE TESE:**
Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo – Orientador – UEM;
Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti – UNICAMP;
Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Pinto de Almeida – UNOESC (Web-Conferência);
Prof. Dr. Antônio Ozai da Silva – UEM;
Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori – UEM.
5. **Data:** 03/07/2017.
Horário: 09h00.
Local: Bloco I-12, Sala 15.
6. **Resultado:** APROVADO(A)
 REPROVADO(A)
7. **Observações:** A banca destaca a importância, relevância e pertinência de temas e, com as devidas adaptações, recomenda a publicação na forma de artigos e/ou livros.

Maringá-PR, 03 de Julho de 2017.

Assinatura da Banca:

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -

Mário Azevedo
Marcelo Siqueira Ridenti
P/ Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Antônio Ozai da Silva
Ângelo Priori

“Os estudantes estão como crianças quando ganham uma boneca e não sossegam enquanto não lhe arrancam os braços e as pernas do lugar” (comentário do reitor Flávio Suplicy de Lacerda sobre o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, 1962).

“Ao contrário, magnífico reitor, as pernas e os braços é que estão fora do lugar e nós queremos colocá-los nos devidos lugares” (acadêmica Raquel Felau, 1962).

BRAGGIO, Ana Karine. **O movimento estudantil paranaense e a proposta de reforma universitária: da gênese ao golpe civil-militar.** (257 f.). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2017.

RESUMO

O tema desta pesquisa é o movimento estudantil, principalmente do estado do Paraná, e a reforma universitária. A luta pela reforma universitária, incitada pelos estudantes, a nível nacional e estadual, teve maior impacto no final da década de 1950 e durante a década de 1960, quando a teorização e as mobilizações entraram na dinâmica de contestação do capitalismo, questionando os valores sócio-culturais e econômico-políticos pré-estabelecidos. Porém, as reivindicações pela reforma universitária não foram acontecimentos que germinaram nesse período, inclusive, precedem à instalação da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Desse modo, o objetivo desta pesquisa é compreender que a politização das entidades estudantis e as relações históricas estabelecidas estão diretamente relacionadas com a necessidade de reformar a universidade. O período histórico, ora abordado, inicia-se com a gênese da reforma universitária brasileira e do movimento estudantil brasileiro, que foram influenciados por um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelo impacto que o *Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba* teve durante a década de 1920, nos países da América Latina. Para tanto, apresentam-se alguns documentos inéditos e outros pouco abordados em pesquisas sobre o movimento estudantil e a reforma universitária, como o *Manifiesto Pró-Reforma Universitária*, produzido pelo *Comitê pró-reforma universitária*, no Rio de Janeiro, em 1928; o *Manifiesto aos Estudantes Brasileiros*, produzido pelo *Comitê pró-universidade democrática*, no ano de 1929, com intuito de introduzir a proposta de reforma universitária no programa *Aliança Liberal* de Getúlio Vargas. Do ano de 1938 apresenta-se o *Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira*, aprovado durante o *II Congresso Nacional dos Estudantes*, sendo o mesmo documento que sugere a criação da UNE, a qual, por sua vez, na década de 1940, é incumbida pelo governo federal de organizar o movimento estudantil nacional em diretórios acadêmicos e em federações estaduais, reconhecendo, em 1942, a UPE como sua entidade filiada. No final da década de 1940, a UPE já congregava praticamente todos os estudantes universitários do estado e adentrou a década de 1950 tendo participação importante na *Campanha pela Federalização da Universidade do Paraná*, marcando um avanço na conscientização da importância de luta do movimento para o ensino superior. Porém, a politização do movimento estudantil não foi demarcada somente por avanços. Desse modo, apresenta-se o desenvolvimento da politização do movimento estudantil paranaense com base em reconstrução da história da UPE, até então desconhecida, demonstrando como essa instituição adquiriu consciência autônoma, em alguns momentos, iniciando reivindicações a nível nacional, como a *Greve do 1/3*, do ano de 1962, e produzindo contribuições para a reforma universitária, como manifestos, jornais, panfletos e apresentações teatrais. Foco maior é dado aos anos iniciais da década de 1960, que precedem o golpe civil-militar, visto o desenvolvimento e a intensidade das práticas políticas, sociais e culturais do movimento estudantil estadual e nacional, perante a reforma universitária. Concluindo-se que a reforma universitária foi a maior e mais duradoura bandeira de luta levantada pelos estudantes.

Palavras-chave: movimento estudantil; reforma universitária; União Paranaense de Estudantes (UPE); Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR).

BRAGGIO, Ana Karine. **The student movement of Paraná and the proposal of university reform: from genesis to the civil-military coup.** (257 f.). Thesis (Doctorate in Education) - State University of Maringá. Advisor: Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2017.

ABSTRACT

The subject of the research is the student movement, mainly in the state of Parana, as well the university reform. The struggle for the university reform was incited by the national and state level students and its biggest impact has happened in the late of '50s and during the whole '60s, when the theorization and mobilization was incorporated in the capitalism dynamic of constatation, questioning the socio-cultural and economic-politics already established. Anyway the university reform claims were not events that got started in this period, it is before the beginning of the Paranaense Students Union (UPE) and National Students Union (UNE). This way, the purpose of this research is to show how the politization of the students entities are directly connected with the needs of change the university. The historical period wich has taken begins with the genesis of the brazilian university reform and the brazilian students movements and these events were seriously influenced by a Federal University of Rio de Janeiro professor and the by the deep impact induced by the *Manifesto of the Federation University of Cordoba*. For this, this work going to show up some unpublished and some few-used documents in student movement and university reform, as the *Manifesto Pró-Reforma*, wich was produced by the *Comite pro univervisidade democratica* in 1929, trying to introduce the university reform proposal in the Getulio Vargas' *Aliança Liberal* program. In 1938 the previously approved Brazilian Educational Reform suggestion plan was shown and this document suggest the creation of the UNE as well and the national government had nominated the UNE to organize the whole national student movement in academic directories and state federations. The UPE had reconized as UNE affiliated in 1942. In the late of 40s the UPE had gotten the majority the university students of the state and it had begun the 50's with a important participation in the *University of Parana federalization campaign*, setting up and advance for the university students. Although the politization of the student movements did not face only advances. This way it shows up the Paraná's student movement politization development throught the UPE's history reconstruction, utterly unknown until this point, demonstrating how this institution had gotten self conscience and had started claims in national level, as the *1/3 strike* of 1962 year besides of contributing to the univesity reform with manifestos, papers, folders and theatrical presentations. All of these have focused in the first years of the 60's before the civil-military coupe, since the state and national student movement political, social and cultural practices development and intensity. It was conclunding that the university reform was the biggest and more enduring struggle flag raised by the students.

Keywords: Student movement; university reform; Paranaense Students Union (UPE); Department of Political and Social Order of Paraná (DOPS/PR).

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. O CONTEXTO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA | 25 |
| 1.1. A gênese da reforma universitária brasileira | 26 |
| 1.2. A situação do ensino brasileiro na década de 1960 | 46 |
| 2. A PROPOSTA DE REFORMA UNIVERSITÁRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL | 65 |
| 2.1 Desenvolvimento da Reforma Universitária do movimento estudantil nacional | 66 |
| 2.2 O I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior com foco na participação estudantil paranaense | 94 |
| 3. O DESENVOLVIMENTO DA POLITIZAÇÃO DA UPE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA | 102 |
| 3.1 Antes da UPE..... | 104 |
| 3.2 Instalação da UPE: estudantes paranaenses a serviço da UNE | 106 |
| 3.3 Primeira fase progressista da UPE | 109 |
| 3.4 O interregno progressista | 112 |
| 3.5 Recuperação da fase progressista e início dos debates sobre a Reforma Universitária..... | 117 |
| 3.6 Politização em alta, porém, Reforma Universitária de escanteio | 125 |
| 3.7 Voltando a falar sobre Reforma Universitária | 130 |
| 4 A REFORMA UNIVERSITÁRIA COMO OBJETIVO SUPREMO DA DÉCADA DE 1960 | 137 |
| 4.1 O contexto político do início da década de 1960 | 138 |
| 4.2 Agora vai! A Reforma Universitária é a principal reivindicação de luta | 150 |
| 4.3 Pausa na Reforma Universitária para abordar a <i>Campanha da Legalidade</i> | 155 |
| 4.4 Fase da ascensão católica e retorno ao tema da Reforma Universitária | 158 |
| 4.5 A bandeira do $\frac{1}{3}$: Tática de Luta pela Reforma Universitária | 166 |
| 4.6 Reforma Universitária: objetivo supremo | 173 |
| 4.6 O golpe civil-militar | 183 |
| CONCLUSÃO | 187 |
| REFERÊNCIAS | 192 |
| Legislativas..... | 203 |

| | |
|--|------------|
| Jornalísticas | 204 |
| APÊNDICES..... | 218 |
| Estrutura da UPE até 1964..... | 218 |
| ANEXOS – DOCUMENTAIS..... | 223 |
| Manifiesto de la F.U. de Córdoba - 1918..... | 223 |
| Pró-reforma universitária - 1928..... | 227 |
| Manifiesto aos estudantes brasileiros - 1929..... | 228 |
| Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira, aprovado pelo segundo congresso nacional de estudantes - 1938..... | 231 |
| Reforma universitária - 1952 | 235 |
| Recorte do Jornal Imprensa Popular com cronograma do I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior, de 7 a 15 de julho de 1957 | 236 |
| Manifiesto do DCE da PUC-RJ - 1961 | 237 |
| Manifiesto da UPE aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários Brasileiros | 246 |
| Nota oficial da UPE sobre Greve do 1/3..... | 248 |
| Carta de Princípios da Bancada da UPE: Apoio a todas as reformas..... | 249 |
| Mobilização para reforma universitária - 1964..... | 251 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre o movimento estudantil e a reforma universitária apresenta-se como continuação da dissertação de mestrado *O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964*, na qual analisei, principalmente a partir de documentos do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), o desenvolvimento das ações políticas, culturais e sociais do movimento estudantil paranaense, que ocorreram durante o governo presidencial de João Goulart e do governo estadual de Ney Braga¹ até o momento do golpe civil-militar² de 1º de abril de 1964. Com base nessa análise, pôde-se afirmar que o movimento estudantil paranaense teve importante atuação nas lutas reivindicatórias para os interesses da camada estudantil e também para a população, principalmente, quando buscou articular a almejada reforma universitária com as reformas de base do governo presidencial de João Goulart.

As reformas de base estavam sendo discutidas pelo Partido Trabalhista Brasileiro, desde 1958, como proposta capaz de viabilizar alterações nas esferas econômicas, sociais e políticas, garantindo a superação do subdesenvolvimento brasileiro e diminuindo as desigualdades sociais. Segundo os estudantes, a reforma universitária era indispensável para o desenvolvimento, do mesmo modo que as reformas infraestruturais eram indispensáveis para eliminar os obstáculos existentes à promoção e desenvolvimento econômico e social do país, pois, por meio da democratização da educação, seria possível formar a consciência crítica necessária à população para progredir nas suas lutas emancipatórias.

A importância das lutas desenvolvidas na década de 1960 pelos estudantes pôde ser percebida pelo simples fato do movimento estudantil ter sido alvo constante de vigilância da polícia política, que tinha a função de manter a ordem política e social, além de garantir a segurança pública baseada na *doutrina de segurança nacional*, elaborada pela Escola Superior de Guerra, a qual, por sua vez, preconizava a preocupação com a guerra subversiva ou revolucionária. Considerando que o movimento estudantil desenvolveu um ideário de transformação social, principalmente baseado na bandeira da reforma universitária, passou a ser considerado pela polícia política um foco de ameaça à hegemonia burguesa, portanto, passível de vigilância.

¹ O governo Ney Braga durou até 1965, porém, consideramos nosso recorte até o golpe civil-militar.

² Utilizamos o termo civil-militar quando nos referimos ao golpe de 1964, pois compreendemos que sua consecução não foi interesse somente dos militares, visto que eles contaram com apoio civil.

O crescimento da politização do movimento estudantil paranaense, mesmo sendo uma organização heterogênea, com ideias divergentes e diversas, fez com que o movimento definisse, nos anos iniciais da década de 1960, seu “objetivo supremo”, que, segundo os estudantes, era seu ideal comum, o da melhoria das condições universitárias, o acesso à qualidade do ensino e da estrutura docente e também da estrutura física dos estabelecimentos. As reivindicações, perante a reforma universitária da década de 1960, foram pouco prejudicadas com as mudanças do ano letivo acadêmico e com as dinâmicas de transações anuais da diretoria da UPE, visto que é característica do movimento estudantil a especificidade das reivindicações, marcadas pelo caráter interno de defesa de demandas imediatas, com falta de organicidade - devido a dificuldade de tornar ininterruptas as reivindicações, pelo fato da própria transitoriedade natural da vida estudantil expelir a possibilidade de uma sequência de ações coletivas - o que dificulta a construção de uma identidade nacional.

Quando veio à tona, durante a pesquisa de mestrado, que a maior bandeira levantada pelo movimento estudantil, na década de 1960, foi a da reforma universitária, a primeira questão considerada foi: desde quando e como o movimento estudantil nacional, bem como o paranaense, sentiram a necessidade de reformar a universidade? Para tanto, a história da entidade estudantil e da reforma universitária deveriam servir de base, porém, o primeiro obstáculo estava posto: nem mesmo a UPE conhece sua história³ e, segundo Gramsci, não é possível sair do caos e ser elemento de ordem sem conhecer a própria história e a sucessão dos esforços realizados, que conduzem o processo de criação da civilização.

Apesar do impacto que a reforma universitária teve a nível nacional e estadual, durante a década de 1960, as reivindicações pela reforma universitária não foram acontecimentos que germinaram nesse período; inclusive, essas reivindicações realizadas por movimentos estudantis precedem à instalação da UPE e da UNE. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é demonstrar que a politização das entidades estudantis está diretamente relacionada com a necessidade de reformar a universidade. O período histórico abordado na tese inicia-se com a gênese da reforma universitária brasileira e do movimento estudantil brasileiro, que foram influenciados pelo professor Bruno Lobo da Universidade Federal do

³ Entrou-se em contato com o presidente da UPE (gestão 2011-2013) questionando a existência de um histórico desta, que no mínimo abrangesse os nomes dos líderes do início da década de 1960, porém, a entidade nada possuía deste período ou de período anterior, nem mesmo atas de reuniões.

Rio de Janeiro e pelo impacto que o *Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba* teve, durante a década de 1920, nos países da América Latina.

Ao buscar pelo primeiro indício de reivindicação do movimento estudantil pela reforma universitária, com base na hemeroteca digital⁴, notou-se a possibilidade de reconstruir, por meio dos periódicos, a história e as principais ações do movimento e seu projeto de reforma universitária, principalmente do paranaense - que nada possui publicado.

A pesquisa pela hemeroteca deu-se com base em sistema de busca, disponível no site da biblioteca nacional, no qual é possível refinar a pesquisa, por meio do período a ser encontrado, do local de publicação, dos nomes dos periódicos e das palavras-chave. Desse modo, à medida que a pesquisa avançava, nossos indícios históricos surgiam, bem como novas possibilidades de encontrar mais *peças* para montar o *quebra-cabeça* da história do movimento estudantil e da reforma universitária.

Da década de 1920, por exemplo, a pesquisa remeteu-se ao *Comitê pró-universidade democrática* e suas possíveis outras nomenclaturas, como *comitê pró-democracia universitária* e *comitê pró-reforma universitária*, além da busca específica por reforma universitária, movimento estudantil e estudantes universitários, em todos os periódicos do Brasil. Entre as mais de 80 ocorrências, somente três foram publicadas em periódicos paranaenses e citavam acontecimentos internacionais.

O movimento estudantil paranaense só apresentou os primeiros indícios históricos no final da década de 1930, apesar da União Paranaense dos Estudantes ter sido criada em 1939; nenhum dos indícios remetiam a esta entidade, mas à *União universitária democrática de combate aos extremismos*. Na década seguinte, a UPE apareceu nas pesquisas, apontando mais de 80 ocorrências; certamente, o avanço quantitativo dos dados demonstrava que a entidade estava crescendo, mas, em comparação com a entidade máxima (UNE), ainda era um crescimento irrisório, visto que a UNE apresentava no mesmo período mais de 3.200 ocorrências.

Na década de 1950, a UPE teve demonstrativo quantitativo com mais de 400 ocorrências, porém, a reforma universitária não acompanhou esse avanço. Mas, por que a

⁴ O uso inicial desse acervo deu-se após pedido dirigido ao professor Luiz Antônio Cunha, para saber se o mesmo possuía cópia do *Manifiesto aos estudantes brasileiros*, publicado em 1929, visto que o mesmo foi o único a citar a existência deste documento em seu livro *A Universidade Crítica* (1989, p.212). Cunha alegou que não teve contato com o mesmo e que sabia da existência de tal documento devido informações obtidas em entrevistas na época da pesquisa e comentou que o manifesto havia sido publicado pela imprensa local. Então, a busca pelo manifesto, que supostamente teria sido o primeiro documento dos estudantes brasileiros sobre a reforma universitária, aconteceu pela hemeroteca. Com base nos dados da hemeroteca, descobriu-se um documento pró-reforma universitária de um ano antes.

reforma universitária, que teve desenvolvimento demarcado no final da década de 1950, pouco apresentou ocorrências? Pois a nomenclatura mais usual da época não foi *reforma universitária*, e sim, *reforma do ensino superior*, a qual exibiu maiores índices de ocorrências. Já na década de 1960, a *reforma universitária* foi o conceito que mais apresentou ocorrências, ultrapassando a quantia de cinco mil. No quesito qualitativo, a hemeroteca possibilitou acesso a documentos historicamente importantes, alguns apresentados em anexo, como o *Manifesto pró-reforma universitária*, de 1928, o *Manifesto aos estudantes brasileiros*, de 1929, o *Plano de Sugestões para uma reforma educacional brasileira*, de 1938, o *manifesto da reforma universitária*, de 1952, o *manifesto do DCE da PUC-RJ*, entre outros.

Além da procura desse histórico do movimento estudantil e de sua proposta de reforma universitária, buscou-se analisar quais foram as manifestações diretas e indiretas que os estudantes realizaram em prol da democratização do ensino, como idealizavam a universidade por meio da reforma e como se organizaram para lutar por esse ideal. Compreender as relações complexas, internas e externas ao objeto exigiu uma aproximação entre diferentes contextos, pois não existem fontes restritas, capazes de explicar por si só a linha interna do problema de pesquisa.

Como disserta Ragazzini (2011), a história da educação se faz mais por um conjunto de fontes provenientes da história legislativa, executiva e judiciária, da administração pública, da economia, do governo e dos partidos políticos, do que especificamente da história da educação. Por exemplo, um manifesto sobre a necessidade da reforma universitária, produzido pela UPE, não é capaz de explicar todo o contexto histórico geral da época, a crise na qual o governo Goulart se encontrava, a posição do governo paranaense em meio a ela e nem as manifestações culturais e populares que estavam mais acentuadas. Nem mesmo o contrário é possível; um documento governamental é incapaz de explicar qual era a proposta da reforma universitária, defendida pela UPE. Por isso, as fontes são analisadas como um complexo estratificado de camadas, ou seja, como uma composição de vários níveis de relações que se correlacionam (RAGAZZINI, 2011).

Apesar do foco do trabalho ser o movimento estudantil paranaense e sua relação com a reforma universitária, compreende-se, assim como Cury (1992), que a totalidade é um processo dialético, que se dá a partir das relações de produção e de suas contradições, não podendo ser entendida como soma das partes, pois ela não se faz em uma harmonia simples e acabada. A essa mesma questão, Gramsci se refere, quando diz,

[...] não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado (GRAMSCI, 1991, p.40).

Isso implica dizer que, para atingir a totalidade, é preciso compreender a “história das relações”. As relações sociais, por sua vez, são criadas a partir das relações de produção. No caso dessa pesquisa, consideram-se as relações de produção capitalista, nas quais, impreterivelmente, existem classes dominantes e classes dominadas, além da contradição entre ambas, que “[...] expressa uma relação de conflito no devir do real” (CURY, 1992, p.30). As reivindicações do homem na sociedade capitalista, tais como as reivindicações do movimento estudantil paranaense, foram reflexo da contradição e da tensão entre os contrários.

Fato é que as classes dominantes estiveram (e ainda estão) com a posse de códigos e instrumentos de manipulação, que efetivam a adesão das classes dominadas à sua concepção do mundo. Porém, quando o homem adquire consciência de si, das suas relações com outros homens e com a natureza, a sua concepção de mundo passa a ser crítica, coerente e homogênea, desvinculando-se da hegemonia dominante (GRAMSCI, 1991). Assim, foi o caso do movimento estudantil, o qual, ao questionar os valores econômico-sociais⁵ e ético-políticos⁶ pré-estabelecidos, entrou na dinâmica de contestação do capitalismo.

Para o movimento estudantil, o homem poderia desvincular-se do liberalismo econômico anti-humano e necessariamente antidemocrático, o qual lhe foi imposto pela adesão política, econômica e ideológica do país ao capital exterior, que contribuiu para mantê-lo na posição de subdesenvolvido. Apesar das reivindicações terem sido aparentemente frustradas com a instauração do golpe civil-militar, esse deu sinais da

⁵ Para esclarecimento, é conveniente destacar que o termo econômico-social é utilizado por Gramsci, ao explicar que o econômico engloba, além da produção material, as relações sociais, que são criadas a partir da relação de produção (SCHLESENER, 2001). É a proposição de que os “[...] homens tornam-se conscientes (do conflito entre as forças materiais de produção) sobre o terreno ideológico das formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas. Mas esta consciência é limitada ao conflito entre as forças materiais de produção e as relações de produção [...]” (GRAMSCI, 1991, p.58).

⁶ O termo ético-político, também usado por Gramsci, aponta a relação estreita entre política e cultura, na qual, as ações políticas, bem como as ações do Estado, requerem certo nível de homogeneidade com a filosofia que define a cultura (SCHLESENER, 2001, p.17). Como Gramsci assevera, não é possível separar força material de ideologia, “[...] já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1991, p.63).

decadência da hegemonia burguesa com base no consenso, assim, teve-se o aumento do uso da coerção para assegurar e reinventar as novas ordens capitalistas. Como teorizou Gramsci, esse poder da elite era (e é) comandado pela sociedade política, seus aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, legitimado por meio da direção intelectual e moral que a sociedade civil forma e conserva, com suas instituições divulgadoras e disseminadoras da ideologia hegemônica; porém, essa combinação de domínio e direção não garante controle sobre toda a sociedade, podendo haver conflitos, contradições e divergências contra a hegemonia, que requerem o uso da força e da repressão (SCHLESENER, 2001).

O novo mecanismo de coerção adotado pela sociedade política foi a criação da polícia, especializada em crimes políticos, chamada polícia política, a qual “[...] designa uma modalidade especial da polícia responsável por desempenhar uma função preventiva e repressiva no país, para fins de coibir reações políticas adversas à ordem estabelecida pelo governo em vigência” (XAVIER, 1996, p.32). Como expôs Motta:

[...] é o setor responsável pela segurança do Estado e a manutenção da ordem; sua existência é justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva é zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho de Estado (MOTTA, s.d., p.55).

Assim, a existência da polícia política, justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, foi usada efetivamente para proteger os ocupantes do aparelho do Estado, ou seja, servia como um departamento aceito pela sociedade civil para controlar e reprimir os inimigos da ordem pré-estabelecida sob forma de lei; por exemplo, quando o movimento estudantil realizava uma passeata ou até mesmo o tradicional desfile do trote, estava naturalizada a necessidade de pedir permissão por escrito ao delegado de polícia⁷.

Convém observar que, no período anterior ao golpe, não havia um sistema de polícia federal, ficando ao encargo de cada estado criar mecanismos para controle interno, porém, todos os governos estaduais estavam alinhados à ideologia da Segurança Nacional, cuja origem remonta ao século XIX, quando esteve vinculado com as teorias geopolíticas, o antimarxismo e as tendências conservadoras da Igreja (ALVES, 2005). Tendo por base a mesma ideologia, as polícias políticas estaduais tinham ações semelhantes, já que todos os

⁷ O pedido mais antigo de liberação de passeata estudantil encontrado no Acervo da DOPS/PR é datado de 1953.

estados possuíam em comum o mesmo inimigo interno, que estava historicamente sendo construído. O contexto que se estruturava a nível internacional, com a guerra fria, aguçou a preocupação com esse inimigo, o que conduziu à preocupação com a ideia da guerra revolucionária, como diz Alves,

Com o advento da guerra fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram-se à ideologia da segurança nacional na América Latina. A forma específica por ela assumida na região enfatizava a “segurança interna”, face à ameaça de “ação indireta” do comunismo. Desse modo, enquanto os teóricos americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e a estratégia nuclear, e os franceses (envolvidos na Guerra da Argélia) concentravam suas atenções na guerra limitada como resposta à ameaça comunista, os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária [...] (ALVES, 2005, p.39-40).

Assim, houve a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional⁸ pela Escola Superior de Guerra, criada em 1949, para responder a essa necessidade. Segundo essa doutrina, quaisquer elementos que pudessem criar obstáculos à política nacional seriam considerados inimigos do Estado⁹.

Considerando que o Brasil aderiu aos interesses dos Estados Unidos da América, por questões principalmente geopolíticas, no período da guerra fria, quando o mundo encontrava-se bipolar entre a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) - que buscava garantir o “mundo livre”, combatendo o comunismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) -, o inimigo da Segurança Nacional poderia ser qualquer grupo ou indivíduo que manifestasse uma aproximação com a esquerda, de forma apenas simpatizante ou extremista, não necessitando haver um confronto armado para então agir, pois a guerra fria nada mais era do que uma guerra permanente, que se travou em todos os planos: militar, político, econômico e psicológico (COMBLIN, 1980). Assim,

⁸ A base da *Doutrina de Segurança Nacional* está datada em 1947, quando o governo dos EUA interpretou a política soviética, ou seja, o comunismo russo, como uma repetição do nazismo, por ser conquistador e expansionista como este, e visar à conquista do mundo, sendo então entendida como uma nova forma de guerra: a guerra fria (COMBLIN, 1980).

⁹ Os inimigos do Estado poderiam ser caracterizados em três níveis: óbices, antagonismos e pressões: “Óbices são obstáculos que se antepõem aos esforços da Comunidade Nacional para alcançar e/ou manter os Objetivos Nacionais’. Quando tais obstáculos tomam uma forma de contestação a atos ou ideias que visam à realização dos Objetivos Nacionais, imprimindo à sua manifestação uma atitude deliberadamente impeditiva, passam a denominar-se Antagonismos. [...] Se o antagonismo dispuser de poder, capaz de contrariar, por meio de violência, de coação, ou de outros meios, o interesse do Estado em alcançar um ou mais Objetivos Nacionais, gera uma Pressão. As pressões podem manifestar-se de forma direta ou indireta, apresentar uma característica formal ou latente e significar um perigo atual ou potencial [...]” (GURGEL, 1975, p.79).

[...] em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional. A segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do comunismo. Às vezes atacam um objetivo, às vezes outro: à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional [...] (COMBLIN, 1980, p.55).

Todos os movimentos da sociedade brasileira, que estiveram posicionados em defesa do reformismo, como o movimento estudantil, da década de 1960, eram considerados em maior ou menor grau inimigos do Estado. Ao defenderem uma tendência nacionalista, estavam desrespeitando a Política Nacional de Desenvolvimento, que foi planejada e elaborada por órgãos governamentais administrativos, supostamente competentes para dirigir efetivamente a sociedade civil, estabelecendo seus “objetivos nacionais”, após interagirem entre o povo e a elite dirigente, interpretando seus interesses e aspirações, alinhados às circunstâncias externas, no caso, com a predominância da Segurança Nacional, a qual emergiu dos EUA, logo após a II Guerra Mundial (GURGEL, 1975, p.77).

Como sugestão dada em 1936 pelo Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia, que ocorreu no distrito da Guanabara, convocado pelos Chefes de Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça, foi criada, em 1937, a DOPS do Paraná¹⁰. Sua criação tinha como intuito estreitar laços entre as polícias estaduais, uniformizar e racionalizar no país meios para defender o regime instituído pelo governo de Getúlio Vargas, além de inibir a expansão de extremistas comunistas (DEAP/PR; MOTTA, s.d.).

Desde a década de 1920, quando ainda não havia sido criada a DOPS/PR, as atividades de investigação e controle social no Paraná eram feitas pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública. Na década de 1930, por sua vez, tais atividades eram de responsabilidade da Delegacia de Vigilância e Investigação e da Delegacia de Vigilância e Capturas. Houve várias agências, sob diversas denominações, com a função de controlar a ordem política e social, respondendo às concepções de segurança de cada época. Além disso, segundo Fiuza (2006), as vigilâncias políticas realizadas não se encerraram com o fim da ditadura civil-militar e ainda hoje podem estar sendo desempenhadas, pela chamada Polícia Reservada.

¹⁰ A criação da DOPS/PR está na Lei Estadual nº 177 de 15 de março de 1937.

O trabalho de controle da DOPS/PR, assim como dos demais órgãos estaduais e também federal¹¹, seguia basicamente um roteiro pré-estabelecido de investigar, censurar e depois reprimir¹². Assim, todo o trabalho funcionava sob uma base complexa de arquivamento e gerenciamento de informações, a qual foi utilizada como fonte para essa pesquisa, juntamente com os periódicos da Biblioteca Nacional, disponíveis na hemeroteca digital.

Atualmente, o acervo da DOPS/PR está alocado no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP/PR), localizado na capital paranaense; é formado por dossiês temáticos e individuais, além de fichas de identificação criminal. Segundo os assessores técnicos do DEAP/PR, do ano de 1998, o acervo possuía uma média de 55.000 fichas de identificação criminal, 3.700 dossiês individuais e 2.143 dossiês de assuntos diversos (RONCAGLIO, SZVARÇA e BOJANOSKI, 1998, p.44). Porém, no catálogo dos dossiês de assuntos diversos ou temáticos, organizado pelo DEAP/PR, a cifra é de 2.378, sem considerar que alguns possuem mais de uma pasta, por exemplo, o dossiê ‘Centro Acadêmico Hugo Simas’, sob o número 189, possui duas pastas, 189A e 189B.

Os dossiês temáticos são organizados por assunto, sendo que cada um reúne diversos tipos de fontes impressas, relativas às atividades de um grupo, instituição ou entidade. Tal sistemática também se observa nos dossiês individuais, que reúnem variadas fontes impressas, referentes a um indivíduo. Segundo Braggio e Fiuza (2013), nesses dossiês há três categorias de materiais, de acordo com sua produção. Existem materiais produzidos pela própria polícia política, nos quais se encontram documentos como relatórios, informes, ofícios expedidos e recebidos, comunicados, pedidos de busca e apreensão, radiogramas, telegramas, inquéritos, fotografias, entre outros. Também há os materiais produzidos por sujeitos ou instituições/grupos/entidades, que estavam sob vigilância, e assim foram

¹¹ O órgão federal responsável pela ordem política e social foi a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Esta foi criada pelo Decreto Nº 22.332 de 10 de janeiro de 1933 e herdou as funções da 4ª Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal. A DESPS era subordinada à Chefatura de Polícia do Distrito Federal e serviu de modelo para a criação das demais delegacias estaduais, especializadas na segurança política e social. (CPDOC, s.d.).

¹² Segundo Schmitt, com base em Roncaglio, Szvarça e Bojanoski (1998): “a) investigação: ocorria por meio de coleta de dados e vigilância preventiva daquele considerado suspeito e os dados coletados poderiam ou não fazer parte de um prontuário da instituição ou indivíduo investigado; os documentos coletados eram: radiogramas, fotografias, recortes de jornais, entre outros; b) censura: caracteriza-se no procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela quando averiguada a existência de alguma atividade que representasse subversão, era então feito controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que significasse ameaça à ordem estabelecida; c) repressão: digamos que essa seria a última instância de atuação da polícia política e que ocorria após constatado que havia atividade subversiva, sendo que as ações poderiam ser a princípio através de perseguição política até a ações de castigos físicos, caracterizados como tortura” (SCHMITT, 2011, p.87-8).

selecionados e arquivados pelos agentes da DOPS, sendo panfletos, manifestos, cartazes, flâmulas, estatutos, constituições, textos de peças teatrais, relatórios dos congressos e seminários, rascunhos, correspondências, informes e revistas. Esses documentos, muitas vezes apreendidos, serviam como provas incriminatórias para posteriores ações policiais e jurídicas. E, por último, mas não menos importante, encontram-se os documentos produzidos por terceiros, como a Imprensa, em que estão os recortes de jornais e revistas¹³.

Nas fichas de identificação criminal ou fichários individuais encontram-se informações sobre pessoas que foram detidas pela polícia, sendo, então, fichadas. Nessas fichas constam os dados pessoais e um histórico de ações consideradas criminosas. Muitas dessas ações foram registradas pelos agentes com base em informações constantes nos materiais produzidos pela polícia política, pelos sujeitos e grupos sob vigilância ou pela imprensa. Assim, o serviço de informações alimentava a ficha do indivíduo com a informação recolhida e arquivava a fonte nos dossiês temáticos ou individuais, indicando na ficha o endereço do mesmo. Por exemplo, na ficha de um estudante e advogado, chamado Otto Luiz Sponholz, no dia 07/01/1962, a polícia registrou:

Esta especializada conseguiu farto material, a onde se vê o nome do fichado, como integrante do MOVIMENTO ESTUDANTIL E ESQUERDA XX em 1962, juntamente com Julio Cesar Giovanetti Jr. e outros por ocasião da greve de 1/3. (V/P – MOV. ESTUDANTIL – CÓPIAS DE JORNAIS U.H. 1962). (Ficha individual Otto Luiz Sponholz *in* Arquivo DOPS/PR).

A informação entre parênteses é o título do dossiê, no qual estão arquivadas as cópias dos Jornais Última Hora, que cita o fichado. O “V/P”, nesse caso, significa “ver pasta”. Além disso, cabe ponderar que o conteúdo do mesmo se refere à vigilância durante o ano de 1962, um período democrático, o que denota que a polícia política agiu nas sombras, mesmo fora do contexto ditatorial.

Porém, esse acervo apresenta três inconvenientes para os pesquisadores; o primeiro é que o acervo não foi transferido para o DEAP/PR, em sua íntegra, para a Subdivisão de Informações da Polícia Civil, onde estava arquivado até o ano de 1991. Cerca de 23% do arquivo ficou sob domínio da polícia, que realizou uma triagem e alegou que ali havia

¹³ Os jornais foram muito utilizados como fonte de informações, muitas vezes, sendo o primeiro contato dos policiais com os supostos subversivos. O emprego dos jornais para obtenção de informações foi constantemente usado nas atividades de investigação, havendo em várias pastas recortes de jornais sobre temas e pessoas sob suspeita. Como define Fiuza, os jornais, “[...] serviam à polícia política como fonte de pesquisa e atualização de dados dos fichados nos DOPS” (2006, p. 155).

documentos de interesse para o combate à criminalidade (RONCAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.42). O segundo é a destruição da organização original do arquivo, primeiro, efetivada por uma equipe de estagiários, contratada pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - responsável pela identificação e organização dessa gama documental -, que criou uma organização em ordem alfabética; segundo, concretizada por uma nova equipe de estagiários, dessa vez, contratada pela Secretaria do Estado da Administração, que numerou e listou cada conjunto documental com referências aos nomes dos dossiês e números de localização interna do DEAP/PR, o que tornou difícil (praticamente impossível) compreender como era feito o armazenamento das informações pela própria polícia, que acontecia por um código alfa numérico.

O último é a desorganização temporal e temática em que se encontram os documentos nos dossiês, visto que há documentos fora de ordem e em pastas trocadas; por exemplo, no dossiê número 2308, intitulado *União Nacional dos Estudantes*, encontram-se documentos da União Paranaense dos Estudantes, da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas e do Diretório Nacional Estudantil - este último foi um órgão criado pelo governo militar para substituir a UNE - o que demonstra certa falta de conhecimento dos arquivistas sobre a organização estudantil. Essas questões prejudicam o trabalho dos pesquisadores e fazem com que certos documentos, talvez imprescindíveis para o trabalho, passem despercebidos. Apesar desses inconvenientes e de ter obtido uma nova organização arquivística, fato que dificulta a visão mais pormenorizada do *modus operandi* da polícia, tal material é, sem dúvida, uma fonte diferenciada para análise de diversas temáticas de estudo da história da educação brasileira.

A primeira varredura feita no Acervo da DOPS/PR para desenvolver essa pesquisa foi a partir dos títulos dos dossiês, separando os que remetem à história da educação. Assim, buscou-se por palavras relacionadas a estudantes, professores, acadêmicos, escolas, universidades, faculdades, colégios, ensino, entre outras. No total, foram levantados 219 dossiês, porém, é importante frisar que as pastas que apresentam o mesmo número de identificação, como já citado, foram contabilizadas como sendo dois dossiês, apesar de na contagem total, ou seja, entre os 2.378 dossiês, representarem apenas um. A opção foi assim tomada após constatar que os dossiês arquivados em dois volumes e com o mesmo número de identificação são diferentes temporalmente. Além disso, é possível perceber que não houve uma preocupação dos arquivistas em estabelecer um padrão para esse tipo de material com mais de um volume. Por exemplo, há 19 dossiês sobre a *Fundação Universidade*

Estadual de Londrina (FUEL), inclusive, alguns com a mesma abrangência temporal e todos apresentam números de arquivamento diferentes, sem qualquer acréscimo de uma letra. Com isso, é possível afirmar com convicção que o número de dossiês no Acervo da DOPS/PR extrapola a cifra dos 2.378.

Após essa constatação, o segundo passo foi separar os dossiês, de acordo com sua temática, entre os níveis universitário, secundário, primário e geral (em que se colocaram os dossiês que não se enquadravam em somente um dos níveis anteriores) e entre o âmbito nacional, estadual e local. O resultado quantitativo está apresentado logo abaixo:

| TABELA 1 – Quantidades de dossiês relacionados à história da educação, selecionados por seus títulos | | | | |
|---|----------|----------|-------|--------------|
| NÍVEL/ÂMBITO | Nacional | Estadual | Local | TOTAL |
| Universitário | 33 | 62 | 58 | 153 |
| Secundário | 4 | 25 | 18 | 47 |
| Primário | 0 | 0 | 3 | 3 |
| Geral | 12 | 2 | 2 | 16 |
| TOTAL | 49 | 89 | 81 | 219 |

Fonte: elaborada pela autora a partir de levantamento realizado junto ao Acervo da DOPS/PR.

Como era previsto desde o início do levantamento de dados, considerando que o acervo era de uma delegacia estadual, a maior parte da documentação está relacionada a vigilâncias exercidas em âmbito estadual e local, totalizando 77,6% da documentação selecionada. Porém, nem toda a documentação foi produzida ou angariada somente pela DOPS/PR, visto que diferentes órgãos de informações, inclusive setores internos das universidades, enviavam informes e relatórios de indivíduos ou grupos/entidades/instituições considerados subversivos, bem como documentos remetidos por civis.

No caso da documentação nacional, a maioria foi produzida por órgãos de outros estados, encaminhados ao Paraná, para que a polícia política paranaense tivesse conhecimento dos casos. Por exemplo, resultavam de relatórios sobre encontros de âmbito nacional, em que eram identificados indivíduos do estado, como nos congressos realizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Não por acaso, a maior parte da documentação é referente aos estudantes, existindo 17 dossiês relacionados a UNE, seis dossiês sobre a UPE, 12 dossiês sobre a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e 41 dossiês relacionados a diversos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE), Diretórios Acadêmicos (DA) e Centros Acadêmicos (CA). Os dossiês, apresentados no nível universitário, guardam os principais documentos analisados neste trabalho, tais como os três documentos produzidos nos *Seminários Nacionais da Reforma Universitária*, promovidos pela UNE: a *Declaração da Bahia* de 1961, a *Carta do Paraná* de 1962 e a *Luta atual pela Reforma Universitária* de 1963. No ano de 1964 não houve o Seminário, mas há para analisar o *Plano de Mobilização Estudantil pela Reforma Universitária*, produzido na *1ª Reunião Ordinária da Gestão de 1963-1964 da UNE*, presidida por José Serra. Também há outros documentos importantes, como periódicos estudantis, panfletos, manifestos e relatórios. Além dos dossiês temáticos, também são mencionados os dossiês individuais e fichas criminais sobre ex-militantes, nos quais é possível encontrar fotografias, recortes de jornais e informações pessoais, sendo esses os dossiês analisados e utilizados como fontes primárias para essa pesquisa, aliados aos jornais/periódicos da época.

Desse modo, a tese está organizada em quatro partes; na primeira, aborda-se o contexto da Reforma Universitária, perpassando por sua gênese na América Latina e o contexto político educacional universitário do governo federal. Na segunda, apresenta-se qual era a proposta de Reforma Universitária do movimento estudantil nacional e em que momento, nos documentos nacionais, é possível visualizar as posições da UPE frente à proposta; essa última análise conduz para a terceira e quarta partes, em que foram analisados especificamente o movimento estudantil paranaense e sua relação com a reforma universitária. Para tanto, fez-se um levantamento de dados sobre os estudantes universitários no estado do Paraná e sobre a política educacional universitária estadual, para poder contextualizar o movimento e suas estratégias para a implementação da reforma universitária, bem como a relação que desencadeou com os trabalhadores, a fim de unir força social.

Para conduzir as ações políticas do movimento estudantil, no presente e no futuro, é necessário incentivar pesquisas sobre esse período, visto que, quando o homem adquire conhecimento sobre o seu passado, passa a existir a possibilidade de planejar mudanças futuras; além disso, quando é um anseio racional e equivalente ao desejo de outros, tem-se a força para conquistar as alterações desejáveis (GRAMSCI, 1991). Assim, existe a

possibilidade de retirar do acervo de experiências passadas o que deve ser incorporado à orientação de campanhas atuais e futuras, inclusive, incentivando o estreitamento das relações entre o movimento estudantil regional, estadual e nacional.

Porém, como apontam Oliveira e Azevedo, comparando com o movimento de Córdoba, atualmente, o movimento estudantil dedica pouca atenção às relações internas, de poder e cotidianas das universidades, não propondo novas formas de intervenção no governo das universidades, para que seja mais democrática em seu acesso e sua gestão. Acabam, pois, contribuindo com a inépcia dos professores e fazendo persistir as diversas formas de autoritarismo e exclusão no meio universitário (OLIVEIRA e AZEVEDO, 2008).

1. O CONTEXTO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Ou as universidades tornam-se centros de elaboração inovadora, com o despedaçamento da estrutura, ou permanecerão como organismos sucateados, inócuos, artificiais parasitários de onde fugiu toda a selva da opinião nacional, o que desabará às estremeções da primeira convulsão social.

(MENEZES, *et. al.*, in *Jornal A Manhã*, p.4, 25 set. 1929).

Movimentos estudantis reivindicando a reforma universitária não foram acontecimentos que germinaram na década de 1960, como se vê pelas palavras impactantes dos estudantes, destacadas na epígrafe de 1929. A consciência estudantil perante a necessidade de reformar, melhor dizendo, defender a fundação de instituições universitárias, iniciou seu processo de desenvolvimento no Brasil no ano de 1928. Importante frisar que, naquele momento, ainda não havia se concretizado uma instituição com moldes universitários; o que existiam eram faculdades isoladas de ensino superior, assim, apesar da utilização do termo reforma, o que realmente se defendia era a transformação dos institutos de ensino superior em instituições universitárias.

Com intuito de apresentar a gênese da reforma universitária no Brasil e o porquê de que, só na década de 1960, o movimento estudantil e o ideário da reforma universitária adquiriram força nas suas reivindicações, esse capítulo está organizado em dois tópicos.

O primeiro apresenta a gênese da reforma universitária no Brasil, que está relacionada com a gênese do movimento estudantil brasileiro e vice-versa. Ambos influenciados pelo movimento estudantil cordobês, pelo manifesto da Universidade de Córdoba, tido como a gênese da reforma universitária latino-americana e também pelo professor da antiga Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada Universidade do Brasil, Bruno Lobo. Esse, durante os debates e discussões existentes no final da década de 1920, sobre as funções sociais e políticas atribuíveis à instituição universitária, reivindicava participação estudantil na diretoria dos institutos superiores, influenciando os estudantes a se mobilizar. A primeira mobilização estudantil ocorreu em 1928, criou o Comitê Pró-Reforma Universitária e publicou o *Manifesto Pró-Reforma Universitária*. Nas bibliografias sobre o assunto não há citações sobre esse comitê e esse manifesto, provavelmente, pelo fato

de, no ano seguinte, ele já ter sido considerado uma derrota. É importante compreender que, naquele momento, a estrutura organizativa do movimento estudantil estava em formação, sendo que o número de estudantes universitários era reduzido e concentrado nas principais capitais, assim como as instituições superiores.

O segundo tópico apresenta os aspectos básicos do contexto da educação brasileira da década de 1960, principalmente no nível superior. Porém, atentar-se para os outros níveis, primário e secundário, é imprescindível para compreender o afinamento existente na educação brasileira, acarretada pela ordem social, econômica e financeira. O movimento estudantil defendia um ensino democrático, crítico e transformador da realidade social, cultural e econômica, não só para o nível universitário, mas para todos os níveis, indispensável para o progresso social e o crescimento econômico. Para auxiliar essa contextualização, optou-se por utilizar dados estatísticos como recurso interpretativo. Com base nesses dados quantitativos, foi possível diagnosticar o desenvolvimento do sistema educacional e apresentar a situação em que se encontrava, durante a década de 1960.

1.1. A gênese da reforma universitária brasileira

No Brasil, o ideário da reforma universitária adquiriu força na década de 1960, principalmente após as lideranças da UNE organizarem e participarem do *1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior*¹⁴, que aconteceu em maio de 1960, quando, em contato com a realidade dos estudantes universitários de outros países, estudaram o *Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba* e sua difusão aos países latino-americanos. Segundo o diretor de relações internacionais da UNE, Mateus Fiorentini, o Manifesto de Córdoba é o primeiro indício de uma grande e forte luta a favor da pesquisa e extensão universitária, da liberdade de cátedra e da universidade com teor popular (UNE, 2012). Assim, de acordo com a UNE, com a enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe (2006) e com autores como Trindade (2011), Freitas Neto (2011), Silva (2007), Mariátegui (2007), Costa (2005), Cao (s.d.) e Troncoso (2004), a gênese da reforma universitária latino-americana está nas reivindicações dos estudantes

¹⁴ O *1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior* aconteceu em maio de 1960, em Salvador, na Bahia. O conclave reuniu representantes de 13 países do Hemisfério, além de dirigentes da União Internacional dos Estudantes e da Secretaria Coordenadora das Uniões Nacionais dos Estudantes (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 29 maio 1960, p.4).

argentinos, de onde germinou uma nova geração estudantil, que influenciou os movimentos estudantis dos países da América Latina, inclusive o Brasil.

Publicado em 1918, por estudantes da cidade de Córdoba, o manifesto causou impacto nas universidades da Argentina. Nas décadas de 1920 a 1940, a reforma estudantil se expandiu para as universidades do Chile, Peru, México, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Colômbia, Cuba, entre outras, apresentando características semelhantes em todas elas (TRINDADE, 2011; CAO, s.d.). Como expõe Mariátegui:

[...] a aspiração da reforma se apresenta, com idênticos caracteres, em todas as universidades latino-americanas. Os estudantes de toda América Latina, ainda que movidos a lutar em protestos específicos de sua própria vida, parecem falar a mesma linguagem (MARIÁTEGUI, 2007, p.101, tradução nossa¹⁵).

Naquele momento, o ideário da reforma atingiu o Brasil de modo limitado, fragmentado e esparso, pois ainda não havia uma organização estudantil nacional e as poucas organizações de ensino superior que existiam eram regionais e específicas, refletindo a política educacional do país de descentralização. Enquanto as universidades hispano-americanas existiam há mais de quatro séculos, as universidades luso-americanas estavam em processo embrionário¹⁶. Na Primeira República Brasileira (1889-1930), surgiram instituições de ensino superior, como a Universidade de Manaus, em 1909, a de São Paulo, em 1911, e a do Paraná, em 1912, porém, todas livres, ou seja, em caráter de desoficialização, fazendo o Governo Federal isento de quaisquer responsabilidades sobre elas. A primeira instituição oficial foi a Universidade do Rio de Janeiro, que reuniu a Escola Politécnica, a de Medicina e uma Faculdade Livre de Direito, em 1920, sendo instituições agregadas e não integradas. A universidade brasileira, apesar dos diversos debates existentes na época sobre seu real conceito e designação, não chegou a ser concretizada nos anos 1920, na esfera federal, e tão pouco na estadual¹⁷ (FÁVERO, 2006).

¹⁵ Citação original: “[...] el anhelo de la reforma se presenta, con idénticos caracteres, en todas las universidades latinoamericanas. Los estudiantes de toda la América Latina, aunque movidos a la lucha por protestas peculiares de su propia vida, parecen hablar el mismo lenguaje” (MARIÁTEGUI, 2007, p.101).

¹⁶ A Espanha tinha a política de implantar universidades dentro das colônias para suprir a demanda de cargos burocráticos administrativos.

¹⁷ Nos anos 1920, os debates sobre o conceito de universidade, sua concepção, funções, autonomia e modelo a ser adotado foram de responsabilidade da Associação Brasileira de Educação e da Academia Brasileira de Ciências. Na 1ª Conferência Nacional de Educação, que se realizou em Curitiba, em 1927, essas questões foram motivos de discussões, apesar de não haver um conceito unívoco; uma universidade, para ser digna dessa denominação, deveria introduzir a pesquisa como núcleo de sua instituição (FÁVERO, 2006).

Por isso, o impacto do Manifesto de Córdoba no Brasil foi mínimo ao ser comparado com outros países. Mas não se pode dizer que o movimento estudantil argentino passou despercebido, pois o estágio de organização alcançado por ele impressionou os estudantes brasileiros, que se inspiraram para lutar pela fundação de instituições universitárias, desde o final da década de 1920; criaram, em 1938, a UNE, sua entidade máxima de representação estudantil, com caráter amplo, nacional e permanente, e, nos anos de 1960, conseguiram articular força social na defesa de suas reivindicações sobre a reforma universitária. Nesse percurso, sempre retomaram o Manifesto de Córdoba¹⁸, em alguns momentos, de modo explícito, em outros, nas entrelinhas.

O primeiro indício da movimentação dos estudantes brasileiros na reivindicação por uma universidade democrática apareceu dez anos depois da publicação do Manifesto de Córdoba. Estudantes brasileiros, em agosto de 1928, seguindo o exemplo praticado pelos estudantes argentinos, criaram na Universidade do Rio de Janeiro o *Comitê Central Pró-Reforma Universitária*¹⁹, como resultado de uma assembleia, que teve participação de cerca de 800 estudantes, patrocinada por dois centros acadêmicos de prestígio no meio universitário da época, os quais eram o Centro Acadêmico Nacionalista e o Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina. Os objetivos eram debater a rejeição feita pelo Conselho Nacional de Ensino sobre a indicação do professor Bruno Lobo²⁰, que buscava a efetivação da representação do corpo discente na diretoria dos Institutos de Ensino Superior; apontar a situação do regime universitário brasileiro, considerado pelos estudantes retrógrado, obsoleto, anacrônico e carregado de imperfeições desde sua criação, e debater sobre uma possível modificação da reforma educacional Rocha Vaz, de 1925. Assim, a proposta era nomear uma comissão para redigir uma exposição de motivos e encaminhá-la para todas as escolas superiores do Brasil, faculdades, congregações e conselhos

18 O *Manifesto da Federação Universitária de Córdoba* representava a inserção dos estudantes nos debates das funções e objetivos da universidade, ao reivindicarem para ela um novo perfil. Um perfil cúmplice do pensamento latino-americano, anti-imperialista e livre do antigo sistema de educação, transplantado dos países europeus. Como bem expressa Azevedo, na enciclopédia latino-americana: “A Reforma de Córdoba caracterizava-se pelas propostas de co-gestão (administração, compartilhada entre professores, estudantes e egressos), não-obrigatoriedade de frequência às aulas, liberdade e periodicidade de cátedra e estabelecimento de concursos para professores” e gratuidade de ensino (AZEVEDO, 2006, p.1191).

¹⁹ Não encontrou-se nenhuma menção a este Comitê em referências bibliográficas.

²⁰ Foi professor da Faculdade de Medicina, catedrático de microbiologia, tendo sido um grande expoente na defesa da Reforma Universitária, que buscou motivar e unir os estudantes para lutar pela causa (JORNAL DIÁRIO CARIOCA, 28 abr. 1929, p.2).

universitários a fim de unir forças em prol à campanha reformista²¹ (JORNAL O IMPARCIAL, 16 ago. 1928, p.8).

Importante frisar que, no Brasil, ainda não existia uma instituição com moldes universitários, pois o que existiam eram faculdades e escolas isoladas de ensino superior. Como expôs Fávero (2006, p.23), instituições como a Associação Brasileira de Educação e da Academia Brasileira de Ciências, nos anos 1920, estavam debatendo os conceitos, concepções, funções, autonomia e modelos do que deveria ser uma universidade. Assim, apesar dos estudantes terem organizado um comitê, que carregava em seu nome o termo reforma universitária, pode-se concluir que o que realmente estavam defendendo era a fundação de instituições universitárias.

Cinco dias depois, foi publicado um pequeno documento, intitulado *Manifesto Pró-Reforma Universitária*, no jornal A Esquerda²². Nesse documento, é perceptível que os estudantes brasileiros tinham conhecimento das reformas universitárias almejadas por movimentos estudantis de outros países, apesar de não citar quais países; o manifesto alertava: “o estudante brasileiro abre os olhos para as verdades da vida, e, como os seus colegas dos países mais adiantados, reclama o direito de voto na congregação”²³ (PRÓ-REFORMA UNIVERSITÁRIA in JORNAL A ESQUERDA, 21 ago. 1928, p.2). O documento apontava, assim como fez o Manifesto de Córdoba, a relação recíproca entre mestres e discípulos como ideal para garantir desenvolvimento de qualidade e uma universidade progressista, pois entendiam que o professor catedrático não se atualizava nos sistemas filosóficos e científicos modernos, então, não deveria tomar decisões sobre os programas educacionais, as disciplinas e os horários. Porém, os estudantes mostravam-se cientes que conquistar seus objetivos não seria tarefa fácil, visto a resistência dos “espíritos retrógrados”, que teriam que enfrentar ao contrariar a permanência da reforma Rocha Vaz. Assim, segundo o manifesto, “quanto maior for a reação deles [espíritos retrógrados], no desejo de conservar eternamente o regime Rocha Vaz, fechadas as escolas às camadas pobres e tratar o estudante como um escravo sem prerrogativas, tanto mais forte e mais profunda

²¹ Os estudantes que compuseram o Comitê Pró-Reforma Universitária foram: Francisco Mangabeira, Celso Correá e Hugo Auler da Faculdade de Direito, Waldemar Paixão, Reginaldo Fernandes e J. Leoberto da Faculdade de Medicina, Thomaz Pires Rabello, Cyro Santos e Frederico Coutinho da Faculdade de Engenharia, e Steio Belchior do Centro Acadêmico Candido de Oliveira como representante de diversos Centros Acadêmicos (JORNAL O IMPARCIAL, 16 ago. 1928).

²² Manifesto Pró-reforma universitária, de 1928, encontra-se em anexo.

²³ As citações utilizadas ao longo do texto, dos anos 1928 a 1932, foram transcritas utilizando a gramática atual, visto que essa opção não compromete o sentido do texto.

deve ser a agitação acadêmica” (PRÓ-REFORMA UNIVERSITÁRIA in JORNAL A ESQUERDA, 21 ago. 1928, p.2).

Porém, um ano depois, o *Comitê Central Pró-Reforma Universitária* foi apontado como fracassado durante uma sessão ordinária do Centro Acadêmico Nacionalista. Segundo o orador do evento²⁴, a criação da Comissão Central da Casa do Estudante, em agosto de 1929, e o pleito de Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça²⁵ para presidente gerou desavenças internas entre os estudantes, ocasionando cisões no grupo em correntes opostas e irreconciliáveis. A criação dessa Comissão, sem qualquer vínculo com o Comitê, mostrou-se contrária à luta por princípios democráticos, posição política e consciência reformista, pois, nos postulados reivindicadores do Comitê, constava a criação de um Instituto de Assistência Social ao Estudante Pobre, que compreenderia a Casa do Estudante e as bolsas universitárias (JORNAL A MANHÃ, 07 mar. 1929, p.2). Assim, foram desconstruídos os objetivos do Comitê, que defendia a

[...] representação estudantil nas congregações, nos conselhos universitários, nos congressos de instrução pública; pugnava pela eleição do reitor da universidade por meio de grande escrutínio no qual tomariam parte todos os universitários, isto é, professores e alunos; ficando o presidente da República com o direito de ratificar essa indicação; em idênticas condições seria escolhido o diretor de cada Faculdade; defendia o direito da cátedra livre, fora da rigidez dos programas, permitindo acompanhar a evolução científica sem as inconveniências das constantes reformas. Enfim imprimiria à Universidade um novo sentido ideológico. Transformaria essa organização burocrática que ai está num grande laboratório de consciências brasileiras (JORNAL A MANHÃ, 07 mar. 1929, p.2).

Apesar do Comitê Central Pró-Reforma Universitária ser considerado derrotado, a luta continuava. Como o manifesto alertava: “não conquistarão a vitória hoje mesmo? Conquistá-la-ão um dia. No dia, talvez, em que se quebrarem as cadeias do povo, e a nacionalidade marchar democraticamente para o porvir” (PRÓ-REFORMA UNIVERSITÁRIA in JORNAL A ESQUERDA, 21 ago. 1928, p.2).

Durante o ano de 1929, foi fundado e coordenado pelo professor Bruno Lobo (o mesmo que influenciou, com base em sua ideologia reformista, a realização da assembleia

²⁴ Sem nome identificado no jornal usado como referência (JORNAL A MANHÃ, 07 mar. 1929, p.2).

²⁵ Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça foi escolhida Rainha da Primavera, em 1929, e seu governo na Comissão Central da Casa do Estudante baseou-se em organizar recitais, quermesses e torneios desportivos, mantendo-se sempre em posição inofensiva perante as políticas educacionais (POERNER, 1995, p.136).

que criou o Comitê Pró-Reforma Universitária) um novo Comitê chamado Pró-Democracia Universitária²⁶, que reunia estudantes para a edição do jornal Folha Acadêmica²⁷, na qual se divulgavam os princípios para a autonomia didática e administrativa das instituições de ensino superior. O reitor da Universidade de Minas Gerais, Mendes Pimentel, foi honrosamente nomeado presidente do Comitê. Segundo o Jornal A Manhã (15 ago. 1929, p.12), sua escolha foi fundada na crença de que tal universidade era a única do Brasil, considerada democrática. Porém, dois apontamentos são imprescindíveis: apesar de carregar a titulação de Universidade, em 1927, ela somente conglomerou os quatro cursos de ensino superior existentes em Belo Horizonte, que eram a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola Livre de Odontologia e Escola de Engenharia, sendo uma instituição privada, subsidiada pelo Estado, que foi federalizada em 1949 (UFMG, s.d.).

O objetivo de acordo com o presidente do Comitê era desenvolver conferências, por todo o Brasil, feitas por estudantes e professores, estreitando as relações entre os estudantes brasileiros, além de procurar exaltar as vantagens do regime universitário liberal e a criação de várias universidades espalhadas pelo Brasil, como se fossem elos de uma mesma corrente. Para fins de propaganda, também seriam utilizados diversos veículos impressos, como folhetos, jornais, panfletos e cartazes (JORNAL A MANHÃ, 15 ago. 1929, p.12).

Ainda em 1929, um grupo de cinco estudantes do novo comitê (dois de direito e três de medicina)²⁸, aproveitando-se do momento de propagandas eleitorais, foi a Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para tentar incluir os princípios da reforma no programa da Aliança Liberal, organizado e dirigido pelo então candidato a presidente da república, Getúlio Vargas. Eles elaboraram um *Manifesto aos Estudantes Brasileiros*²⁹, que foi divulgado pela imprensa local, serviu de referência para palestras, discursos e entrevistas, inclusive, gerando a publicação, no ano de 1932, do livro intitulado *Diretrizes da Educação Nacional*, de autoria do estudante Djacir Menezes, integrante do comitê (CUNHA, 1989).

O documento *Manifesto aos Estudantes Brasileiros* foi subdividido em seis partes: 1. Companheiros!; 2. Qual é a Universidade Atual; 3. Função Social da Universidade; 4. “Demos” Universitário; 5. Postulados Cardeais da Reforma; e 6. Juventude Universitária.

²⁶ Esse comitê, até o momento, foi mencionado somente por Cunha no livro *A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista*, com primeira edição, em 1982. Nos jornais da época, também utilizou-se a nomenclatura: Comitê Pró Universidade Democrática.

²⁷ A primeira edição do semanário Folha Acadêmica foi publicada em fevereiro de 1928 (jornal do Brasil, 10 fev. 1928, p.14).

²⁸ Eram eles: Djacir Menezes, Firmo Moreira (ou Pereira) da Silva, João Bruno Lobo, Francisco Lobo e José (ou João) Decusati (JORNAL A FEDERAÇÃO, 13 set. 1929, p.4; JORNAL A MANHÃ, p.4, 25 set. 1929).

²⁹ O Manifesto encontra-se em anexo.

Supõe-se que o tópico “demos” universitário transplantou essa nomenclatura do Manifesto de Córdoba, que a utilizou para designar lugar dos estudantes. O objetivo do Manifesto brasileiro foi esclarecer a necessidade pela reforma universitária, não apenas como desejo dos estudantes, mas como fato imprescindível para o processo histórico de evolução humana. Para tanto, o documento iniciou invocando o apoio dos companheiros estudantes e finalizou mostrando que a juventude universitária de todo o país era responsável por manter a bandeira da renovação sempre hasteada, apesar das dificuldades impostas pelos adversários, assim como fizeram os estudantes argentinos em Córdoba e os chilenos em Santiago, que foram utilizados como exemplos no documento: “o movimento revolucionário de Córdoba e Santiago do Chile teve seus mártires. A sua bandeira tingiu-se no sangue dos combatentes. Mas, a bravura moça venceu e floresceu” (MENEZES, *et. al.*, in *Jornal A Manhã*, p.4, 25 set. 1929).

O movimento estudantil argentino foi citado no *Manifesto dos Estudantes Brasileiros* quatro vezes, inclusive com duas passagens literais do *Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba*. A primeira passagem literal foi usada para enfatizar que a estrutura do ensino superior encontrava-se antiquada e recuada: “[fundada] sobre uma espécie de direito divino: o direito divino do professorado universitário. Se cria em si mesmo. Nele nasce e nele morre. Mantém, um afastamento olímpico” (BARROS, *et. al.*, 1918, tradução nossa³⁰). A segunda passagem explica que o pensamento humanista frutificou dentro da própria instituição retrógrada e que essa desejava reter tal pensamento de qualquer movimento intelectual: “como reduto onde o pensamento humanista germina e frutifica em oposição ao que se elabora na ciência dogmática” (BARROS, *et. al.*, 1918, tradução nossa³¹).

Esse fato mostra que o movimento estudantil teve seu primeiro contato com o documento argentino na década de 1920, apesar de só ter aprofundado seus estudos sobre o mesmo quatro décadas depois. Além de citar o documento argentino, os estudantes brasileiros também apresentaram outros referenciais teóricos do movimento reformista, para embasar sua ideologia, como Julio Barcos – professor argentino conhecido pela defesa e liberdade das mulheres e das crianças – que definiu a universidade como uma organização parasitária, rotineira, tirana e responsável por escravizar a mentalidade da juventude.

Expoentes do humanismo, tais como Huxley, Petrarca, Erasmo e Reuchlin serviram de sustentação para a defesa do movimento de renovação da universidade (MENEZES, *et.*

³⁰ O texto original está em Anexo sob o título *Manifiesto de La Federación Universitaria de Córdoba*.

³¹ *Idem*.

al., in *Jornal A Manhã*, p.4, 25 set. 1929). Segundo o *Manifesto aos Estudantes Brasileiros*, o pensamento humanista germinou e frutificou em oposição ao que se elaborou na ciência dogmática, porém, “[...] os primeiros ataques dos humanistas contra a Universidade [...]” se originaram dentro das próprias universidades medievais, mesmo essas sendo “[...] artríticas e perras dentro dos dogmas [...]” elas provocaram o movimento intelectual e depois desejaram retê-lo. Desse modo, os estudantes sustentavam a evolução do novo, a partir do velho, sendo justamente as velhas mentalidades seus principais adversários, assim apontados no documento: “[...] a mentalidade tardigrada das velhices gastas, os recrutas e veteranos, do farisaísmo republicano, a coligação formidável dos interesses contrários aos anseios juvenis de alforria educacional” (MENEZES, *et. al.*, in *Jornal A Manhã*, p.4, 25 set. 1929).

O documento brasileiro, assim como o argentino, reivindicou uma instituição voltada para os pensamentos contemporâneos e científicos, que não fosse dogmática, anacrônica, com estrutura medieval, moldando seres dependentes e criando “gerações defuntas”. Como fez o Manifesto de Córdoba, os estudantes brasileiros exigiram participação do corpo discente nas decisões da instituição de ensino superior³², autonomia didática e administrativa, eliminação de influências políticas e religiosas na decisão e seleção de docentes, redução das taxas onerosas que dificultavam e afastavam os trabalhadores do ensino superior, além da incorporação de valores sociais, criação de disciplinas baseadas nas novas correntes do pensamento contemporâneo, separação dos cursos técnico-profissionais dos científicos e estreitamento de relações entre professores e estudantes de toda a América Latina (MENEZES, *et. al.*, in *Jornal A Manhã*, p.4, 25 set. 1929).

Querendo unir os estudantes de todo o Brasil para a causa, o manifesto citou a frase do professor Rodó: “renovar-se ou morrer” e embasou-se ao dizer que “a vida é a variação permanente, a plasticidade, a tendência para novos equilíbrios, aperfeiçoamentos interessantes. A paralisia é a velhice, a decrepitude, a morte”. Além de destacar o conselho de Nietzsche: “Cremos em nós e nas nossas energias” (MENEZES, *et. al.*, in *Jornal A Manhã*, p.4, 25 set. 1929).

³² A participação dos estudantes no governo da universidade foi um dos primeiros motivos do movimento estudantil criticar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961, e realizar a greve do 1/3 que será apontada mais adiante.

Apesar do esforço, visível no documento, em unir todos os estudantes para defender e lutar pela reforma universitária, o ideário da reforma no Brasil, naquele momento, limitou-se, basicamente, às faculdades de Medicina e de Direito do Distrito Federal³³.

Segundo Cunha (1989), o comitê estudantil, encarregado de levar os princípios da reforma universitária para serem incluídos no programa da Aliança Liberal, obteve a solidariedade de Vargas e seu vice-presidente, João Pessoa. Ambos agradeceram o apoio de professores e estudantes, que aspiravam à implantação do regime universitário autônomo (JORNAL A MANHÃ, 02 out. 1929, p.1)³⁴. Mas nenhuma ideia expressa no Manifesto foi assumida pela frente partidária (CUNHA, 1989).

Outro candidato à presidência da república, Julio Prestes, do estado de São Paulo, também recebeu uma comissão de estudantes cariocas, sem vínculo com o Comitê Pró-Democracia Universitária, para expor suas ideias da possibilidade de uma reforma. Julio Prestes expressou seu apoio à criação de universidades com moderno aparelhamento técnico e com espírito de uniformização, que contribuíssem de modo eficiente na formação da cultura brasileira. Também se manifestou a favor da indicação feita pelo professor Bruno Lobo, ao Conselho Superior de Ensino, relativa à participação discente na direção das congregações estudantis (JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 ago. 1929, p.3).

Julio Prestes, segundo os resultados eleitorais oficiais, foi o candidato ganhador nas eleições para Presidente da República, em março de 1930³⁵, porém, não chegou a ser empossado, pois, em novembro do mesmo ano, o Presidente Washington Luís (1926-1930) foi deposto por militares e Getúlio Vargas, líder da oposição, tornou-se Presidente em caráter provisório. Esse golpe pôs fim ao controle que até então vinha sendo alternado por presidentes mineiros e paulistas, findando a República do Café com Leite. Tal ação ficou conhecida como Revolução de 1930 e com ela o meio acadêmico ficou mais agitado, no que se referia à reforma universitária.

Estudantes e professores esperavam que o governo realizasse uma reforma educacional por meio do novo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública³⁶,

³³ Somente no início da década de 1930, com a possibilidade do governo provisório realizar uma reforma universitária, houve a expansão do ideário também na escola de Belas Artes e na escola Politécnica.

³⁴ A Aliança Liberal também foi defendida por outros grupos estudantis, entre eles, universitários baianos. Inclusive, durante a campanha, dois estudantes baianos foram ao Rio de Janeiro para realizar comício contra a candidatura de Julio Prestes e a favor de Vargas, mas foram detidos pela polícia, que tentou impedir a realização do mesmo. Apoiando os estudantes e a campanha pró-aliança liberal, não por acaso, apareceu o professor Bruno Lobo (DIÁRIO CARIOCA, 5 nov. 1929, p.5).

³⁵ Julio Prestes recebeu 1.091.709 votos contra 798.815 votos para Getúlio Vargas (SKIDMORE, 1982, p.22).

³⁶ Criado no dia 14 de novembro de 1930 pelo decreto Nº 19.402.

criado quatro dias após a Revolução de 1930. Assim, nos meses de novembro e dezembro, organizaram-se para elaborar um plano de reforma e apresentá-lo ao ministro Francisco Campos, com intuito de contribuir com um plano que de fato correspondesse aos altos objetivos de criar uma verdadeira universidade (JORNAL DIÁRIO DA NOITE, 24 nov. 1930, p.11).

A Federação Acadêmica do Rio de Janeiro³⁷ ficou encarregada do plano geral e os Diretórios Acadêmicos de cada faculdade, juntamente com seus professores, ficaram responsáveis pela elaboração de seus pontos de vista, apontando onde deveria acontecer a reforma na sua faculdade, podendo sugerir alterações administrativas, financeiras, pedagógicas, estruturais e metodológicas (JORNAL DIÁRIO DA NOITE, 24 nov. 1930, p.11). As faculdades envolvidas, segundo notícias dos jornais da época, foram a de Medicina, Direito, Politécnica, Belas Artes e o Colégio Militar do Rio de Janeiro. A maioria das instituições era da capital; há alguns indícios de contatos com a Universidade de Minas Gerais e com a Faculdade de Direito de São Paulo, porém, até o momento, não foram encontrados vestígios do documento final, assim, supomos que não tenha sido concluído.

O fato é que o movimento estudantil apresentava características regionais e específicas, refletindo a descentralização educacional e política existente na Primeira República. O isolamento das universidades favorecia a regionalidade das organizações estudantis, além disso, os estudantes, mesmo do Rio de Janeiro, distrito federal - precursor das lutas universitárias - não conseguiam manter apenas uma instituição como sua representante máxima por longo período. A Federação Acadêmica do Rio de Janeiro estava aparentemente desenvolvendo o papel de centralizadora das questões sobre a reforma universitária, seguindo o exemplo da Federação Universitária de Córdoba, mas, um dia após a instauração da Revolução de 1930, foi criada outra organização com o mesmo objetivo; era o Centro de Estudantes Livres, que surgiu para lutar por reivindicações da classe estudantil, seguindo o exemplo de estudantes da Argentina, México, Peru, Chile, Espanha, entre outros países (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 25 nov. 1930, p.6).

Assim, grupos de estudantes se dirigiam livremente para o novo ministro, solicitando intervenção de reitores, gratuidade ou redução de taxas escolares, substituição do sistema de exames finais para aproveitamento de notas de provas obrigatórias, padronização do ensino superior, entre outras reivindicações de caráter específico do meio estudantil. Segundo

³⁷ Foi um órgão de representação dos estudantes da capital. Não encontramos informações sobre a criação da Federação Acadêmica do Rio de Janeiro, tais como datas, local e integrantes.

Poerner (1995, p.123), essa especificidade nas reivindicações foi uma marca comum das organizações universitárias, devido a própria transitoriedade da vida estudantil, que, por falta de organicidade, não conseguia tornar ininterruptas as reivindicações de maior abrangência. A maioria das reivindicações era de caráter interno, defendendo apenas demandas imediatas e marcadas pelo ritmo do ano letivo acadêmico, além da dinâmica de transição de estudantes, que expelia a possibilidade de uma sequência de ações coletivas, o que dificultava a construção de uma identidade nacional.

Com a atuação do governo provisório, a tendência de descentralização política, existente na Primeira República, se reverteu e a centralização, nos mais diferentes setores, foi acentuada e crescente. Os maiores expoentes para a educação foram a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, já citado, e a atuação de seu primeiro titular, Francisco Campos, que, em 1931, iniciou a implementação de uma reforma centralizadora no ensino secundário, comercial e superior. Segundo Fávero, a ação exercida pelo novo ministro,

trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação da elite e na capacitação para o trabalho (FÁVERO, 2006, p.23).

No mês de abril de 1931, Francisco Campos iniciou a reforma educacional com base em uma série de decretos. Os decretos referentes ao ensino superior foram promulgados no dia 11 de abril; primeiro o de Nº 19.850 criou o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo do ministro, responsável por colaborar com a elevação do nível da cultura brasileira. Depois, o Decreto Nº 19.851 criou um Estatuto das Universidades Brasileiras, implantando um modelo único para o ensino universitário, que relativizou a autonomia didática e administrativa das mesmas, causando muitas polêmicas entre conservadores e renovadores; aqueles, defendendo a centralização, e estes a descentralização e a autonomia absoluta das instituições (XAVIER, 1990, p.102-3). Nesse mesmo documento, o corpo discente conseguiu a almejada representação no Conselho Universitário por meio do presidente do Diretório Central dos Estudantes, também criado nesse decreto. E o terceiro,

o Nº 19.852, que organizou a Universidade do Rio de Janeiro³⁸, congregando cinco faculdades, uma criada com base nesse mesmo decreto, que foi a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, com mais três escolas e um instituto³⁹. A criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras tinha o objetivo de garantir a formação de professores qualificados para atuar no ensino secundário e suprir uma lacuna desse nível de ensino. Assim, sua finalidade era prática e imediata, pressupondo que a educação seria a responsável pela solução dos problemas nacionais (XAVIER, 1990).

Com a promulgação desses decretos, as reivindicações dos estudantes e professores tornaram-se ainda mais específicas, pois os debates circundavam a eficiência da reforma; alguns a defendiam e outros criticavam:

a grande maioria dos professores é virtualmente contra a reforma, dizendo-se que a mesma em vez de simplificar e tornar mais eficiente o ensino, vem complicá-lo gradativamente. É verdade, que encontram-se muitos mestres progressistas e renovadores que estão entusiasmados com a nova lei e fazem o seu elogio abertamente. Assim como os professores que estão divididos em duas correntes, pró e contra a reforma também estão os acadêmicos (JORNAL A BATALHA, 17 abr. 1931, p.3).

Porém, os estudantes iam além dos mestres nas críticas à lei, visto que estavam sendo diretamente afetados com o aumento de taxas, “[...] agravando as contribuições em mais de 100%”⁴⁰ (JORNAL A BATALHA, 17 abr. 1931, p.3). O aumento das taxas serviria como um seletor de estudantes, enfatizando o ingresso da elite ao ensino superior, como explicou o jornal A Esquerda:

Pode-se mesmo dizer que as novas taxas quase que só aos ricos, aos abastados, permite ingressar nas escolas superiores. [...] A mocidade pobre, que estuda com recursos apoucados, que se instrui com sacrifícios esta, não há negar, vê-se, na hora presente, inibida de continuar os cursos encetados (JORNAL A ESQUERDA, 17 abr. 1931, p.1)

³⁸ A Universidade do Rio de Janeiro carregou essa nomenclatura até 1937, quando foi renomeada de Universidade do Brasil, que durou até 1965. Nesse ano, como resposta à reforma universitária, implantada pelo regime ditatorial, passou a ser Universidade Federal do Rio de Janeiro (CPDOC,s.d.).

³⁹ As Faculdades, Escolas e Instituto congregados foram: *a.* Faculdade de Direito; *b.* Faculdade de Medicina; *c.* Escola Politécnica; *d.* Escola de Minas; *e.* Faculdade de Educação, Ciências e Letras; *f.* Faculdade de Farmácia; *g.* Faculdade de Odontologia; *h.* Escola Nacional de Belas Artes; *i.* Instituto Nacional de Música (DECRETO Nº19.852/1931).

⁴⁰ No Decreto, havia em anexo uma tabela de taxas com valores variados, de acordo com o curso (DECRETO Nº 19.852/1931).

As agitações e inquietações dos professores e estudantes transformaram a universidade em um “ambiente hostil”. Em meio às vaias, o ministro decidiu fazer algumas concessões, mas deixou claro que essas não satisfariam completamente a expectativa geral, devido às necessidades do momento (JORNAL A ESQUERDA, 17 abr. 1931, p.1). Segundo Xavier, a Reforma Francisco Campos remodelou o ensino superior, não alterando significativamente suas finalidades e estrutura básica, porém, sem dúvida, modernizou-o e tornou-o mais eficiente em sua tarefa de formação de elites nacionais (XAVIER, 1990).

Como expressou Xavier, a seletividade do sistema educacional, reforçada pelas reformas, após os anos 1930, serve para legitimar a escola da sociedade capitalista. Equivocadamente, a defesa do caráter crescentemente seletivo do sistema educacional é atribuída à postura de grupos tradicionalistas, ou seja, os próprios liberais também reforçavam esse caráter seletivo, justificando-o como hierarquia de capacidades ou meritocracia (XAVIER, 1990).

O mesmo está exposto no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, publicado um ano após a Reforma Francisco Campos. Esse documento foi “[...] o primeiro Manifesto brasileiro em defesa da educação pública como direito social de todos [...]”, expressando o “[...] movimento de intelectuais e educadores preocupados com o desafio republicano de concretizar o direito à educação em um momento ainda incipiente” (ARELARO, 2014, p.4). Nesse documento, os intelectuais e educadores escolanovistas “defenderam uma necessária expansão de vagas na educação escolar e se dispuseram a buscar consensos possíveis com grupos de diferentes formações e convicções sobre os rumos da educação brasileira”, apontando novas bases e diretrizes para a política nacional de ensino (ARELARO, 2014, p.4). Porém, não desmerecendo o grau de importância que o Manifesto possui, é importante destacar que ele não se desvincilhou da seletividade da educação, mas deu a ela uma nova roupagem, intitulada seleção biológica, funcional ou hierarquia das capacidades. Nesse novo formato, teoricamente, a ordem econômica e social deixaria de prevalecer (SAVIANI, 2008).

O Manifesto causou amplos debates sobre vários assuntos que envolviam o sistema nacional de ensino entre a sociedade civil, assim como a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública esperava: “[...] generalizando os debates em torno dos vários temas discutíveis e interessando neles, dessa forma, a opinião nacional”. Os debates poderiam abordar diversos aspectos:

[...] o papel da escola na sociedade atual, a necessidade de sua adaptação às condições da vida contemporânea, a verdadeira missão do professorado, os direitos e deveres da criança, a solidariedade entre os educandos, a conveniência de melhor articulação entre os sucessivos grãos do ensino, a ampliação da idade escolar, uma orientação mais eficiente e utilitária na seleção das disciplinas incluídas nos programas dos cursos complementares, o direito, enfim, de todos os jovens ao ingresso nas carreiras a que dá acesso a instrução superior, independentemente das diferenças de situação econômica que contribuem, muitas vezes, cerceando as possibilidades do mérito individual, para a má contribuição das classes dirigentes, reduzidas na sua expressão numérica e, qualitativamente, na eficiência de sua composição, com evidente prejuízo do interesse coletivo (O JORNAL, 01 abr. 1932, p.2).

No meio estudantil, não encontramos informações de como esse manifesto foi recebido e considerado. No entanto, as eleições para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, de 1932, mostraram que o ambiente estudantil apático à política estava se deteriorando, conseguindo atingir 2.081 eleitores, enquanto que, anteriormente, um diretório se elegia apenas com 70 votos, sendo que a faculdade já contava com mais de dois mil alunos. A mobilização da nova diretoria gerou um grupo interessado em realizar o *1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil*, que logo recebeu adesão de alunos de outras faculdades. O Congresso foi realizado com êxito em 1934, tendo como característica marcante a luta antifascista, num período de ascensão do nazismo na Alemanha e do autoritarismo no Brasil (POERNER, 1995).

Assim, as organizações estudantis, aos poucos, desenvolviam sua consciência política e reduziram o caráter de regionalidade e especificidade das reivindicações. Esse início de amadurecimento conduziu a criação da UNE, mesmo no decorrer da ditadura do Estado Novo, implantada por Getúlio Vargas, em 1937⁴¹.

Depois de inúmeras tentativas de criar uma entidade nacional de representação estudantil, inspirada no estágio de organização alcançado pelo movimento estudantil argentino, a UNE foi oficialmente fundada e reconhecida durante o *2º Congresso Nacional de Estudantes*, no ano de 1938⁴². A sugestão de criar a UNE foi o último item exposto no documento, intitulado *Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira*,

⁴¹ Instaurada no dia 10 de novembro de 1937, a ditadura do Estado Novo impediu a realização das eleições presidenciais, que deveriam ter ocorrido em janeiro de 1938 (SKIDMORE, p.44-50).

⁴² O *2º Congresso Nacional dos Estudantes* e os subsequentes ficaram conhecidos como Congresso da UNE. O *1º Congresso Nacional dos Estudantes* aconteceu em São Paulo, no ano de 1910. Apesar de ter reunido estudantes de vários pontos do país, não resultou em uma organização concreta. Poerner (1995) considera a criação não oficial e informal da UNE, em 11 de agosto de 1937, quando aconteceu na Casa do Estudante do Brasil a instalação do *1º Conselho Nacional de Estudantes*, que foi um órgão de representação estudantil; em sua diretoria, participaram estudantes de vários estados, inclusive do Paraná.

elaborado pelos estudantes, ao final do congresso supracitado e aprovado pelos congressistas⁴³. Desse modo, a maioria dos integrantes da primeira diretoria da UNE foram os estudantes que fizeram parte da comissão do congresso, encarregada de desenvolver o documento conclusivo. Além da importância de tal documento, que criou a entidade máxima estudantil (UNE), esse mesmo documento voltou a tratar da temática da reforma educacional. Devido a sua relevância, foi encaminhado ao governo de Getúlio Vargas, por meio do Ministro da Educação Gustavo Capanema, que inclusive participou do congresso e presidiu a sessão de encerramento, prometendo levar em consideração o documento para estudar a reforma educacional brasileira (POERNER, 1995; TRINDADE, 2011).

Esse documento, apesar de não ter feito referência explícita ao manifesto de Córdoba, apresentava indícios consonantes com a problemática argentina. Dessa forma, como os estudantes cordobeses, os brasileiros propuseram medidas concretas para solucionar os problemas educacionais. Seu objetivo geral era sugerir ao poder público mudanças no sistema educacional para contribuir com a “[...] obra de reconstrução e redistribuição mais equitativa dos benefícios de um sistema educacional bem organizado [...]” (BITTENCOURT, *et. al.*, 1938).

Apesar das similitudes com o manifesto argentino, ele estava sugerindo e não reivindicando, como fizeram os estudantes argentinos, mudanças educacionais para o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Segundo Cunha (1989), o termo “sugestão” foi usado como um meio de proteção aos estudantes, para que não se levantassem contra eles as armas da repressão, recém ativadas com a instauração da ditadura do Estado Novo. Segundo Saldanha (2005), os dirigentes da UNE não tinham motivos para se confrontar com Vargas, já que prevalecia entre eles uma comunhão de valores, demonstrada com a aclamação de Vargas como Presidente de Honra no conclave do 2º Congresso Nacional dos Estudantes, os Interventores estaduais intitulados componentes da Comissão de Honra e os Ministros de Estado e Reitores das Universidades como membros honorários⁴⁴. Assim, os estudantes brasileiros estavam alheios à política governamental, sem ter ainda a clareza sobre o fato de que muitos dos problemas educacionais correspondem aos interesses do poder público. Para

⁴³ Esse documento foi o resultado final de 60 teses apresentadas e estudadas durante o 2º Congresso Nacional de Estudantes e está em anexo. Algumas das teses são citadas por Poerner em seu livro *O Poder Jovem: História da Participação política dos estudantes brasileiros*, 1995, da página 131 a 134.

⁴⁴ Desde sua fundação, a UNE demonstrou estar associada ao projeto de desenvolvimento nacional do governo. Esse bom relacionamento com o Estado Novo foi reforçado com a assinatura de Vargas ao Decreto-Lei N° 4.105 de fevereiro de 1942, oficializando a legalidade da UNE, que passou a receber verbas do orçamento federal. Esse relacionamento só foi se desgastando com a aproximação do desfecho da II Guerra Mundial (SALDANHA, 2005, p.21).

eles, o governo estava constantemente se esforçando para melhorar o desenvolvimento e a formação da mocidade, assim, descreveram no início do plano: “[...] os métodos educacionais, atualmente em vigor, no País, são em muitos aspectos, arcaicos, rotineiros e prejudiciais ao desenvolvimento e formação da mocidade, *apesar do constante esforço do poder público no sentido de melhorá-los*” (BITTENCOURT, *et. al.*, 1938, *grifo nosso*).

Nesse enfoque, é possível perceber que o movimento estudantil brasileiro estava em processo de formação de sua consciência política, ao desconsiderar as contradições existentes nas medidas administrativas, emanadas do governo, para o sistema educacional, que estiveram sempre carregadas de dualismo.

Desvalendo-se das questões políticas que permeavam os problemas educacionais, o *Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional* foi dividido em cinco partes, basicamente sugerindo que o nível cultural da população fosse melhorado com base na educação obrigatória e gratuita, em que, a cada nível de ensino, deveria ocorrer uma preparação progressiva de socialização do estudante com a realidade regional, nacional e internacional. Para tanto, a universidade deveria ser considerada o mais elevado grau do sistema, devendo estar inteiramente integrada à vida social popular para difundir a cultura. Portanto, o plano destinou um tópico somente para abordar a reforma universitária, inclusive, sendo o mais detalhado, podendo-se dizer que é o núcleo do documento (BITTENCOURT, *et. al.*, 1938).

Esse plano foi coerente e conciso, ao expor como deveria ser a organização da universidade na sua direção, currículo, programa, corpo docente e discente, cada qual com sua especificidade, mas que necessitavam de íntima interligação. Era preciso que a universidade adquirisse autonomia educacional e administrativa, para eleger democraticamente sua direção, por meio da participação do corpo docente e discente. Para tal, os docentes da universidade deveriam ser selecionados somente com base em concursos, que comprovassem capacidade científica e didática, acontecendo em períodos de dez em dez anos a reavaliação dos mesmos. A cátedra poderia existir, porém, os professores que se encontravam nesse patamar deveriam apresentar dedicação exclusiva à docência; desse modo, precisariam receber remuneração adequada (BITTENCOURT, *et. al.*, 1938).

O rigor de seleção por capacidade também se estendia aos alunos, que não poderiam ser selecionados pelo critério econômico, como estava ocorrendo devido a “[...] taxas de inscrição e matrículas elevadíssimas e proibitivas”. A solução, segundo o Plano, é “[...] a necessidade de que seja incentivado e regulamentado o ensino livre como meio de dar vazão

ao grande número de estudantes que aspiram cursar a Universidade” e também a “[...] criação de universidades populares, onde ao lado de ensinamentos de ofícios manuais, sejam ministradas às classes de povo noções de ciência, artes e letras” (BITTENCOURT, *et. al.*, 1938), pois o fim primordial da universidade era estar de acordo com as necessidades sociais da comunidade, na qual estava inserida, difundindo sua produção de conhecimento científico, cultural e artístico, por meio de cursos de extensão, realizados nas cidades e nos campos, e dirigidos diretamente ao povo.

Para que esse fim fosse alcançado, o de introduzir os conhecimentos científicos, artísticos e culturais transmitidos, estimulados e produzidos pela universidade nos interesses sociais, os currículos universitários deveriam ser múltiplos e os programas de ensino elaborados por comissões formadas por professores especializados e representantes estudantis. Essa relação entre professores e alunos também era exigida no Manifesto de Córdoba, visto que “se não existe uma vinculação espiritual entre o que ensina e o que aprende, todo o ensino é hostil e por conseguinte infecundo” (BARROS, *et. al.*, 1918, tradução nossa⁴⁵).

Pode-se perceber que as ideias propostas no *Plano de Sugestões para uma reforma educacional brasileira* tinham uma dualidade de objetivos, devido ao momento político ditatorial pelo qual estavam passando, ao trazer reivindicações modernizadoras, em termos pedagógico-administrativos. Desse modo, colaboram com o poder público, ao mesmo tempo em que, discretamente, fizeram contestações políticas (CUNHA, 1989). Apesar de terem sido propostas de extrema relevância para a reforma universitária, assim como as tentativas anteriores de 1928 e 1929, essas também não adquiriram força para perdurar e muito menos para conseguir alcance continental, como o movimento cordobês, que encaminhou o manifesto de 1918 para “os homens livres da América do Sul”⁴⁶ (BARROS, *et. al.*, 1918, tradução nossa⁴⁷). A explicação provável para a falta de força das reivindicações estudantis brasileiras é a combinação do reduzido número de estudantes universitários e do início de formação do movimento estudantil a nível nacional, com a consciência política ainda em

⁴⁵ O texto original está em Anexo sob o título *Manifiesto de La Federación Universitaria de Córdoba*.

⁴⁶ O manifesto de Córdoba ao ser endereçado aos homens livres demonstra que “[...] houve uma solidariedade entre o movimento estudantil e o movimento histórico geral desses povos”, ou seja, dos operários, dos camponeses, dos indígenas, dos sem-terras, entre outros (OLIVEIRA e AZEVEDO, 2008, p.71-2).

⁴⁷ O texto original está em Anexo sob o título *Manifiesto de La Federación Universitaria de Córdoba*.

processo de amadurecimento e com falta de envolvimento com a classe trabalhadora, que só atingiu seu ápice na década de 1960⁴⁸.

Com a proximidade do desfecho da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, o tema da reforma universitária ficou em segundo plano. De acordo com Fernando Maia – um dos doze estudantes brasileiros que participaram do *1º Congresso Inter-Americano de Estudantes* –, a reforma universitária não era um problema fundamental a ser discutido naquele momento. Os assuntos primordiais eram a luta contra o nazi-fascismo e o imperialismo, os esforços necessários para a retomada da democracia e o assistencialismo social no pós-guerra (JORNAL O RADICAL, 17 out. 1943, p.2). Com esse novo foco, a UNE publicou, em 1943, com auxílio do governo de Getúlio Vargas, o livro intitulado *Quinta Coluna e Integralismo*, na semana comemorativa do Antifascismo do Povo Brasileiro⁴⁹ (SALDANHA, 2005)⁵⁰.

Na década de 1950, a sociedade brasileira estava se demonstrando capaz de superar o autoritarismo do Estado Novo, apresentando esperança na modernização e na democracia; além disso, os debates políticos entre os que defendiam uma economia independente e uma industrialização autônoma e os que defendiam uma sociedade econômica associada estavam em voga. Nesse contexto, a reforma universitária voltou a ser foco dos debates no meio estudantil. No *XV Congresso Nacional dos Estudantes*, que ocorreu em julho de 1952, os conteúdos em pauta foram: problemas do ensino superior, problemas econômico-sociais dos estudantes, problemas nacionais, representação da UNE no Exterior, Escritório da Diretoria e, outros. Para o primeiro item, a solução seria a autonomia didática, administrativa e financeira das universidades, “[...] descentralizando o Ensino Superior, e deixando ampla liberdade aos diversos órgãos da Universidade para agirem conforme as necessidades de

⁴⁸ O ápice foi o ano de 1968, quando atividades do movimento estudantil foram fortemente combativas e ingressadas nas lutas políticas, transformando esse ano símbolo da força da juventude, porém, com uma valorização extremista que gerou o que autores como Paiva (2011), Martins Filho (1987) e Saldanha (2005) chamaram de “mito do poder jovem”, o qual configurou o movimento estudantil como um todo, numa espécie ideologicamente imutável, com conteúdo e objetivo permanentes, de jovens revoltosos em busca da revolução. Isso definiu o período anterior, mais precisamente a década de 1950, como “Período Negro da UNE”. Porém, é preciso destacar a complexidade do movimento, havendo uma heterogeneidade entre seus dirigentes, existindo momentos mais liberais e outros mais socialistas.

⁴⁹ Seguindo a linha antifascista, antinazista e anticomunista, foi criado em 1946, no estado do Paraná, a Organização Estudantil Contra o Comunismo, que inclusive ganhou as eleições da UPE no mesmo ano. Entre os dossiês da DOPS/PR, há um que carrega o nome da organização e possui seis recortes de jornais, todos de junho de 1946; três são do jornal Diário da Tarde (Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Organização Estudantil Anti-Comunista**, pasta 1443, topografia 170, datada de 1946).

⁵⁰ Cinco anos depois, ocorreu o *1º Congresso das Universidades Latino-Americanas na Guatemala*; entre os temas, figuravam estudos sobre a reforma universitária da América Latina, mas o movimento estudantil brasileiro não participou (JORNAL DE NOTÍCIAS, 27 nov. 1948, p.2).

cada Faculdade” (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 jul. 1952, p.2). Esse primeiro item era de tamanha importância, tanto que a bancada dos estudantes gaúchos solicitou à UNE envolvimento total na Reforma Universitária. Além disso, as bancadas de São Paulo, Paraíba, Rio de Janeiro e Paraná lançaram uma moção de protesto contra a diretoria, por ter atrasado em três horas o início da plenária, prejudicando o andamento de importantes trabalhos (JORNAL IMPRENSA POPULAR, 30 jul. 1952, p.1).

Um dos primeiros textos sobre a Reforma Universitária dessa década foi publicado no Jornal de Notícias. Apesar de não possuir identificação de autoria, aparentemente é uma resposta aos debates do *XV Congresso Nacional dos Estudantes*⁵¹. O mesmo explica que não existiam no Brasil verdadeiras universidades, que a reforma universitária era interesse unânime, as divergências estavam nos critérios da reforma e os debates, ao inspirar-se em melhorar condições de moradia e transporte, deixavam de lado a principal necessidade: a democratização da “ciência teórica” (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 17 out. 1952, p.4).

No ano 1957, a UNE organizou o *I Seminário de Reforma do Ensino Superior*, oferecendo enfoque às falhas existentes na universidade⁵². Do mesmo modo que o documento publicado em 1952, como resultado do *XV Congresso Nacional dos Estudantes*, a visão sobre a Reforma Universitária permanecia imediatista e parcelada, abordando exclusivamente problemas didáticos, sem se preocupar com a democratização do ensino. A UNE demonstrou que estava amadurecendo a perspectiva do ideário democratizante quando elegeu para sua diretoria, em 1959, uma chapa de frente nacionalista. De acordo com o discurso do acadêmico João Manoel Conrado Ribeiro, antes de ser eleito presidente da UNE,

Universidade significa expressão cultural de um povo e não apenas entidade que sirva aos interesses de uma classe ou de um grupo. Sua democratização é imperiosa. Tornar o ensino acessível às mais amplas camadas da população e lutar pela existência de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação de acordo com a realidade nacional é, por conseguinte, uma necessidade da qual os estudantes não devem e não podem abrir mão (RIBEIRO *in* JORNAL O SEMANÁRIO, 07 ago. 1959, p.7).

Assim, com essa nova diretoria, a relação entre estudantes e trabalhadores foi consolidada e, nos eventos posteriores, como o *1º Seminário Latino-Americano de Reforma*

⁵¹ O texto publicado no Jornal de Notícias está transcrito nos anexos, sob o título *Reforma Universitária – 1952*.

⁵² Este evento será mais abordado no segundo capítulo.

e *Democratização do Ensino Superior*⁵³, que ocorreu em Salvador, no ano de 1960, foi sendo fortalecida. Como Conrado expôs em seu discurso: “a solidariedade operário-estudantil é uma realidade que não se pode contestar. Ambas as classes têm problemas comuns: desenvolvimento econômico do país, progresso social e democracia” (RIBEIRO *in* JORNAL O SEMANÁRIO, 07 ago. 1959, p.7).

Não obstante, após essa proximidade dos estudantes com os trabalhadores, muitos têm saído das universidades graduados, principalmente em economia e sociologia, e colocam seus conhecimentos a serviço do proletariado, assumindo o papel de sua direção intelectual (MARIÁTEGUI, 2007). Assim, é possível considerar esses indivíduos os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, pois atingiram um nível de discussões de maior alcance político e social, defendendo interesses da sociedade civil e privilegiando também interesses político-partidários.

No seminário realizado em Salvador, o movimento estudantil, mais uma vez, teve contato com o Manifesto de Córdoba e também com o processo histórico da reforma universitária dos outros países latino-americanos. Segundo o estudante, Orlando Holanda, membro da diretoria da UNE, da gestão 1961-2, o seminário de 1960 marcou o início da luta pela reforma universitária:

No Brasil, a luta pela RU começou há uns dois anos. Sempre foi um reflexo de uma luta maior que se travava na América Latina, pela mudança da estrutura universitária destes países. Todo o estudante latino-americano vive e respira um clima de reforma. É que a América Latina também vive um clima que exige reformulações urgentes, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em maio de 1961 na Bahia (Salvador), foi um passo decisivo nesta luta. Pela primeira vez o estudante universitário teve um conclave de estudos tão sérios e bem feitos como aquele. A missão da Universidade, a realidade brasileira, foram alguns dos temas debatidos e estudados em Salvador. As conclusões deste seminário se encontram todas na ‘Carta da Bahia’, um dos mais importantes documentos sobre reforma até hoje publicados (ÚLTIMA HORA, 9 mar. 1962, p.2).

E, desse seminário de 1960, teve-se a inspiração de realizar a série dos *Seminários Nacionais de Reforma Universitária*. A primeira edição também aconteceu em Salvador, no ano de 1961, tendo maior alcance e difusão de suas ideologias por meio da publicação do

⁵³ No seminário de 1960, diferentemente do *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino* que a UNE promoveu, três anos antes, no Rio de Janeiro, os estudantes conseguiram fazer uma articulação entre as discussões pedagógicas e as políticas, obtendo maior alcance social por não tratar exclusivamente do conteúdo educacional (CUNHA, 1989, p.216).

documento sobre a reforma, intitulado *Declaração da Bahia*, citado por Holanda. A importância desse último evento foi tamanha, tanto que muitos pesquisadores da reforma universitária da década de 1960 iniciam seus estudos por ele, propiciando pouca ou nenhuma consideração ao Seminário de 1960. Apesar disso, o fato é que foi somente no início da década de 1960 que o movimento estudantil brasileiro se demonstrou capaz de conscientizar sua própria categoria e assimilar a luta dos interesses dos trabalhadores, com o objetivo de chegar a uma concepção de mundo homogênea e autônoma, ao mesmo tempo em que buscava destruir a falsa consciência formada pelas classes dominantes.

Na década de 1960, o movimento estudantil universitário brasileiro, em momento algum, faz referência aos documentos *Pró-Reforma Universitária* de 1928, ao *Manifesto aos Estudantes Brasileiros*, de 1929, e ao *Plano de Sugestões para uma reforma educacional brasileira*, de 1938. Como dito anteriormente, o documento estudado por eles no *1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior* é o Manifesto de Córdoba, que, em síntese, de acordo com Cao e Trindade, conseguiu melhorias na qualidade de ensino, renovação científica e pedagógica, autonomia institucional, maior abertura social, expansão popular, demissão dos docentes catedráticos vitalícios, democratização e participação discente nas decisões da universidade (TRINDADE, 2011; CAO, s.d.).

1.2. A situação do ensino brasileiro na década de 1960

Na década de 1960, o sistema educacional brasileiro apresentava limitações quantitativas e qualitativas, sendo incapaz de estender as oportunidades educacionais a todos os indivíduos da nação. O ensino primário atendia pouco mais da metade de todas as crianças em idade escolar⁵⁴, em instituições que funcionavam com escassos recursos governamentais, os quais eram distribuídos desigualmente entre as regiões do país e entre cidade e campo, resultando em baixos rendimentos escolares e alto índice de evasão. O ensino secundário e, principalmente, o superior apresentavam caráter extremamente seletivo, apontando a existência de um afunilamento econômico e financeiro dentro do sistema. A contribuição dos poderes públicos para esses níveis de ensino aparecem como complemento da iniciativa

⁵⁴ Em 1964 o total de crianças de 7 a 14 anos no Brasil era de 13.228.242 e somente 65,06% delas frequentavam a escola (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1965, p.400).

privada, que dominava 66,3% dos cursos do ensino secundário (principalmente da modalidade ginasial)⁵⁵ e 53% do superior (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1964, p.343-4; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1965, p.411-25). Respondendo aos seus interesses e aos de sua clientela, a iniciativa privada manipulava os cursos como produtos comercializáveis, despreocupada em ofertar cursos necessários para o crescimento econômico e o progresso social brasileiro.

Os universitários, por possuírem condições de acesso ao conhecimento intelectual e às questões políticas, estavam mais propensos a enxergar as contradições sociais e buscar por respostas para carências não atendidas. Na década de 1960, uma parcela dos universitários, integrante do movimento estudantil, pontuou várias falhas no ensino superior, tais como: o caráter seletivo sócio-econômico do exame vestibular; a pauta do sistema de ensino em verdades absolutas e acabadas, que não incitam a curiosidade e a pesquisa; a falta de aspecto prático e interdisciplinar do sistema de avaliação; a inflexibilidade do currículo e sua inadequação com as realidades regionais; o anacronismo dos programas, que cumprem somente exigências legais, deixando de lado os interesses dos alunos e os avanços das ciências; a desproporcionalidade na distribuição de verbas entre as faculdades, variando de acordo com as forças políticas regionais, fazendo com que algumas sejam completamente equipadas (como a universidade de Minas Gerais e do Paraná) e outras sem quaisquer condições de funcionamento (como as do nordeste); a aristocracia do catedrático, bem como sua falta de esforço em atualizar seus conhecimentos; e, a ausência de democracia no governo da universidade; assim, conclui-se que a universidade não respondia ao que dela se esperava.

Para a UNE, as falhas educacionais demonstram que a educação estava inadequada no tempo e no espaço, em relação à realidade brasileira. Porém, seria “[...] utópico pensar numa reforma universitária sozinha. Ela nada adiantará sem que a estrutura global da sociedade seja modificada. Pois ela influencia, mas ao mesmo tempo, é influenciada pela sociedade” (UNE, 1963, n.p.). A UNE explicou:

A raiz de suas falhas [da universidade] está, entretanto, na estrutura. É algo que ultrapassa à universidade e se origina na composição de nossa sociedade, que é anti-democrática porque não dá as mesmas possibilidades ao homem da cidade e do campo; porque concentra o capital nas mãos de

⁵⁵ Naquele momento, o ensino secundário compreendia 4 séries do ensino comum ou ginasial (alunos com idade de 11 a 15 anos) e 3-4 séries do ensino médio ou colegial, bem como o ramo profissional (alunos com idade de 15 a 18-19 anos).

poucos; não dá possibilidades ao homem que trabalha na empresa de participar do seu governo; porque não possibilita a alfabetização a todos e nem participação do povo no governo (UNE, 1963, n.p.).

Principalmente após o *1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior*, de 1960, o movimento estudantil demonstrou amadurecimento de sua concepção de mundo, ao observar que a estrutura social, política e cultural do Brasil é historicamente antidemocrática, bem como o sistema educacional, que é produto dessa estrutura e reproduz sua ideologia. Após essa constatação, a luta passou a ser a democratização, em dois sentidos: de abertura da universidade, deixando de ser privilégio social e de participação do estudante em seu governo (UNE, 1963).

Essa constatação respondia ao cenário sociopolítico e econômico que estava se estruturando internacional e nacionalmente. Na situação internacional, basicamente a guerra fria bipolarizou o mundo, visto que, de um lado, estava o grupo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, de outro, o dos Estados Unidos da América (EUA). Esse se apresentava recuperado economicamente da Segunda Guerra Mundial, fortalecendo o sistema de trocas comerciais entre os países capitalistas industrializados e expandindo a rede de multinacionais americanas, europeias e japonesas (SINGER, 1986). Para o movimento estudantil, era inútil o Brasil tomar uma posição frente a essa disputa, visto que de nada serviria para reduzir a condição de sub-desenvolvimento que o país vivia, ao contrário, integrar-se em um dos blocos faria aumentar a distância entre países pobres e ricos, tornando a dependência do capital externo ainda maior.

Internamente, no campo econômico e financeiro, a taxa de inflação se elevava descontroladamente; partindo de uma base de 100, no ano de 1947, atingiu em 1960 o índice de 739 (BRASIL, 1962). As consequências, de acordo com relatório sobre a situação econômica e o programa de governo, publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* de outubro/dezembro de 1962, foram:

[...] desestimulou a poupança individual, prejudicou os grandes investimentos a longo prazo, desequilibrou o balanço de pagamentos, desviou recursos para ocupações estéreis; e — mais grave de tudo isso — provocou tensões sociais, pois que, ao lado do enriquecimento de um pequeno número de indivíduos, provocou penosas dificuldades para a grande massa do povo brasileiro, sobretudo a população modesta, que viu seus proventos e salários diariamente corroídos pela alta de preços (BRASIL, 1962, p.76-7).

Enquanto a tendência mundial era de expansão comercial, as exportações brasileiras, que tinham no café seu principal produto, declinavam e as importações ascendiam, gerando desequilíbrio nas contas internas (BRASIL, 1962). Mesmo se o Brasil fosse auxiliado com o programa *Aliança para o Progresso*, que ampliaria o investimento de capital externo no país a longo prazo, seria preciso programar para 1965 um grande aumento das exportações, sendo que, até o momento, os números demonstravam ser praticamente impossível atingir tal índice (BRASIL, 1962).

Com o mercado retraído, a indústria reduzia a necessidade de mão-de-obra e o desemprego começava a se elevar. Os empresários ficavam apreensivos com as dificuldades econômicas. No campo político, o governo buscava assumir uma posição de independência na política externa, distanciando-se da relação com os EUA. Esses passavam a suspeitar de ideologias comunistas no interior do governo brasileiro, assim, detectavam aliados internos contrários à política de Goulart e as estimulavam (BRUM, 1984). Da Escola Superior de Guerra emergiu a teoria da guerra interna, desestabilizando ainda mais a economia.

O desequilíbrio regional, principalmente entre Nordeste e Sul e entre campo e cidade, apresentava aspectos sombrios, exprimindo as “[...] diferenças regionais de rendas *per capita*, de estoque de capital, de taxa de investimento, e na localização do dinamismo econômico em pequena área do país, em contraste com a tendência ao empobrecimento de grande parte da população brasileira” (BRASIL, 1962, p.79). A tendência era o agravamento dos problemas sociais e a ampliação de populações urbanas subempregadas.

No campo social, os trabalhadores assalariados tornavam-se mais incisivos nas reivindicações salariais e ampliavam os sindicatos e a consciência de classes. Os trabalhadores do campo sofriam sem atendimento de saúde, pois até mesmo os favelados das cidades, geralmente, conseguiam receber mais serviços sociais. Lavradores na miséria não conseguiam sustento por falta de terras; em contrapartida, grandes expansões de terras estavam completamente ociosas, por pertencerem a proprietários privados ou ao governo. A migração do campo para as cidades era uma esperança de vida melhor. Favelas expandiram-se, assim, como o número de trabalhadores informais (SKIDMORE, 1988).

Nesse meio, a educação era vislumbrada como redentora social, principalmente pelas camadas médias⁵⁶, que a considerava um meio de ascensão social, cabendo ao Estado a

⁵⁶ Optou-se por utilizar o termo Camadas Médias, mas não se desconsidera a polêmica do termo, que é complexo e de difícil definição, assim como Classes Média. Segundo Luiz Werneck Vianna, a classe média “[...] não deriva apenas de variáveis referidas à renda das pessoas, embora a renda seja importante, mas não

responsabilidade de democratizá-la. Assumindo essa responsabilidade, em outubro de 1962, o presidente João Goulart assinou o Plano de Emergência da Educação, que apresentava medidas concretas de combate ao analfabetismo, por meio de um pacto entre as autoridades das diferentes esferas do poder. Discursando na ocasião do lançamento do Plano, o presidente destacou o fato de média de 3.400.000 crianças de 7 a 14 anos estar, naquele instante, à margem da educação (INEP, 1962).

Visando a mudança desse quadro, o Conselho Federal de Educação (CFE)⁵⁷, criado com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e por ela incumbido por meio do segundo parágrafo do artigo 92, de elaborar um Plano de Educação para cada Fundo Nacional do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior, estipulou metas quantitativas e qualitativas para cada nível de ensino⁵⁸, que deveriam ser atingidas até 1970 e estabeleceu normas que deveriam ser respeitadas pela Comissão de Planejamento da Educação (COPLED), organizada pelo governo federal (BRASIL, 1962).

Baseado nessas metas, a cada avanço de nível de ensino, o contingente de alunos era reduzido, demonstrando que, apesar dos esforços em melhorar a educação, a cada avanço de nível ainda permanecia o decréscimo das oportunidades educacionais. Segundo Fernandes, faltou para o Estado desvincular-se do papel de estado fundador de escolas e administrador do sistema nacional de educação, tornando-se um “Estado-educador”. Um Estado-educador deveria, desde o início da República, ter assumido com maior rigidez os encargos educacionais, criando, mantendo e expandindo a rede de estabelecimentos de ensino, lutando não só contra deficiências quantitativas, mas também qualitativas, a fim de garantir uma real distribuição e aproveitamento das oportunidades educacionais (FERNANDES, 1966).

determinante. Educação, ocupação, lugar de moradia, além de outras variáveis que dizem respeito à cultura, a atitudes, comportamentos, expectativas, também configuram esse estrato [...]” (2008, *on-line*).

⁵⁷ Segundo o 9º artigo da LDBEN, cabe ao CFE “sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal de ensino; [e] adotar ou propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino” entre outras atribuições não menos relevantes (LEI Nº 4.024/1961).

⁵⁸ Como meta quantitativa para o sistema educacional brasileiro, foi estipulado que deveria ser capaz de matricular 100% da população escolar de 7 a 11 anos de idade até a quarta série do ensino primário e 70% de crianças de 12 a 14 anos nas quinta e sexta séries. Como meta qualitativa, até o ano de 1970, os professores primários deveriam ser diplomados na ordem de 20% em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial. E as duas últimas séries (5ª e 6ª séries) deveriam atender os alunos em tempo integral. Para o ensino médio, a meta quantitativa era matricular, até 1970, 30% da população escolar entre 11 e 12-14 anos, nas duas primeiras séries do ciclo ginásial, e 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries. E, para o ciclo colegial, 30% dos jovens de 15 a 18 anos. A meta qualitativa era incluir estudo dirigido nos programas de ensino médio e estender o dia letivo para seis horas de atividades escolares, entre estudos e práticas educativas. Quanto ao ensino superior, a expansão da matrícula deveria incluir pelo menos metade dos concluintes do curso colegial do ensino médio e contar com pelo menos 30% de professores e alunos em tempo integral (BRASIL, 1962, p.110).

Essa situação evidenciava uma falha procedente desde a Proclamação da República, na medida em que o Estado assumiu a responsabilidade pela extensão universal de um processo de escolarização capaz de instrumentalizar a nação à participação política consciente (FERNANDES, 1966).

Segundo Bonilla, um dos fatores que conduziram a educação a esse caráter de redenção social foi a fé, comum nos latino-americanos, de que a educação pode ser um instrumento para realizar rápidas mudanças na ordem política e social, sendo responsável pela conquista de uma “situação política estável, honesta, equilibrada e eficiente”, que garantisse a democracia política e social, antes de qualquer processo de crescimento industrial e expansão econômica (BONILLA, 1962, p.45-8).

Tal fé associou a educação com a democratização, tendo se expandido com base nas ideias dos pensadores liberais e republicanos, já que defendiam a Proclamação da República e o desfrute da nação de uma educação pública universal (BONILLA, 1962). Convém destacar que essa associação não foi algo novo e produto nascido na década de 1960, com o movimento estudantil, como demonstraram os movimentos ideológicos, chamados “entusiasmo pedagógico pela educação”, os quais atingiram seu ponto culminante na década de 1920 e, posteriormente, transformaram-se em “otimismo pedagógico”. Assim foi com praticamente todas as reformas educacionais, emanadas do governo após 1930, visto que a educação apresentou caráter de redenção social. Não sendo diferente, na década de 1960, o discurso nacional-progressista que emergia dos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, também visou a correção das injustiças sociais e elevação do padrão de vida dos trabalhadores por meio da educação.

Porém, o que se percebe durante a década de 1960 é que, mesmo depois de 70 anos de governo republicano, a educação brasileira não atingiu importante progresso, pois ela “continua a ser atacada como força reacionária, regressiva e estratificadora” (BONILLA, 1962, p.45-8). Como expôs o Ministro da Educação da época, Darcy Ribeiro, o problema educacional precisa ser levado a sério, pois “ele é o grande fracasso do Estado Brasileiro, de cada cidadão e de cada um em particular. [...] É um fracasso calamitoso, sendo ele a maior barreira ao nosso desenvolvimento” (RIBEIRO, 1962, p.174)⁵⁹.

⁵⁹ O governo estava consciente dessas limitações e buscou amenizá-las, por meio de medidas apontadas pela LDBEN, em 1961, pelo Plano Nacional de Educação, em 1962, pelo Programa de Emergência da Educação, também de 1962, e pelo Plano Trienal de Educação, de 1963.

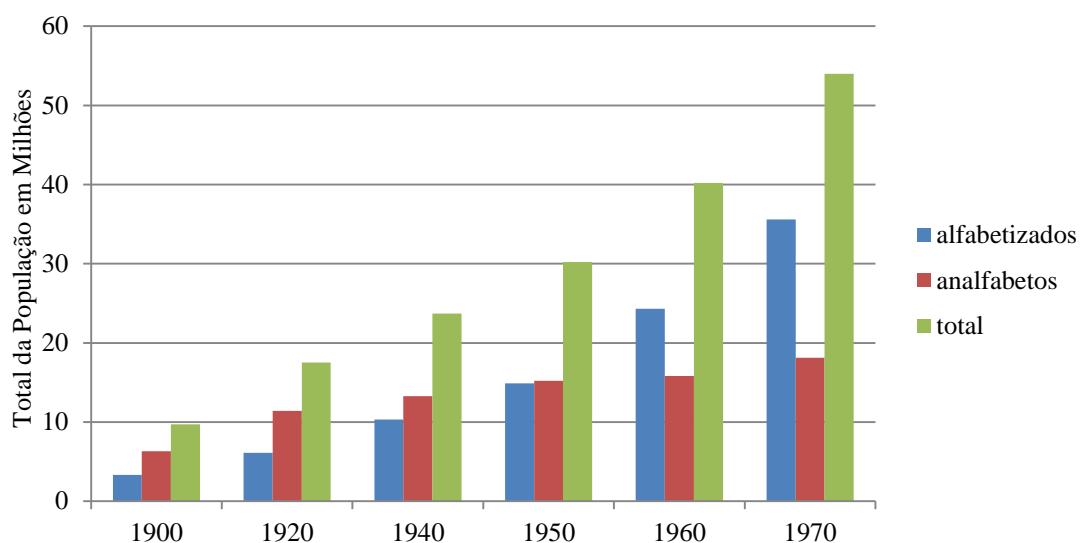
Apesar dos indicativos negativos do sistema educacional brasileiro, há de se convir com Fernandes que, no decorrer do processo republicano, ocorreram algumas conquistas educacionais⁶⁰ e “[...] progressos reais, seja na diferenciação interna do sistema nacional de educação, seja na democratização dos diferentes ramos do ensino”, que afetaram significativamente a valorização da escola, tornando-a indispensável para o aperfeiçoamento humano e intelectual (FERNANDES, 1966).

Entre as flutuações vivenciadas pela educação brasileira durante a república, em determinados momentos apresentando progressos e em outros retrocessos, não há como negar que houve um lento progresso educacional ao que concerne a luta em prol da alfabetização. Ao realizar uma sondagem nos dados demográficos da população, publicados no *Anuário Estatístico do Brasil do ano de 1976*, tem-se um indicativo de que, em 1960, mais de 60% da população total do país estava alfabetizada, sendo praticamente o dobro em relação aos dados do ano de 1900. Além do mais, com o passar dos anos, a estatística aponta para melhoramentos mais significativos; por exemplo, ao avançar para os dados do ano de 1970, em comparação aos de 1900, tem-se uma inversão quantitativa entre o montante alfabetizado e o analfabeto, como se observa no *Gráfico 1 – Proporção de alfabetizados e analfabetos na população brasileira (1900-1970)*⁶¹.

GRÁFICO 1 - Proporção de alfabetizados e analfabetos na população brasileira (1900-1970)*

⁶⁰ O Estado de São Paulo foi o que mais avançou em direção a um sistema orgânico de educação, quando ainda no final do século XIX organizou os serviços educacionais, administrativos e pedagógicos, em forma de sistema, criando “[...] órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas” (SAVIANI, 2008, p.165). E também organizou o ensino na forma de grupos escolares, eliminando as matrículas por cadeiras e classes isoladas, implicando na “[...] dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos [...]” (SAVIANI, 2008, p.165). Porém, essa reforma do ensino paulista não chegou a se consolidar definitivamente e retornou ao debate somente após a Revolução de 1930.

⁶¹ Florestan Fernandes utilizou os mesmos dados citados até o ano de 1950, com base no *Anuário Estatístico do Brasil: 1959* (FERNANDES, 1966).



* Os dados referem-se à população de pessoas de 15 anos e mais.

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil: 1976* - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1976, p.59.

Mas, ao aprofundar-se na análise dos dados, é perceptível uma grande limitação do sistema educacional. Apesar do índice de alfabetizados ter crescido sete vezes, entre o ano de 1900 e de 1960, acompanhando o aumento de unidades escolares primárias, que também gira em torno de 7 vezes⁶², o índice de analfabetos ainda é praticamente 2,5 vezes maior, mesmo tendo sido reduzido em proporção à população total. Isso comprova a existência de um estrangulamento no sistema educacional, devido ao rápido crescimento da população jovem.

Segundo relato do Ministro da Educação, Darcy Ribeiro, em 1962 existiam quatro milhões de crianças que não frequentavam escolas primárias por falta delas, entre jovens de 12 a 18 anos; o país só conseguia matricular nove a cada cem jovens no ensino secundário e, a cada dois adultos brasileiros, um era analfabeto (RIBEIRO, 1962). Esses dados colocavam o Brasil na terceira posição de atraso educacional entre os países da América Latina.

A LDBEN discretamente apontava o estrangulamento existente no sistema educacional, no artigo 30, e seu parágrafo único permitia isenção de pais de família ou responsável por uma criança em idade escolar de fazer prova de matrícula desta (documento

⁶² O índice de unidades escolares em 1907 é de 12.448 e em 1960 é de 95.938 (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1953 e ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1962). Não há dados nos Anuários Estatísticos do IBGE de unidades escolares em 1900, visto que a primeira publicação de um Anuário foi entre 1916 e 1927, contendo dados dos anos de 1908 a 1912 (HASEANBALG, 2006).

necessário para admissão em cargos públicos), caso comprovada a insuficiência de escolas. Como se pode observar:

Art.30: Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprêgo em sociedade de economia mista ou emprêsa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar.

Parágrafo único. Constituem casos de isenção, além de outros previstos em lei:

- a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável;
- b) insuficiência de escolas;
- c) matrícula encerrada;
- d) doença ou anomalia grave da criança (LEI N° 4.024/1961).

Importante frisar que esse mesmo parágrafo praticamente anula o poder público da obrigatoriedade escolar do ensino primário, proposto pelo artigo 27: “Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional [...]” (LEI N° 4.024/1961). Segundo Romanelli, a conclusão a que se pode chegar é que “[...] os poderes públicos simplesmente resolveram oficializar uma situação anormal existente, sem se darem cuidado de corrigi-la ou pelo menos atenuá-la” (ROMANELLI, 1978, p.181).

Além disso, apesar dos dados não constatarem, segundo Bonilla, muitos dos considerados alfabetizados são na verdade analfabetos funcionais. Assim, não apresentam qualquer comportamento ou habilitação visados pela legislação e programas educacionais de desenvolvimento do civismo democrático (BONILLA, 1966).

Como explica Fernandes (1966), os avanços são limitados, pois a educação que se tem numa sociedade subdesenvolvida econômica, cultural e socialmente, como no caso do Brasil, fatalmente também é subdesenvolvida. Visto que,

as condições ambientes que interferem de modo negativo nas representações sobre a importância da educação escolarizada, o uso de técnicas pedagógicas, o padrão de integração e de diferenciação das atividades educacionais, etc., tendem a rebaixar os níveis de aspiração educacional e a diminuir a contribuição construtiva da educação escolarizada para a mudança econômica, social e cultural (FERNANDES, 1966, p.42).

Essa relação entre as “condições ambientes”, ou seja, entre o subdesenvolvimento econômico, cultural e social impede a aceleração do desenvolvimento educacional, ao deixar de atender necessidades essenciais, muitas vezes, por escassez de recursos materiais e/ou

humanos, e também pela falta de técnicas pedagógicas apropriadas ao contexto brasileiro, já que as técnicas transplantadas do exterior não são devidamente apropriadas para a realidade do país e, por conseguinte, contribuem para a conservação da ordem social antiquada, antinacional e obsoleta, continuando a apresentar os mesmos princípios aristocratizantes do antigo sistema educacional existente antes da República. Por esses motivos, Bonilla considera que “o sistema escolar não é nem nacional, nem democrático, nem genuinamente educacional” (BONILLA, 1962, p.69)⁶³.

Relacionando-se o número de matrícula geral do ensino primário com o do ensino secundário, no ano de 1963, tem-se a informação de que este atende 5,4 vezes menos estudantes do que aquele⁶⁴, como se pode observar na *Tabela 2 – Expansão da Educação Brasileira (1930-1962/3)*. Relacionando-se a matrícula geral do ensino primário com dados do ensino superior, o valor é mais assombroso, sendo de 86,1 vezes menos estudantes (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1964; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1965; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1966).

TABELA 2 - Expansão da Educação Brasileira (1930 -1962/3)

| Unidades escolares, Matrícula geral, relação da educação com a população brasileira e crescimento da população e da educação entre 1940 e 1962/3, organizadas por modalidades de ensino | | | | | |
|---|------------|-----------------------------------|---------------------------|--|---|
| <i>População do Brasil</i> | <i>Ano</i> | <i>População</i> | <i>Situação dos dados</i> | | <i>Índice de crescimento</i> |
| | 1940 | 41.236.315 | recenseada | | Crescimento entre 1962/3 e 1940 é média de 1,85 vezes mais pessoas. |
| | 1950 | 51.944.397 | recenseada | | |
| | 1960 | 70.119.071 | recenseada | | |
| | 1962 | 75.671.000 | estimativa | | |
| | 1963 | 77.521.000 | estimativa | | |
| Modalidades de ensino | <i>Ano</i> | <i>Unidades Escolares/ Cursos</i> | <i>Matrícula Geral</i> | <i>% da Matrícula em relação a população</i> | <i>Índice de crescimento</i> |
| <i>Ensino Primário</i> | 1940 | 41.670 | 3.302.857 | 8% | |

⁶³ Segundo Bonilla, se a análise se debruçar nos dados somente do ensino primário ter-se-á a comprovação de que, no início da década de 1960, praticamente metade das crianças em idade primária (7 aos 12 anos) nem sequer chegaram à escola (BONILLA, 1962). Essa estimativa não pôde ser comprovada com base nos Anuários Estatísticos, visto que os mesmos não apresentam dados do ano de 1960, do total de crianças em idade escolar que frequentam ou não instituições escolares. Porém, por meio do Anuário Estatístico de 1965, é possível afirmar que, no ano de 1960, pouco mais da metade das crianças de 10 a 14 anos (62,28%) sabiam ler e escrever, o que hipoteticamente comprova que pouco mais da metade das crianças dessa faixa etária frequentaram o ensino primário (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – IBGE, 1966).

⁶⁴ Infelizmente, não foram encontrados os valores das conclusões de curso do ensino primário para poder relacionar com o número de matrículas no ensino médio.

| | | | | | |
|--|----------|---------|-----------|--------|--|
| | 1950 | 78.340 | 5.175.887 | 9,96% | Crescimento entre 1940 e 1963 é de 2,77 vezes mais cursos e 2,81 vezes mais matrículas |
| | 1 960 | 95.938 | 7.458.002 | 10,63% | |
| | 1963 | 115.710 | 9.299.441 | 11,99% | |
| <i>ginasial e colegial - secundário e técnicos</i> | 1940 | 821 | 170.057 | 0,41% | Crescimento entre 1940 e 1963 é de 10,15 vezes mais cursos e 10,11 vezes mais matrículas |
| | 1950 | 1.993 | 389.762 | 0,75% | |
| | 1 960 | 6.767 | 1.177.427 | 1,68% | |
| | 1963 | 8.339 | 1.719.589 | 2,21% | |
| <i>Ensino Superior</i> | 1940 | 258 | 20.017 | 0,05% | Crescimento entre 1940 e 1962 é de 5,07 vezes mais cursos e 5,39 vezes mais matrículas |
| | 1950 | 435 | 43.958 | 0,08% | |
| | 1960 | 1.115 | 93.202 | 0,13% | |
| | 1962 (1) | 1.310 | 107.963 | 0,14% | |
| (1) Não consta dados dos ensino superior de 1963 no Anuário de 1964, por isso, utilizaram-se os dados de 1962. | | | | | |
| Fonte: elaborada pela autora, a partir de dados de 1940 e 1950, extraídos do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1953 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1953; dados de 1960, extraídos do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1960 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1960; dados de 1962 e 1963, extraídos do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1964 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1964. | | | | | |

Um dos fatores é que os estabelecimentos de ensino e o volume de esforço educacional público diminuem ao se passar do ensino primário para o ensino secundário e, ainda mais, em relação ao ensino superior, apresentando um caráter extremamente seletivo nesses níveis. Como aponta a UNE,

[...] possui um caráter seletivo sócio-econômico mais acentuado do que no curso secundário, onde se acham matriculados 1 milhão e 300 mil alunos para uma população de 70 milhões de habitantes. O número de matrículas nos cursos superior é de 101.581⁶⁵. Só os que tem tempo e dinheiro podem frequentar os “cursinhos” pré-vestibulares. Há ainda os “pistolões” e “recomendações”(UNE, 1963, n.p.).

Tais fatos indicam que a educação não está diretamente relacionada com aptidões individuais, mas sim, com capacidades de ordem econômica e financeira, daí o fato desses ramos do ensino serem praticamente dominados pela iniciativa privada (FERNANDES, 1966).

⁶⁵ Esse é exatamente o total de matrícula geral do ensino superior de 1961, recenseado pelo ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - IBGE.

Além disso, a vantagem da iniciativa privada foi ampliada com a promulgação da LDBEN, que, em seu artigo 95, legalizou a cooperação financeira do Estado também para estabelecimentos de ensino particulares, para que pudessem comprar, construir ou reformar os prédios escolares, suas instalações e equipamentos (LEI Nº 4.024/1961). Essa prevalência do privado sobre o público na LDBEN condiz com o Substitutivo Lacerda do ano de 1959 e, segundo críticas de Anísio Teixeira ao substitutivo: “realmente, parece que algo de incoercível compele o país a fazer do público o privado, ou seja, a dar ao privado as regalias e privilégios do público” (TEIXEIRA, 1960, p.16).

Como diz Romanelli, esse fato era um absurdo em termos de justiça social, para uma época em que o país “[...] não tinha recursos para estender sua rede oficial de ensino, de forma que atingisse toda a população em idade escolar e que, por isso mesmo, marginalizava quase 50% dessa população [...]”, porém, era algo perfeitamente adequado para a ordem social vigente e para as classes dominantes (ROMANELLI, 1978, p.182).

Enquanto cabia ao poder público sustentar praticamente 90% da educação primária, indicando pouco interesse da iniciativa privada por esse nível, no ensino médio, mais de 65% dos cursos eram de caráter particular, assim como 56,5% do corpo docente, 60,6% das matrículas e 64,4% das conclusões de curso (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1965; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1966). A contribuição da iniciativa privada para o ensino secundário foi “[...] sem dúvida nenhuma fecunda e necessária, difundindo no Brasil técnicas de instrução essenciais para a educação dos jovens e o progresso cultural da Nação” (FERNANDES, 1966, p.20). Mas, infelizmente, esse processo ocorreu de modo restrito, inviabilizando o acesso dessa instrução às camadas da população que não poderiam arcar com o custeio, expressando o poder econômico e a influência social das camadas mais ricas da sociedade.

Analisando com base no ângulo dos poderes públicos, é perceptível a negligência do Estado nas responsabilidades perante os setores do ensino “extraprimário”⁶⁶, deixando-o caracterizado por um processo desumano e seletivo, baseado no privilégio social, sem definir uma política educacional que contribua para o desenvolvimento da nação. Essa educação privilegiada atende aos interesses de sua clientela, que ainda na década de 1960 reflete objetivos do sistema aristocrático, pouco ou nada contribuindo para a expansão do ensino

⁶⁶ Nos Anuários do IBGE, o termo extraprimário refere-se a todo ensino posterior ao primário. O termo aparece como um título que carrega três subtítulos: ensino comum, médio e superior. No caso, o ensino comum ou ginásial e o médio ou colegial, bem como o ramo profissional compreendiam o ensino secundário. Em diversos momentos, nos anuários, o ensino médio é tratado como sinônimo de ensino secundário.

científico-tecnológico, necessário para o crescimento econômico e o progresso social brasileiro (FERNANDES, 1966).

A contribuição dos poderes públicos para a educação de nível médio aparece como caráter de complemento da iniciativa privada: “[...] apesar do dispositivo constitucional que declara ser assegurado preparo secundário e universitário gratuito a todo aquele que tiver necessidade, a capacidade de pagar entra, decisivamente, nessa conjuntura” (BONILLA, 1962, p.52). Desse modo, a LDBEN, no artigo 21, permite que sejam cobradas anuidades em escolas públicas de ensino médio e superior, mantidas por fundações, no entanto, os alunos que comprovarem pobreza deverão estar isentos (LEI Nº 4.024/1961).

Como alerta Anísio Teixeira, foi “com a República, [que] tivemos modesta exaltação de consciência pública e lançamos as bases de um sistema dual de educação: escola primária e profissional para o povo e a escola secundária e superior para a elite” e, com a LDBEN promoveu-se a

[...] oficialização dos colégios particulares e o reconhecimento do seu direito de participar dos órgãos de direção do ensino. À primeira vista, parece que a tendência é do particular se fazer público. Mas se aprofundarmos a análise, vemos que o particular não é convocado a agir como público, mas, muito pelo contrário, é convocado a participar dos órgãos públicos, no caráter de privado e para representar, dentro do público, o privado. Ora, isto é, exatamente, dar ao privado as regalias do público (TEIXEIRA, 1960, p.16).

Anísio Teixeira, enquanto diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1962, elaborou as *Bases Preliminares para o Plano de Educação Relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário* e nele deixou evidente que

a própria distribuição dos recursos federais em parcelas iguais para os três níveis de ensino indica que a União reconhece sua ação suplementar e não deseja assumir a responsabilidade dos sistemas de ensino em seus três níveis, mas auxiliar os serviços locais de educação, oferecendo ajuda maior, proporcionalmente, aos ensinos de nível médio e superior (TEIXEIRA, 1962, p.99).

Essa ação suplementar fortalece o caráter aristocrático da educação nacional. Como asseverou Teixeira, em 1960, ao criticar o Substitutivo Lacerda,

A própria divisão igualitária dos recursos federais para a educação superior, média e primária, que se apresenta como progresso democrático,

só engana a quem deseja enganar-se. Sendo de 12 milhões o número de crianças de escola primária, a quem se deve educação, e de 6 milhões o número de alunos matriculados; de 1 milhão o número de alunos da escola média; e de 70 mil, o de ensino superior - a divisão dos recursos em partes iguais só ilude a quem quiser iludir-se. Na realidade, está-se ajudando o ensino médio seis vezes mais do que o primário e o superior cerca de mil vezes mais (TEIXEIRA, 1960, p.16).

Por sua vez, considerando-se que o ensino médio e o superior eram, em sua maioria, sustentados pela iniciativa privada, é evidente que o poder público suplementava tal iniciativa.

O ensino secundário e o superior, na década de 1960, não se redefiniram para poder auxiliar e contribuir na promoção social do país e no seu desenvolvimento econômico. Essa conclusão serve ainda mais para o ensino superior, que desde sua criação não buscou relacionar-se com toda a sociedade e suas necessidades, funcionando apenas como legitimadora das classes dominantes; também, não se importou com a sua qualidade e sua real utilidade, somente com o título que poderia conferir (FERNANDES, 1975). Como aponta a UNE:

O estudantado é parcela privilegiada do povo porque, por motivos econômicos, sociais, etc. tem acesso à Universidade que distribui diplomas que, na sociedade atual, funcionam como meio de ingresso nos postos de comando, através do prestígio social que conferem (UNE, 1963, n.p.).

E continua, expondo que a educação assumiu um conceito errôneo, ao justificar a exploração de uma classe sobre a outra, visto que

os formandos, cerca de 90% vindos das classes mais altas, serão, na maioria, os dirigentes nos mais diversos setores da vida nacional. Enquanto permanecem do outro lado 50% de analfabetos que não têm direito nem sequer de participar do processo de escolha dos governantes (UNE, 1963, n.p.).

Segundo Fernandes, há três fatores que empobreceram a estrutura funcional da instituição de ensino superior, transplantada da Europa. Primeiro, a necessidade de reorganizar o poder político e adaptar o Brasil aos requisitos de uma metrópole, para receber a corte portuguesa transferida para a colônia, o que implantou uma política educacional superior estreita e imediatista. Desse modo, introduziu-se não o mesmo modelo de universidade portuguesa, mas sua sedimentação, por meio de unidades intermediárias

chamadas faculdades ou simplesmente escolas superiores. Segundo, o isolamento dos cursos superiores e o interesse de utilizá-los como elo para chegar à modernização; ainda, com o progresso europeu, transplantaram não só a sua estrutura e a organização, mas também a cultura. Esse movimento impediu o enriquecimento dos conteúdos do ensino superior com o pensamento interno do país e sua independência. Como avaliou a UNE, existe “a inflexibilidade dos currículos, desajustados à realidade regional e mesmo nacional é a consequência da concepção de ensino que ainda vigora entre nós” (UNE, 1963, n.p.). Terceiro, imediatismo da sociedade brasileira, que carecia apenas de técnico-profissionais para preencher vagas burocráticas do poder político e das profissões liberais, relacionadas principalmente com a advocacia, a medicina e a engenharia. Desse modo, a escola superior brasileira foi empobrecida ao eximir-se de uma formação humanista, científica e tecnológica, desfazendo-se da potencialidade de uma verdadeira universidade (FERNANDES, 1975).

Diferentemente de alguns países hispânicos, que tem tradição e valorização na instrução universitária, o primeiro agrupamento de instituições isoladas só ocorreu no Brasil depois de 1937. Antes desse agrupamento, foram criadas novas organizações estruturais universitárias, observadas, por exemplo, nas Universidades de São Paulo e Minas Gerais e, mais intensamente, nos planos da formação da nova Universidade de Brasília. Também, pode-se elencar nesse quesito a criação de faculdades de filosofia, visando preparar professores qualificados para a escola secundária (BONILLA, 1962).

A partir da década de 1950, a própria sociedade civil passou a reivindicar com mais intensidade o crescimento, a utilidade e a qualidade das universidades, porém, mesmo com políticas governamentais de expansão, as universidades não passaram de conglomerados de escolas superiores isoladas, que mantiveram sua estrutura tradicionalista e elitista (FERNANDES, 1975). Na década de 1960, a promulgação da LDBEN reforça a coexistência, no ensino superior, de estabelecimentos isolados e de estabelecimentos “agrupados” em universidades. Destaca-se o termo “agrupados”, visto que a Lei não especifica quais os critérios que definem uma instituição universitária e deixa a cargo do Conselho Federal de Educação a incumbência de decidir sobre o reconhecimento das mesmas (LEI Nº 4.024/1961).

O ensino superior sofreu intensa expansão quantitativa nas décadas anteriores a 1960, principalmente, na de 1950. Nela se fundaram nada menos que 60% dos cursos existentes até 1950, como é possível observar com base na *Tabela 2 – Expansão da Educação Brasileira (1930-1962/3)*. Em 1950, o total de cursos superiores era de 435, enquanto que,

em 1960, a cifra era de 1.115 cursos. Do mesmo modo, houve um aumento substancial das matrículas em pouco mais de duas vezes.

De acordo com Fernandes, essa expressiva expansão do ensino superior foi resultado: “1º) das pressões naturais, nascidas do intenso crescimento constante do ensino médio; 2º) de medidas improvisadas e altamente demagógicas de criação e elevação das oportunidades educacionais sem qualquer critério responsável” (FERNANDES, 1975, p.38-9). Porém, tal crescimento ainda não era nada democrático e nem democratizante, portanto, não alterando a realidade da educação brasileira, que estava sendo ainda mais comercializada e servindo a poucos privilegiados.

Nessa conjuntura, o *Plano de Metas Educacionais*, elaborado pelo CFE, para que o Comissão de Planejamento da Educação (COPLLED) pudesse desenvolver o já citado *Plano Nacional de Educação*, sugeriu que o ensino superior federal não fosse expandido além das Universidades e das escolas isoladas existentes, mas que tentasse intensificar a produtividade de seus cursos, ampliando suas matrículas e buscando melhor integração das escolas incorporadas às Universidades (BRASIL, 1962).

Os dados organizados na tabela 2, sobre a expansão do ensino no Brasil, sugerem que o ensino superior é elitista, estando no topo de uma pirâmide de extensa base. Desse modo, com os dados de 1962/3, pode-se afirmar que a base da pirâmide (ensino primário) é composta por 83,5% de estudantes, enquanto que em seu miolo (ensino secundário) estão 15,5% e no topo (ensino superior) somente 1%.

Desse modo, apesar da expansão do ensino superior, que entre 1940 e 1962 apresentou 5,07 vezes mais cursos e 5,39 vezes mais matrículas, não chegou a garantir nem mesmo que 1% da população total do país cursasse essa modalidade; para ser mais exato, somente 0,14% da população tinha acesso ao ensino superior, ou seja, a cada 700 habitantes, 1 estava matriculado (ver tabela 2).

Além de ser baixíssimo o número de pessoas nas universidades, o aproveitamento do sistema educacional brasileiro ainda se limitava à formação de profissionais liberais. Para se ter uma ideia, toma-se como base os dados da *Tabela 3 – Ensino Superior (1962)*; as três escolas tradicionais brasileiras estão no *ranking* das matrículas gerais. Direito, Engenharia e Medicina, juntas, dominam 56% do total de matrículas. Esses dados indicam que “o ensino superior sofre uma espécie de estrangulamento, ocasionado e mantido pela influência que os interesses associados às profissões liberais exercem em sua organização e na orientação da procura” (FERNANDES, 1975, p.46).

TABELA 3 - Ensino Superior (1962)

| Cursos, número de Cursos, Corpo docente Matrícula Geral e Conclusões de Curso no Brasil, por dependência administrativa, organizados em ordem decrescente, segundo a matrícula geral | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| CURSOS | Número de Cursos | | | corpo docente | | | Matrícula Geral | | | conclusões | | |
| | Total | Público | Privado | Total | público | privado | Total | público | privado | Total | público | privado |
| BRASIL | 1.310 (100%) | 616 (47%) | 694 (53%) | 26.802 (100%) | 16.516 (61,6%) | 10.286 (38,4%) | 107.963 (100%) | 64.394 (59,6%) | 43.569 (40,4%) | 19.472 (100%) | 10.854 (55,7%) | 8.618 (44,3%) |
| Diplomacia e Direito | 61 | 28 | 33 | 1.517 | 761 | 756 | 26.245 | 13.521 | 12.724 | 3.692 | 2.078 | 1.614 |
| filosofia | 741 | 275 | 466 | 7.945 | 3.121 | 4.824 | 23.851 | 11.163 | 12.688 | 6.561 | 2.471 | 4.090 |
| Engenharias | 91 | 70 | 21 | 6.055 | 5.182 | 873 | 13.725 | 10.351 | 3.374 | 2.015 | 1.588 | 427 |
| medicina | 31 | 22 | 9 | 2.239 | 1.933 | 306 | 10.886 | 8.754 | 2.132 | 1.348 | 1.087 | 261 |
| Economia | 84 | 39 | 45 | 1.789 | 922 | 867 | 10.769 | 4.837 | 5.932 | 1.432 | 586 | 846 |
| odontologia | 38 | 29 | 9 | 1.263 | 994 | 269 | 5.649 | 4.385 | 1.264 | 1.317 | 989 | 328 |
| Agricultura e Agrimensura | 17 | 14 | 3 | 618 | 553 | 65 | 2.685 | 2.490 | 195 | 394 | 363 | 31 |
| farmácia | 22 | 21 | 1 | 543 | 526 | 17 | 2.007 | 1.960 | 47 | 432 | 422 | 10 |
| Artes doméstic. e Artístico | 80 | 51 | 29 | 995 | 522 | 473 | 1.992 | 1.161 | 831 | 485 | 213 | 272 |
| serviços sociais | 32 | 2 | 30 | 688 | 58 | 630 | 1.979 | 150 | 1.829 | 268 | 23 | 245 |
| Arquitetura | 9 | 7 | 2 | 475 | 408 | 67 | 1.932 | 1.522 | 410 | 284 | 234 | 50 |
| Enfermagem | 39 | 15 | 24 | 1.302 | 571 | 731 | 1.302 | 732 | 570 | 417 | 197 | 220 |
| ADM pública e privada | 10 | 6 | 4 | 226 | 122 | 104 | 1.181 | 470 | 711 | 149 | 50 | 99 |
| veterinária | 9 | 9 | 0 | 274 | 274 | 0 | 923 | 923 | 0 | 145 | 145 | 0 |
| jornalismo | 15 | 5 | 10 | 218 | 62 | 156 | 686 | 242 | 444 | 77 | 25 | 52 |
| Educação Física | 9 | 7 | 2 | 253 | 226 | 27 | 626 | 592 | 34 | 126 | 115 | 11 |
| Biblioteconomia e museologia | 8 | 6 | 2 | 96 | 67 | 29 | 469 | 408 | 61 | 130 | 115 | 15 |
| psicologia | 3 | 1 | 2 | 73 | 12 | 61 | 354 | 56 | 298 | 42 | 12 | 30 |
| nutrição | 4 | 4 | 0 | 75 | 75 | 0 | 261 | 261 | 0 | 71 | 71 | 0 |
| estatística | 2 | 1 | 1 | 43 | 24 | 19 | 255 | 244 | 11 | 27 | 21 | 6 |
| Química industrial | 4 | 4 | 0 | 103 | 103 | 0 | 172 | 172 | 0 | 49 | 49 | 0 |
| serviços de transporte | 1 | 0 | 1 | 12 | 0 | 12 | 14 | 0 | 14 | 11 | 0 | 11 |

Fonte: elaborada pela autora, a partir de dados brutos, extraídos do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1964 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1964, p.343-4.

Esse estrangulamento expressa a predominância dos interesses econômicos e políticos da elite, que hipoteticamente podem ser expandidos por essas profissões liberais. Esse mesmo estrangulamento não é minimizado pela iniciativa privada, que absorve somente 19% das matrículas de Medicina, 24% de Engenharia e 48% de Direito (ver tabela 3). Além disso, apresenta praticamente o mesmo índice de conclusões de curso, mantidos pela dependência pública. A explicação desse fenômeno está no alto custo que esses cursos representam para a iniciativa privada, os quais, por sua vez, conduzem à conclusão de que, mesmo na iniciativa pública, os mecanismos escolares estão se adaptando aos interesses sociais das classes privilegiadas, sem atender a uma real política educacional que beneficie toda a população.

O *Plano Trienal de Educação*, publicado em 1963, é reflexo desse fenômeno, ao centralizar esforços para ampliar oportunidades educacionais em três cursos. O primeiro a ser considerado é o curso de Engenharia, que, segundo o Plano Trienal, deveria receber mais investimentos para formar técnicos de nível superior, requeridos pelo mercado de trabalho e com especializações para atividades de manutenção, produção e direção na indústria (MEC, 1963). O segundo curso, abordado pelo Plano Trienal, é o de Medicina, que deveria receber auxílio financeiro para possibilitar a ampliação de suas matrículas e a elevação do nível de ensino, para assim ser capaz de formar pessoal técnico, científico e profissional que atenda as necessidades do desenvolvimento médico (MEC, 1963). E, por fim, o terceiro curso contemplado era o de Filosofia, ou seja, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, responsáveis, desde a Reforma Francisco Campos, de formar professores para compor o quadro de magistério do ensino médio, os quais deveriam ter recursos pessoais e equipamentos voltados para o aperfeiçoamento do magistério para o nível médio. Desse modo, o novo currículo de matérias fundamentais para as últimas séries do ensino secundário, estabelecido pelo CFE, a pedido da LDBEN, deveria ser incorporado para instrução e preparação dos futuros professores (MEC, 1963).

A conclusão a que se pode chegar é que, tanto o ensino superior público, quanto o privado “tendem para o mesmo padrão, que tem vigência universal e produz, em toda parte, os mesmos efeitos estruturais e dinâmicos – a escola superior especializada, isolada e autárquica” (FERNANDES, 1975, p.56). Portanto, permanece com um ensino improdutivo, não valorizando o conhecimento científico e tecnológico, mas o título que pode ser obtido por meio da universidade e sem qualquer inovação criadora.

Outro dado a ser considerado é o aparente excesso de professores em relação ao número de matrículas (em 1964, a relação é de 4 alunos por professor), que quantitativamente supõe qualidade do ensino. Porém,

[...] mascara, com poucas exceções, um sistema de instrução irregular, acidental, rotineira, com poucos contatos entre estudantes e professores fora das situações em que o preenchimento de certas transações burocráticas requer um encontro. Os professores são, em sua esmagadora maioria, de tempo parcial, exercendo duas, três e quatro ocupações distintas (BONILLA, 1962, p.54).

Assim, não é por acaso que muitas das reivindicações dos movimentos estudantis, não só do Brasil, bem como de toda América Latina, focalizaram nos problemas administrativos da universidade e na seleção e direitos dos professores uma das soluções para a melhoria da qualidade de ensino.

Porém, é importante frisar que todos os dados apresentados neste tópico apontam que visar na reforma educacional a primeira mudança necessária, como tentativa de elevar os níveis tecnológicos e produtivos do país, é uma abordagem fragmentária e, certamente, com resultados infrutíferos e ineficazes, pois somente uma reestruturação generalizada das relações sociais poderá adquirir eficiência.

Os dados de todos os níveis de ensino, principalmente do superior, fazem cair por terra o senso comum e a crença de que a sociedade brasileira é uma sociedade aberta e democrática. No ensino superior é onde fica mais visível a natureza de classes da educação brasileira, visto que é limitado basicamente a jovens de camadas médias. A escola consolida status e não apresenta mobilidade, não oferecendo oportunidades de experiências entre as diferentes posições de classe.

2. A PROPOSTA DE REFORMA UNIVERSITÁRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL

A Reforma Universitária destina-se a transformar a estrutura universitária de tal modo que ela venha a cumprir sua missão primeira, que é a de ser o cérebro da sociedade. Não se pode de maneira alguma falar em Universidade sem trazer a ideia de sociedade. A primeira vive em função da segunda e a Universidade tem a missão de captar as ânsias do todo social e formulá-las teoricamente. É sua missão dar os elementos necessários para que os anseios sociais sejam satisfatórios.

(Acadêmica paranaense Priscila Dalledone, 1962)

A teorização e as mobilizações do movimento estudantil, perante a defesa da reforma universitária, dos anos finais da década de 1950, até o golpe civil-militar de 1964, entraram na dinâmica de contestação do capitalismo, questionando os valores sócio-culturais e econômico-políticos pré-estabelecidos. Como pode-se perceber na epígrafe extraída de uma entrevista da acadêmica Priscila Dalledone, coordenadora da comissão de divulgação do *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, ao *Jornal Última Hora*, no ano de 1962, a reforma universitária relacionava-se diretamente à transformação da sociedade. De acordo com a *Carta de Princípios da bancada da UPE*⁶⁷, enviada ao *Congresso Nacional dos Estudantes* no ano de 1963, os estudantes visavam o progresso da nação numa “[...] perspectiva humanista de justiça social, onde o homem brasileiro possa sair deste pauperismo que o esmaga” e desvincular-se do “[...] liberalismo econômico antihumano e necessariamente antidemocrático [...]”, que lhe foi imposto pela adesão política, econômica e ideológica do país ao capital exterior, o que contribuiu para colocar o país na posição de subdesenvolvido. Sob esse posicionamento ideológico de esquerda, assumido pelo movimento nacional, desde os anos finais da década de 1950, e pelo movimento estadual, desde 1961⁶⁸, os estudantes situaram-se “[...] dentro da ampla frente que ora se forma de operários, camponeses, parlamentares nacionais, intelectuais e militares progressistas

⁶⁷ Este documento encontra-se em Anexo.

⁶⁸ É preciso lembrar que nem todos os movimentos estudantis foram politizados no mesmo sentido e não se descarta a existência de combates com ideologias de direita no interior dos movimentos (SANFELICE, 1986, p.12-4).

“[...]alinhados as tendências nacionalistas, definindo o movimento como um setor de contra-hegemonia, ou de resistência à hegemonia das classes dominantes, na época em que a predominância era a internacionalização econômica (CARTA DE PRINCÍPIOS, 20 jul. 1963, n.p.)⁶⁹.

A evolução da conscientização estudantil iniciou-se com apontamentos das falhas da universidade, passou pela teorização da relação existente entre as questões pedagógicas com o contexto histórico, político, econômico e social, chegando à elaboração de mecanismos táticos de ação para lutar pela reforma universitária, pelo progresso do país e pela transformação social. Esse desenvolvimento, a nível nacional, é o foco deste capítulo. Iniciou-se a análise com o *I Seminário de Reforma do Ensino Superior*, que aconteceu no ano de 1957, ganhando um tópico especial para a participação estudantil paranaense (segundo tópico), passando pelos Congressos Nacionais, que debateram sobre a Reforma Universitária e pelo *I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior*, do ano de 1960, dando enfoque especial para os documentos produzidos nos *Seminários Nacionais de Reforma Universitária* - promovidos pela UNE, nos anos de 1961, 1962 e 1963 - e no *Plano de Mobilização em prol à reforma*, elaborado no início de 1964, durante reunião ordinária do *Conselho Nacional dos Estudantes*. Esses documentos influenciaram as ações do movimento estudantil estadual, principalmente, após o ano de 1962, quando a direção da UPE alinhou-se à entidade máxima nacional (UNE), ambas sob gestão de membros da Juventude Universitária Católica (JUC). Resguardou-se o desenvolvimento do movimento paranaense para o terceiro capítulo.

2.1 Desenvolvimento da Reforma Universitária do movimento estudantil nacional

Na década de 1960, a maioria dos estudantes universitários era originária da camada média social⁷⁰, mas com relativa autonomia em relação a sua classe de origem, pois grande parte de suas ações eram contrárias aos interesses dessa classe, visto que posicionavam-se como intelectuais capazes de defender a criação de uma identidade nacional do povo

⁶⁹ As citações foram extraídas de um recorte de jornal sem identificação, datado de 20/07/1963 (anotação manual), que apresenta o texto da Carta de Princípios da Bancada do Paraná, a ser enviada ao XXVI Congresso da UNE, arquivado pela DOPS/PR entre os dossiês da UPE.

⁷⁰ Desde o final da década de 1930, com a formação da UNE, seus integrantes são oriundos das camadas médias.

(PAIVA, 2011). Genericamente, o movimento estudantil era tido como uma mera questão de conflito de gerações e de uma rebeldia infundada. Porém, para alguns jovens, não era qualquer rebeldia, mas a que aflorava quando tomavam consciência do processo de alienação do homem e percebiam a existência de problemas sociais no capitalismo, sentindo, então, necessidade de realizar algo para modificar a realidade e transformar a estrutura social (COSTA DE PAULA, 2003).

A indicação da tomada de consciência, que alguns jovens adquiriam sobre as contradições da ordem capitalista, é precisamente a mais inevitável de se aludir. Sem tratar dessa questão, corremos o risco de diluir o movimento na particularidade que o compõe, interpretando-o como um ato de rebeldia e contestação natural, derivado do fator biológico de desenvolvimento humano, resultante da carga hormonal que aflora no período da puberdade (COSTA DE PAULA, 2003).

Segundo a publicação feita pela direção do próprio movimento estudantil brasileiro, no *Informe da Diretoria da UNE*, eles estavam agindo como um reflexo de sua classe de origem, visto que

[...] pela sua situação específica no regime capitalista, a classe média não tem perspectivas próprias, oscila entre a adequação ao sistema e a negação proposta pelas classes trabalhadoras. Com a crise econômica, a classe média no Brasil se viu jogada a proletarização e foram criadas condições para a radicalização estudantil, isto é, do m.e. [...] (UNE, s.d.⁷¹, p.9).

Justamente pelo fato dos jovens da camada média social possuírem condições de acesso ao conhecimento intelectual e às questões políticas, buscando na universidade qualificação e conhecimento para desenvolver-se profissionalmente – para, posteriormente, inserir-se no mercado de trabalho e responder à ideologia da ascensão social, por meio dos estudos -, é que estavam mais propensos a enxergar as contradições sociais.

Essa condição, aliada ao contexto histórico conflitante da década de 1960, que envolvia questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e partidárias, auxiliou o movimento a atingir maior grau de consciência das contradições sociais e de suas consequências, fazendo as reivindicações passarem de demandas imediatas do movimento estudantil, para atingirem discussões de maior alcance político e social (PINTO, 1994; COSTA DE PAULA, 2003). Além disso, o crescimento quantitativo de universitários, que,

⁷¹ Este documento da UNE é impossível de ser datado, pois está incompleto na pasta da DOPS/PR, faltando as páginas finais. Pelo texto, é definível que se trata de um documento posterior ao golpe civil-militar de 1964.

conforme visto no tópico anterior, foi de 5,39 vezes ao comparar-se o número de vagas dos anos de 1940 ao de 1962, contribuiu para a expansão das reivindicações estudantis do nível regional (principalmente da Guanabara⁷²) para o nacional.

Juntamente ao avanço quantitativo e qualitativo das lutas, também aumentou a vigilância desenvolvida por agentes da polícia política, que consideravam a entidade e seus principais líderes como ameaças ao *status quo*. A documentação resguardada pelo serviço de segurança pública da DOPS/PR, durante a vigilância política, aliada às referências bibliográficas e documentais, foram utilizadas nesse tópico para compreender e reestruturar a identidade coletiva do movimento estudantil nacional. Vale destacar que, segundo Gohn (2011), a identidade dos movimentos sociais decorre de uma somatória de suas práticas, visualizadas a partir de um referencial contido nos seus projetos, firmando-se com base em articulações e interações sociais, assim: “o conjunto das práticas deve ser analisado para se compreender como o descenso se transforma em consenso e gera uma identidade em que a representação criada é de unidade” (GOHN, 2011, p.262).

O movimento estudantil, na década de 1960, criou, a partir de suas práticas e atuações políticas, um órgão que, no imaginário social, refletia a ideia de unicidade, apesar de interiormente ser um grupo complexo, com ideologias heterogêneas, carregado de contradições e particularidades. Desde 1956, ocorreu uma hegemonia na composição dirigente da UNE; em um primeiro momento, por meio de estudantes socialistas e comunistas, que gradativamente perderam espaço para a liderança católica e, no início da década de 1960, para a Ação Popular (AP). Diversas ideologias disputavam a direção da UNE, mas não chegavam ao ponto de inviabilizar sua atuação e desvirtuar seu foco (SANFELICE, 1986). A reivindicação que unificava o movimento naquele momento era a reforma universitária.

Segundo um livreto da UNE, publicado no ano de 1963, a reforma universitária no meio estudantil nasceu em 1957, com o I Seminário de Reforma do Ensino que a instituição patrocinou no Rio de Janeiro (UNE, 1963, n.p.). Essa afirmação demonstra que as gestões da UNE, da década de 1960, desconsideravam as ações desenvolvidas por seus antecessores, no final da década de 1920 e 1930, bem como os documentos produzidos naquela época: o manifesto *Pró-Reforma Universitária* de 1928, o *Manifesto aos Estudantes Brasileiros*, de

⁷² Com a mudança da capital federativa para Brasília, em 21 de abril de 1960, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o estado da Guanabara. O restante do estado seguiu como estado do Rio de Janeiro. Em 1974, durante a presidência do general Ernesto Geisel, foi decidido que a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro deveria ser realizada e assim se fez.

1929, e o *Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira*, de 1938, provavelmente, pelo fato da especificidade e da regionalização dessas ações.

No *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, organizado pela UNE gestão de 1957-8, presidida por Marcos Leusi Netto, predominava uma visão parcelada do problema, apresentando temas muito específicos, tais como: autonomia universitária, relações entre corpos docente e discente, vitaliciedade de cátedra, regime de provas, verbas de educação e exames vestibulares (JORNAL O SEMANÁRIO, 1-8 ag. 1957, p.15⁷³). Segundo José Serra, presidente da UNE, gestão 1963-4

[...] a visão de reforma desse Seminário é ainda uma visão parcelada, imediatista e exclusivamente didática. Dá-se grande ênfase aos aspectos técnico-pedagógicos, ao problema da formação profissional, procurando-se conferir ao ensino superior maior eficiência na formação daqueles que tivessem o privilégio do acesso ao nível universitário (UNE, 1963, p.12-3 *apud* FÁVERO, 1994, p.25).

Nesses moldes, a reforma universitária era somente para atender a demanda imediata dos estudantes, que acreditavam que o governo generosamente acataria as sugestões formuladas no seminário, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para que, dessa forma, emanasse um projeto de reforma do ensino superior (JORNAL O SEMANÁRIO, 1-8 ago. 1957, p.15). Essa crença foi alimentada pelo Ministro Clóvis Salgado, ao pretender, para o ano de 1957, uma reforma geral do ensino, objetivando seu aperfeiçoamento. Essa reforma previa para o ensino superior “[...] melhor seleção dos corpos docentes e discentes, simplificação e rearticulação dos currículos, ensino prático, diversificação dos cursos, especialização, [e] intensificação das pesquisas, tudo dentro de ampla autonomia universitária” (JORNAL ÚLTIMA HORA, 8 jan. 1957, p.15).

Segundo o ministro, a reforma geral seria encaminhada com base em um substitutivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)⁷⁴, mas isso não aconteceu. Somente no ano de 1959 foi apresentado um substitutivo escrito pelo deputado Carlos Lacerda, que não correspondeu aos anseios do movimento estudantil, principalmente pelo

⁷³A matéria que traz as resoluções finais do seminário nacional de reforma de ensino é parte integrante da coluna Movimento Universitário do jornal O Semanário. Interessante destacar que, ao lado da matéria citada, há uma da Federação Universitária Argentina, o que confirma o contato dos estudantes brasileiros com a história da reforma universitária argentina.

⁷⁴ Essa Lei já estava em tramitação no Congresso há oito anos, todavia, demorou mais quatro para ser promulgada.

fato de terem amadurecido suas reivindicações, sobrepondo a questão que, no início, era “Universidade como e para quê?” para “Universidade para quem?” (FÁVERO, 1994, p.25).

Durante o *XXI Congresso da UNE*, que ocorreu em 1958, a bancada paulista introduziu a necessidade de popularização do ensino superior, defendendo a universidade sem privilégios de uma única classe social, ao lado dos pontos básicos da autonomia universitária, liberdade de cátedra e participação estudantil na direção universitária (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA BANCADA PAULISTA, 05 jul. 1958, p.7). Um ano depois, no *XXII Congresso da UNE*, a eleição da chapa de frente nacionalista, com o acadêmico João Manuel Conrado Ribeiro para presidente, apontava para uma clara opção ideológica da massa estudantil, definindo a necessidade de sua participação ativa no cenário político nacional, reforçando a posição nacionalista e anti-imperialista, com aproximação das classes trabalhadoras, com base em uma aliança operário-estudantil⁷⁵, a qual visava a reforma do ensino e da universidade (O SEMANÁRIO, 1-7 ago. 1959, p.7). Com esses congressos da UNE, pode-se perceber que a questão da reforma universitária estava impregnada no movimento, não se restringindo apenas a debatê-la nos eventos específicos sobre a reforma.

Após a apresentação do substitutivo Lacerda, no ano de 1959, a UNE entrou no debate entre escola pública *versus* escola privada e iniciou uma campanha enérgica contrária ao projeto Lacerda, erguendo sua bandeira de luta pela democratização do ensino (JORNAL ÚLTIMA HORA, 9 jul. 1959, p.7).

De acordo com análises feitas por Fávero (1994), o jornal O Metropolitano, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Rio fez, nos anos de 1959 e 1960, várias publicações dando ênfase à defesa da escola pública. Esse periódico foi uma das práticas de difusão das ideias do movimento estudantil⁷⁶; circulava dominicalmente com o jornal Diário de Notícias, focado principalmente na ideia da cultura popular, que servia como um braço da luta política do movimento⁷⁷. No dia 19 de julho de 1959, por meio desse jornal,

⁷⁵ Na segunda metade da década de 1940, os estudantes partilhavam de reivindicações com diferentes segmentos sociais, que foram atingidos pela alta dos preços e pela desvalorização dos salários. Mas, nesse momento, a proximidade com os operários não passava de curtos períodos de protesto. No final da década de 1950 e início de 1960, os estudantes propuseram aliança de longo prazo com os trabalhadores, pelo fato de partilharem de objetivos comuns, norteados a favor do nacionalismo e do reformismo, defendendo a promoção de mudanças sociais (MATTOS, s.d.).

⁷⁶ Segundo o jornal Correio da Manhã, o periódico O Metropolitano foi um dos primeiros meios de difusão, usado pelos estudantes, antes mesmo dos Seminários de Reforma Universitária, demonstrando necessidade de mudanças estruturais na universidade (CORREIO DA MANHÃ, 21 jul. 1963, p.7).

⁷⁷ Ver mais sobre esse assunto em: TORRES, Carla Michele Ramos. **Em cena: O Teatro no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) 1961-1964**. Dissertação de Mestrado.

os estudantes lançaram um *Manifesto ao povo (os estudantes e a nação)*, no qual deixam clara sua posição de defesa da escola pública, visando a democratização do ensino:

Nós, os estudantes, estamos seriamente preocupados diante do atentado que se planeja à escola pública. Consideramos que só a escola pública poderá garantir o ensino democrático e social, e deste modo rejeitamos qualquer tentativa de mercantilização da escola por meio de receitas institucionais alheias aos interesses de toda a comunidade e preocupadas apenas com as consequências proveitosas a um grupo ou grupos minoritários (JORNAL O METROPOLITANO, 19 jul. 1959, p.1).

Nessa defesa da democratização, a entidade estudantil delatava a existência de contradições sociais, projetando-se de maneira mais acentuada no cenário político nacional.

Motivada pela luta a favor da escola pública, a UNE realizou, entre os dias 15 e 22 de maio de 1960, em Salvador, o *I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização*⁷⁸ (JORNAL O METROPOLITANO, 8 maio 1960, p.2). Quatorze países participaram do seminário, enviando delegados da Guatemala, Cuba, Uruguai, Equador, Bolívia, Honduras, El Salvador, Panamá, Colômbia, Argentina, Venezuela, Nicarágua, Peru e Porto Rico, além de estudantes ouvintes da França, Itália, China e Tchecoslováquia⁷⁹ (JORNAL O METROPOLITANO, 15 maio 1960, p.2).

Nesse evento, os trabalhos foram separados em três comissões temáticas: Situação das Universidades Latino-americanas, Uma política para as Universidades Latino Americanas e o Conteúdo Técnico da Reforma Universitária (JORNAL O METROPOLITANO, 22 maio 1960, p.2). No primeiro grupo de trabalho, os congressistas observaram que, apesar das particularidades das universidades de cada país, todas apresentam inúmeros aspectos comuns, praticamente todos decorrentes da situação econômica e social dos países latino-americanos, tais como: as universidades não atendem em absoluto as necessidades do país; o número de universidades é baixo; o número de alunos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008. Nessa pesquisa, ela discute os vários conceitos de cultura popular, no interior do CPC da UNE.

⁷⁸ O presidente Juscelino Kubistchek concedeu grande auxílio financeiro à UNE, para poder realizar o evento (JORNAL ÚLTIMA HORA, 12 maio 1960, p.2).

⁷⁹ Em matéria do dia 22 de maio de 1960, o mesmo jornal, O Metropolitano, diz que foram dez os países latinoamericanos que enviaram delegações (JORNAL O METROPOLITANO, 22 maio 1960, p.2). No jornal Correio da Manhã, contabilizam-se 13 países participantes, conforme citado em nota de rodapé, no início desse capítulo (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 29 maio, 1960, p.4). A edição do dia 29 de maio, do O Metropolitano, diz que foram delegados de 16 países e justifica-se sobre a diferença na contabilização, dizendo que isso acontece pelo atraso de algumas delegações, visto que, no primeiro dia de evento, estavam 10 delegações presentes, mas outras 6 delegações chegaram com dois a três dias de atraso (JORNAL O METROPOLITANO, 29 maio 1960, p.1).

é reduzido, por conta da seleção econômica causada pelos elevados custos das matrículas e pelas dificuldades impostas aos jovens que trabalham; entre outras questões, que envolvem estruturas física e administrativa deficitárias, docentes despreparados e programas curriculares falhos, os quais não atendem as necessidades da sociedade (O METROPOLITANO, 29 maio 1960, p.1). Segundo a UNE, foi baseado nesse evento que a reforma universitária atingiu maior impacto: “seria a primeira tomada de contato dos estudantes brasileiros com a Reforma Universitária, enquanto luta de democratização” (UNE, 1963, n.p.). Com essas constatações, o movimento estudantil passou a relacionar o caráter econômico, social e político com o pedagógico.

As questões política e pedagógica foram mais evidenciadas, no ano de 1960, sob a direção de Oliveiros Guanais, quando foram criados o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Centro de Estudos Cinematográficos, com a finalidade de discutir a significação da arte na vida social dos brasileiros. Essas atividades foram intensificadas na gestão de Aldo Silva Arantes (1961-2), com a apresentação de peças de teatro, músicas e cinema. Ainda em 1960, outro fato significativo foi a greve dos estudantes de Salvador, que denunciava a existência de uma crise na universidade brasileira. Essa posição foi discutida e assumida nacionalmente pelos universitários um ano após, durante o *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, analisado adiante (FÁVERO, 1994).

Quando o baiano Oliveiros Guanais foi empossado presidente, durante o XXIII Congresso da UNE, que aconteceu em Belo Horizonte, em 1960, três meses após o *I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização*, imediatamente organizou-se uma *Comissão de Reforma Universitária* para englobar e dinamizar as lutas estudantis. Essa comissão ficou sob a direção de José Matusalém Colmelly (vice-presidente de assuntos educacionais da UNE) e Guido (secretário). Também contou com a participação de vários outros estudantes, que assumiram função de desenvolvimento de trabalhos práticos, estudos e divulgações, entre eles, estando Aldo Arantes, futuro presidente eleito da UNE (O METROPOLITANO, 07 maio 1961, p.6).

Esse organismo iniciou seus trabalhos fazendo uma coleta de dados de toda legislação atinente ao ensino superior, além de um levantamento de todas as greves universitárias, ocorridas no Brasil, nos últimos cinco anos, e suas motivações. Em seguida, elaborou um inquérito experimental sobre as condições do ensino superior na capital, que foi respondido por muitos universitários cariocas. Com base nas respostas obtidas, foi redigido um questionário definitivo para ser distribuído e aplicado em todo o Brasil. A

conclusão a que se chegou foi a existência de uma crise universitária (O METROPOLITANO, 07 maio 1961, p.6).

Demonstrando amadurecimento, a comissão destacou a necessidade de estudar, conhecer e discutir as causas dessa crise, para depois lançar mecanismos para eliminá-la. Segundo os estudantes, “dizer apenas que as nossas estruturas universitárias foram elaboradas dentro de padrões atinentes ao subdesenvolvimento e que, agora, como processo de desenvolvimento existe um divórcio patenteado pela ‘crise’, nos parece ser uma explicação por demais genérica” (O METROPOLITANO, 29 maio 1960, p.1). Para aprofundar os trabalhos, a comissão propôs a realização de Seminários estaduais e regionais e organizou o *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, que aconteceu no mês de maio de 1961, em Salvador (O METROPOLITANO, 29 maio 1960, p.1).

Respondendo à proposta, em São Paulo, por exemplo, no mês de abril, iniciou-se o Seminário Estadual, com participação de alunos, professores e técnicos de todas as escolas superiores da capital e interior do estado. Entre os professores, estavam Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo. Os temas debatidos atendiam questões relativas a estrutura, orientação pedagógica e didática da universidade, democratização do ensino, cátedra vitalícia e complexo sócio-econômico do país e da universidade (ÚLTIMA HORA, 29 abr. 1961, p.6). No Paraná, em fevereiro e março de 1961, a UPE organizou uma comissão com estudantes das principais faculdades do estado⁸⁰, para estudar a reforma universitária e encaminhar tese para o I Seminário Nacional (ÚLTIMA HORA, 28 fev. 1961, p.2). O *Seminário Estadual de Reforma* só aconteceu no Paraná dois anos depois, em 1963.

O *I Seminário Nacional de Reforma Universitária* contou com a participação de diversos estados brasileiros, com exceção do Mato Grosso, que não se fez representar; teve efetiva participação dos militantes da JUC⁸¹, que engrenou-se cada vez mais na luta pela reforma, inclusive, inserindo a teoria do Personalismo de Mounier - imbuída da necessidade de ruptura com a ordem vigente -, a fim de construir um novo modo de pensar a sociedade,

⁸⁰ A comissão foi composta por Alvaro José Oliveira (Medicina), Walmor P. de Lucca (Fármacia), Murilo W. Teixeira (Odontologia), Pedro Osório (Filosofia UFPR), Cesar Muniz Filho (Filosofia PUC), Hilton Diniz (Ciências Sociais), João Antonio Cezimbra (Direito PUC), Bayard Osnia (Direito Curitiba), Luis F. Coelho (Direito UFPR), Alvaro Rocha (Ciências Econômicas), Orlando Gomes (Engenharia) e Mario Preto (Eng. Química). Ainda faltaram indicações para as faculdades de Ciências Médicas, Agronomia, Belas Artes do Paraná, Belas Artes A. Andersen, Educação Física, Ciências Econômicas da Federal, Serviço Social e Enfermagem (ÚLTIMA HORA, 20 mar. 1961, p.2).

⁸¹ A primeira expressão significativa da JUC pode ser encontrada no *Manifesto do DCE da PUC do Rio de Janeiro*, elaborado em março de 1961, publicado na íntegra pelo O Metropolitano, na edição de 28 de maio, e comentado na edição de 4 de junho. O mesmo encontra-se em anexo.

no documento final do Seminário (RIDENTI, 1993). Após o seminário, a JUC, por meio do DCE da PUC-RJ, presidida por Aldo Arantes (próximo presidente da UNE – gestão 1961-2), publicou um Manifesto que expressa a evolução da consciência estudantil perante os problemas da estrutura social vigente⁸².

Nos debates do *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, a predominância foi a visão estrutural da universidade brasileira como consequência da realidade socioeconômica, conforme apresentou a Carta de Princípios, resultante do evento, intitulada, Declaração da Bahia⁸³:

nossa Universidade não tem sido mais do que uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente, desumana enfim (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.XVII).

Para os estudantes, foi unânime a conclusão de que o projeto da LDBEN, em tramitação do Senado Federal, acatando a proposta de Lacerda, não passaria de meras formalidades para oficializar a situação do ensino no Brasil e, “[...] tal como ficou após as emendas que se lhe acrescentaram, possui como linha central uma concepção liberal-burguesa incompatível com o verdadeiro significado de educação” (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.XXXVI).

Após estudos desenvolvidos no seminário sobre o projeto, os estudantes aprovaram, por aclamação, a proposta da bancada paulista, que propôs encaminhar ao presidente da República, Câmara Federal, Senado, líderes das bancadas, deputados e senadores em geral, uma moção exigindo rejeição total e veto do projeto, de maneira a possibilitar o reexame do assunto (ÚLTIMA HORA, 30 maio 1961, p.3), pois, o projeto tal qual apresentava-se entrava em “[...] profunda contradição com a necessidade de atual reformulação da estrutura do ensino em nosso país. Este projeto em nenhum momento atende aos pontos fundamentais

⁸² Apresentam-se análises do *Manifesto do DCE da PUC-RJ*, no décimo tópico, capítulo três deste trabalho. O mesmo também se encontra na íntegra em anexo.

⁸³ A título de curiosidade, existe outro documento que carrega a mesma nomenclatura (Declaração da Bahia) e também é resultado de um congresso, que também aconteceu em Salvador: o *I Congresso de Integração Nacional*. Este ocorreu durante o período ditatorial (1966), reuniu representantes de agências de planejamento e financiamento do desenvolvimento econômico e das federações industriais de todo o país, bem como bancos estaduais e regionais e sociedades de crédito, investimento e financiamento, para consolidar esforços a favor da união e da prosperidade econômica nacional, com o intuito de contribuir para a segurança da pátria, visando um mercado que produz muito, produz bem e produz com preços acessíveis ao povo (JORNAL DO BRASIL, 16 fev. 1967, p.22).

da realidade brasileira [...]”, que, de acordo com os estudantes, são: “[...] o desenvolvimento econômico, a democratização do ensino, o planejamento global da educação, a erradicação do analfabetismo e outros aspectos estruturais” (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.XIII). Como era denominador comum a rejeição da LDBEN, não suscitou tantos debates no Seminário, porém, seu estudo teve espaço reservado, por meio de adendo nas conclusões do evento.

Nota-se, pelo documento conclusivo do evento, a tentativa da entidade em esboçar – visto que não fundiram o conteúdo dos relatórios, formando um documento uno, como são os documentos conclusivos dos eventos posteriores – uma análise crítica e contextual da realidade brasileira, apontando elementos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais como necessidade preliminar para criticar os problemas universitários, pois, dessa forma, destacando a importância social da luta pela reforma, a mesma tornava-se mais convincente. A luta passou a ser ainda mais valorizada após a declaração ter sido censurada pelos órgãos do governo, devido a seu teor revolucionário, recebendo do próprio presidente Jânio Quadros um “recusa-se”, sendo permitida sua publicação pela gráfica da Universidade do Brasil, que mantinha convênio com o MEC, somente mediante revisão do seu conteúdo. A recusa dos estudantes em fazer alterações alimentou o “romantismo revolucionário”⁸⁴ do movimento e a mesma foi publicada em um *suplemento especial* do *Jornal Critério*, órgão oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco e distribuídas durante o *XXIV Congresso Nacional da UNE* para cerca de mil estudantes. Desse congresso, saíram traçadas novas diretrizes para luta e derrubada do sistema de ensino, considerado pelos estudantes, obsoleto (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961; JORNAL DO BRASIL, 16 jul. 1961, p.3; O METROPOLITANO, 07 maio 1961, p.6).

A maior parte da Declaração da Bahia foi destinada à apresentação crítica da realidade social, econômica e política brasileira, demonstrando que os estudantes estavam relacionando essa realidade com os problemas universitários. Sob o título de *realidade sócio-econômica*, indicaram ser o Brasil uma nação de base capitalista, em fase de desenvolvimento, coexistindo desequilíbrio regional entre o sistema sulino e nordestino, prevalecendo um Estado oligárquico e classista, que apenas está camuflado de democracia, o qual oferece, por meio da ideologia liberal, igualdade para grupos sociais economicamente

⁸⁴ Conceito utilizado por Ridenti com base em Michael Löwy e Robert Sayre (1995). Segundo Löwy o “romantismo revolucionário” é “[...] um protesto cultural contra os fundamentos da civilização industrial/capitalista moderna, seu produtivismo e seu consumismo, e uma associação singular única e sem gênero, entre subjetividade, desejo e utopia [...]” (LÖWY, 2008, n.p.).

desiguais, fazendo originar privilégios às classes dominantes e naturalizar a venda do trabalho humano. Essa realidade social contribuía para aumentar a espoliação do proletariado e proletarizar as camadas médias, com base na inflação, aumentos do custo de vida, incentivos à iniciativa privada, valorização do capital estrangeiro e consequente involução do setor industrial nacional.

Seguindo esse ideário, apresentaram 17 características decorrentes dos interesses capitalistas internacionais, a fim de confirmar que a vida política brasileira não correspondia às aspirações do povo, mas das classes dominantes. Uma dessas características focou no setor educacional, criticando a destinação de somente 10% do orçamento da União para a educação, em um país subdesenvolvido com altos índices de analfabetos, enquanto 40% destinava-se às Forças Armadas (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961).

Perante essas análises, a diretriz encarregava os estudantes de iniciar a tarefa de tomada de consciência da realidade brasileira, visando atuar politicamente e objetivamente ao lado dos operários e dos camponeses, por uma revolução político-cultural. Para tal, entende-se revolução como “[...] posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sociopolítica ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições” (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.XVI).

Da Universidade, deveriam surgir indivíduos conscientes da realidade sócio-econômica, pois cabia a ela: “estar totalmente integrada na sociedade e no meio que a criou [...]” e “ter uma estrutura verdadeiramente flexível, para acompanhar as transformações sociais” (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.XVII). Porém, constatou-se que a instituição universitária estava falhando na sua missão cultural, profissional e social. A cultura estava alienada à problemática humana e à consciência histórica do povo brasileiro, nutrindo-se de esquemas culturais importados e inadequados à realidade brasileira; a universidade falhava na missão de esclarecimento ao povo de sua cultura popular. Os profissionais não estavam sendo formados para atender à realidade nacional e regional, necessária para o desenvolvimento do país, devido a uma deficiência nos programas, currículos, exames e didática dos professores, que não incentivavam a pesquisa, a criação e a consciência cidadã. Socialmente, estava contribuindo com a preconização e manutenção da ideologia das classes dominantes, ao formar profissionais individualistas e alheios à política. O ensino superior, além de ser antidemocrático no acesso, fundamentava-se em

critérios extraeducacionais de seleção, de base econômica e social (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961).

Apesar das falhas da universidade, os estudantes estavam despertos e cientes de estar num patamar cultural, educativo e consciente das contradições sociais, mais avançado que a população em geral. Assim, caberia a eles lutar pela reforma e democratização do ensino, que possibilitasse a todos condições de acesso em todos os níveis, criar Universidades Populares, colocar a universidade a serviço dos órgãos governamentais e das classes desvalidas e transformá-la em vertedouro de atuações políticas, perante os poderes públicos, em defesa dos movimentos de massa. De acordo com a terceira parte da declaração da Bahia,

não se pode pretender uma reforma válida na Universidade, enquanto ela for apenas uma peça de um conjunto globalmente alienado. Uma Universidade ótima só será possível numa sociedade ótima. A Reforma Universitária só não será um mero retoque de fachada desde que seja vista como um momento do processo mais vasto, que é a Revolução Brasileira. Se não se pode esperar por enquanto uma Universidade inteiramente consonante com a sua verdadeira missão, ao menos é possível que ela deixe de ser uma das peças de sustentação do *status quo* e um obstáculo ao projeto histórico brasileiro. De obstáculo, ela deve transformar-se num fator de impulso à evolução social (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.XX).

Modificar a estrutura sócio-econômica vigente era considerado fundamental para se ter uma universidade ideal, pois o ensino superior precisava ser colocado ao alcance do povo e não como privilégio de poucos. A luta não era somente por demandas internas, já que atingia maior alcance social, expandia-se para defesa do voto dos analfabetos, reforma agrária, com efetiva assistência técnica, erradicação do analfabetismo e participação dos operários nos órgãos governamentais. Para atingir a evolução social, a universidade também precisava evoluir; para tanto, o documento analisou a estrutura universitária, apontou alguns responsáveis pela não realização de seus objetivos fundamentais, que seriam: “o atual sistema de cátedras, a sua vitaliciedade, as deficiências de formação do professor universitário, a atual estrutura da carreira universitária e sua hierarquia e o regime de dedicação parcial de tempo dos docentes e discentes [...]” e, após, fez diversas reivindicações (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961, p.XXIII).

Tais reivindicações eram essenciais para a realização da reforma universitária, no entanto, naquele momento, não passaram de apontamentos teóricos; somente nos anos posteriores a entidade conseguiu elaborar seus planos táticos. O movimento estudantil exigia

imediate substituição das cátedras para concurso ou simples nomeação, bem como manifestava-se contra a vitaliciedade das mesmas e requeria regulamentação da carreira de magistério, baseada em sistemas de outros países, que tiveram êxito. Ainda, reclamava democratização na administração universitária, com participação discente e maior grau de autonomia administrativa, didática e financeira, por meio da transformação das universidades em autarquias e fundações. Sugeriu a instauração de órgãos departamentais nas universidades e dedicação de tempo integral para professores e alunos, contanto que tivessem assistência, com base nas bolsas de estudos, restaurantes, habitações, assistência médico-odontológica-farmacêutica e social. Sugeriu a restauração dos programas e currículos para articulá-los à realidade nacional e à abolição do sistema atual de reprovação. Apoiava reeleição, por mais de um período, de reitores das universidades e diretores das faculdades, além de apontar a necessidade do estabelecimento de número mínimo de vagas, nos regimentos internos de cada faculdade (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961).

Muitas das reivindicações assemelhavam-se com o *Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba*, apesar de não haver indícios desse ter sido utilizado durante o Seminário. Segundo Cunha (1989), era certo que alguns participantes do evento conheciam o Manifesto de Córdoba, visto que apresentaram, na Declaração da Bahia, termos infrequentes no vocabulário brasileiro. Além do mais, certamente, alguns estudantes deveriam ter participado anteriormente do *I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior*.

Como disse o acadêmico paranaense de engenharia, Orlando Cabral de Holanda, os estudos do *I Seminário Nacional de Reforma Universitária* afirmavam que os “estudantes brasileiros atingiram alto nível”, demonstrando “[...] produtividade e seriedade dos trabalhos que abrangeram todos os aspectos do ensino no Brasil, suas deficiências, suas vinculações com a estrutura social, econômica e política e a caducidade de nossa organização universitária face à realidade brasileira” (ÚLTIMA HORA, 30 maio 1961, p.3).

Também, tal evento mereceu atenção do governo, que enviou o professor José Salvador Julianelli, como observador pessoal do Ministro Brigido Fernandes Tinoco. Julianelli colheu uma série de elementos para encaminhar ao presidente da república, destacando principalmente os debates acerca da cátedra vitalícia e do regime de tempo integral (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02 jun. 1961, p.4).

No dia 20 de julho, o Ministro Brigido Tinoco reuniu os reitores das universidades federais para tratar da tomada de posição, perante a reforma universitária. Nesse encontro,

elaboraram uma declaração de princípios, abordando uma temática semelhante à tratada no seminário estudantil. Porém, posicionaram-se a favor da vitaliciedade da cátedra, por meio de concurso de títulos e provas, alegando que é um “[...] coroamento da carreira do professor, consideradas preferentemente, para efeito de acesso gradual e sucessivo, a eficiência no ensino, a produção científica e as qualidades morais do docente” (DIÁRIO DA TARDE, 24 jul. 1961, p.4).

No ano de 1961, o movimento estudantil demonstrou formação de identidade coletiva, ao relacionar estreitamente a questão social e econômica com a política, bem como ao considerar que a consciência estava dada aos indivíduos pela posição social que ocupavam no aparato produtivo. Após o *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, diversos encontros regionais foram organizados pelo Brasil, com apoio da UNE. Os estudantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul reuniram-se de 4 a 10 de junho, no *I Encontro Universitário do Sul*⁸⁵, em Porto Alegre, seguindo as diretrizes da *Comissão de Reforma Universitária da UNE* (DOPS, 15 a 31 maio 1961).

No *I encontro universitário do sul*, os estudantes debateram sobre a assistência estudantil, o sentido da política econômica governamental, a reforma universitária, a estrutura e os problemas econômicos da região Sul, a autodeterminação dos povos, as relações com o leste: colonialismo e imperialismo (O METROPOLITANO, 7 maio 1961, p.1; DIÁRIO DA TARDE, 19 maio 1961, p.4). Assim como no *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, os estudantes propuseram inclusão da participação estudantil na administração das universidades, defenderam a acessibilidade de todas as classes e maior oportunidades para o ensino técnico. Nesse temário, sobre assuntos educacionais, tiveram a participação do prof. Darcy Ribeiro. Para tratar de assuntos regionais, contaram com o apoio do economista Franklin de Oliveira, fizeram propostas políticas e estruturais, como a adoção de um projeto criando a SUDERSUL, para funcionar nos moldes da SUDENE, além da construção de uma usina hidrelétrica, para aproveitamento das Sete Quedas no Paraná. Desse modo, demonstraram amadurecimento político, já que debateram junto ao Ministro do Trabalho, Castro Neves, maiores direitos para os trabalhadores, como por exemplo, a regulamentação do direito de greve e a legislação trabalhista para os homens do campo (DIÁRIO DA TARDE, 19 maio 1961, p.4). Vale destacar que reforçaram interesse na articulação estudantil com operários e camponeses, como diz Gohn, “[...] o conjunto das

⁸⁵ O encontro foi promovido pelo jornal O Metropolitano e patrocinado pela UNE (O METROPOLITANO, 7 maio 1961, p.1).

articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo [...]” (2011, p.255). Os resultados do Encontro foram considerados excelentes pela direção da UNE, devido a adoção de posições arrojadas e nacionalistas. A proposta da UNE era de levar as conclusões desse encontro, bem como as de outras regiões do país, para os governos federal e estaduais, além de utilizá-las no *XXIV Congresso Nacional de Estudantes*.

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, deu total apoio ao evento, cuidando da hospedagem e da alimentação de todos os participantes; foram doze representantes de cada UEE e quatro de cada DCE. O presidente Jânio Quadros, antes do evento ser realizado, parabenizou os estudantes e afirmou que os estudos desenvolvidos por eles auxiliam o governo:

Debates sobre problemas de educação e sobre problemas nacionais, internos e externos, quando procedidos com lisura e competência, esclarecem a opinião e ajudam o governo a encontrar as soluções adequadas. Os propósitos dos moços honram suas entidades de classe e sua imprensa (O METROPOLITANO, 21 maio 1961, p.1).

Apesar da cordialidade de Quadros, seu governo não deixou de ser criticado no evento, por meio do ministro Castro Neves, que delatou a falta de um planejamento de governo (DIÁRIO DA TARDE, 15 jun. 1961, p.1). Essa era uma característica de Quadros, o qual, desde a eleição, prometia uma democracia honesta e digna, comprometia-se em desenvolver economicamente o país, controlar a inflação e preservar a independência da nação, mas pouco explicava sobre o modo de superar os problemas e alcançar o desenvolvimento desejado. As medidas liberais de Quadros para controlar a inflação e as tarifas cambiais tiveram boas recepções no exterior, porém, internamente, foram vistas como medidas impopulares, já que resultaram na duplicação do preço do pão e da gasolina, assim, os protestos populares foram inevitáveis⁸⁶. Quando Quadros quis assumir uma política externa independente, buscando uma política nacional neutra, aberta a todos os países do

⁸⁶ No mês de junho de 1961, estava se integrando no Estado do Paraná, por exemplo, a entidade das Donas de Casa, para protestar contra o aumento do custo de vida. Este grupo contava com o apoio da Federação das Mulheres de São Paulo, das entidades estudantis e de quase todos os sindicatos do Estado. No relatório da DOPS/PR desse mês, além dessa informação da entidade das Donas de Casa, é visível que a polícia já esperava pela ampliação de reivindicações, inclusive, prevendo quais os sindicatos que pleiteariam reajuste salarial, devido ao aumento do custo de vida (DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Quinzenal. 1 a 15 jun. 1961. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963).

mundo, complicou-se também com o exterior⁸⁷. No momento de guerra fria, uma política independente não era bem vinda, visto as necessidades internacionais que conduziam as nações a uma tomada de posição. Essa aventura de Quadros no exterior criou grandiosas discussões internas. Colocado em descrédito, não aguentou a pressão e renunciou em 25 de agosto de 1961 (SKIDMORE, 1983, p.235-246).

O contexto político nacional tornou-se delicadamente crítico e merecedor de atenção do movimento estudantil, que a nível nacional manifestou-se em defesa da legalidade da posse de João Goulart para presidente, decretando rapidamente uma greve geral dos estudantes, em repúdio ao golpe que os militares queriam - ao impedir a posse de Jango - e concentraram suas forças no estado do Rio Grande do Sul, centro da resistência legalista, liderada pelo governador Leonel Brizola.

A participação na *Campanha da Legalidade*⁸⁸ se sobrepôs às reivindicações da reforma universitária, porém, garantiu a expansão da ação político-ideológica e a inserção do movimento estudantil na luta em favor das reformas de base, defendidas pelo governo Goulart. A UNE, presidida por Aldo Arantes, desde julho, irradiou para todo o país “[...] sua posição militante de resistência democrática e solidariedade irrestrita com a mobilização liderada por Brizola [...]”, que, por sua vez, retribuiu dando apoio estratégico às caravanas da UNE-Volante, as quais começariam a percorrer todo o país (TRINDADE, 2011, p.130).

O retorno das atividades, que aconteciam antes da renúncia do presidente Jânio, foi fortemente inibido pelo governador Carlos Lacerda, que tentou dismantlar o movimento estudantil, por exemplo, aproveitando-se do deslocamento da diretoria da UNE para o Rio Grande do Sul, durante a *Campanha da Legalidade*, para fechar a sede da entidade no Rio de Janeiro. Somente no ano de 1962 a crise na universidade voltou a polarizar os estudantes, levando-os a retornar ao debate sobre a reforma universitária.

A situação em que se encontrava a educação brasileira, quando Goulart assumiu a presidência, estava mobilizando amplos debates na sociedade civil; os números publicados pelo ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - IBGE, conforme apresentados no capítulo anterior, revelavam contradições existentes no sistema educacional. As novas personalidades que ocuparam as cadeiras nos ministérios, nomeadas por Goulart, estavam convictas em relação à concretização das reformas. Em novembro de 1961, o diretor de

⁸⁷ Ao mesmo tempo, buscou realizar negociações com as três grandes potências e blocos mundiais: com os Estados Unidos da América (EUA), na época, a maior expressão capitalista, com a Europa Ocidental; e com o bloco comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

⁸⁸ No quarto capítulo, há um tópico sobre a *Campanha da Legalidade*.

ensino superior do MEC, professor Durmeval Trigueiros, organizou uma nova *Reunião Nacional de Reitores*, na qual sugeriu ao Ministro Antônio Ferreira Oliveira Britto a criação de um *Fórum Nacional das Universidades*, como órgão de intercâmbio, cooperação interuniversitária e planejamento, a fim de elaborar um programa nacional de ensino superior e de reforma universitária. Nesse sentido, a proposta era a criação de comissões seccionais de reforma universitária, articuladas com um comissão nacional, a fim de colocar em prática o que vinha sendo discutido (JORNAL DO BRASIL, 29 nov. 1961, p.5).

Essa ação do governo, em propor uma reforma universitária, não acomodou os estudantes. Eles continuaram a reivindicar a reforma; em 1962, elaboraram um projeto para a efetivação da mesma, ao mesmo tempo que examinaram as táticas a serem adotadas durante o *II Seminário Nacional da Reforma Universitária*, que ocorreu na capital do estado do Paraná, contando com ações da UNE-Volante, e publicaram o documento *Carta do Paraná*, dando continuidade à *Declaração da Bahia*.

As análises conduziram a dois pontos: primeiro, o histórico das lutas anteriores; mesmo reivindicando problemas parciais e específicos, indicava que os grupos de professores catedráticos não cederiam às exigências da reforma. Segundo, entre os grupos populares, somente os estudantes estavam aparelhados com base em suas preocupações atuais para lutar pela reforma, por isso, o primeiro passo seria introduzir estudantes nos órgãos colegiados e regulamentar essa participação, que já estava assegurada legalmente na LDBEN. Ao observarem que a estrutura do ensino superior brasileiro apresentava-se em “[...] sistema de escolas isoladas, agregadas aqui e ali em ‘universidades’ que não eram mais que arquipélagos de faculdades” (UNE, 1963, n.p.), cada escola ou faculdade deveria ter representantes nos Conselhos Universitários. Para assegurar a participação estudantil, em meio aos diretores e representantes de congregações, que constituem os Conselhos, seria necessário estabelecer uma proporção, já que a “[...] experiência de um só representante, que vigorava até então, demonstrava configurar uma representatividade meramente formal” (UNE, 1963, n.p.). Assim, foi definida a necessidade de $\frac{1}{3}$ dos órgãos diretivos para os estudantes, tanto nos Conselhos Universitários como nas Congregações e nos Conselhos Departamentais. Isso significava que, a cada dois professores nos órgãos diretivos, deveria haver um estudante.

Nesse contexto, a UNE-Volante, por meio do CPC, levantou a questão, com base na peça *Auto dos 99%*, a qual, inclusive, teve uma de suas encenações violentamente impedida de ser realizada na escadaria da Câmara dos Vereadores, pela cavalaria da Polícia Militar,

que usou cassetetes e gás lacrimogênio (JORNAL DO BRASIL, 16 jun. 1962, p.3). Coube aos movimentos estudantis de cada faculdade exigir a reformulação dos estatutos universitários, que deveriam incluir a proporção de $\frac{1}{3}$, antes de serem submetidos ao Conselho Federal de Educação. Não sendo cumprida a exigência estudantil, foi declarada greve nacional, que durou dois meses e, por dois dias, cerca de 200 estudantes ocuparam o MEC, acampando no gabinete do ministro. Por fim, apesar de não atendida a exigência em todas as universidades, “a greve por $\frac{1}{3}$ foi a primeira experiência de luta de grande envergadura do movimento estudantil brasileiro. [...] aprendemos a lutar, e aprendemos errando” (UNE,1963, n.p.).

Segundo Lima (2013), a partir de 1962, os estudantes adquiriram uma proposta mais radical em suas reivindicações, provavelmente pelo fato de que, nesse período, receberam influência do professor Álvaro Vieira Pinto, professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e presidente do ISEB, o qual, ao expor sua posição perante a reforma universitária, inspirou muitas pautas defendidas pela UNE. Inclusive, no mês de março, ele participou juntamente com Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro do *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*. No dia quatro de junho de 1962, realizou uma conferência sobre reforma universitária, a pedido da UPE, no Teatro Guaíra, na capital do Paraná, e deu autógrafos em seu livro *A questão da Universidade* (GIOVANNETTI e FRANKE, 02 jun. 1962). Em julho, participou junto com o professor Franklin de Oliveira do *XXV Congresso Nacional dos Estudantes*.

Para pensar as reais necessidades do ensino brasileiro, os estudantes sabiam que era necessário o estudo do contexto social, pois “[...] somente a partir de uma análise global da realidade brasileira é que se poderá perceber todas as implicações da educação com o restante do contexto” (CARTA DO PARANÁ, 1962, p.LXXVIII). Assim, o movimento estudantil, ao desejar a reforma universitária e a mudança da dinâmica da sociedade, estava agindo articulado ao cenário sócio-econômico e político do país, respondendo contrariamente à situação internacional e nacional que se estruturava.

Foi nos anos 1960 que as teorias nacionalistas delimitaram no imperialismo o resultado da ação da exploração e da dominação, que causou a situação de subdesenvolvimento em algumas nações, como no caso do Brasil. Como disseram os estudantes brasileiros na *Carta do Paraná*, “[...] tal subdesenvolvimento é fruto, principalmente, da exploração do imperialismo internacional, que, apropriando-se da mais-

valia nacional e de nossas riquezas, se enriquece à custa de nossa pauperização” (CARTA DO PARANÁ, 1962, p.LXXVIII).

Assim, a luta do movimento estudantil pela reforma universitária era contra a desumanização e a alienação presente na tecnicização do ensino, que, atuando de acordo com os interesses da burguesia, estava servindo de instrumento de formação de operários qualificados para trabalhar em suas fábricas ou serviços de seus interesses, fazendo-os alienados e sem visão do conjunto da sociedade, individualizando-os e mecanizando-os. O que se queria era uma educação ministrada para dotar o homem de uma visão de conjunto das manifestações sociais, pois

[...] longe de se preocupar apenas com a formação de técnicos, deve voltar-se para o estabelecimento do homem consciente da realidade nacional. Entendemos essa como a concretização de uma personalidade enquadrada na situação histórica, apta a compreendê-la e nela atuar, transformando-a (CARTA DO PARANÁ, 1962).

A educação era vista como uma condição necessária para o desenvolvimento do país e o ensino de nível superior, assim como os demais níveis, não estava respondendo as necessidades da realidade social, visto que deixava o país na condição de subdesenvolvido e dificultava o processo de desenvolvimento. O movimento estudantil, seguindo a base do humanismo cristão, exposto principalmente por meio do DCE da PUC/PR, um ano antes, havia concluído que a educação estava servindo como uma estrutura ideológica difusora da hegemonia burguesa, que em nenhum momento previa um real desenvolvimento social, e sim, a alienação do homem, já que o ensino técnico desumanizante tinha como intuito: “[...] conservação e manutenção da cultura vigente, limitando-se a estabilização [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Contudo, de nada adiantaria mais acesso ao ensino superior nos moldes em que estava posta a universidade, a serviço das classes dominantes, sendo que não havia nenhum compromisso com a região em que estava inserida, de forma que não servia aos reais interesses de desenvolvimento do país, os quais, de acordo com os estudantes, deveriam fazer as injustiças e incorreções sociais serem reduzidas, à medida que se progredisse a economia nacional (CARTA DO PARANÁ, 1962).

O caso é que a escola deveria inspirar o espírito de laboriosidade, sua ética de solidariedade universal, com interesses comuns entre todos, e uma lógica produtiva de organização entre diferentes funções, para um mesmo fim, centrada na liberdade concreta e

universal do homem. A escola deveria ser unitária e estar “[...] capacitada a fornecer aos seus concluintes uma visão já correta e humanizada de sua própria atuação humana e social [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Logo, tal escola deveria educar a partir da realidade viva e não de enciclopédias e ciência fria, isto é, educar para a liberdade concreta e historicamente determinada, sendo contra a liberdade individualista e parcial (NOSELLA, 2004).

Para os estudantes, que tinham como referência o cristianismo e o marxismo, o trabalho e o conhecimento não poderiam estar descolados, porém, não se tratava de apenas relacionar escola e trabalho, no sentido técnico, mas no nível de método, num sentido mais profundo, ou seja, não se trata de ter hortas ou máquinas na escola, por exemplo.

A partir dessa visão, os estudantes alegavam que a Reforma Universitária também era um problema popular, já que era o povo que estava sem acesso à universidade, ligando, assim, a reforma universitária a outras reivindicações populares pelas reformas de base (SANFELICE, 1986). Como disseram os estudantes na Carta do Paraná, “[...] a reforma da universidade interessa fundamentalmente ao povo, pois somente para o povo o ensino superior é realmente um problema, tanto quanto não tenham as chamadas classes populares acesso à universidade brasileira [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Nessa luta pela reforma universitária, os integrantes do movimento estudantil sabiam da impossibilidade de ser alcançada nos moldes que desejaram e esboçaram na *Carta do Paraná*, enquanto as outras reformas de base (principalmente a reforma agrária) não fossem efetuadas, pois elas apresentavam o ponto essencial contra o subdesenvolvimento. Então, os estudantes planejaram uma articulação externa com os interessados nas outras reformas, configurando uma aliança entre operários, estudantes e camponeses, que objetivava obter força social para contribuir para a mudança da ordem estrutural (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Na Carta do Paraná, em várias passagens, está explícita a preocupação dessa aliança com o povo e com as demais reformas, prevendo-se a necessidade de mudanças na estrutura da sociedade, pois tal reforma não pretendia ser mera formulação de horários e currículos, e sim, uma luta para que a universidade atingisse sua missão revolucionária, voltada para o interesse coletivo da sociedade, de forma democrática (sem prevalecer a seleção dos universitários com base em critérios econômicos, sociais, políticos e ideológicos). Assim, deveria estar “[...] aberta a toda reformulação que se processe no dinamismo histórico [...]”, não admitindo a exploração do homem, a fim de torná-lo consciente humana e tecnicamente,

sendo, então, evidente para a reforma a “[...] consciência de sua necessidade, com a participação do povo, promovido da condição de objeto a de sujeito [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Os integrantes do movimento estudantil buscavam agir como intelectuais capazes de realizar uma função organizativa e diretiva da cultura popular, ao defenderem o afloramento da identidade nacional do povo. Porém, como os estudantes expressaram: “não se trata de criar cultura popular para a massa, mas sim com a massa popular, isto é, deve-se descobrir, no próprio meio popular, seu potência cultural e valorizá-lo, dando-lhe um ponto de vista político [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962). Essa tarefa, de orientar o proletariado para novas questões culturais, era para os estudantes, enquanto intelectuais, uma preocupação, pois queriam formar pessoas de visão ampla e complexa para a função de governar e serem governados, em uma futura e nova sociedade, com interesses coletivos e não individuais ou voltados a pequenos grupos, o que conotaria uma cultura desinteressada. Nessa direção, a cultura desinteressada assumiria um significado de cultura de ampla visão, profunda, coletiva e universal, que interessa a todos os homens, contrapondo uma cultura interesseira, individualista e de curta visão (NOSELLA, 2004).

Nessa concepção de ensino, o mecanismo é de esclarecimento e reforço do que a vida já ensinou aos alunos, portanto, o princípio pedagógico era o exterior à escola, no sentido de que não é ela quem o cria, já que é a prática produtiva que constitui o primeiro momento formativo do novo homem, fazendo o trabalhador se identificar no mundo do trabalho de forma mais humanizada, também elevando sua potencialidade operativa, ao máximo grau. Isso ainda o levaria a identificar-se e a atuar num princípio próprio de liberdade concreta e de autonomia universal (NOSELLA, 2004).

É preciso considerar a possibilidade de ascensão social pela educação, como aponta Ridenti “[...] em tudo que tem de real e de ilusória, é requisito fundamental para a manutenção do domínio da ideologia burguesa no conjunto da sociedade [...]” (1993, p.144). Mas, quando deixa de ser uma luta isolada e individualizada, assumindo um “[...] caráter coletivo, como foi o caso do movimento estudantil brasileiro nos anos 50 e 60 na briga pela reforma do ensino, já há um esboço de ruptura com a ordem vigente [...]” (RIDENTI, 1993, p.144). Assim, há em conjunto a procura por uma mudança do sistema escolar, mesmo que isso não implique em uma ruptura do sistema capitalista.

Quando determinado grupo não se posiciona politicamente na sociedade, está reforçando a dominação da classe no poder, ou seja, está em consenso hegemônico com ela.

E disso o movimento estudantil tinha clareza, como é possível ser percebido, quando expressaram, na *Carta do Paraná*, que as classes ou grupos sociais dos proletariados “[...] são essencialmente revolucionários [...]”, mas precisam ser conscientizados disso, pois ao nível em que se encontram “[...] concebem qualquer reformulação parcial como um abrandamento das contradições reais existentes, o que em última análise apresenta a sustentação da classe dominante [...]” (CARTA DO PARANÁ, 1962).

Com esse ideário definido no II Seminário Nacional, o movimento estudantil buscou conscientizar suas bases e angariar força social, principalmente chamando para a luta trabalhadores e operários. Como define Gohn, um movimento social tem dois modos de difundir sua ideologia, por meio de práticas formais, como “[...] reuniões, assembleias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves para discussões políticas ou socioculturais [...]” (2011, p.260); também, com base nessas práticas informais, como “[...] acampamentos, teatro ou encenação, passeata-relâmpago a partir de uma assembleia formalmente convocada, invasões, concentração em frente a algum órgão público, [ou] ocupação de uma determinada repartição pública”; assim, pode-se dizer que o movimento estudantil as realizava⁸⁹.

No ano de 1963, realizaram o *III Seminário Nacional de Reforma Universitária*, em Belo Horizonte, focando a produção de soluções táticas para afastar os obstáculos legais à democratização da universidade; ainda, produziram o chamado *Luta atual pela reforma universitária* (SANFELICE, 1986). Após o evento, esse documento foi publicado no trabalho *UNE e Reforma Universitária*, incluído no livreto *O que é a UNE* (UNE, fev.1964, n.p.).

Com base nesse documento, é possível perceber que a preocupação expressa no documento anterior, *Carta do Paraná*, sobre a participação dos trabalhadores nas reivindicações pela Reforma Universitária e ligeiramente apontadas na *Declaração da Bahia*, não foi tema apenas daqueles momentos. Segundo o documento *Luta atual pela Reforma Universitária*, a classe operária deveria ser sua aliada natural de luta, pois

[...] não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada

⁸⁹ Com auxílio do CPC, foi possível realizar práticas de difusão informais por meio da arte do teatro, das encenações e das músicas. A participação do CPC nas excursões às regiões brasileiras, promovida pela UNE-Volante, foi essencial, na medida em que o movimento estudantil necessitava das apresentações de teatro realizadas pelo grupo do CPC para atingir e ampliar o público estudantil, além de propagar entre eles discussões políticas, que lhes eram de pouco interesse (TORRES, 2008).

da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular *em nome* dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está, de início, na própria universidade (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1962, grifo do original).

A participação dos trabalhadores, para o movimento estudantil, estava além da questão de desenvolver o princípio de articulação externa e ampliar força social para suas reivindicações estudantis. A tarefa de orientar o proletariado para novas questões culturais era para os intelectuais universitários, assim como expõe Gramsci, uma preocupação em formar pessoas de visão ampla e complexa para a função de governar em uma futura nova sociedade, com interesses coletivos e não individuais ou de pequenos grupos (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 2004).

Nesse documento, registrou-se uma solução tática, definida pelos estudantes como “[...] a melhor forma de condução imediata da luta pela Reforma Universitária [...]”. A proposta se resumia na luta pelo envio e aprovação para o Congresso Nacional de um projeto de Emenda à Constituição e de um substitutivo da LDBEN, os quais, formulados pelos estudantes, consubstanciavam pontos fundamentais para a imediata Reforma Universitária (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963). Essa tática era uma continuação da que foi estabelecida por Jango, mas os estudantes adaptaram para contemplar a reforma universitária. No primeiro semestre do ano de 1963, Jango já havia proposto mudar a Constituição para efetivar a reforma agrária.

O interesse era de afastar os obstáculos jurídicos para, assim, alcançar a democratização da universidade. Como expôs o documento:

[...] não surpreende que a conclusão clara seja: a necessidade de um projeto de lei que afastasse os obstáculos jurídicos a democratização da Universidade e associe a luta do movimento estudantil às lutas pelos principais projetos de Reformas de base, e ao mesmo tempo vinculasse as forças populares à luta pela Reforma Universitária (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963).

De acordo com o documento do Seminário *Luta atual pela Reforma Universitária*, existiam quatro pontos fundamentais no substitutivo da LDBEN, que já estavam sendo esboçados desde os anos finais de 1950, os quais eram: o fim da cátedra vitalícia, que deveria ser substituída pelo regime de carreira do professor; a extinção do vestibular, substituindo-o

por exames de classificação, e não eliminatórios, não existindo mais o caráter seletivo sócio-econômico no mesmo; um novo planejamento administrativo para distribuição e aplicação das verbas universitárias; e a participação estudantil nos órgãos colegiados na proporção mínima de $\frac{1}{3}$ (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963).

O movimento estudantil nacional, desde os Seminários anteriores, sobre a reforma do ensino e da universidade, apontava a preocupação em formular orientações políticas para definir suas ações, porém, somente no Seminário de 1963, efetivamente, apresentou um projeto sócio-político e cultural formal, que drasticamente teve suas ações interrompidas com o golpe civil-militar de 1964. Segundo Sanfelice, a UNE havia previsto encaminhar as propostas da Constituição e da LDBEN ao Congresso Nacional somente no início do ano de 1964, pois, sabendo que enfrentaria grandes resistências para suas aprovações, trabalharia nesse período para angariar força social, levando suas propostas para discussões nos diversos setores sociais, de forma a preparar a todos por diversos meios disponíveis para a “grande luta” (1986).

Desse modo, efetivando o papel dos estudantes, enquanto intelectuais organicamente ligados a sua classe, como aponta Mochcovitch (1992), posicionavam-se como os responsáveis por articular uma reflexão entre o bom senso e a filosofia da práxis, levando as massas à tomada de consciência e à homogeneização de uma concepção do mundo, que lhe seja autônoma; assim, é que o movimento estudantil nacional reforçou a necessidade de ser “[...] utilizadas todas as formas de luta: as assembleias, os abaixo-assinados, as manifestações de apoio, os contatos, os telegramas, os manifestos, os panfletos, as passeatas, os comícios, até os remédios mais extremos, quando se tornarem necessários”, para mobilizar todos para uma participação ativa (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963).

Entre os dias 05 e 12 de janeiro de 1964, dando continuidade ao trabalho desenvolvido no *III Seminário Nacional de Reforma Universitária*, reuniu-se ordinariamente em Florianópolis o Conselho Nacional dos Estudantes, com José Serra na presidência da UNE, para fiscalizar as atividades da diretoria e traçar diretrizes para o movimento estudantil, de acordo com as linhas gerais, determinadas pelo *XXVI Congresso Nacional dos Estudantes*. O resultado dessa reunião foi o documento *Mobilização para Reforma Universitária*, que reuniu as resoluções que orientariam todas as atividades do movimento estudantil brasileiro até segunda ordem.

Segundo o Plano de Mobilização, o movimento conseguiu atingir um patamar mínimo de organização e agora deveria incumbir-se de planejar e executar sua mobilização perante a reforma universitária. Por isso, o documento não se considera inovador; é apenas um meio de expor, de maneira resumida e didática, as principais diretrizes que definem uma política de reforma universitária, decorrente da análise crítica do documento *Luta Atual pela Reforma Universitária* (UNE, fev. 1964). As diretrizes realmente são claras e didáticas, bem como estão organizadas por tópicos e basicamente funcionam como um manual de instruções do movimento estudantil, incumbindo tarefas para todas as entidades que o formam, como UEEs, DCEs e DAs. A preocupação, além de angariar força social, era unificar e tornar orgânica a luta.

O primeiro passo seria tornar a luta pela reforma universitária a principal do movimento universitário, como já previsto na *Luta Atual pela Reforma Universitária*, assim, a ordem era para que todas as entidades estudantis revissem seu planejamento para os próximos seis meses, a fim de que todas as atividades tivessem como eixo central essa luta. O segundo passo seria popularizar a luta, procurando ganhar espaço dentro da universidade entre professores progressistas, funcionários e ex-alunos e fora dela entre parlamentares, autoridades, movimento operário e camponês, reforçando a tática da *Luta Atual pela Reforma Universitária*, pois “a universidade não se transforma sem que a sociedade não se transforme também” (UNE, fev. 1964).

Para os estudantes, a reforma universitária não era a única luta válida, mas era por ela que a conscientização dos problemas gerais da sociedade deveria passar, por meio da teoria, pelos estudos, debates, seminários, publicações e, sobretudo, pela prática. Assim, deveria haver cuidado para “[...] não cair nem no teorismo inócuo, nem no ativismo cego” (UNE, fev. 1964). A didática empregada deveria partir dos objetivos imediatos e parciais da reforma para os objetivos finais, ou seja, do particular para o geral, evitando o reformismo dos que só focam no particular (objetivos parciais) e o esquerdismo dos que só cuidam do geral (objetivos finais). Por isso, o plano enumera as ações de acordo com a temporalidade em que deveriam acontecer. Segundo Pedro Ayres, jornalista, militante da UNE e do PCB, em relatos memoriais, lembra que

Naquela época, nós, da UNE e demais entidades progressistas do país, bem como alguns Partidos políticos, estávamos empenhados em aumentar o conhecimento sobre a realidade nacional a partir da regionalização. Considerávamos que quanto maior fosse o conhecimento das particularidades do país, mais fácil seria encontrar soluções e um tipo

de planejamento integrado capaz de nos fazer sair daquela situação de miséria e pobreza. [...] Entendíamos que junto com o conhecimento das particularidades do país e com o avanço da organização social e educacional, mais fácil seria encontrar soluções e um tipo de planejamento integrado, capaz de nos fazer sair daquela situação de infra-desenvolvimento (AYRES, 2011).

A primeira ação imediata, a ser desenvolvida após o conselho ordinário, era a campanha nacional de mobilização pelo aumento do número de matrículas e preenchimento de todas as vagas, além de exigir que a aula inaugural de 1964, para todas as universidades, focasse no tema da reforma universitária, debatendo-se o congelamento das anuidades e taxas escolares e posicionamento contrário ao corte de verbas para educação. Essa tática visava atrair os vestibulandos para integrarem-se à luta pela reforma, criando um estado de mobilização para servir de base para as posteriores campanhas, que seriam: lutar pela aprovação da Emenda Constitucional e do Substitutivo da LDBEN, já previstas no documento *Luta Atual pela Reforma Universitária*.

Segundo o Plano de Mobilização, ainda era necessário elevar o nível de organização do movimento, para ultrapassar a fase descontínua e eventual, marcadas principalmente pelo ano letivo, característica particular do movimento estudantil, a fim de atingir uma estrutura de sustentação mais consistente, uma luta mais orgânica, sistemática, planejada. Para tanto, a gestão de José Serra prontificou-se a enviar, às entidades filiadas à UNE, circulares, informes e telegramas com informações pormenorizadas, complementando e unificando as ações. Porém, deixou claro que não cabia somente a UNE lutar pela reforma nacional e às UEEs, DCEs e DAs pela reforma estadual, pois, se assim ocorresse, não atingiriam um nível orgânico de luta.

Além do mais, cada UEEs deveria reesquematizar o plano de mobilização, complementando-o com lutas específicas e delegando às suas filiais responsabilidades e tarefas. Essa diretriz, a UPE já estava seguindo, inclusive, desde antes da elaboração do Plano de Mobilização, pois nota-se que, em vários momentos, ela preservava sua autonomia, não funcionando somente como apêndice da UNE; por exemplo, a Greve do 1/3 foi iniciada no Paraná antes da deflagração nacional pela UNE. Segundo o Plano de Mobilização, caberia também a cada UEE organizar visitas a todas às faculdades de seu estado, seguindo os moldes da UNE Volante, bem como iniciar apresentações da peça teatral *Auto dos 99%*, por meio de CPCs locais. Tal fato explica a existência do texto *Auto dos 99%*, que foi adaptado pelo CPC do Paraná e arquivado nos dossiês da DOPS/PR.

Também estava previsto no Plano que, possivelmente, no dia 21 de março de 1964, se desenvolvessem ações a nível estadual e nacional, com debates sobre reforma universitária, atos públicos e encenações teatrais, para evidenciar o encaminhamento da Emenda Constitucional e do Substitutivo da LDBEN ao plenário da Câmara, devendo esse dia ser marcado como o *Dia Nacional de Reforma Universitária*. Não foram encontrados relatos da ocorrência desse evento. Provavelmente, não chegou a ocorrer, pois, em março, o presidente Jango assinou decreto aumentando o número de vagas nas primeiras séries das faculdades federais, coroando um dos esforços despendidos pelo movimento estudantil (DIÁRIO DA TARDE, 3 mar. 1964, p.5). Dias depois, enviou uma mensagem ao Congresso Nacional, pedindo reforma da Constituição para atender interesses das reformas de base. Atendendo a reforma universitária, solicitou supressão da cátedra vitalícia e liberdade administrativa às universidades, para que controlassem sua própria arregimentação e promoção de docentes (JORNAL DO BRASIL, 15 mar. 1964, p.4). Os estudantes chegaram a iniciar, em Belém, o *II Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino*, mas sua execução foi interrompida, durante a sessão solene inaugural, com o golpe-civil militar.

De modo geral, todas essas ações do movimento estudantil mostram sua identidade de caráter progressista e revolucionário, assumida no início da década de 1960. A UNE, em uma posterior análise, realizada após o golpe-civil militar, sobre o seu papel no início da década de 1960, se condena e diz que “[...] por mais violenta que fossem as palavras dos seus dirigentes o movimento estudantil na prática deu mais importância ao ‘contato de cúpula’ com os políticos dominantes do que com a aproximação direta com as áreas populares” (UNE, 1963 n.p.). Apesar dessa colocação do próprio movimento, pode-se dizer que suas ações foram as que lhe cabiam realizar, de acordo com o contexto histórico que se estruturava, pois é preciso lembrar que possuíram uma grande gama de opositores, os quais viam seu projeto da reforma universitária com caráter subversivo ou comunista. Os opositores, segundo a UNE, eram os grupos contrários ao verdadeiro desenvolvimento do país, que priorizavam apenas seus interesses de classe e não o avanço social e econômico da sociedade como um todo. Assim,

desde sua fundação, 1937, a UNE vem lutando, não somente pelas reivindicações estudantis, mas igualmente pelos objetivos básicos das forças populares e democráticas do país. Combatida pelos grupos que se opõem à luta pelo desenvolvimento do país e pela libertação de nosso povo, a UNE tem crescido e se fortalece a cada dia. Da consciência que o move,

da firmeza e independência que se baseia, do espírito de luta que o caracteriza, o movimento universitário retira os fundamentos de sua unidade. A UNE É UNIÃO (UNE, 1963, n.p.).

Um desses ferrenhos opositores foi o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, que em 1961 mandou fechar a sede da UNE, durante a *Campanha da Legalidade*, e que depois do golpe civil-militar mandou incendiá-la. No dossiê da UNE, encontrou-se um informe produzido pela entidade sobre uma campanha que estavam realizando, provavelmente do ano de 1963, que cita o nome do governador Lacerda. A campanha se chamava *Quem será o Gorila de 63?*. Um fato cômico, mas de caráter político, no qual os estudantes questionavam o povo para eleger uma imagem pública que fosse a mais mal vista. Enquanto a campanha estava em andamento, a UNE publicou: “Como era de se esperar, o ilícito governador da Guanabara tem merecido as preferências do eleitorado (dizem que foi preciso esta campanha da UNE para que pessoas de bem votassem em Lacerda) [...]”; além de Lacerda, são citados outros, como o governador de São Paulo Adhemar de Barros, que estava em segundo na votação. Também aparece o nome de Amaury Krueel, de Roberto Marinho e outros (UNE, s.d., n.p.).

Os opositores do movimento e das reformas de base conseguiram dismantelar a reforma revolucionária prevista pela esquerda, ao utilizar-se do golpe de 1964, que fez o movimento entrar em refluxo, com a destruição da sede da UNE e sua organização sendo largada à clandestinidade; mas, no ano de 1968, o movimento teve seu ápice de força, marcando seu fluxo.

Baseado nesse histórico de reivindicações, é possível identificar que o principal objetivo do movimento estudantil, durante os anos de 1960, foi a democratização da universidade e para conquistá-la era preciso alterar os padrões do ensino e, por consequência, do sistema capitalista (BRAGGIO, 2013). Esse fato remete a visualizar nos integrantes desse movimento a realização de uma função dirigente e organizativa, pautada em ações que buscavam formar uma consciência crítica, coerente e unitária, não só entre os estudantes, como também entre os trabalhadores e o povo, ou seja, a sociedade civil⁹⁰.

⁹⁰ Estes termos estudantes, trabalhadores e povo são encontrados nos dossiês da DOPS/PR em documentos de protesto, produzidos pelo movimento estudantil, tais como os manifestos ‘Aos estudantes e ao povo’ do ano de 1962 e ‘Aos trabalhadores, aos estudantes e ao povo’, do ano de 1963.

2.2 O I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior com foco na participação estudantil paranaense

O I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior foi promovido pela UNE, entre os dias 07 e 15 de julho de 1957, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sendo constituído de seminários parciais especializados sobre cada curso superior e reunião conjunta de todos os cursos para debate das questões gerais. Cada entidade estadual ficou encarregada de enviar um representante de cada curso existente em seus estados; o Paraná só enviou representantes do curso de Filosofia e de Engenharia, faltando, por exemplo, representantes de Odontologia, Medicina, Direito, Farmácia, Comércio, Educação Física, entre outros cursos superiores existentes na época. O temário e as discussões do Seminário giraram em torno dos seguintes itens: 1. Autonomia Universitária; 2. Da vitaliciedade de cátedra; 3. Da correspondência entre prática e teoria; 4. O atual regime de provas; 5. Do exame vestibular; 6. Recomendação a uma reforma no curso secundário; 7. Do problema salarial dos catedráticos nas escolas particulares; 8. Das relações entre corpos docentes e discentes: a) participação dos Diretórios Acadêmicos nos Conselhos Técnico Administrativos, b) revisão de provas com a presença do aluno etc.; 9. Da contribuição das verbas públicas para o ensino; e Seminário especial: problemas específicos de cada curso (SEMANÁRIO, 27 jun. a 4 jul. 1957, p.15).

Para os organizadores do seminário, os problemas particulares de cada curso seriam a parte mais importante e de maior contribuição dos estudantes para o ensino superior; acreditavam que os estudantes proporcionariam ao desenvolvimento do ensino no Brasil meios de fazer com que os cursos preenchessem suas verdadeiras finalidades. O problema das Faculdades de Filosofia foi um dos mais debatidos, visto que englobava uma dezena de cursos e com dupla finalidade, de formar professores e também pesquisadores. Segundo análises desenvolvidas no seminário, essa dupla finalidade não estava perfeitamente regulamentada e queixavam-se, a maioria dos acadêmicos que terminavam esses cursos superiores, de não serem nem bons professores e nem bons pesquisadores (IMPrensa POPULAR, 28 jun. 1957, p.4). A proposta de estudo apresentada pela bancada, composta por alunos das Faculdades de Filosofia, era reestruturar os cursos, definindo certo número de anos de ensino conjunto para formação de professores e pesquisadores e, posteriormente, a separação dos mesmos para tratar de assuntos mais específicos, complementando com aulas de didática para aqueles que se destinariam ao magistério. Nesse caso, de acordo com

as conclusões do congresso, a equiparação do professor pesquisador e vice-versa se daria mediante curso de formação especializada (DIÁRIO DO PARANÁ, 27 ago. 1957, p.5). A programação do evento foi organizada disponibilizando espaço de debates, separado por Faculdades, conforme pode-se observar no Anexo *Recorte do Jornal Imprensa Popular com cronograma do I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior, de 7 a 15 de julho de 1957*. Os assuntos gerais ficaram a cargo de professores conferencistas: Ernesto de Oliveira Jr. ficou responsável pelo tema *da vitaliciedade de cátedra*; Frederico Rangel, sobre *o atual regime de provas e o exame vestibular*; Eremildo Viana, sobre *as relações entre o corpo docente e discente participação dos Diretórios Acadêmicos nos Conselhos Técnicos Administrativos e revisão de provas com a presença do aluno*; Julio Sambaqui, diretor de orçamento do MEC⁹¹, falou sobre *as verbas para educação* e Álvaro Vieira Pinto sobre *a autonomia universitária* (DIÁRIO CARIOCA, 7 jul. 1957, p.16).

Pouco se percebeu a relação entre os assuntos gerais com as conclusões apresentadas por áreas das Faculdades; somente a vitaliciedade de cátedras e a representação discente foram os assuntos que apareceram em algumas das conclusões por área. Conforme constatou José Serra, durante sua presidência da UNE, gestão 1963-4, a visão durante o *I Seminário de Reforma do Ensino Superior* era parcelada, imediatista e exclusivamente didática; assim, simplesmente procurou-se conferir maior grau de eficiência na formação de cada área isolada (UNE, 1963, p.12-3 *apud* FÁVERO, 1994, p.25). Essa fragmentação por áreas é visível nas publicações dos periódicos da época. O jornal Diário do Paraná, por exemplo, publicou as conclusões de cada área do seminário na coluna Panorama Educacional, destinando uma edição para Serviço Social, uma para Odontologia, duas para Filosofia, sete para engenharia e três para Medicina.

Convém destacar que os acadêmicos de Serviço Social já estavam discutindo alterações no curso em eventos anteriores, como o *I Congresso Nacional de Estudantes de Serviço Social*, que realizou-se em Recife e a *Convenção de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social*, efetivada em Salvador. Em ambos os eventos, havia sido aprovada a dilatação do currículo para quatro anos e a extinção da defesa oral do trabalho de conclusão de curso. Então, nas conclusões do *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, também chamada pelos estudantes de *Anteprojeto de Reforma do Ensino de*

⁹¹ Além da presença do diretor de orçamento do MEC, Julio Sambaqui, também deveria participar o diretor de Ensino Superior do MEC, Jurandir Lodi (O JORNAL, 3 jul. 1957, p.15). Porém, não se conseguiram dados que confirmem sua presença no evento.

Serviço Social, esses dois apontamentos estavam expostos, juntamente com a recomendação de inclusão de testes psicológicos e psicotécnicos, de caráter eliminatório, nos exames vestibulares, além da recomendação de padronização do currículo, com a mesma distribuição das disciplinas pelas diversas séries e o mesmo programa para todas as Faculdades, bem como dos exames vestibulares (DIÁRIO DO PARANÁ, 14 ago. 1957, p.5).

A recomendação de padronização do currículo também estava colocada, inclusive com o mesmo texto, nas conclusões do *Temário de Odontologia*. A única comissão que não previu a padronização foi das Faculdades de Engenharia. Segundo os acadêmicos de engenharia, caberia a cada Escola a iniciativa de organizar e planejar seus cursos, estabelecendo as disciplinas que reputarem básicas ao ensino (DIÁRIO DO PARANÁ, 13 set. 1957, p.5).

Os acadêmicos de odontologia propuseram aumento do número de vagas e de turmas para atender a demanda crescente de candidatos para o curso, porém, com número limitado de alunos para não prejudicar o ensino. Solicitaram que cada faculdade estipulasse o turno em que as aulas serão ministradas (manhã, tarde ou noite), aconselharam reaparelhamentos, reformas e recuperações de todo material móvel e imóvel das Faculdades, principalmente, das disciplinas técnico-profissionais. Ainda, posicionaram-se contrariamente ao regime de cátedras vitalícias e à acumulação das mesmas, sugerindo que os professores catedráticos e seus assistentes fossem obrigados a fazer cursos de *Didática e de Ciências Naturais*; exigiram que os professores respeitassem a lei, que estabelece 16 horas de dedicação à cadeira por semana. Sugeriram que fosse estipulado o máximo de quatro disciplinas por ano para cada aluno, visando não prejudicar o ensino pelo acúmulo e complexidade das mesmas. Defenderam a inclusão de um membro discente na Congregação e no Conselho Técnico Administrativo das Faculdades. Apontaram a necessidade de não permitir a passagem de alunos do 2º ano de odontologia para o 3º de medicina e vice-versa, respeitando-se as matérias do curso básico e permitindo a inscrição no outro curso somente após conclusão de um deles (DIÁRIO DO PARANÁ, 18 ago. 1957, p.13).

Os estudantes estavam crentes de que o governo acataria seu projeto de reforma do ensino. Os acadêmicos de odontologia, por exemplo, terminaram suas conclusões com o seguinte pedido à comissão geral da reforma da UNE: “Enviar uma moção de agrado ao Presidente da República, Ministro da Educação e Cultura e membros da Comissão instituída pelo governo para reforma do Ensino Odontológico pelo interesse demonstrado por essa unidade do ensino superior” (DIÁRIO DO PARANÁ, 18 ago. 1957, p.13).

Os acadêmicos das Faculdades de Filosofia, aparentemente mais conscientes das dificuldades e importância de desenvolver um projeto de reforma do ensino, definiram que não seria possível figurar em forma de conclusões os apontamentos realizados, pois requerem mais tempo de estudo, análises generalizadas e particulares de cada curso que compõe as Faculdades de Filosofia, assim, limitaram-se a fazer recomendações passíveis de posteriores estudos (DIÁRIO DO PARANÁ, 21 ago. 1957 p.5). Como explica Terezinha da Costa Azevedo, acadêmica paranaense de filosofia, que participou do evento: “considerando a complexidade do assunto, o número não significativo de representantes e a exiguidade do tempo, julgamos por bem não tomar resoluções de caráter definitivo e radical, propondo-nos apenas apontar elementos para posterior estudo e pronunciamento” (DIÁRIO DO PARANÁ, 27 jul. 1957, p.5 e 8).

Desse modo, para os acadêmicos das Faculdades de Filosofia, o ponto de partida para a reforma do ensino era desenvolver um estudo minucioso do *Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que estava em desenvolvimento desde 1945 e teve seus estudos e justificativas publicados na revista do INEP (DIÁRIO DO PARANÁ, 27 jul. 1957, p.5 e 8).

Apesar da visão imediatista que predominou no evento, perceptível principalmente nas conclusões das outras Faculdades, essa consciência política da reforma educacional dos estudantes de Filosofia demonstrava uma fase de amadurecimento do movimento. Os acadêmicos de filosofia tiveram o devido cuidado de justificar todas as propostas apresentadas, conferindo maior grau de importância às mesmas. Por exemplo, primeiro, ao considerar que o orientador educacional não dispõe de preparo técnico à altura de suas funções e que não existe regulamentação legislativa para preenchimento desse cargo, é que propunha-se a criação de um curso de pós-graduação para devidamente capacitar os diplomados em Pedagogia.

A comissão incumbida de estudar o problema da reforma no ensino médico ficou a cargo de apenas duas delegações, uma da faculdade de Medicina de Porto Alegre e outra da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Tais comissões optaram por apresentar uma análise crítica e construtiva do projeto de lei nº 2.406, de março de 1957, sobre a reforma do ensino médico, que já estava em tramitação no Congresso Nacional, juntamente com a exposição de motivos nº270, orquestrada pelo ministro do MEC, Clóvis Salgado – o qual, sendo médico, priorizou que tal reforma fosse uma das primeiras a ser debatida.

O primeiro apontamento que a comissão das Faculdades de Medicina levantou foi a necessidade de criar uma disciplina de Sociologia no curso, pois os acadêmicos de medicina, na maioria provenientes de classes abastadas, não tinham consciência dos problemas socioeconômicos que afetam o povo e, por consequência, a sua saúde. Assim, expuseram:

[...] falta ao médico e ao estudante de medicina um sentido social; a grande maioria está afastada da realidade econômico-social brasileira, não tendo noção da importância de sua profissão na melhoria das condições de nosso povo, que sob o aspecto, sob o ponto de vista da saúde afetada pelas inúmeras endemias que consomem o homem brasileiro, quer sob ponto de vista da alimentação deficiente, fatores, conjuntamente com a precariedade de nossa higiene, de implantação das inúmeras doenças que fazem do Brasil um vasto hospital [...] De uma maneira geral, depreende-se que atualmente as escolas médicas formam muito mais técnicos em Medicina que propriamente médicos (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 ago. 1957, p.5).

Para formar médicos, apontaram a necessidade de dedicação em tempo integral dos docentes e discentes, porém, atentaram-se ao perigo de generalizar o tempo integral para todas as Faculdades do país, pois algumas não possuem estrutura física, técnica e humana para suportar o tempo integral. Ideal, segundo a comissão, seria a criação de internatos hospitalares obrigatórios, nos moldes do existente na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, visto que estava possibilitando ao aluno um desenvolvimento prático dos conhecimentos adquiridos durante o curso (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 ago. 1957, p.5; 3 set. 1957, p.5).

A comissão das Faculdades de Medicina, analisando o projeto de Lei nº2.406/57 apoiou a reorganização das matérias por departamentos, justificando que, desse modo, reduzira o número de cátedras, tendo maior aproveitamento do tempo, sem repetições de matérias por cátedras afins. Esse estilo de organização de matérias em departamentos estava sendo desenvolvido pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e, ao que tudo indica, estava gerando bons resultados. Apoiou a criação de cursos vestibulares e pós-graduação, justificou a criação dos cursos de pós-graduação como indispensáveis para a carreira do magistério, por tanto, as Faculdades aptas a criar esses cursos deveriam fazê-lo (DIÁRIO DO PARANÁ, 3 set. 1957, p.5). Quanto aos cursos vestibulares, justificou que, quando com pequenos números de candidatos, contribuem para rápida integração dos mesmos ao meio universitário, evitando a exploração comercial existente nos cursinhos. Desaprovou a possibilidade de licenciamento nas cadeiras básicas, alegando que, para ser docente de medicina, o mínimo a se exigir é a formação médica; dessa forma, não se poderia admitir,

por exemplo, que se lecionasse parasitologia sem relacioná-la com as consequências da ação dos parasitas sobre o corpo humano. E, ainda, desaprovou o provimento da cátedra por transferência dos docentes de uma faculdade para outra, considerando que o ensino é muito diversificado entre as faculdades e a transferência de um catedrático para outra instituição impossibilitaria aos docentes-livres aspirarem alcançar a cátedra (DIÁRIO DO PARANÁ, 5 set. 1957, p.5).

A comissão das Faculdades de Engenharia restringiu-se apenas à análise de seus programas de ensino, descrevendo a importância de constante atualização dos mesmos, mediante os desenvolvimentos tecnológicos e científicos. Segundo suas conclusões, era preciso,

[...] melhorar o estado presente da engenharia e preparar engenheiros para a situação futura de progresso tecnológico nas atividades produtoras. A engenharia não pode, contudo, permanecer estacionária. Novos progressos surgirão, por certo, nos campos científico e tecnológico, e poder-se-á operar de futuro uma transformação dos campos já existentes, com reflexos sensíveis em seu ensaio (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 ago. 1957, p.5).

Para eles, cabia, então, aos professores serem atualizados e procurar meios mais eficientes de apresentar suas matérias (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 ago. 1957, p.5). Assim, afirmam que “[...] o problema da seleção de um corpo docente é, talvez, o problema único do nosso ensino. As reformas estão fadadas a insucesso, de nada valerão, se os estabelecimentos de ensino não puderem contar com professorado eficiente”. Além disso, para eles, o docente não pode ter dedicação exclusiva ao curso e são contrários à cátedra vitalícia, pois a experiência profissional revela “[...] originalidade em suas preleções, realizando trabalhos produtivos, ensinando, pesquisando, escrevendo e empregando suas atividades em assuntos profissionais [...]”; assim, iriam adquirir elementos ideais para o magistério, já que “a prática profissional revela ao seu titular aptidões invejáveis – maturidade, largueza de visão, pontos de vista práticos, atributos que dão equilíbrio a um corpo docente formado de tais elementos” (DIÁRIO DO PARANÁ, 6 set. 1957, p.5).
Reforçaram:

[...] é de toda conveniência que os professores exerçam atividades junto a escritórios técnicos, fábricas, usinas, etc., conforme for o caso, adquirindo experiência e realizando observações que transplantariam para a sala de aula, dando a seus alunos uma visão completa e sempre atualizada dos

problemas práticos dignos de discussão e estudo (DIÁRIO DO PARANÁ, 13 set. 1957, p.5).

Porém, lembraram que era preciso ter o cuidado de instruir didaticamente os engenheiros indicados para os cargos de professores (DIÁRIO DO PARANÁ, 7 set. 1957, p.5). Ainda no que tange a função do professor, demonstrando-se extremamente liberais, são contrários à estabilidade profissional dos mesmos, quando no serviço público, e defendem às administrações universitárias a escolha docente e de seus auxiliares, de acordo como os mais capazes para cada setor (DIÁRIO DO PARANÁ, 10 set. 1957, p.5).

A seleção, segundo os acadêmicos de engenharia, deveria se estender também para o corpo discente; os que demonstrarem, no início do curso, que não possuíssem aptidão ou que apresentassem dificuldades para conclusão do curso, deveriam ser afastados da instituição, permanecendo somente os que “[...] possam receber de um determinado grupo de professores, laboratórios e biblioteca, uma educação de alto nível” (DIÁRIO DO PARANÁ 10, set. 1957, p.5). Do mesmo modo, seguindo essa linha de raciocínio antidemocrático, comentam que era necessário ter compreensão dos valores humanos, com base no estudo das humanidades, da história, da literatura e da filosofia, por serem conceitos necessários para os engenheiros de alta classe que, futuramente, ocuparão cargos administrativos do país (DIÁRIO DO PARANÁ, 11 set. 1957, p.5). Ou seja, extremamente contrários as necessidades apontadas pela comissão das Faculdades de Medicina, os engenheiros utilizar-se-iam desse conhecimento social como simples ornamento de sua cultura.

Apesar desse posicionamento da comissão das Faculdades de Engenharia, diverso das demais comissões, segundo a acadêmica de filosofia, Terezinha da Costa Azevedo:

De um modo geral, as sessões plenárias foram bem movimentadas, demonstrando o grande interesse dos poucos acadêmicos que lá compareceram. Os temas que provocaram maior debate foram a Vitaliciedade de Cátedra, Verbas para o Ensino e Representação dos alunos no CTA das Faculdades. Sobre este último, o professor Eremildo Viana proferiu uma conferência mostrando as reais necessidades e as vantagens para os órgãos acadêmicos no CTA virá trazer. Afirmou ser imprescindível uma relação mais estreita entre mestres e alunos. Enfim, o seminário promovido pela UNE serviu para mostrar a contribuição do estudante brasileiro para a solução dos angustiantes problemas do nosso ensino (DIÁRIO DO PARANÁ, 27 jul. 1957, p.5 e 8).

O debate da vitaliciedade de Cátedra e da representação dos alunos nos Conselhos Técnico Administrativos apareceram em algumas conclusões por área; já o debate de Verbas para o Ensino, que suscitou maiores debates, conforme mencionado por Terezinha, não pareceu em nenhuma das conclusões por área. Infelizmente, nenhum documento com as conclusões dos assuntos gerais debatidos no seminário foi encontrado. Sabe-se, por meio das notícias publicadas no jornal Diário do Paraná, que o periódico estudantil do Diretório Acadêmico de Engenharia, chamado *O Dinâmico*, fez uma edição com um complexo noticiário sobre o *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, porém, o mesmo não foi encontrado e não se encontra arquivado nos dossiês da DOPS/PR⁹². Em consonância com as previsões dos organizadores do evento, as publicações deram maior destaque às conclusões por área, comprovando os apontamentos feitos por José Serra: a reforma universitária, debatida no *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, foi limitada, fragmentada e especificamente voltada para problemas particulares de cada faculdade. Como bem disse Poerner (1995), esse seminário não alcançou a importância almejada por se ater à busca de soluções meramente pedagógicas.

⁹² Existe na DOPS/PR, no dossiê de Engenharia da Universidade do Paraná o jornal *O Dinâmico*, mas somente do ano de 1971.

3. O DESENVOLVIMENTO DA POLITIZAÇÃO DA UPE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

A luta pela Reforma Universitária nasceu entre nós há poucos anos. Em 1957, reúne-se no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da UNE, um *Seminário de Reforma do Ensino*.
(UNE, 1963, n.p.)

As reivindicações estudantis pela reforma universitária no Paraná iniciaram-se em 1957, com a participação de acadêmicos da faculdade de filosofia e de engenharia no *I Seminário de Reforma do Ensino*, patrocinado pela UNE. Até aquele momento, a maioria das ações da UPE, desde sua criação, em 1939, eram reflexo da entidade máxima estudantil (UNE); o número reduzido de alunos e a consciência política e de classes em estágio embrionário geravam ações tímidas e voltadas para o lazer e o entretenimento, vangloriava os calouros, valorizando a meritocracia e não percebendo o afunilamento do sistema de ensino e a seleção de caráter econômico. Foi na década de 1950 que a politização da UPE desenvolveu-se, atingindo seu auge na década de 1960.

Para assimilar como o movimento estudantil paranaense inseriu-se na luta pela reforma universitária, atingindo autonomia e iniciativa de luta na década de 1960, foi necessário compreender o processo histórico da consciência política do movimento. Até o momento, não há sistematização da história da UPE, visto que a própria entidade pouco conhece sua história⁹³, assim, justifica-se a existência deste capítulo, sob o título *Desenvolvimento da politização da UPE e a reforma universitária* e do apêndice *Estrutura da UPE*, no qual se buscou reunir os nomes dos estudantes que ocuparam cargos na entidade.

Conforme visto nos capítulos anteriores, a luta pela reforma universitária, a nível nacional, iniciou-se na década de 1920, apesar do próprio movimento estudantil não considerar essa data, ganhando consistência e força no final dos anos 1950 e início de 1960, levando a própria entidade máxima dos estudantes (UNE) a considerar esse momento de amadurecimento como o início da luta. De acordo com um livreto publicado em 1963, citado na epígrafe, o início da Reforma Universitária deu-se pelo *I Seminário Nacional de Reforma*

⁹³ A gestão 2011-2013 iniciou um projeto de resgate de documentos para reconstrução da história da entidade, porém, muito se perdeu, principalmente, durante a censura e repressão ditatorial. Acredita-se que os registros possivelmente existentes estão dispersos, em posse de ex-militantes, mas nem mesmo um histórico com nomes dos líderes a entidade possuía naquele momento.

do Ensino, do ano de 1957, sendo por meio desse seminário que os acadêmicos do Paraná se inseriram na luta pela reforma universitária.

Ao analisar os dossiês da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR) e os periódicos paranaenses, desde a década de 1920⁹⁴, não se encontrou nenhum dado que revele a participação de estudantes paranaenses em eventos anteriores a 1957, que abordaram a reforma, como por exemplo, no *Comitê Pró-reforma Universitária* de 1928 ou no *Comitê Pró-democracia Universitária* de 1929. Durante o *II Congresso Nacional de Estudantes*, de 1938, que resultou na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do *Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira*, possivelmente dois estudantes paranaenses da faculdade de direito foram a Belo Horizonte, porém, não foram encontrados os nomes dos mesmos e confirmação de participação (JORNAL DIÁRIO DA TARDE, 10 maio 1938, p.1).

Apesar de não haver relatos da participação paranaense nos assuntos referentes a reforma universitária, antes de 1957, não quer dizer que os acadêmicos paranaenses não se mobilizavam. Mesmo antes da fundação da União Paranaense dos Estudantes (UPE), os estudantes paranaenses já mantinham contato com os estudantes e professores dos grandes centros, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, por meio de organizações estudantis, como os Centros Acadêmicos (CAs), a União Democrática Universitária e a União Universitária Feminina.

Em 1935, por exemplo, o Centro Ronald de Carvalho⁹⁵, da Universidade do Paraná, demonstrando intercâmbio cultural interestadual, trouxe para o estado o professor Fernando de Azevedo, diretor do Instituto de Educação de São Paulo, para fazer três conferências na Universidade. A primeira sobre *A origem e os fundamentos da nação*, a segunda sobre *A unidade nacional e a educação*, e a terceira sobre *A função nacional das Universidades* (JORNAL CORREIO DO PARANÁ, 21 set. 1935, p.1).

⁹⁴ Os periódicos pesquisados, com base na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, foram: A Escola, A República, Almanach do Paraná, Commercio do Paraná, Diário da Tarde, Guarapuava, Ilustração Paranaense, Myrto e Acacia, O Dia, O Estado do Paraná, O Palládio, O Rio-Negrense, O Sempre-Viva, Paraná, Pythagoras, Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, Rio Negrenser Zeitung, Correio do Paraná, O Estado, Joaquim, Paraná-Norte, União, Diário do Paraná, Correio da Noite, Correio do Paraná, Maestro Bento Mossurunga, Paraná Esportivo e Última Hora. As pesquisas foram feitas utilizando-se os seguintes conceitos-chaves: reforma universitária, Comitê pró-reforma, universidade democrática, democratização universitária, movimento estudantil, estudantes universitários, reforma do ensino superior e união paranaense dos estudantes.

⁹⁵ O Centro Ronald de Carvalho foi fundado em 5 de abril de 1935, pelos universitários Rocha Loures Sobrinho, Ernani Santiago de Oliveira, Eurico Pereira de Macedo, Jorge Lacerda, Adhemar Guilhon Gonzaga, Eloy da Cunha Costa, Paulo Muller de Aguiar, Theobaldo Cioci Navolar e Oliveira Franco Sobrinho, com objetivo de aperfeiçoamento intelectual e estudo da cultura brasileira (JORNAL DIÁRIO DA TARDE, 11 abr. 1935, p.5).

3.1 Antes da UPE

Naquele momento, a participação paranaense em relação às campanhas nacionais era dificultada pela comunicação e locomoção, características da época; a Campanha dos 50%, por exemplo, só foi começada no Paraná após três meses do início das reivindicações de São Paulo⁹⁶ e do Rio de Janeiro. A inexistência de um órgão centralizador estudantil no estado do Paraná dificultava a articulação e mobilização para as reivindicações. Mesmo assim, conseguiu-se levar às ruas cerca de dois mil estudantes de ensino superior e secundário, em prol da campanha de redução de 50% das taxas do ensino e do transporte, sob a justificativa de que o ensino no Brasil estava sendo objeto de luxo, pois os livros e os materiais eram muito caros, mesmo nos cursos elementares, estando incompatível com os recursos das massas⁹⁷ (JORNAL DIÁRIO DA TARDE, 30 out. 1935, p.1; O DIA, 1 nov. 1935, p.1).

No Paraná, não se encontrou nenhum relato de violência policial contra a Campanha dos 50%, como aconteceu em São Paulo. A repressão policial ao movimento estudantil, bem como a quaisquer outros movimentos sociais, estava se expandindo sobre o pretexto de combater manifestações perturbadoras da ordem e contrárias ao governo. Esse cerco policial foi permeado pelo rápido crescimento da Aliança Nacional Libertadora, que organizou a revolta comunista e, em novembro de 1935, assassinou oficiais superiores dos quartéis militares de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro, resultando em provas indiscutíveis do perigo de traição armada que o governo Vargas sofria (SKIDMORE, 1982). Coube à Delegacia Especial de Segurança Política e Social, órgão criado em 1933, que institucionalizou a polícia política, localizar, prender e levantar provas que condenassem os subversivos extremistas (CPDOC, s.d.; PEREIRA, FIGUEIREDO e REZNIK, 1996).

Com o cenário político nacional e internacional marcado por conflitos ideológicos, diversas organizações estudantis reuniam-se em consonância com as orientações em vigor no período, sendo então criadas a Juventude Comunista, a Juventude Integralista, a União

⁹⁶ Em São Paulo, a Secretaria de Segurança utilizou de violência policial para tentar impedir as passeatas em prol da campanha dos 50%; prontamente, os estudantes do Rio de Janeiro mobilizaram-se contra a repressão policial (JORNAL O DIA, 1 set. 1935, p.1; JORNAL DIÁRIO DA TARDE, 23 ag. 1935, p.1).

⁹⁷ Após a passeata no Paraná, teve comício na praça Gal. Ozorio, onde discursaram: Francisco Giacomo, Maria Gentil Pimpão, Herculano Cruz, Owyd Borba, Hernani Santiago de Oliveira, Arlete Cordeiro, Orlando Faria, deputado Agostinho Pereira, Souza Pereira, Armando Calil, Edgard Tavora e Mathias Filho (O DIA, 1 nov. 1935, p.3; DIÁRIO DA TARDE, 30 out. 1935, p.1).

Democrática Estudantil, a Federação Vermelha dos Estudantes e a Frente Democrática da Mocidade (VALE JUNIOR, 2010). No Paraná, encontraram-se relatos de apenas um bloco de orientação ideológica estudantil: a União Democrática Universitária. Não quer dizer que não existiam estudantes adeptos as outras organizações, porém, o movimento que se formou com força no estado foi em prol da democracia, organizando-se contra os extremismos de esquerda e de direita, reunindo principalmente estudantes da faculdade de direito.

De acordo com o acadêmico Sérgio Frazão, integrante da comissão executiva da União Democrática Estudantil do Rio de Janeiro, essa organização foi “[...] consequência lógica da situação política do mundo e, particularmente, do seu reflexo do Brasil” (JORNAL O DIA, 26 jul. 1936, p.6) e justifica:

o fascismo e o nacional-socialismo fazem construções teóricas, procurando justificar, sociológica e politicamente, o poder pessoal do chefe – poder do ‘Duce’ e do ‘Führer’ ou que nome tenha – negação perfeita da soberania popular, mas se esquecem de que o governo é feito para o povo e não o povo para o governo...

[...]

Com a sua ambição legalizada nos ditadores – os ministros ou chanceleres – exploram um nacionalismo exaltado e doentio, negação do verdadeiro sentimento de patriotismo, e desenvolvem, por todos os meios, uma política perigosa para a segurança coletiva, criando uma civilização armada e guerreira, em que o progresso está na razão direta do número e do calibre dos canhões (JORNAL O DIA, 26 jul. 1936, p.6).

No Paraná, a União Democrática Universitária contra os Extremismos foi fundada em outubro de 1936, atendendo ao apelo dos jovens do Rio, São Paulo e Bahia; recebeu apoio da imprensa e também de políticos, como o deputado Frederico Faria, que leu na Assembleia Legislativa o manifesto intitulado *A União Universitária Democrática contra os Extremismos ao Povo do Paraná*. O mesmo encontra-se na íntegra na edição do dia 24 de outubro de 1936, do jornal O Estado, um dos grandes apoiadores do movimento, e na edição do dia 26 de outubro de 1936, do jornal Diário da Tarde.

Mesmo recebendo apoio da sociedade e estando em consonância com o governo vigente, o órgão foi passível de vigilância. Quando solicitaram, ainda antes da instauração do Estado Novo, ao chefe de Polícia do Estado, Roberto Barreto, autorização para realizar um comício de propaganda da democracia, tiveram o pedido indeferido sob a justificativa de que quaisquer manifestações de caráter ideológico oferecem espaço para agitações e desentendimentos com outras doutrinas antagônicas, desdobrando-se em possíveis ameaças

à tranquilidade da população, principalmente, num momento em que estava para ser deflagrado pelo governo federal o Estado de Guerra⁹⁸ (O DIA, 26 jan. 1937, p.8).

Pouco tempo depois, essa agremiação transformou-se em União Democrática Estudantil, reunindo não só estudantes do curso superior, como também do secundário, a fim de tornar mais eficiente e amplo o campo de ação, para tratar de interesses relacionados com a classe estudantil e com os interesses gerais do país (JORNAL O ESTADO, 17 jul. 1937, p.1). Desse modo, antes mesmo da criação da UPE, os estudantes já lutaram contra a elevação de taxas e mensalidades do ensino. Com a criação da UPE, as atividades da classe universitária foram centralizadas e a União Democrática Estudantil passou a ser um órgão paralelo.

3.2 Instalação da UPE: estudantes paranaenses a serviço da UNE

De modo semelhante à macroestrutura do movimento estudantil nacional, também se organizou o movimento no estado do Paraná. Segundo a *Constituição da UPE*, elaborada e aprovada em agosto de 1962, que se encontra arquivada na DOPS/PR⁹⁹, a mesma foi fundada no dia 16 de setembro de 1939, como um membro da UNE, para representar e coordenar “[...] corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior do Estado do Paraná” (UPE, 1963, p.3). Porém, não se encontrou confirmação dessa data. Segundo matéria do jornal *Diário da Tarde*, as primeiras reuniões da comissão, destinada a organizar a União Universitária do Paraná, órgão máximo estadual da classe ligada à UNE, aconteceram em janeiro de 1943. Essa data tem relação com a primeira tarefa assumida pela UNE, após o Decreto-Lei nº 4.105 de 11 de fevereiro de 1942¹⁰⁰, que a reconheceu como entidade

⁹⁸ De acordo com Verbete do CPDOC, Estado de Guerra é: “Situação em que uma nação, com ou sem declaração de guerra, inicia hostilidades contra outra suspendendo internamente todas as garantias constitucionais consideradas direta ou indiretamente prejudiciais à segurança nacional. Prevista em todas as constituições brasileiras, em 1935 essa situação foi equiparada, através da Emenda Constitucional nº 1, à “comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais”. Com essas características foi decretado o estado de guerra no país nos anos 1936-1937. Instaurado pelo Decreto nº 702, de 21 de março de 1936, com vigência inicial de 90 dias, prorrogado entretanto até meados de junho de 1937, o estado de guerra voltou a ser implantado em 2 de outubro de 1937, pelo Decreto nº 2.005, vigorando até 10 de novembro do mesmo ano, quando foi decretado o Estado Novo”.

⁹⁹ Encontrou-se a Constituição da UPE, em três dossiês, uma cópia está no dossiê da UNE, outra no dossiê do DCE livre da FUEL e outra no dossiê da UPE.

¹⁰⁰ Segundo site do CPDOC e da UNE, o decreto-lei que institucionalizou a entidade foi o nº4080/42, porém, este não possui nenhuma relação com a UNE. Ele altera o texto do Decreto Lei nº3939/41, que está relacionado com estabelecimento de formas administrativas das caixas de aposentadoria e pensões.

coordenadora e representativa dos estudantes de nível superior. Sua tarefa era organizar o movimento estudantil nacional em diretórios acadêmicos e em federações estaduais; a UPE pode ter sido iniciada em 1939, mas foi devidamente reconhecida como filiada à UNE após 1942.

O reconhecimento da UNE foi uma tática de controle político-institucional empregada pelo governo federal, para enquadrar as organizações estudantis na lógica corporativista, que orientava as ações e as tomadas de posição do governo durante o Estado Novo (VALE JUNIOR, 2010). Mesmo sob os olhares de Vargas, a UNE realizou movimentos como a *Campanha Universitária Pró-Bônus de Guerra*, a *Campanha Pró-banco de Sangue* e o *Combate à Quinta Coluna*. Segundo Poerner (1995), a *Campanha Universitária Pró-Bônus de Guerra* estendeu-se para outros estados, incluindo o Paraná, porém, não foi encontrada nenhuma fonte que apresentasse participação de estudantes paranaenses na mesma.

Com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que renovou a perspectiva da sociedade em construir um mundo de liberdade, paz e bem-estar, as ações da UPE foram aos poucos se alterando e ganhando um caráter politizado. Nos periódicos analisados e nos dossiês da DOPS/PR, observou-se que a maior parte das ações da UPE, na segunda metade da década de 1940, foram dedicadas à promoção de festas, bailes, recitais, concurso de dança, luta livre, desfiles de rainhas, jogos e trotes aos calouros, visando arrecadar verbas para assistências sociais estudantis, como a construção da casa do estudante e de restaurantes universitários. Eram ações pontuais e específicas, mas, por se tratar de assistencialismo, requeriam um mínimo de envolvimento político.

Segundo um relatório da UPE, elaborado para apresentação ao *III Congresso Estadual dos Estudantes*, a gestão de 1946-7, sob a presidência do acadêmico de medicina, Oséas de Castro Neves, desenvolveu as seguintes realizações:

[...] instalação do restaurante universitário, graças ao esforço conjunto da classe, apoio da Assembleia Legislativa e, principalmente, do governador Moysés Lupion; redução de taxas das Faculdades; instalação da Secretaria Médica, Odontológica e Farmacêutica; instalação da UPE em nova sede; publicação da revista 'Paraná Universitário' e republicação do jornal 'Flâmula'; organização da Congregação dos Universitários Católicos; comemorações cívicas, entre as quais a do Centenário de Castro Alves participação da UPE no X Congresso Nacional dos Estudantes; criação da Secretaria de Assistência Jurídica; contrato com empresa de diversões para a realização da 1ª festa da Mocidade; instalação da Secretaria Médica em prédio mais apropriado; Campanha Pró-Libertação Econômica; Campanha

do Petróleo Livre e várias outras de caráter social, cultural e cívico-democrático (DIÁRIO DO PARANÁ, 8 nov. 1947, p.8).

Essas conquistas relacionavam-se com o assistencialismo estudantil, visando bem estar social, estando em consonância com o pensamento esperançoso do pós-guerra. Além da conquista do restaurante universitário, a gestão de Oséas de Castro Neves iniciou a luta pela casa do estudante, fundada durante sua segunda gestão, em agosto de 1948.

A politização do movimento estudantil paranaense, perante as questões nacionais, estava acontecendo como reflexo das ações da UNE, demonstrando que a UPE estava funcionando como um apêndice daquela. Foi principalmente com base no relacionamento com a entidade máxima nacional (UNE) que a entidade paranaense começou a desenvolver uma consciência politizada, em defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil. A *Campanha Universitária de Defesa do Petróleo*, por exemplo, seguia a campanha *O Petróleo é Nosso*, iniciada pela UNE, em 1947.

A *Comissão Universitária de Defesa do Petróleo*, em junho de 1948, patrocinou uma série de conferências com o coronel Arthur Carnaúba¹⁰¹, levando o presidente da UPE, Oséas de Castro Neves, agora no seu segundo ano de mandato (gestão 1947-8), a conclamar aos estudantes e ao povo em geral o apoio à patriótica *Campanha de Defesa do Petróleo*, sendo contra a entrega do mesmo aos trustes estrangeiros (O DIA, 3 jun. 1948, p.8). São escassas as informações sobre essa *Comissão Universitária de Defesa do Petróleo*; ao que parece, as práticas utilizadas restringiam-se ao patrocínio de conferências.

Em 1949, a UPE juntamente com o DA Nilo Cairo, patrocinou outra conferência, dessa vez, do Valério Konder, integrante do Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, com o tema *A crise brasileira e o problema do petróleo*, destinada aos estudantes e ao povo em geral (O DIA, 3 mar. 1949, p.3). Mas, essa ação não representava um envolvimento da entidade e seus filiados com o problema do petróleo, pois apenas respondia a um interesse do presidente da UPE, o acadêmico de engenharia José Eduardo Campos de Almeida, que foi integrante da Comissão anteriormente citada. Tanto que, nas duas gestões posteriores, presididas por Lincoln da Cunha Pereira (gestão 1949-50) e Renato Piloto (gestão 1950-1), não há indícios de envolvimento da UPE com a campanha. Somente na gestão de Juliano Rubens de Carvalho Ferreira, em 1952, a UPE, juntamente com o *Centro*

¹⁰¹ Arthur Carnaúba, na posição de general, foi preso em 1953, na Bahia, juntamente com líderes comunistas, quando se dirigia para a Feira de Santana, onde iria pronunciar uma conferência (DIÁRIO DA TARDE, 8 mar. 1953, p.5).

Estadual de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, organizou um comício popular em defesa do Petróleo (DIÁRIO DA TARDE, 23 abr. 1952, p.2).

No final da década de 1940, a entidade estava conseguindo congregando praticamente todos os estudantes universitários do estado e expandindo seus meios de comunicação. Além da revista *Paraná Universitário* e do jornal *Flâmula*, citados no relatório sobre as realizações da gestão 1946-7, os estudantes dirigiam um programa de rádio e novos periódicos estudantis surgiram, como o jornal *A Tocha*¹⁰² e a página oficial *Paraná Acadêmico*, com circulação conjunta com o jornal *O Dia*. Nesses jornais, é perceptível a inserção do movimento estudantil na luta pela *Federalização da Universidade do Paraná*, marcando um avanço na conscientização da importância de luta do movimento para o ensino, que atingiu seu ápice nos anos 1960.

3.3 Primeira fase progressista da UPE

Segundo a página oficial, escrita pela Secretaria de Imprensa e Publicidade da UPE, intitulada *Paraná Acadêmico*, a federalização da Universidade do Paraná uniu os estudantes em um “bloco uníssono”, a fim de trazer para o estado o patrocínio direto e ativo do governo federal. Os estudantes aderiram em peso à campanha iniciada pelo reitor Flávio Suplicy de Lacerda, em dezembro de 1949, enviando o vice-presidente da UPE, o acadêmico Dirço Durval dos Santos e os presidentes dos Diretórios Acadêmicos (DAs), Jahir de Paula Ribeiro, pelo Diretório Nilo Cairo, Emil Baracat, pelo Diretório de Engenharia; Nacim Bacilla Netto, pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, Ivanildo da Silva Miranda, pelo Centro Acadêmico de Filosofia, Ciências e Letras, e José Garcia Machado, pelo Diretório Universitário dos Estudantes, com o intuito de que participassem da caravana, juntamente com professores. Tal caravana foi presidida pelo governador Moysés Lupion, dirigiu-se à capital da república para apresentar e reivindicar a federalização da universidade aos elementos mais representativos do governo federal (PARANÁ ACADÊMICO *in* O DIA, 11 fev. 1950, p.4).

Quando o presidente da república Eurico Gaspar Dutra veio ao Paraná, os estudantes organizaram uma *Marcha Aux Flambeaux*¹⁰³, em agradecimento ao presidente e ao

¹⁰² A primeira edição do jornal *A Tocha* é datada de 21 de abril de 1950. Essa edição está arquivada no Dossiê intitulado Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná (dossiê número 728), no acervo da DOPS/PR.

¹⁰³ Marcha noturna com archotes acesos.

governador do estado, por estarem colaborando com o processo de federalização da universidade (PARANÁ UNIVERSITÁRIO in O DIA, 14 mar. 1950, p.8). Porém, segundo o jornal estudantil *A Tocha*, a federalização da Universidade do Paraná não foi “[...] uma coisa inventada, há dois ou três meses, pelo governador Moysés Lupion e professor Flávio Suplicy de Lacerda. Desde 1943, do Congresso Médico – acadêmico de Recife, os universitários paranaenses vêm exercendo pressão no governo [...]”. De acordo com os estudantes, foi a partir do congresso do Recife que os demais congressos nacionais e estaduais estudantis apresentaram teses propondo a federalização e, em Curitiba, capital paranaense, a luta foi criada pelos estudantes quando perceberam que as taxas exorbitantes da educação impossibilitavam o prosseguimento dos estudos universitários, decidindo-se, então, a lutar pela abolição do comércio do ensino. A ida da comissão em prol da federalização à capital da república, segundo esse jornal, foi exigência estudantil e não um favor do governo, como muitos jornais publicaram (A TOCHA, 21 abr. 1950, p.5 in DOPS/PR¹⁰⁴).

Após publicação dessa matéria sobre a federalização, pelo jornal *A Tocha*, a reitoria solicitou à polícia providências com relação ao órgão subversivo que se formava e um grupo de estudantes, organizados por Moniz de Aragão, colunista da página *Paraná Acadêmico*, fizeram abaixo-assinado alegando que o jornal *A Tocha* não representava a opinião de todos os estudantes da Universidade do Paraná (A TOCHA, 5 maio 1950, p.1 in DOPS/PR). O CA Visconde de Mauá também fez manifesto de repúdio ao jornal *A Tocha*, acusando-o de órgão bolchevista, causador de injúrias e injustiças (PARANÁ ACADÊMICO in O DIA, 26 maio 1950, p.6).

Apesar dos conflitos internos do movimento estudantil – o que demonstrou-se comum durante a década de 1950, principalmente, por questões de ordem ideológica –, é fato que os estudantes, durante a gestão do acadêmico de direito, Lincoln da Cunha Pereira, em ação conjunta com políticos e com a imprensa, desenvolveram importante papel, unindo forças em prol da campanha pela federalização, a qual foi oficializada por meio da Lei nº 1.254, de dezembro de 1950, juntamente com a federalização das Universidades de Minas Gerais, da Bahia, do Recife e do Rio Grande do Sul (SOUZA, 2014).

¹⁰⁴ A verdade acerca da federalização. A TOCHA, p.5, 21 abr. 1950. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, Pasta 728, topografia 82, datada de 1953 a 1972.

Paralelamente à campanha pela federalização, o DA de Engenharia do Paraná iniciou greve contrária às mudanças realizadas pelo Conselho Técnico Administrativo daquela escola, julgadas atentatórias aos direitos e liberdades dos discentes de engenharia, ao não levarem em consideração que a ampliação de aulas práticas afetava os estudantes, principalmente os trabalhadores, pois a carga horária diária mínima seria de 7h30, podendo chegar a 12h para os alunos com dependências; além disso, não ponderavam sobre a realização de exames com utilização de manuais técnicos, sem seguir a tendência norte-americana, argentina e italiana - que visava o treino dos estudantes de engenharia para o correto manuseio de obras técnicas, as quais os acompanhariam durante toda a vida profissional (O DIA, 12 maio 1950, p.9). A medida de greve foi considerada improcedente pela Congregação da Escola de Engenharia e pelo Conselho Universitário da Universidade do Paraná, justificando-se da seguinte forma: “há, sem dúvida algumas exigências de deveres, mas estes são consequências de direitos e liberdades, e fugir deles significa incompreensão do que seja direitos e liberdades, pois não existe direito, sem dever, nem liberdade, sem responsabilidade” (DIÁRIO DA TARDE, 12 maio 1950, p.2; 20 maio 1950, p.5). Porém, passaram-se meses sem que se chegasse a um denominador comum entre a Escola e os discentes, pois cada qual defendia um ponto de vista, considerado inabalavelmente legítimo.

Em agosto, a UNE entrou em cena, representada pelo acadêmico Antônio Frejat; fez concessões com a reitoria da universidade, com a UPE e com o Ministro da Educação, professor Pedro Calmon, para solucionar o caso da Faculdade de Engenharia e também do Instituto de Química, que atingiram repercussão nacional (DIÁRIO DA TARDE, 24 ago. 1950, p.1). O DA de Química do Instituto do Paraná deflagrou greve, praticamente no mesmo período da greve de Engenharia, sendo contrário às precárias instalações em que se encontrava, exigindo que o governo cumprisse com o Decreto nº295/44, o qual determinava que, a partir de 31 de dezembro de 1945, o instituto deveria funcionar em nova instalação, devidamente equipada (PARANÁ ACADÊMICO in O DIA, 26 maio 1950, p.6).

Concomitantemente a essas reivindicações, o movimento estudantil instalou, no mês de junho, uma campanha cívica pró-Bento Munhoz, candidato às eleições para governador estadual. Segundo o manifesto dirigido ao povo, a campanha era a-partidária, mas atendia a interesses políticos da classe estudantil, visto que, na qualidade de professor catedrático, Munhoz estava a par das questões do ensino e poderia dar as devidas soluções para os problemas educacionais (PARANÁ-NORTE, 6 jun. 1950, p.1).

Esses acontecimentos revelavam uma fase progressista do movimento estudantil e a capacidade diretiva e organizativa da UPE, naquele momento, principalmente na figura do presidente Lincoln da Cunha Pereira, eleito em 1956 deputado estadual pelo Partido Social Progressista, sendo o primeiro ex-presidente da UPE a atingir cargo político, o que confirma a teoria de que o movimento estudantil pode ser um centro preparador de intelectuais orgânicos. Reitera-se, somente à medida que o movimento estudantil estabelece articulações externas e internas com assessorias, como partidos e organizações políticas, que influenciam a militância estudantil, efetivando-se a preparação dos intelectuais orgânicos. Quando os estudantes se filiam a partidos políticos ou quando, após a militância estudantil, ingressam nos partidos, aí sim assumem a função de intelectuais orgânicos (SANTOS, 2009). No mesmo ano, durante sua atuação no legislativo, Lincoln auxiliou o movimento estudantil, apresentando um projeto de Lei que determinava a doação de um novo prédio para a Faculdade de Ciências Econômicas (DIÁRIO DO PARANÁ, 3 out. 1956, p.13).

As gestões da UPE não tiveram a mesma difusão política que teve a gestão de Lincoln da Cunha Pereira. Estava posta a fase de interregno progressista da entidade, que durou até final de 1955, quando o acadêmico de direito, Djalma Lopes de Medeiros, assumiu a presidência. Essa fase convergiu com o período da direita estudantil na direção da UNE, que, segundo Poerner (1995), iniciou-se em 1953, com o domínio da UDN, e durou até junho de 1956, quando o progressista José Batista de Oliveira Júnior foi eleito presidente.

3.4 O interregno progressista

A gestão de 1950-1, sob a presidência do acadêmico de direito, Renato Piloto, realizou uma campanha regional contra o racionamento que a Companhia de Força e Luz do Paraná estava impondo, ao determinar a quase paralisação das principais indústrias do estado, suspender o serviço de iluminação pública, após uma hora da madrugada, e cortar o fornecimento de luz e força alternadamente para cada uma das metades da cidade de Curitiba, pois atentava contra os direitos e interesses do povo curitibano (DIÁRIO DA TARDE, 18 ago. 1951, p.1). A primeira ação foi um abaixo-assinado, seguido de comícios com participação da UPE, da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), dos diretórios acadêmicos, do deputado estadual Dr. Gastão Vieira de Alencar (PTB), do diretor do jornal *O Dia*, Manoel Magalhães de Abreu, entre outros. Porém, constatou-se, com base

nos periódicos da época, um desvirtuamento da classe estudantil perante as reivindicações contra o racionamento, deslocando o foco da luta para denegrir a imagem do presidente Renato Piloto, por questões ideológicas. Tal entrave ocorreu após Piloto ter sido acusado de “aliar-se aos comunistas do Rio”, durante participação no *XIV Congresso Nacional dos Estudantes*. A acusação foi publicada no jornal *Diário da Tarde* e Piloto repugnou o jornal; por essa atitude, foi criticado por acadêmicos ocupantes de posições importantes, como os presidentes do Conselho Permanente da UPE, do Diretório Universitário dos Estudantes, do Centro Acadêmico de Filosofia e do Centro Acadêmico Hugo Simas. Inclusive, os periódicos passaram a tomar suas posições perante o caso, contribuindo ainda mais para retirar a atenção do real objetivo da luta. O jornal *Diário da Tarde* e principalmente o jornal *A Tarde* posicionaram-se contra Piloto, alegando que o mesmo estava apenas visando promoção individual para conquistar a maioria e posteriormente envolvê-los na sua ideologia; o jornal *O Dia* apoiou Piloto e fez severas críticas aos contrários a ele (A TARDE, 28 ago. 1951, p.5; A TARDE, 11 set. 1951, p.5-6; A TARDE, 25 set. 1951, p.5; O DIA, 21 set. 1951, p.2; O DIA, 27 set. 1951, p.2; DIÁRIO DA TARDE, 28 ago. 1951, p.1).

Durante o período de gestão de 1951-2, sob a presidência do acadêmico de direito, Juliano Rubens de Carvalho Ferreira, encontraram-se somente duas notícias: uma, sobre o já citado apoio da UPE ao *Centro Estadual de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional* (DIÁRIO DA TARDE, 23 abr. 1952, p.2), e outra sobre as eleições da UPE para a gestão 1952-3, na qual o acadêmico de direito, Ivan Xavier Viana, se candidataria a presidência pela chapa *Movimento de Recuperação Democrática* (DIÁRIO DA TARDE, 09 out. 1952, p.5). Ele perdeu para o acadêmico, também do curso de direito, José Cury.

José Cury iniciou sua gestão, reforçando os laços da UPE com a UNE; em janeiro de 1953, presidiu uma delegação para o Rio de Janeiro, a fim de discutir as possibilidades de realização do *XVI Congresso Nacional Estudantil*, na capital curitibana. Naquele ano, Curitiba não foi sede do evento, mas os estudantes não desanimaram; cinco anos depois, conseguiram receber um evento de porte nacional, o *III Conselho Nacional da UNE*. A UPE participou ativamente do XVI Congresso em Goiânia, apesar das dificuldades em conseguir passagens, devido a recusa do governo em auxiliar (O DIA, 18 jul. 1953, p.3). Durante as preparações para o evento, a bancada paranaense, liderada por Ronald Accioli R. da Costa, debateu questões fundamentais para o amadurecimento político do movimento estudantil, tais como os problemas do ensino superior e os problemas nacionais (O DIA, 8 jul. 1953, p.2).

Conjuntamente, a UPE liderou uma campanha assistencialista em auxílio do Nordeste (O DIA, 3 mar. 1953, p.4). Essa iniciativa demonstrava que a UPE estava identificando o desequilíbrio regional entre nordeste e sul, além de alcançar um estágio de consciência das diferenças entre as classes sociais. Até 1950, as classes não tinham autoconsciência capaz de produzir uma política de orientação, ao contrário, “[...] a atmosfera política ‘conciliatória’ do Brasil patriarcal ainda era notavelmente dominante” (SKIDMORE, 1982, p.111). A acentuação das diferenças das classes sociais deu-se, principalmente, com base na política nacional-desenvolvimentista do governo Vargas e do governo Kubistchek, os quais beneficiaram regiões e classes de maior renda, gerando um crescimento das tensões, principalmente, entre as regiões do país (BRUM, 1984).

No mesmo ano, no âmbito nacional, organizou-se o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), formado por intelectuais e técnicos da administração pública, influenciados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e comprometidos com as propostas econômicas de Vargas. Um ano depois, esse instituto, de caráter privado, ligou-se ao Ministério da Educação e Cultura, formando o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que reuniu intelectuais e técnicos provenientes de diferentes formações filosóficas e ideológicas, destinados ao estudo da realidade social brasileira. Com a política do governo JK, tornou-se um instituto de linha esquerdista, visando proteção da indústria nacional e nacionalização das empresas estrangeiras (RODRIGUES, 2010).

O ISEB, durante a década de 1950 e início de 1960, elaborou conceitos notavelmente influentes na sociedade, aderidos por intelectuais, artistas e pelo movimento estudantil. Nota-se que as posições ideológicas das entidades estudantis, nacional e estadual, na década de 1950, seguiram genericamente o desenvolvimento das posições ideológicas do ISEB; por exemplo, a concepção de cultura como instrumento de transformação social, implicando a incorporação de temas sociais nas manifestações artísticas, com o fito de conscientização, emanou do ISEB e foi amplamente absorvida por grupos teatrais estudantis, como o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE e o CPC da UPE, na década de 1960. De modo algum, menospreza-se a atividade desenvolvida pela Companhia de Teatro do Estudante do Paraná¹⁰⁵, vinculada a UPE, que desde 1948 desenvolveu importante papel cultural de

¹⁰⁵ A Companhia de Teatro do Estudante do Paraná foi constituída a partir da concepção de Paschoal Carlos Magno, um dos maiores atores da época: “[...] cada teatro do estudante é uma escola improvisada de cultura, permitindo que se forme em cada um de seus elementos todas as personalidades do teatro: autor, ator, diretor, cenógrafo, crítico e a mais importante de todas: a do espectador” (TEIXEIRA, 1992, p.131). Visando estimular o gosto pelo teatro nas crianças, teve como seu apêndice o Teatro Permanente da Criança.

reconhecimento nacional. Porém, suas apresentações estavam ligadas ao entretenimento, não possuindo cunho político, de difusão ideológica e de conscientização social. Segundo o departamento do Teatro da UPE, dirigido pelo acadêmico Armando Maranhão, sua finalidade era “formar um conjunto homogêneo e atrair atenção do estudante do Paraná para o Teatro” (DIÁRIO DO PARANÁ, 13 maio 1955, p.13).

Ainda em 1953, os estudantes paranaenses realizaram passeatas contra a violência policial de outros estados a estudantes e jornalistas, mas não foi possível desvendar o motivo e o local da violência, no entanto, é importante salientar que o movimento paranaense estava mais sensível aos acontecimentos nacionais. No dia 29 de outubro, fizeram passeata em Curitiba e divulgaram um manifesto *Ao Povo do Paraná e ao Brasil*, repudiando as arbitrariedades policiais, pois ferem os direitos fundamentais do ser humano, e alegando ser obrigação moral dos estudantes tomar medidas que impeçam a repetição desses atentados (AO POVO DO PARANÁ E DO BRASIL, s.d.)¹⁰⁶. Fatos semelhantes ocorreram nos anos posteriores, conduzindo, por exemplo, a UNE a deflagrar greve nacional de sete dias, em 1954, sendo fortemente acatada pela UPE, que estava sob presidência do acadêmico de engenharia Zake Sabbag Filho (O DIA, 15 maio 1954, p.8), o que demonstra que o movimento estudantil estava se politizando e apresentando ameaças à ordem vigente, a qual estava nas mãos da elite dominante; tal elite, por meio das forças políticas e das forças armadas, usava da aparelhagem estatal para assegurar a hegemonia de sua classe, transcendendo para além dos mecanismos de consenso, utilizando mecanismos de coerção.

A gestão de Zake Sabbag Filho¹⁰⁷ foi marcada pela turbulenta fase política nacional, carregada de pressões dos grupos oposicionistas civis e militares ao governo Vargas, conduzindo, ainda que de forma tímida, à substituição da neutralidade política e posição de indiferentismo do meio universitário pela conscientização. Como já alertava o estudante Moniz de Aragão, na página oficial da UPE, Paraná Acadêmico, em 1950, os acadêmicos são membros de uma elite intelectual imprescindível para aprimorar a cultura brasileira; para tanto, devem apresentar-se interessados pelos problemas magnos da nacionalidade, principalmente, os políticos (ARAGÃO *in* PARANÁ ACADÊMICO *in* O DIA, 28 abr. 1950, p.7). Quando Aragão fez essa colocação, estava criticando o indiferentismo universitário, mas, naquele momento, não teve boa receptividade. No próprio jornal, no qual

¹⁰⁶ Esse manifesto não está datado, porém, o contexto possibilita compreender que se trata do ano de 1953.

¹⁰⁷ Zake Sabbag Filho, em 1955, fez parte do Comitê Popular pró candidatura Othon Mäder, candidato da UDN (DIÁRIO DO PARANÁ, 11 jun. 1955, p.7).

aparecem os textos do Aragão, a ênfase eram o dia do trote aos calouros e o concurso de Miss Engenharia, que mobilizavam, além da classe estudantil, a sociedade civil e política apreciadora das ações dos jovens. Em 1954, a colocação de Aragão sobre a responsabilidade dos estudantes para a sociedade estava começando a ser aceita. Notou-se redução do entusiasmo relacionado ao trote, dando espaço à politização do movimento estudantil e da sociedade. Como se pode perceber nesta citação, esperava-se: “que nos próximos anos, as energias dispendidas para a organização de desfiles, como até então, sejam poupadas, para o uso em atividades mais produtivas, e que tragam benefício para a classe” (DIÁRIO DO PARANÁ, 10 maio 1954, p.4).

A gestão de 1954-5, sob a presidência do acadêmico de medicina Atílio Miranda, foi marcada pelas dificuldades de manutenção do patrimônio da UPE, diversas vezes ameaçado por credores, aos quais não conseguia atender, em face da exiguidade das dotações orçamentárias governamentais (DIÁRIO DO PARANÁ, 1 nov. 1955, p.12). Tal fato justifica a gama de notícias nos jornais da hemeroteca sobre a casa do estudante e os restaurantes universitários.

Atílio Miranda assumiu uma linha conservadora e possuía influência nacional, quando participou juntamente com Carlos Alberto Moro do *III Conselho Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro*, ocasião que tem por finalidade marcar o local do próximo Congresso; condenou a ação do presidente da UNE que, em entrevista para a imprensa, demonstrou-se contrário a um candidato à presidência da república. Para ele, essa ação não entrava em conformidade com a constituição da entidade, que definia que a classe universitária não poderia se pronunciar sobre problemas político-partidários (DIÁRIO DO PARANÁ, 30 abr. 1955, p.4). Durante o XVIII Congresso, sediado em Belém do Pará, Atílio foi eleito vice-presidente da UNE. A posição da diretoria da entidade baseava-se em 6 pontos:

- a) contra a infiltração de doutrinas extremistas no seio da classe, e de elementos ministerialistas;
- b) melhoria das condições de vida dos estudantes;
- c) igualdade de direitos dos estudantes de acordo com a Constituição da UNE;
- d) contra a filiação da UNE à União Internacional de Estudantes, atualmente sob o controle de comunistas;
- e) defesa da Petrobrás e da participação dos operários nos lucros das empresas;

f) garantia de direitos individuais nos termos da Conferência de Genebra e reconhecimento da ONU como organismo mantenedor da paz entre os povos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 8 ago. 1955, p.14).

Esses pontos refletiam a posição direitista, não só do movimento nacional, como também do estadual. Em oposição à diretoria de Atílio, a chapa *Recuperação* foi eleita para a gestão 1955-6; o presidente passou a ser o acadêmico de direito Djalma Lopes de Medeiros. Djalma, um dia antes da eleição, concedeu reportagem ao jornal *Diário do Paraná*, expondo o programa mínimo de sua chapa. Entre os apoios que pretendia dar aos acadêmicos de filosofia para instalação do ginásio, aos acadêmicos de agronomia para a criação da *Universidade Rural*, aos acadêmicos de medicina para conclusão do hospital, à diretoria da Casa do Estudante para conclusão das obras de sua sede e aos problemas financeiros do restaurante universitário, estavam pontos imprescindíveis, que preparavam o terreno para introdução da reforma universitária no ano posterior, como a luta por obtenção de melhores verbas para o ensino universitário, a melhoria do nível cultural dos universitários e fortalecimento social de sua classe (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 out. 1955, p.2).

3.5 Recuperação da fase progressista e início dos debates sobre a Reforma Universitária

A primeira questão abordada, em 1956, pelos estudantes, que causou repercussão nacional durante meses foi sobre o exame vestibular de medicina, no qual 196, do total de 563 candidatos, foram habilitados, porém, eram somente 120 vagas. Os 76 excedentes habilitados, mas não classificados, iniciaram um movimento para ampliação do número de vagas, a fim de que todos os habilitados ingressassem no referido curso (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 fev. 1956, p.16). Tiveram apoio da Assembleia Legislativa, que aprovou um requerimento do deputado Arthur de Souza, para que, em nome da Assembleia, fossem enviados telegramas ao Presidente da República, Ministro da Educação e Reitor da Universidade do Paraná, apelando para que os mesmos atendessem as reivindicações dos estudantes. Além da Assembleia, receberam apoio de vários partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Social Progressista e o Partido Republicano, que também enviaram telegramas para os poderes competentes, solicitando liberação das vagas. As entidades acadêmicas como a UPE, a UNE, o DCE, o DA de Filosofia, o DA de

Engenharia e o DA Nilo Cairo (de medicina), de início, também estavam colaborando com o movimento; inclusive, um representante do Diretório Nilo Cairo, um do DCE e um do DA de Filosofia acompanharam cinco representantes dos candidatos excedentes até o Rio de Janeiro, para conversar diretamente com o Ministro da Educação e o Presidente da República (DIÁRIO DO PARANÁ, 1 mar. 1956, p.16).

Cinco dias depois, o DA Nilo Cairo fez assembleia geral e decidiu que não se empenharia na entrada dos excedentes na faculdade de medicina da Universidade do Paraná, mas pleitearia, junto ao MEC e à presidência da república, o ingresso dos excedentes em outras faculdades do país que ainda possuíssem vagas (Diário do Paraná, 6 mar. 1956, p.16). Passados mais cinco dias, a UNE enviou um apelo ao reitor Flávio Suplicy de Lacerda, para que os excedentes fossem matriculados (DIÁRIO DO PARANÁ, 10 mar. 1956, p.13).

No mês de abril, reuniram-se o Reitor da Universidade Flávio Suplicy de Lacerda, o Presidente Juscelino Kubistchek, o Ministro da Educação e o Governador do Estado, Moisés Lupion, para solucionar o caso dos excedentes. JK expôs que a universidade é autônoma para tomar essa decisão, mas dirigiu ao reitor seu desejo de ver os excedentes matriculados. O Reitor acatou o desejo do Presidente como uma ordem e encaminhou um ofício para o diretor da Faculdade de Medicina, pedindo que marcasse as datas para as matrículas dos excedentes (O DIA, 28 abr. 1956, p.1). Essa atitude desautorizou o Conselho Técnico Administrativo, que já havia negado por duas vezes o requerimento de matrícula dos excedentes, sob justificativa de desrespeito com o *Regimento Interno da Faculdade de Medicina*, o qual, em 1955, havia estipulado que a instituição comportava a admissão de 120 alunos no primeiro ano do curso e reconheceu que, devido condições deficientes da escola, esse número deveria ser reduzido para 80, no ano de 1957 (O DIA, 31 maio 1956, p.8).

Na mesma ocasião da visita do Presidente JK, ao estado do Paraná, quando teve a reunião com o reitor, o ministro e o governador, o Presidente recebeu do DCE um memorial com várias reivindicações estudantis, entre elas, uma que passaria a ser muito debatida e reivindicada, posteriormente, sendo um ponto chave para a reforma universitária: a representação dos Diretórios e Centros Acadêmicos nos Conselhos Técnicos Administrativos das Faculdades (DIÁRIO DO PARANÁ, 27 abr. 1956, p.7). Naquele momento, ainda não se falava em porcentagem de representação, mas só o fato de pensarem em se fazer representados, junto à administração das faculdades, já indicava amadurecimento político da classe perante suas responsabilidades com o ensino superior.

Na sequência dessa decisão, os acadêmicos veteranos de medicina, farmácia e odontologia realizaram assembleia e decretaram greve geral por tempo indeterminado, até que fosse suspensa a ordem de matrícula dos excedentes, dando apoio às deliberações do Conselho Técnico-Administrativo (DIÁRIO DO PARANÁ, 24 maio 1956, p.5). Logo após essa assembleia, alguns acadêmicos exageraram nas exaltações, colocando cartazes em locais impróprios; prontamente, a *Comissão Central de Greve* emitiu nota exigindo ordem e respeito dos colegas, para que evitassem atitudes individuais e ou coletivas, que não tivessem sido sancionadas pela Comissão (MELLO NETO, s.d.)¹⁰⁸. Somente esse memorando está arquivado nos dossiês da DOPS/PR, sobre os acontecimentos dessa greve.

Segundo informações do acadêmico Edmundo Castilho, representante do DA Nilo Cairo, a autorização de matrícula dos excedentes agravaria ainda mais os problemas do curso, que necessitava de melhoria das condições do ensino técnico-científico, indispensável para a formação profissional, visto que o curso estava sem instalações adequadas, sem hospitais e clínica-cirúrgica para a prática e sem laboratórios para demonstrações e pesquisas experimentais (DIÁRIO CARIOCA, 26 maio 1956, p.12).

Após a exposição de motivos, que não se resumia a egoísmo por parte dos veteranos, a greve passou a ter apoio de Diretórios Acadêmicos do Paraná e de outros estados, da UPE e da UNE. Inclusive, o Conselho Extraordinário da UPE decretou greve geral de três dias, em solidariedade à greve de medicina, farmácia e odontologia, além de formar uma comissão intitulada *Comissão de Bons Ofícios*, para tentar solucionar o problema com a criação de uma Faculdade Católica de Medicina, na qual a turma suplementar dos excedentes seria acolhida (DIÁRIO DO PARANÁ, 5 jun. 1956, p.5). Diversos debates sobre a situação financeira, estrutural, política e pedagógica das instituições superiores ganharam força em diversos cursos, por exemplo, a Faculdade de Ciências Econômicas, que deu ênfase à velha reivindicação por uma estrutura adequada (O DIA, 7 abr. 1956, p.8).

Logo, o reitor convocou o Conselho Técnico Administrativo e conseguiu aprovar uma moção com emendas, a qual, em termos gerais, admitia os 76 excedentes, criando-se um curso excepcional e intensivo em paralelo ao curso normal, comprometendo-se o reitor a conseguir verbas para a realização do mesmo (O DIA, 31 maio 1956, p.8). A decisão não agradou os veteranos e a greve perdurou até início do mês de agosto, quando foi realizada uma Assembleia Geral e o retorno às aulas foi decidido democraticamente, porém, os

¹⁰⁸ Presidente do Diretório Acadêmico Nilo Cairo.

excedentes estavam proibidos de filiar-se ao DA Nilo Cairo (DIÁRIO DO PARANÁ, 1 ago. 1956, p.1). Também, quando as eleições para a UPE se aproximavam, não quiseram permitir que os excedentes votassem (DIÁRIO DO PARANÁ, 26 out. 1956, p.5).

Simultaneamente, a gestão de Djalma Lopes de Medeiros teve que lidar com adversidades impostas pelos direitistas. No mês de abril, quando a UPE convidou os membros da União Internacional dos Estudantes (UIE), que estavam no Bahia, para visitarem o Paraná, o Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS) prontamente criou um movimento contrário ao comunismo intitulado Ação Democrática Estudantil e posicionou-se contra a vinda da UIE, alegando que a entidade internacional era comunista, com sede na Tchecoslováquia e, portanto, contrária à constituição da república e ao povo brasileiro (DIÁRIO DO PARANÁ, 17 maio 1956, p.7). Assim, o DA Nilo Cairo, em meio à turbulência da greve, também se posicionou contrariamente, pelos mesmos motivos.

No mês de outubro, período das eleições para a diretoria da UPE, foi visível o antagonismo no meio estudantil paranaense: a chapa *Oposição*, de posicionamento direitista, criticava a gestão de Medeiros e deixava implícito, na fala de seus integrantes, que era contra a liberação de votos para os alunos excedentes; já a chapa *Santos Dumont* apoiava a situação e previa dar continuidade às ações realizadas, priorizando a alimentação estudantil. Apesar do apoio do jornal *Diário do Paraná* à chapa *Oposição*, quem ganhou a eleição acirrada foi a chapa *Santos Dumont* (DIÁRIO DO PARANÁ, 26 out. 1956, p.5). Com base na presidência do acadêmico de engenharia Nobutero Matsuda, a UPE seguia em sua fase progressista, porém, sempre pressionada pela direita.

Em meados do ano 1957, a direita conseguiu afastar Nobutero Matsuda da presidência, por meio do vice-presidente da UPE, Oswaldo Doreto Campari, que denunciou crime de responsabilidade cometido por Matsuda – o qual foi acusado de envolver a entidade estudantil em política partidária, já que aceitou participar da *Comissão de Frente Nacionalista do Paraná*, na qual os integrantes eram de um único partido, o Partido Trabalhista Brasileiro. O caso foi conduzido para análise do Conselho Permanente.

Segundo a Constituição da UPE, quando um integrante era acusado de crime de responsabilidade, cabia ao Conselho de Representantes - formado pela diretoria da UPE, por presidentes e um representante de cada diretório ou centro acadêmico, um representante dos DCEs e um da União Paranaense dos Estudantes Secundários - nomear uma comissão de inquérito, para apresentar um parecer circunstanciado sobre o que apurar. Caso o Conselho

de Representantes, em poder do parecer, julgasse procedente a denúncia, convocava-se o Congresso Estadual dos Estudantes para deliberar (UPE, 1962).

Além da ação de Matsuda ser conduzida para análise no Conselho, a ação do diretor do Departamento de Arte e Cultura, Milton Cavalcanti, também foi passível de severas críticas. Cavalcanti demonstrou-se interessado em enviar Matsuda para representar a UPE, no congresso organizado pela UIE, a ser realizado em Moscou (O DIA, 22 jun. 1957, p.9). Frisando, a UIE era considerada uma entidade comunista. Nota-se o desagrado causado no Centro Acadêmico Jackson de Figueiredo, da Faculdade Católica de Filosofia, o mesmo:

[...] aprovou por unanimidade, um voto de repúdio aos acadêmicos Nobutero Matsuda e Milton Cavalcanti, presidente de Arte e Cultura da UPE, em virtude do ofício enviado pela UPE ao estudante Lionel Soto, presidente da UIE com sede em Praga, solicitando passagem para que o acadêmico Nobutero Matsuda representasse a entidade máxima dos universitários paranaenses no congresso *comunista* que se realizará em Moscou a partir de 28 de julho vindouro. Na mesma oportunidade foi aprovado por aclamação um voto de louvor ao *Diário do Paraná* pela reportagem feita sobre o assunto na edição de 22 do corrente (grifo meu, DIÁRIO DO PARANÁ, 26 jun. 1957, p.5).

Inclusive, ambos os casos, do Matsuda e do Milton Cavalcanti, foram acompanhados pela DOPS/PR. Em seu Acervo, foram encontrados dois documentos policiais, um com conclusões apuradas após sindicância realizada em torno da UPE e outro que é um encaminhamento à DOPS/PR, contendo a ficha do Milton Cavalcante, sem identificação do remetente.

A DOPS/PR tachava a diretoria da UPE, com exceção do primeiro Vice-presidente e dos membros da secretaria, como esquerdista, acusando o presidente Matsuda de fazer nomeações de elementos comunistas aos departamentos da entidade, dando destaque ao diretor do departamento de arte e cultura, Milton Cavalcanti, responsável por organizar uma conferência com o deputado paulista Frota Moreira sobre *O petróleo e a Política Nacional*. Durante a conferência, o acadêmico Fernando Tristão Fernandes propôs a criação da Frente Nacionalista do Paraná, nos mesmos moldes da já criada no estado de São Paulo. Sendo acatada pelos presentes, foram indicados os nomes dos que deveriam fazer parte da organização; entre os indicados, estava Matsuda, que aceitou o convite, ocasionando descontentamento ao primeiro vice-presidente, o qual, como já citado, denunciou o presidente por envolver a entidade em política partidária (ALGAUER, jul.1957).

O caso de Matsuda chegou ao Congresso Estadual Extraordinário dos Estudantes, exigido com base em um abaixo assinado, e foi considerado improcedente, assim, o mesmo foi reempessado, inclusive, sendo homenageado três meses depois pelo Teatro do Estudante do Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 jun. 1957, p.8; 20 set. 1957, p.10).

Segundo a ficha sobre o Milton Cavalcante, ele chegou no estado do Paraná no ano de 1951, transferido da faculdade Politécnica de Engenharia da Bahia, onde exercia atividades consideradas subversivas. Iniciou seus estudos na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, cursando o terceiro ano, permanecendo até o ano de 1957 na mesma série, sendo tachado pela polícia política como estudante profissional. Era conceituado como estudante profissional aquele indivíduo que frequentava a universidade, não com objetivo de obtenção de conhecimentos, mas de utilizar-se do meio universitário para propagar suas ideologias, pois na universidade “[...] naturalmente encontra terreno fértil para lançar a semente da garra adunca comunista [...]” (FICHA DE MILTON CAVALCANTE, dez. 1957).

A gestão de Matsuda valorizou o Teatro do Estudante, conseguiu concretizar o sonho do novo Restaurante Universitário, que era esperado desde 1946, inclusive, sendo a primeira obra arquitetônica de Oscar Niemeyer no estado do Paraná e valorizou a granja universitária, a única do país, que servia diretamente o restaurante universitário. Participou do *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior* e do *X Congresso Nacional dos Estudantes*; promoveu cursos de extensão, como o intitulado *Normas Básicas para a Higiene Mental da Mocidade*; repudiou a intervenção soviética nos negócios internos da Hungria e entendimentos dos políticos brasileiros com os norte-americanos, que visavam instalar na ilha Fernando de Noronha uma base de lançamento de foguetes teleguiados; protestou contra nomeação de Assis Chateaubriand, embaixador brasileiro em Londres; fez campanha pela Petrobrás e criticou o elevado preço dos livros didáticos e a falta de universidades no interior (O DIA, 3 mar. 1957, p.8; 15 set. 1957, p.4; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 abr. 1957, p.2; DIÁRIO DO PARANÁ, 10 nov. 1956, p.5; 15 jan. 1957, p.11; 03 fev. 1957, p.24; 27 jun. 1957, p.9; 24 ago. 1957, p.5; 18 abr. 1957, p.5).

O *I Seminário de Reforma do Ensino Superior*, organizado pela UNE, surgiu como uma resposta aos debates que estavam acontecendo entre as congregações das faculdades, principalmente da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e estendendo-se ao MEC. Segundo o professor reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon,

cogita o Ministro da Educação e Cultura de promover em todo o ensino superior uma reforma, originária da experiência e dos conselhos das próprias congregações, que o atualize, a um tempo simplificando-o e dando-lhe a eficácia, digamos, o dinamismo que em tantos setores lhe falta (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 fev. 1957, p.8).

As congregações estavam se organizando e estudando a reforma universitária por faculdades, por exemplo, os professores de direito apontavam que o curso não oferecia a mesma complexidade dos cursos especificamente técnicos, que desejavam resolver “[...] os problemas de pesquisa, laboratórios, atividades práticas, modernização de processos e respectiva didática [...]”, mas necessitava “[...] preparar com melhor sentimento realista os profissionais do fôro, sem todavia tirar do curriculum as suas responsabilidades de cultura intensiva e alto humanismo”. Os mestres de medicina haviam recentemente se reunido em Assembleia, em Ribeirão Preto (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 fev. 1957, p.8). Do mesmo modo que as congregações reuniam-se por Faculdades, os estudantes, no I Seminário, também desenvolveram estudos de acordo com as faculdades e lançaram as conclusões do evento, separadas por áreas, sendo Serviço Social, Odontologia, Filosofia e Medicina. As mesmas foram publicadas no jornal Diário do Paraná, nas edições de agosto e setembro.

Em fevereiro de 1957, a convite do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, veio ao Paraná proferir a aula inaugural da Universidade do Paraná. Naquele momento, concedeu entrevista ao jornal *Diário do Paraná* sobre as transformações radicais que estava organizando com a concessão de autonomia das escolas técnicas e industriais, sobre o projeto de reforma do ensino médico - que já estava em tramitação no congresso, sobre a pretensão de estender a reforma para todos os ramos do ensino superior - e fez apontamentos das defasagens do ensino secundário, que refletiam no aumento constante do número de reprovações nos exames vestibulares. Segundo o ministro, a organização das Faculdades de Filosofia deveria solucionar o problema ao formar professores, porém, o número de formados ainda era reduzido em comparação com o acelerado crescimento dos estudantes de ensino secundário (DIÁRIO DO PARANÁ, 10 mar. 1957, p.8). A Faculdade de Filosofia, a que se refere o ministro, tinha a mesma responsabilidade imposta pelo Decreto nº 19.852, de 1931, para a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, qual seja, segundo o artigo 196: “[...] desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério [...]” (DECRETO, nº19.852/31). Nos debates do ano 1931, pressupunha-se que a “[...] educação era responsável pela solução dos problemas nacionais, já que todos eles eram o resultado da falta de uma educação adequada”

(XAVIER, 1990, p.98). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o presidente Kubistchek, em mensagem ao congresso, apontava a necessidade das reformas do ensino para o desenvolvimento econômico do país (DIÁRIO DO PARANÁ, 16 mar. 1957, p.2).

Em meio aos debates que se travavam sobre a reforma universitária, a UNE substituiu a Semana da Imprensa, que era promovida anualmente, pelo *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, o qual aconteceu em julho de 1957. O Paraná foi representado por acadêmicos da Faculdade de Filosofia e da Escola de Engenharia Química da Universidade Federal do Paraná. De acordo com a acadêmica de Filosofia, Terezinha da Costa Azevedo, que esteve presente no evento, esse Seminário foi uma iniciativa louvável, porém, não alcançou os resultados almejados. Infelizmente, o número de diretórios presentes foi reduzido, em virtude de a maioria não ter recebido a comunicação a tempo (DIÁRIO DO PARANÁ, 27 jul. 1957, p.8). Os estudantes do Paraná foram convidados pessoalmente pelo presidente da UNE, José Batista de Oliveira Junior, no mês de junho. Segundo ele, o Seminário baseava-se nas deficiências do ensino superior no Brasil e propunha sua reforma (DIÁRIO DO PARANÁ, 4 jun. 1957, p.5). Estava nascendo a maior luta que marcou o movimento estudantil, na década de 1960.

As análises do panorama nacional sobre o ensino superior, levantadas no I Seminário, já apontadas no segundo capítulo, foram conduzidas para apreciação no *XX Congresso Nacional dos Estudantes*, que aconteceu em Nova Friburgo (RJ). Segundo o vice-presidente da UNE, João Aylmer de Azevedo Souza, esse Congresso serviria para o entrelaçamento estudantil, permitindo uma união de base e uma tomada de posição, face ao movimento generalizado sobre a reforma do ensino superior (DIÁRIO DO PARANÁ, 9 jun. 1957, p.5). O congresso previa quatro dias de debates sobre os assuntos relativos à reforma do ensino superior e os problemas constantes no anteprojeto do temário, bem como votação para a nova diretoria da entidade (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 jul. 1957, p.9).

O Paraná participou ativamente do XX Congresso nas sessões plenárias e em todas as comissões. Coube aos acadêmicos paranaenses, João Olivir Gabardo e Manoel Cursino Dias Paredes, respectivamente, as presidências das comissões de problemas econômicos e sociais e da constituição. Além disso, nesse evento, o presidente da UPE, Nobutero Matsuda, foi eleito 3º vice-presidente da UNE pela chapa *Consciência Universitária Nacionalista*. Matsuda deixou a presidência da UPE para assumir o cargo na UNE; dois anos depois, candidatou-se a vereador pela UDN. Estava sendo notório o envolvimento dos estudantes paranaenses com a entidade máxima nacional (UNE) e com a política estudantil. Na chapa

concorrente para a diretoria da UNE, gestão 1957-8, intitulada *Renovação Universitária Independente*, também existia um acadêmico paranaense concorrendo ao mesmo cargo, que era Rizio Wachowiez (DIÁRIO DO PARANÁ, 6 ago. 1957, p.9).

3.6 Politização em alta, porém, Reforma Universitária de escanteio

A próxima gestão da UPE, 1957-8, foi presidida pelo acadêmico de odontologia José Richa, que candidatou-se pela chapa oposicionista *Renovação e Patriotismo*. Richa, durante a gestão de Matsuda, ocupou o cargo de 1º secretário¹⁰⁹ e se fez presente em diversos eventos da UPE, juntamente com o presidente; por exemplo, acompanhou a visita do presidente da UNE ao Paraná, quando, na ocasião, veio convidar a entidade para participar do *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, e participou de reuniões do *Lions Club*, aderindo à campanha contra a Poliomielite (DIÁRIO DO PARANÁ, 18 set. 1957, p.9).

Richa começou a ser destaque no meio estudantil, durante o ano de 1957, principalmente, ao escrever matérias publicadas no jornal *Diário do Paraná*; a primeira foi publicada no dia 24 de março e teve relação com a educação, na qual escreveu sobre a *Escola Técnica do Paraná*. Logo, passou a escrever sobre assuntos gerais, como saneamento básico, pragas e doenças que atingem as plantações. As matérias de maior destaque foram publicadas em séries, falando sobre os refugiados da União Soviética e repudiando a doutrinação comunista. O repúdio a qualquer ideologia extremista, no meio estudantil e nos âmbitos econômico-social e político-filosófico, também foi claramente especificado na declaração de princípios de sua chapa (DIÁRIO DO PARANÁ, 25 out. 1957, p.5).

Apesar desse posicionamento, observou-se que, durante sua gestão, houve uma abertura da entidade para linhas esquerdistas, na qual aceitaram falar sobre o comunismo e a União Soviética, bem como iniciaram um relacionamento de peso com operários. Por exemplo, no mês de maio, a UPE convidou João Aylmer Azevedo de Souza, ex-vice-presidente da UNE, para proferir, em Curitiba, conferência intitulada *O Festival Mundial da Juventude Comunista, realizado em Moscou em 1957 e a real situação das Repúblicas Socialistas Soviéticas vista com imparcialidade*, ocasião em que apresentou suas

¹⁰⁹ Na eleição de 1956, Richa também era da chapa oposicionista. As eleições não aconteciam por chapa, mas por cargo, por isso, havia mesclas de integrantes de ambas as chapas concorrentes.

considerações sobre sua participação no *Festival da Juventude pela Paz e Amizade*, realizado em Moscou (DIÁRIO DO PARANÁ, 8 maio 1958, p.3).

Essa abertura era reflexo da gestão de 1957-8, de Marcos Heusi, na presidência da UNE. Segundo Poerner (1995), Heusi deu amplitude à fase progressista da entidade, recuperada por seu antecessor, principalmente liderando a campanha contra a instalação da empresa norte-americana, *American Can Co.*, que ameaçava destruir a indústria brasileira de lataria. Seguindo-o, Richa emitiu um manifesto de apoio à UNE, posicionando-se contrariamente à instalação dessa empresa no Brasil (DIÁRIO DO PARANÁ, 9 abr. 1958, p.6).

Outra deliberação da UNE, que refletiu na UPE, foi sobre o envolvimento do movimento estudantil com os trabalhadores. Heusi revelou, em reportagem ao jornal *Diário do Paraná*, durante o *III Conselho Nacional da UNE*, que aconteceu em Curitiba¹¹⁰, que seu governo estava insistindo na necessidade da união entre operários e estudantes, tanto para que os operários participassem dos grandes movimentos e campanhas estudantis, como para que os estudantes contribuíssem em benefício aos operários, como por exemplo, com a campanha intitulada *Unidade Salarial*, formulada pela UNE e apresentada aos operários como possibilidade de luta (DIÁRIO DO PARANÁ, 8 maio 1958, p.8). Em setembro, a UPE, juntamente com os trabalhadores, reivindicou e conseguiu baixar o preço da carne, até mesmo recebendo apoio do PTB (DIÁRIO DO PARANÁ, 14 set. 1958, p.5).

A conscientização política do movimento estudantil paranaense amadureceu durante a relação mais estreita com a UNE, iniciada em 1956. A declaração de princípios da chapa de José Richa apontava para a necessidade de envolvimento dos estudantes com as questões políticas, econômicas e sociais do país, citada em praticamente metade do documento. Como se vê claramente em sua redação: “cremos que ao estudante, cabem funções de relevância na vida social e política do país; o qual para desempenhá-la bem, deve cumprir rigorosamente os deveres que a sua condição lhe impõe como amante da cultura” (DIÁRIO DO PARANÁ, 25 out. 1957, p.5). Atendendo a essa prerrogativa, o Departamento de Arte e Cultura da UPE, chefiado por Otacílio Ribeiro da Silva, organizou uma caravana científico-cultural para trocas de informações com outros estados. Em fevereiro, já tinha visitado o Rio

¹¹⁰ O *III Conselho Nacional de Estudantes* foi promovido pela UNE e patrocinado pela UPE, tendo acontecido em Curitiba, onde compareceram representantes de 19 estados da Federação, além do Distrito Federal. Somente Pará e Maranhão não tiveram representação (DIÁRIO DO PARANÁ, 6 maio 1958, p.2).

de Janeiro e o Recife e estava orquestrando, para as férias de julho, ir para Brasília e Manaus (O DIA, 20 fev. 1958, p.5).

A organização da *1ª Semana Paranaense de Estudos Políticos e Sociais* também representava o amadurecimento político da entidade. Esse evento teve repercussão nacional e contou com a participação de importantes conferencistas: o Embaixador Hildebrando Accioly fez a abertura, falando sobre *A Política exterior do Brasil*; o desembargador do distrito federal, Osny Duarte Pereira, abordou sobre o *Brasil e sua Política Interna*; Plínio Salgado dissertou sobre *A Assistência Social e a Crise que Atravessamos*; o professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, Luiz Nogueira de Paula, um dos maiores economistas do país, falou sobre *O nacionalismo e a Economia Brasileira*; o professor Bento Munhoz da Rocha Netto apresentou o *Problema da nossa Emancipação Econômica*; e o catedrático de *Teoria Geral* do Estado, da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, José Nicolau dos Santos, encerrou com o tema *Papel da ONU nos Conflitos Internacionais* (DIÁRIO DO PARANÁ, 9 abr. 1958, p.6). De acordo o jornal Diário do Paraná,

sem dúvida alguma, a iniciativa dos universitários paranaenses, foi uma das mais arrojadas dos últimos anos, alcançando o mais completo êxito. Numera assistência superlotou todas as noites, o salão nobre da Faculdade de Direito de Curitiba para ouvir e aplaudir os conferencistas (DIÁRIO DO PARANÁ, 19 abr. 1958, p.7).

Dando continuidade aos debates políticos e sociais, a UPE não poderia deixar de participar do Congresso da UNE, que aconteceu em Bauru, São Paulo, com alta representatividade do Paraná. A bancada paranaense foi constituída de trinta e oito membros e o Congresso versou, principalmente, sobre o Nacionalismo; falou-se em algumas teses sobre a reforma do ensino, mas com pouca repercussão. O tema do momento estava sendo o Nacionalismo e dividia os estudantes em duas correntes; de um lado, os comunistas e de outro os entreguistas (DIÁRIO DO PARANÁ, 9 jul. 1958, p.8; 2 ago. 1958, p.3). Esse tema refletia a política nacional desenvolvimentista do presidente Kubistchek, que, em 30 de junho de 1958, publicou o *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubistchek: estado do plano de desenvolvimento econômico* e dos debates em torno das eleições para o Congresso Nacional (SKIDMORE, 1982).

Em outubro de 1958, no *XIV Congresso Estadual dos Estudantes*, assuntos político-econômicos foram predominância nos debates, mas a reforma universitária não foi deixada

completamente de lado. Foi unânime no congresso a necessidade de lutar por representação discente no Conselho Técnico Administrativo das Faculdades, autonomia das Universidades e dos Diretórios Acadêmicos e reforma do ensino para todos os níveis, com base na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); no entanto, primeiramente, seria preciso reformular a constituição da UPE, de modo a abranger igualmente todas as Faculdades, principalmente, as recentemente criadas, como a Faculdade de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras em Londrina (DIÁRIO DO PARANÁ, 26 out. 1958, p.8).

Na ocasião do Congresso Estadual, Richa recebeu honrosos reconhecimentos das ações desenvolvidas em sua gestão. José Djalma F. de Mattos, acadêmico de direito, naquele momento, candidato à presidência da UPE pela chapa da situação¹¹¹, em entrevista ao jornal *Diário do Paraná*, basicamente resumiu as ações da gestão Richa, de modo que sua fala vale aqui ser transcrita:

Tudo faremos para continuar a obra grandiosa de José Richa e seus companheiros de diretoria, pois inegavelmente a sua gestão foi uma das mais operosas por que passou a nossa entidade máxima. Isto é reconhecido até pelos seus opositores.

Deve-se salientar por exemplo, que pela primeira vez, pelo menos de que se tem conhecimento na história da UPE, o Restaurante Universitário acusou um superávit de mais de trezentos mil cruzeiros, importância aplicada na sede e Granja Universitária. Esta não só tem abastecido a UPE e Casa do Estudante, como também grande parte da população, sendo pensamento do seu responsável, acadêmico Gouveia, colocar brevemente à venda na cidade um caminhão de legumes por dia. A realização da 1ª Semana de Estudos Políticos e Sociais e várias conferências; o concurso Rainha do Estudante e sua coroação em baile no Círculo Militar; a grande Festa Caipira efetivada no Restaurante Universitário; a escolha pela primeira vez do homem público e do estudante do ano; a tiragem de 3 números do jornal *Flâmula*; a entronização de Cristo na sede; tudo isso confirma as nossas declarações (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 out. 1958, p.4 e 8).

Richa realmente foi uma figura reconhecida no meio estudantil e, apesar de não ter desenvolvido nenhuma grande ação referente à reforma universitária, objeto principal de análise nesse estudo, sua gestão contribuiu para o desenvolvimento da consciência política do movimento, tanto que entrou para o rol dos líderes estudantis que seguiram carreira

¹¹¹ A eleição de 1958 teve chapa única. Na noite anterior, a chapa concorrente foi desclassificada por não ter apresentado toda documentação necessária no momento da inscrição da chapa (DIÁRIO DO PARANÁ, 29 out. 1958, p.13).

política, dentro de uma linha conservadora¹¹². Nos dossiês da DOPS/PR, nada foi registrado sobre o movimento estudantil durante sua gestão. Encontrou-se apenas arquivado o estatuto do Centro Acadêmico Hugo Simas, publicado em setembro de 1958, sem quaisquer comentários policiais sobre o mesmo (ESTATUTO DO CAHS, 1959).

O caso do restaurante universitário foi o de maior destaque na gestão 1958-9, sob a presidência de José Djalma F. de Mattos, mas, infelizmente, não por dar sequência ao desempenho destacado na citação anterior, e sim, por ter sido destruído por um incêndio. Mattos empenhou-se para garantir a alimentação dos estudantes improvisadamente na Casa do Estudante Universitário, até que obtivesse nova instalação, reivindicando-a para o governo do estado (DIÁRIO DO PARANÁ, 1 mar. 1959, p.8).

Nesse meio tempo, foi registrado na DOPS/PR um relatório, resultado de investigações sobre comício relâmpago, feito por estudantes, nos dias 23 e 24 de março, contra a portaria nº76 do MEC¹¹³, no qual carregaram cartazes atacando diretamente o exército nacional e seus dirigentes. No dia 24, a Chefatura de Polícia fez reunião com Reitor da Universidade do Paraná e com os estudantes responsáveis pela manifestação, deliberando-se a retirada do cartazes pregados em frente à Universidade (ALGAUER, mar. 1959). Isso demonstra que a polícia política estava conseguindo manter os estudantes sob controle coercitivo.

A inauguração do novo Restaurante Universitário e também da sede própria da UPE aconteceu no mês de agosto. Somente após essa data, a UPE conseguiu se organizar e promover um ciclo de conferências sobre os problemas do Paraná; comemorar o 20º aniversário da entidade; posicionar-se contrária, juntamente com os estudantes de filosofia, que estavam em greve, contra a criação indiscriminada de faculdades no interior do Estado, iniciada pelo governo, sem atender às mínimas condições necessárias para funcionamento; iniciar uma campanha para angariar e distribuir livros para a juventude; e promover o XV Congresso Estadual dos Estudantes, no qual, pela primeira vez na história, houve três chapas concorrendo à diretoria da UPE (ÚLTIMA HORA, 22 out. 1959, p.2).

Na eleição para a UPE, de 1959, o envolvimento de três chapas demonstrava que o movimento estudantil estava cada vez mais voltado às questões políticas. Na história da

¹¹² Em 1962, Richa foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão; em 1966, foi reeleito deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB); em 1970, foi candidato a senador; dois anos depois, foi eleito prefeito da cidade de Londrina; em 1978, conseguiu ser eleito senador da república; em 1982, foi eleito governador do Paraná; em 1986, foi eleito pela segunda vez senador; em 1988, participou como fundador do PSDB e permaneceu no Senado até 1995.

¹¹³ Não se teve contato com a referida portaria.

UPE, sempre concorreu uma chapa da oposição contra uma da situação e, na maioria das vezes, ocorriam rodízios entre as faculdades de direito, engenharia e medicina, como pode-se constatar no Apêndice *Estrutura da UPE*. O surgimento de uma terceira chapa, chamada de *terceira força*, com um acadêmico da faculdade de filosofia concorrendo à presidência, tentou quebrar esse rodízio e congregar as faculdades, consideradas pequenas politicamente (DIÁRIO DO PARANÁ, 16 out. 1959, p.9). Os universitários da *terceira força* visavam “[...] agrupar todos aqueles que estão descontentes com as duas tradicionais facções políticas: situação e oposição” (DIÁRIO DO PARANÁ, 4 set. 1960, p.8). A *terceira força* não teve êxito nas eleições, desse modo, deu-se continuidade ao rodízio entre as faculdades politicamente maiores. O presidente eleito para a gestão 1959-60 foi um acadêmico de engenharia, Florivaldo Palácios, da chapa situacionista. Seu nome foi pouco reportado como presidente da UPE, porém, surgiu bastante nas pesquisas, no período posterior a sua vida universitária. Palácios, depois de formado, foi chefe do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná; depois do golpe civil-militar, de 1964, filiou-se ao partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e foi eleito deputado federal. Apesar de seu nome pouco aparecer, durante sua gestão, a UPE desenvolveu importante papel na retomada dos debates sobre reforma universitária e apoio aos trabalhadores e sindicatos operários.

3.7 Voltando a falar sobre Reforma Universitária

No contexto educacional nacional, desenvolvia-se um debate acirrado sobre a LDBEN. Conflitavam-se os defensores da educação privatista e os educadores em prol da escola laica, gratuita e pública. O *Substitutivo Lacerda*, defendido pelos privatistas, foi encaminhado à Câmara, em janeiro de 1959, pelo deputado Carlos Lacerda, provocando a insurgência da *Campanha em Defesa da Escola Pública*, que, ainda no ano de 1959, apresentou, pelo deputado Celso Brant, um novo substitutivo nos moldes do *Projeto Mariani*. Convém ressaltar que, nesse momento, a conscientização do movimento estudantil amadureceu, expandindo as reivindicações, indo além das questões didáticas – as quais, como visto, marcaram o *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior* – para a democratização do ensino.

Assim, a UPE iniciou o ano letivo de 1960 convidando o reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, para falar sobre a LDBEN. Logo após a

conferência do reitor, um grupo de estudantes, nomeados pela UPE, elaborou um relatório favorável ao projeto da LDBEN, causando reboliço no meio estudantil. 155 universitários contrários ao relatório exigiram a convocação de um *Congresso Extraordinário* para definir o ponto de vista da entidade, visto que consta na constituição da UPE que a mesma deveria defender a escola laica e pública (DIÁRIO DO PARANÁ, 20 fev. 1960, p.12).

O *Congresso Extraordinário da UPE* foi conduzido pelos acadêmicos José Jesus Berbel (2º vice-presidente da UPE), Francisco Ernesto Macedo, Aberto Teunito e Moacir Andrade (representante da UNE). Andrade expôs a análise do projeto em todas as suas falhas e vantagens, para o desenvolvimento do ensino no Brasil, justificando a posição da UNE contra o projeto que foi aprovado pela Câmara Federal e concitando os colegas paranaenses a aderir à luta, visando preservar a escola pública (CORREIO DO PARANÁ, 23 fev. 1960, p.3). Alguns estudantes, entre eles inúmeros irmãos maristas, esboçaram a defesa do projeto e classificaram o plenário como ignorantes; prontamente, sofreram vexação da maioria, que concluiu o conclave adotando duas resoluções:

1. Protestar contra a aprovação pela Câmara Federal, dos artigos 3º, 5º, 10º, 58º, 94º e 96º do Projeto de Diretrizes e Bases do Ensino, por considerá-los anticonstitucionais e atentatórios ao desenvolvimento do ensino;
2. Criar uma Comissão composta dos Presidentes da União Paranaense dos Estudantes, Diretório Central dos Estudantes e União Paranaense dos Estudantes Secundários, para dirigirem à campanha em todo o Estado, contra a aprovação pelo Senado, do referido projeto (CORREIO DO PARANÁ, 23 fev. 1960, p.3).

Desses embates, novos grupos da linha esquerdista formaram-se, como o caso da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), que se desprenderam dos católicos, liderados pela Associação de Educação Católica, e se ligaram às posições da UNE, em favor da escola pública (CUNHA e GÓES, 1991). Mas, é claro que as instituições católicas mais tradicionalistas tentaram manter sua posição de defesa do projeto e a direção da UPE compactuava com as mesmas.

Encontrou-se, por exemplo, um grupo de matérias sob o título geral *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, no *Suplemento Dominical Ilustrado*¹¹⁴, defendendo o projeto. A primeira matéria apresentava extrações *ipsis litteris* dos estudos elaborados por Anísio

¹¹⁴ O *Suplemento Dominical Ilustrado* foi um espaço destinado pelo jornal Correio do Paraná para publicações dos estudantes universitários. A edição citada foi a primeira publicada e dirigida pelo acadêmico de direito Cezar Muniz Filho, em nome da UPE.

Teixeira¹¹⁵, sobre a realidade nacional do ensino. Focando na seletividade do sistema educacional, dava um ar inicial de posicionamento contrário a LDBEN. É preciso lembrar que Anísio Teixeira foi um dos maiores expoentes da *Campanha em defesa da escola pública*, porém, em momento algum, desenvolveram relações dos resultados dos estudos com o projeto da LDBEN. Na sequência, afirmaram que o projeto respeitava os dispositivos constitucionais e a *declaração dos Direitos do Homem e do cidadão*, citando a *Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil*, escrita quando estes estavam reunidos em Goiânia, no ano 1958. Em outra matéria, utilizaram de citações do professor católico, Alceu Amoroso de Lima, também conhecido como Tristão de Ataíde, para explicar qual o real papel da universidade e, por conseguinte, do universitário, deixando claro que não era concebível, no meio universitário, tratar de “individualismo, particularismo, regionalismo [e] partidarismo [...]”, focando que a universidade era uma instituição de cultura, destinada especificamente para estudo e pesquisa (SUPLEMENTO DOMINICAL ILUSTRADO, 10 abr. 1960, p.16-7).

Sobre o polêmico artigo 95 da LDBEN, que legalizava a cooperação financeira do Estado também para os estabelecimentos de ensino particulares, um dos maiores causadores de debates, definia-se que “ao Estado cabe assegurar meios materiais para que a escola pública ou particular atinja os seus fins” (SUPLEMENTO DOMINICAL ILUSTRADO, 10 abr. 1960, p.16-7). Em outro momento, durante matéria sobre comerciantes do ensino, justificava-se:

Eis que chegamos ao ponto mais controvertido, mais maliciosamente contundido por muitos; as verbas públicas e sua aplicação no ensino. Constatamos na realidade que existem muitas escolas particulares que são verdadeiras indústrias. Visam somente o luro. Ao seu lado, no entanto vemos escolas honestas e sinceramente dedicadas à sua missão. Não podemos coloca-las em pé de igualdade. Seria a maior das injustiças chamar ao ensino particular, indistintamente, de casas de comércio (SUPLEMENTO DOMINICAL ILUSTRADO, 10 abr. 1960, p.17).

Afirmava-se, com base em entrevista do Deputado Federal Nestor Jost, vice-presidente da Câmara Federal, educador e economista, que o projeto da LDBEN não era privatista e contra o ensino público, alegando-se que “[...] isto não consta na letra e nem nas entrelinhas”. Assim, o jornal, lembrando que produzido por estudantes, se posicionava

¹¹⁵ Os estudos de Anísio Teixeira foram publicados na *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, do ano de 1958.

claramente a favor do projeto: “tem razão o deputado. Em nada o Projeto é contra a escola pública, como se tem dito, principalmente em algumas campanhas mal orientadas de algumas entidades estudantis” (SUPLEMENTO DOMINICAL ILUSTRADO, 10 abr. 1960, p.17).

No mesmo mês, o Diretório Acadêmico de Engenharia Química publicou um manifesto de repúdio ao projeto da LDBEN e a favor da escola pública, mas, infelizmente, não se conseguiu contato com o mesmo (ÚLTIMA HORA, 25 abr. 1960, p.2). Desse modo, pode-se afirmar que o movimento estudantil internamente era um grupo complexo e carregado de ideologias heterogêneas; nos anos posteriores, essas contradições e particularidades foram menos visíveis, refletindo a ideia de unicidade no imaginário social. O que todos os acadêmicos, independentemente da linha ideológica concordavam, era que a maior luta do ensino no Brasil deveria ser contra o analfabetismo, que atingia mais de trinta milhões de brasileiros. Assim, na mesma edição do *Suplemento Dominical Ilustrado*, a UPE fez o pré-lançamento de uma campanha de alfabetização, com o slogan *Auxilie a alfabetizar o Brasil* (SUPLEMENTO DOMINICAL ILUSTRADO, 10 abr. 1960, p.19). Em parceria com a revista *O Cruzeiro*, iniciaram em outubro a distribuição de cartilhas para crianças e adultos analfabetos do Estado do Paraná e para as crianças alfabetizadas, porém, sem recursos, distribuíram livros educativos e materiais escolares.

Em maio, a nível internacional, aconteceu o *I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino*¹¹⁶, para apreciar a reforma universitária, porém, não encontrou-se nenhum vestígio de participação de estudantes paranaenses, fato que se justifica pela posição da diretoria da UPE estar contrária à entidade máxima nacional (UNE). O único ponto positivo nessa disparidade é que a UPE estava adquirindo autonomia, não agindo somente como apêndice da UNE. No mesmo mês, a UPE patrocinou a *II Semana de Estudos Políticos e Sociais*, organizada como curso de extensão universitária, pelo Departamento Cultural, presidido pelo acadêmico Antônio Feitosa. Nesse evento, não se falou em reforma universitária, mas houve uma conferência especial sobre reforma agrária, com o Padre Goldinho. O professor Brasil Pinheiro Machado falou sobre *Visão Sociológica e Política da Atualidade Nacional*; o deputado Fernando Santana sobre *A economia brasileira e a perspectiva de seu desenvolvimento*; o deputado Almino Afonso sobre *Rumos da Política Exterior do Brasil* e o coronel Alípio de Carvalho sobre *A economia paranaense*

¹¹⁶ Esse evento foi analisado no segundo capítulo.

e a perspectiva de seu desenvolvimento (SUPLEMENTO DOMINICAL ILUSTRADO, 10 abr. 1960, p.14).

O próximo indício da reforma universitária no meio estudantil é datado no mês de agosto, quando o *conselho permanente da UPE*, órgão responsável por fiscalizar a entidade máxima estadual (UPE), em reunião ordinária, solicitou diretamente aos Das, relatórios sobre os problemas de suas faculdades. Esses deveriam ser encaminhados ao coordenador geral do Conselho Permanente, que faria a sintetização das reivindicações e encaminharia à UPE. Na ocasião, também se aprovou a criação de uma comissão acadêmica para tratar especialmente do problema da reforma universitária (DIÁRIO DO PARANÁ, 17 ago. 1960, p.12).

Em outubro, a *Comissão da Reforma Universitária* ainda não havia sido formada, então, durante o *XVI Congresso Estadual dos Estudantes*, novamente foi proposta a criação de uma *Comissão Permanente de Educação*, com objetivo de propor à UPE meios possíveis de conquistar a reforma¹¹⁷. Segundo análises do congresso, a reforma era necessária para combater o “bacharelismo” e a “alienação cultural”, tornando a universidade mais dinâmica, a ponto de traduzir a realidade brasileira. No congresso, “foi ratificado o voto de repúdio à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por unanimidade. A decisão havia sido tomada no último congresso, mas foi novamente incluída no temário”, com a aprovação de um adendo apresentado por José Arnaldo Rossi, “[...] obrigando a diretoria que será eleita realizar campanhas contra a Lei – o que não foi feito a contento pela atual – em defesa da Escola Pública” (DIÁRIO DO PARANÁ, 25 out. 1960, p.8). Constata-se que a gestão de Florisvaldo Palácios não deu a devida importância às exigências da base em repudiar a LDBEN e lutar pela escola pública e pela Reforma Universitária.

Convém destacar que, durante o *Congresso Estadual dos Estudantes*, foi apresentada uma moção favorável à revolução cubana, promovida por Fidel Castro. Entre os aplausos dos presentes, um congressista declarou que os problemas de Cuba são os mesmos do Brasil, onde a minoria desmoraliza e se engrandece sobre a maioria. Segundo o jornal *Correio do Paraná*, infelizmente, o congresso foi desenvolvido em clima de apatia e com reduzido número de teses apresentadas (CORREIO DO PARANÁ, 27 out. 1960, p.5). O desinteresse foi gerado por dois motivos: primeiro, a diretoria da UPE, durante toda a gestão presidida

¹¹⁷ A Comissão da Reforma Universitária foi formada somente em março de 1961 (O DIA, 8 mar. 1961, p.3).

por Florisvaldo, não reforçou os laços com as bases. Segundo, pela primeira vez na história da UPE, a chapa oposicionista deixou de concorrer para as eleições da diretoria.

Segundo publicação da *Oposição*, optou-se por não concorrer para não encetar um movimento divisionista no meio estudantil. Assim, concorreram apenas a chapa da situação e da 3ª Força (DIÁRIO DO PARANÁ, 22 out. 1960, p.12). O resultado da eleição, realizada ao final do congresso, conduziu o acadêmico de medicina Ronaldo Osti Pereira para o cargo de presidente, dando continuidade ao rodízio entre as maiores faculdades. Segundo a direção da 3ª força¹¹⁸, era previsto que fosse lançado um acadêmico de medicina para a presidência:

Em reunião recentemente realizada nas dependências da Faculdade Católica de Ciências Médicas e que contou com a presença de representantes de quase todas as Faculdades desta Capital, foi organizado um esquema com o qual irão enfrentar as eleições. Enquanto isso, situação e oposição, sem dar atenção a esse movimento procuram lentamente coordenar as suas chapas sem quebrar o rodízio, uma vez que pela praxe este ano caberá à medicina federal apontar o candidato à presidência (DIÁRIO DO PARANÁ, 4 set. 1960, p.8).

Do mesmo modo, para igualar-se, a 3ª Força também lançou para presidente um candidato da Faculdade de Medicina, porém, foi derrotado. Ronald Osti Pereira, apesar de ser da situação, teve uma gestão bem diversa de Florisvaldo Palácios. Ele deu ouvidos às bases e cumpriu as deliberações estabelecidas na *Carta de Princípios*, elaborada durante o congresso. Vale ressaltar que a *Carta de Princípios* tem como objetivo nortear a ação política da nova diretoria e é estabelecida antes da realização das eleições. A mesma definiu:

3 - repudiar o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, em consequência, defender, intransigentemente, a escola pública;
4 - Lutar por uma reforma universitária que, combatendo a alienação cultural, característica dos povos subdesenvolvidos, seja capaz de integrar a Universidade na realidade social, econômica e política com o momento brasileiro (ÚLTIMA HORA, 27 out. 1960, p.3).

Além de deixar clara a posição de repúdio a LDBEN e a necessidade de lutar pela reforma universitária e pela escola pública, a *Carta de Princípios* também estendeu a defesa

¹¹⁸ A 3ª Força lançou-se ao pleito com a chapa *Soberania Verde Amarela*, constituída por: Presidente: Emiliano de Jesus Medeiros (Medicina); 1º Vice-presidente: Nilton Marcos Carias de Oliveira; 2º vice-presidente: Eládio del Rosal; Procurador: Adilson Ribas de Paula; Sec. Geral: Hélio Senedése; 1º Secretário: Luiz Gonzaga Felipe; 2º sec.: Murilo Walter Teixeira; 1º Tesoureiro: Ruy Pigato; 2º tesoureiro: Arno Schmidt; 1º Orador: Lineu Lustoza Cordeiro; 2º Orador: Rômulo Parrella; e Arquivista: Osório Amazonas Ubaldo (CORREIO DO PARANÁ, 20 out. 1960, p.6).

para a reforma agrária e para o estreitamento das relações já existentes entre estudante e classe operária. Atenta-se ao termo “já existentes”, visto que a gestão de Palácios fortaleceu o vínculo do movimento estudantil com as classes trabalhadoras, participando de passeatas com os aposentados ferroviários, que estavam há 26 meses sem receber; apoiavam, também, o pedido de revisão do salário mínimo, feito pelos trabalhadores; participaram do *Dia do Protesto*, organizado pelo sindicato dos professores; formaram, ainda, uma frente única com os trabalhadores, a fim de lutar com sindicatos para baixar o preço do transporte.

Com a mudança dos dirigentes da UPE e dos dirigentes do DCE da UFPR¹¹⁹, em novembro, o movimento estudantil recuperou a fase progressista e a reforma universitária voltou a ser destaque. A importância dada à luta pôde ser notada no período temporal que estava abrangendo. Contrariando uma das características do movimento estudantil, a luta não se estagnou no período de férias letivas. Em janeiro de 1961, por exemplo, a UPE já aliou-se aos trabalhadores contra o valor do transporte público e a UPES contra o aumento das anuidades escolares.

¹¹⁹ Em novembro, o DCE da UFPR, em reunião com seus filiados, também definiu clara posição de luta pela reforma universitária e combate ao projeto da LDBEN (DIÁRIO DO PARANÁ, 11 nov. 1960, p.12).

4 A REFORMA UNIVERSITÁRIA COMO OBJETIVO SUPREMO DA DÉCADA DE 1960

Essas pessoas todas tinham necessidade de fazer alguma coisa em relação à atividade política (Carlos Estevam Martins, 2005).

Na década de 1960, o movimento estudantil estava inserido em ações mais amplas de defesa do nacionalismo, nas quais as ideias de nação e povo faziam parte dos projetos políticos, em busca de sua expressão “autêntica”. Nesta busca, os movimentos objetivavam conscientizar o povo para uma possível sustentação econômica e política cujo capital estrangeiro fosse independente. A esperança surgia na ideia de transformação da cultura brasileira, como meio de organizar as classes sociais de forma consciente e politizada para, então, pelas mãos do povo, preparado para sua atuação política, serem redefinidas as relações de poder consideradas tradicionalmente autoritárias e conduzir o futuro da nação de modo humanista e não alienado. As práticas desses movimentos, com seus conflitos, suas alianças e suas realizações individuais e coletivas, estavam estruturadas como reações às ações desenvolvidas durante o governo Goulart, sendo, então, necessário compreender tal contexto.

Como expõe Carlos Estevam Martins (2005), um dos diretores¹²⁰ do CPC da UNE, da década de 1960, em entrevista¹²¹, as pessoas (ele se refere às pessoas do CPC e da UNE, porém, é possível expandir para todos os movimentos nacionalistas) tinham a necessidade de fazer alguma coisa em relação à atividade política, o que só pode ser entendido focando a conjuntura política a que estavam submetidas na época. Desse modo, este capítulo inicia-se com um breve tópico sobre o contexto político e histórico nacional e estadual, para, nos tópicos posteriores, focar nas táticas de luta, desenvolvidas pelo movimento estudantil, as quais visavam reivindicar a reforma universitária, que, na década de 1960, foi colocada ao lado das reformas de base pretendidas pelo governo de João Goulart.

¹²⁰ Os diretores do CPC da UNE, na década de 1960, foram: Carlos Estevam Martins, em 1961-2, Carlos Diegues (mais conhecido como Cacá Diegues), apenas por três meses, e Ferreira Gullar, em 1963 até o golpe de 1964.

¹²¹ Entrevista concedida a Angélica Muller e Ana Paula Goulart, no ano de 2005, para o *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, 2005.

4.1 O contexto político do início da década de 1960

Em 1960, Jânio Quadros, com uma imagem de um político amador e honesto, aparentemente populista, lançou-se candidato à Presidência, dirigindo seu discurso principalmente à camada média da sociedade. Sua principal proposta era a instauração de uma “cruzada moralizadora” no país, que seria a instauração de inquéritos policiais, comandados por militares, destinados a inovar os costumes e o saneamento moral da administração pública, o que oferecia as possibilidades de radicalizar as relações que ainda existiam, em relação aos antigos hábitos da oligarquia no grupo governamental, e de transformar o paternalismo getulista, que persistia na organização trabalhista (PAULA, 2003).

Contra o sistema de Vargas e anunciando independência partidária, Quadros prometia uma democracia honesta e digna, ao mesmo tempo que se comprometia em desenvolver economicamente o país, especialmente na área da agricultura, educação e saúde. Também controlaria a inflação e preservaria a independência da nação, endossando a fórmula de desenvolvimento econômico liberal. Porém, ele pouco explicava sobre o modo de superar os problemas e alcançar o desenvolvimento desejado (SKIDMORE, 1983).

A nebulosidade que, de certa forma, encobria a campanha do carismático Quadros, ficou evidente no resultado das eleições: conseguiu eleger-se presidente, porém, teve eleito como seu vice um candidato da chapa concorrente, o João Goulart. Nesse momento, a lei eleitoral brasileira permitia que os eleitores votassem em presidente e vice de chapas diferentes. E também “[...] era possível que candidatos à vice obtivessem mais votos do que os candidatos à presidente ou que se elegeisse o presidente de uma chapa e o vice-presidente de outra chapa [...]” (BRAGA, 2004). Foi o que aconteceu nas eleições de 1960, pois Goulart se elegeu vice, apesar do seu companheiro de chapa, o marechal Lott, ser derrotado por Quadros. Curiosamente, nas eleições de 1955, quando Goulart foi eleito pela primeira vez vice-presidente, no governo Juscelino Kubitschek (JK), obteve mais votos do que o presidente (BRAGA, 2004).

Conforme mencionado no segundo capítulo, medidas liberais de Quadros para controlar a inflação e as tarifas cambiais tiveram boas recepções no exterior, porém, internamente foram vistas como medidas impopulares, já que resultaram na duplicação do preço do pão e da gasolina, assim, os protestos populares foram inevitáveis. Jânio Quadros, em situação instável no país, também se complicou com o exterior, quando quis assumir uma

política externa independente, buscando uma política nacional neutra, aberta a todos os países do mundo. Ao mesmo tempo, objetivou realizar negociações com as três grandes potências e blocos mundiais: com os Estados Unidos da América (EUA), na época, a maior expressão capitalista, com a Europa Ocidental e com o bloco comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No momento de guerra fria, uma política independente não era bem-vinda, visto as necessidades internacionais que conduziam as nações a uma tomada de posição. Essa aventura de Quadros no exterior criou grandiosas discussões internas, irritando conservadores e alguns políticos de centro (SKIDMORE, 1983, p.241-6).

Carlos Lacerda, no posto de governador da Guanabara, auxiliou para colocar o presidente em descrédito e para ampliar a oposição às medidas presidenciais, desencadeando violentos ataques pelo rádio (instrumento de grande acesso da massa). Lançou a independência externa, tentada pelo governo, como sinônimo do nacionalismo esquerdista, identificando-o com o antiamericanismo e voltado aos interesses cubanos, ainda mais, depois do presidente oferecer a Che Guevara a condecoração da *Ordem do Cruzeiro do Sul*, ato que visava preparar o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com nações socialistas. Essa associação da política externa foi vista como uma possível ameaça à segurança nacional e revoltou os militares e a camada média da sociedade. Lacerda conseguiu o que queria e Quadros renunciou ao poder (SKIDMORE, 1983; PAULA, 2003).

No dia 25 de agosto de 1961, Quadros submeteu sua renúncia ao Congresso, que a aceitou, desenrolando uma grave crise política de doze dias, o que fez a nação experimentar um vazio de liderança e uma indefinição de rumos, após ter centralizado suas atenções e suas expectativas nos oito meses do governo Quadros. Assim, aguçaram-se as contradições e a consciência popular, o que ampliou a participação do povo nos debates dos problemas do país, objetivando rumos para a sociedade (BRUM, 1984).

O vice-presidente estava ausente do Brasil, pois se encontrava em missão econômica na República Popular da China e, como previa a Constituição Federal de 1946, na ausência deste, o responsável provisório era o presidente da Câmara dos Deputados, na altura, Ranieri Mazzilli. Alguns ministros militares, liderados pelo Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, e um grupo de civis manifestavam-se dispostos a não deixar Jango assumir. O objetivo era garantir a permanência de Mazzilli no poder, até que se realizassem novas eleições, dentro de 60 dias, pois questionavam: como permitir que o vice-presidente,

herdeiro da política tradicional de Vargas, assumo o poder do país? (SKIDMORE, 1983; FACHEL e DOMINGUES, 2011).

O suposto receio desse grupo de civis e militares seria o histórico político de Goulart, que apoiara manifestações grevistas e era tido como simpático aos regimes comunistas, representando, em sua figura, um perigoso agitador e um demagogo sindicalista (SANFELICE, 1986). Os militares, temerosos, enviaram um manifesto pedindo ao Congresso que intercedesse e ratificasse formalmente o impedimento da posse de Goulart, pelo fato dele estar ausente e por apresentar ameaça à segurança nacional e à democracia liberal brasileira. Acusavam-no ainda de:

[...] ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a “agentes do comunismo internacional” posições-chave nos sindicatos, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China Comunista. O manifesto terminava ressaltando que a presidência de Jango poderia favorecer a subversão nas forças armadas, transformando-as assim em “simples milícias comunistas”. Era um sintoma do temor constante por parte dos militares de que um movimento operário “sindicalista” pudesse destituir as forças armadas da sua posição de grupo mais poderoso no cenário político brasileiro (SKIDMORE, 1983, p.257).

Essa opinião não era unânime, nem entre os militares e nem entre os políticos. O III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, sob o comando do general Machado Lopes, declarou total apoio à legalidade constitucional, pois era uma “[...] declaração tão clara [que] parecia uma ameaça de guerra civil” (SKIDMORE, 1983, p.257). Além disso, o comandante contava com o apoio do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola¹²², que o impeliu a rebelar-se a favor de Jango, e liderou o *Movimento pela Legalidade*, do porão do Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, tendo montada às pressas uma rede de transmissão radiofônica para informar e mobilizar a população em defesa da Constituição (FACHEL e DOMINGUES, 2011).

Enquanto os governadores de São Paulo, Carvalho Pinto, do Paraná, Ney Braga, e de Goiás, Mauro Borges, também se manifestaram em prol da legalidade constitucional, outros eram contrários, como o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, que reprimia com violência qualquer manifestação em prol a Jango (SANFELICE, 1986; PAULA, 2003; FACHEL e DOMINGUES, 2011).

¹²² Brizola era cunhado de Jango, pois era casado com Neusa Goulart Brizola, irmã deste.

O Estado do Paraná estava com sua oficialidade militar dividida, assim como na divisão de projeção nacional. No dia 28 de agosto, durante a crise que se desenrolava, o comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria (5ª RM/DI), com sede no Paraná, na época, o general Benjamin Rodrigues Galhardo, procurou o governador do Estado, Ney Braga, apresentando-se capaz de garantir a destituição do atual comandante do III Exército, o general Machado Lopes, pelo general Cordeiro de Farias, já que o general Lopes havia informado oficialmente que não seria capaz de manter a ordem no Sul, contrariando o pedido do Ministro da Guerra, que ordenou que assim o fizesse, pelo uso da força, se fosse necessário (DUTRA, 2004; FACHEL e DOMINGUES, 2011).

A recusa do general Lopes de entregar o cargo definiu suas tropas como rebeldes. Desse modo, foi determinado ao general Farias que conduzisse um grande deslocamento militar do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul para controlar a situação e tomar posse de seu cargo. A 5ª RM/DI, que, até então, apoiava a troca de comandantes do III Exército, subitamente mudou de posição no dia 31 de agosto e passou a declarar apoio ao General Machado Lopes, informando que as tropas que saíssem do Rio de Janeiro seriam impedidas de passar pelo Paraná “a fronteira da legalidade” (DUTRA, 2004, p.196). O movimento estudantil paranaense esteve fortemente envolvido com a *Campanha da Legalidade*, desse modo, esse assunto ganhou um tópico especial, como será visto mais adiante.

Em meio à crise que se proliferava, o Congresso negociou com ambos os lados e apresentou uma solução conciliatória: a instituição do sistema parlamentarista e Goulart passou a ser o presidente do Brasil, com poderes restritos.

O governo de João Goulart viveu, nasceu e permaneceu sob intensos conflitos por motivos partidários, ideológicos, econômicos e sociais. O crescimento econômico, que até a década anterior estava baseado na expansão da indústria de bens duráveis, estava esgotado. A inflação crescia aceleradamente, corroendo salários e aumentando o custo de vida. O mercado interno estagnou e limitou-se, não conseguindo poder para competir no mercado exterior. Com o mercado retraído, a indústria reduzia a necessidade de mão-de-obra e o desemprego começava a se elevar. Os trabalhadores assalariados tornavam-se mais incisivos nas reivindicações salariais. Os empresários ficavam apreensivos com as dificuldades econômicas. O governo buscava assumir uma posição de independência na política externa, distanciando-se da relação com os Estados Unidos da América, visto que passavam a suspeitar de ideologias comunistas no interior do governo brasileiro, assim, detectavam

aliados internos contrários à política de Goulart e os estimulavam, desestabilizando ainda mais a economia (BRUM, 1984).

As tensões sociais desse momento histórico são características da crise econômica, política e social que abalou a década de 1960, a qual sumariamente pode-se denominar “crise orgânica” ou “crise de hegemonia”, pois, ao atingir a estrutura econômico-social e a superestrutura ético-política, desestabilizou não só as forças materiais, como também as ideológicas, dificultando a sustentabilidade da hegemonia burguesa (SCHLESENER, 2001, p.22).

Enquanto isso, no Paraná, governos Munhoz e Lupion¹²³ usaram de campanhas de migração para o desenvolvimento do Estado, principalmente dos migrantes provenientes do Sul do país, visando ampliar no Estado a população e a produção, visto que ambas aparecem articuladas entre si. Esses migrantes foram fundamentais para o desenvolvimento do Estado, por conta do tipo de conhecimento e experiência que possuíam com a terra e do tipo das propriedades que implantavam, que eram as pequenas propriedades (MAGALHÃES, 2001). Com base nos números apresentados no relatório anual, intitulado *Mensagem*¹²⁴, produzido pelo governo do Estado do Paraná, Ney Braga, no ano de 1961, ao qual teve-se acesso por meio dos arquivos da DOPS/PR, as campanhas deram resultados, visto que, em 1950, o Estado contava com 2.129.000 habitantes e, em 1960, o número praticamente duplicou, chegando a 4.200.000 habitantes (MENSAGEM ENVIADA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1961, p.4). Foi durante esses governos que se iniciou a construção de estradas para escoamento da lavoura cafeeira, contribuindo para o surgimento de dezenas de cidades no interior.

Mesmo com o Estado realizando campanhas em prol da migração, todo cuidado foi tomado com os migrantes que entravam no Estado, pois eram acusados de facilitar e até mesmo serem adeptos às ideologias consideradas subversivas, gerando um desmembramento do Serviço de Estrangeiros da DOPS/PR e criando, em 1956, a especificidade da Delegacia de Estrangeiros, que possibilitava a troca de informações das delegacias regionais com outras delegacias, inclusive de outros países (IPÓLITO, 2009).

¹²³ Apesar desses candidatos serem rigidamente oponentes, um representando a renovação (Lupion), uma vez que não pertencia às famílias tradicionais e apoiava as cidades e os interesses do interior, e outro considerado pela opinião pública extremamente elitista (Munhoz), focado no desenvolvimento da capital e pouco preocupado com o interior, eles tiveram praticamente as mesmas políticas de governo (MAGALHÃES, 2001).

¹²⁴ A *Mensagem* é um documento apresentado à Assembleia Legislativa do Estado anualmente pelo governador do Estado, com caráter de prestação de contas. A primeira *Mensagem* do governador Ney Braga, de 1961, foi escrita com apenas 3 meses de seu mandato. Devido ao recente tempo que estava no poder, esse documento apresenta mais uma análise da situação política encontrada pelo novo governo do que uma prestação de contas.

Na década de 1960, a política de ocupação de território passou a ser condenada pelo governo Ney Braga (1961-1965), pelo tipo de propriedade que gerou e pelas irregularidades na concessão de terras, que tinham, muitas vezes, mais de um proprietário legal, com títulos emitidos pelo Estado, pela Província, pelo Império ou pela União, e, para complicar ainda mais, os governos anteriores, com suas campanhas, fizeram novas concessões dessas mesmas terras (MAGALHÃES, 2001).

Sob esse contexto, Ney Braga, em seu governo assumido em janeiro de 1961, após ser eleito pelo Partido Democrático Cristão, em aliança com a União Democrática Nacional - fez sua campanha associada a Jânio Quadros¹²⁵ - conquistou uma imagem de organizador dos conflitos de terras, antecipando no Paraná a reforma agrária, bem como garantindo a posse pacífica de muitos agricultores e reduzindo os problemas com jagunços e posseiros¹²⁶, os quais, anteriormente, eram mascarados nas campanhas pela suposta tranquilidade e progresso. Até então, os movimentos revoltosos eram explicados pelo governo como sendo exceções, desse modo, os migrantes passaram a não mais atender as necessidades de desenvolvimento do Paraná. Braga, assim como os governos anteriores, seguiu o modelo pautado nos princípios do Estado de Bem-Estar Social, ao promover o desenvolvimento econômico, porém, diferentemente dos outros governos, seu discurso foi de abandono da vocação agrícola do Paraná para substituição pela industrialização (MAGALHÃES, 2001). Sua vitória eleitoral, provavelmente, foi um reflexo do desejo de parte da sociedade paranaense em querer um governo mais atuante e efetivo no desenvolvimento econômico.

Ney Braga, quando assumiu seu cargo, propondo a industrialização do Paraná, deparou-se com um governo estadual administrativamente problemático e deficitário, com consequentes dificuldades na situação econômico-financeira e ausência de planejamento, pois o governo de Lupion havia deixado o Banco do Estado do Paraná em situação de pré-falência, do mesmo modo que Goulart, na Presidência, encontrou as finanças da nação: gastando mais do que arrecadando. Tal situação deixou o Estado, inclusive, sem dinheiro para pagar seus funcionários, além de Lupion não ter expandido os serviços públicos, de

¹²⁵ Jânio Quadros não declarou apoio explícito a Ney Braga; era este que sempre procurava se vincular a campanha do candidato presidencial (GOMES, 2010).

¹²⁶ A questão das terras, principalmente da região sudeste do Estado do Paraná, envolveu diversos debates no início do governo Ney Braga, incluindo decisões tomadas pelo Presidente Jânio Quadros e, posteriormente, por João Goulart. Para mais informações sobre os impasses nas nomeações das terras ver: HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. Paraná Emergente. *In: Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

acordo com as necessidades de expansão populacional e produtiva, havendo, por exemplo, carência de estradas e de energia elétrica¹²⁷ (MAGALHÃES, 2001).

Para recuperar o controle sobre a situação econômica do Estado, Braga, no início de seu governo, ampliou a fiscalização sobre os impostos, reduzindo a sonegação do mesmo, assim, conseguindo dar uma guinada no processo que estava precário (DOPS, s.d.)¹²⁸. O governador ressaltava a necessidade de financiar, a longo prazo, as indústrias que se instalassem no Estado, de investir em construção de hidrelétricas, de ampliar a rede de transportes e de incentivar a educação, como meios fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico (GOMES, 2010).

No relatório *Mensagem* do ano de 1961, pode-se analisar que o interesse e a propaganda do governo de Ney Braga giravam em torno do progresso do Estado, por meio do desenvolvimento industrial, pois, segundo ele, o Paraná possuía uma monocultura, a do café, que não lhe garantia prosperidade, sendo então um Estado em condição subdesenvolvida, visto a instabilidade da economia cafeeira. Um exemplo disso seria o fato que aconteceu quando as plantações de café foram drasticamente castigadas com as geadas de 1953 e 1955, já que isso afetou toda a economia paranaense, visto que era praticamente a única forma econômica - fazendo-se ressalvas às economias antigas também existentes, como a extração vegetal do mate e da madeira, mas que estavam em declínio.

Considerando que o Brasil estava em pleno desenvolvimento industrial, a lógica do governo Ney Braga, exposta na *Mensagem* de 1961, obviamente um documento oficial e parcial, era ampliar a industrialização de acordo com a exportação do café, pois o Paraná era um grande exportador, mas não recebia as importações das capacidades de industrialização, que se concentravam no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (GOMES, 2010). Desse modo, Braga alertava que

o grande problema da implantação industrial é a atração do capital. A economia paranaense, principalmente no setor cafeeiro, gera excedentes de capital, mas os excedentes raramente são destinados ao setor industrial do Paraná.

Parte destes é investida no setor cafeeiro, outra parcela vai ser investida em outras regiões do país [...] (MENSAGEM..., 1961, p.26).

¹²⁷ No governo Lupion, a energia elétrica no Paraná aumentou 27%, de 1955 a 1960, enquanto no Brasil, nesse mesmo período, aumentou média de 50%. A potência mínima exigida pelas diretrizes nacionais era de 80 watts por habitante e o Paraná estava somente com uma média de 23 watts por habitante (BRAGA, 1961).

¹²⁸Relatório em identificação. Supomos ser de junho de 1961.

O interesse não era a substituição da produção agrícola por uma industrial, mas realizar uma estratégia complementar para a economia do Estado, pois industrializar

[...] não significa relegar as atividades primárias a um segundo plano. Através da diversificação e expansão desse setor, poderá o Paraná criar bases sólidas para seu desenvolvimento. Uma economia mista, baseada na pluralidade industrial e agrária, dará ao Paraná e a seu povo as possibilidades de progresso e bem estar que lhes desejamos (MENSAGEM...,1961, p.7).

O Paraná desenvolvia-se bem; ao ser comparado com as estatísticas de nível nacional, via-se que a renda *per capita* do Estado era praticamente a mesma da Federação e que seu ritmo de crescimento era maior do que o nacional. O caso era que as riquezas se concentravam nas mãos de poucos, reduzindo o giro de capital no Estado e, portanto, diminuindo as finanças para aplicação ao bem estar do povo. Enquanto isso, ampliavam-se as exigências às necessidades básicas de atendimento à população, como educação e saúde, que eram (e são) imprescindíveis para assegurar o desenvolvimento econômico (MENSAGEM..., 1961). Assim, Ney Braga alegava que os problemas de baixo nível de renda e de sua desigual distribuição, encontrados no Estado, seriam solucionados com o desenvolvimento econômico do mesmo, que, conseqüentemente, passaria a valorizar mais o homem. Como ele afirmava, “[...] a educação deve estar totalmente integrada nos objetivos globais de desenvolvimento estadual e nacional [...]” (MENSAGEM..., 1962, p.51).

A situação educacional do Paraná, segundo a versão estatal, no início da década de 1960, era caótica, em que 45% das crianças em idade escolar primária não recebiam instrução básica, o número de escolas era insuficiente, a evasão escolar era surpreendente e faltavam recursos técnicos e financeiros (MENSAGEM..., 1962). Nos cursos secundários, ginásio, escolas normais e técnicos, os estudos eram voltados ao comércio e pouco à profissionalização industrial ou agrícola, para atender os setores dinâmicos da economia, assim como no ensino superior, em que o ensino voltava-se para o tipo tradicional, desatualizado e insuficiente, sem possuir nenhum curso voltado ao ramo agrícola (MENSAGEM..., 1961).

Braga fazia seus discursos, obviamente, avaliando negativamente o suposto caos deixado pelo governo anterior e afirmava que a educação era entre todas as funções do Estado a mais importante, sendo um “[...] investimento ou aplicação produtiva de capital [...]” (MENSAGEM..., 1962, p.52). Assim, criou em 1962 a *Lei Estadual de Diretrizes e*

Bases da Educação e o Plano Estadual de Educação, para organizar o sistema de ensino às necessidades do desenvolvimento, respondendo a obrigação que a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 levou aos Estados, de organizar seu próprio sistema de ensino, reformulando a legislação estadual e reorganizando os cursos de nível primário, médio e superior (MENSAGEM..., 1962).

O documento *Mensagem* de 1962 mostra que o governo tinha consciência de que os cursos superiores¹²⁹, mantidos pelo Estado, encontravam-se carentes de instalações, de equipamentos e de recursos técnicos e financeiros. Muitos possuíam autorização provisória de funcionamento e necessitavam uma organização do corpo docente (MENSAGEM..., 1962). Essas informações condiziam com as reivindicações realizadas pelo movimento estudantil no período, como será visto mais adiante.

Os adultos analfabetos também eram uma preocupação do governo, após entender que o analfabetismo estava em estreita ligação com a violência social. Então, foi criada a campanha de *Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo* (MAGALHÃES, 2001). Nos documentos do governo Braga (MENSAGEM..., 1962), é perceptível que o interesse em alfabetizar estava estritamente relacionado com o projeto de desenvolvimento econômico estadual e nacional, que ao mesmo tempo pretendia ter maior controle dos brasileiros, ao prepará-los dentro de uma linha democrática e cristã, formando sujeitos cívicos e cidadãos mais úteis para o Paraná e para o Brasil, como preconizava o pensamento tradicional.

O analfabetismo pode ser analisado na comparação entre o número total da população e o número de eleitores que o Paraná possuía em 1960. Mesmo sabendo-se que no total de habitantes também estão considerados os menores de dezoito anos, que não faziam parte do setor dos eleitores, a diferença é estrondosa: na eleição de 1960, o total de eleitores foi de 724.019, enquanto o Paraná contava com 4.200.000 habitantes.

A preocupação com o analfabetismo não partiu somente do governo; desde 1959, a companhia Teatro do Povo no Paraná, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro, realizava projetos de educação popular. Em 1962, a companhia uniu-se com membros da UPE e formou o CPC do Paraná, um movimento que integrou estudantes e atuantes da cultura, que até 1964 atuaram objetivando, com base na alternativa da cultura popular, mobilizar o povo, buscando conscientizá-lo enquanto nação e passível de produzir mudanças na estrutura social. A organização contava com o Departamento de Teatro, o Departamento de

¹²⁹ Os cursos superiores mantidos pelo Estado ofereciam carreiras tradicionais, como direito, educação física, belas artes, odontologia, farmácia, filosofia e ciências econômicas (MENSAGEM..., 1962).

Alfabetização Popular e o Teatro de Bonecos, todas com essência educativa. Eles apoiavam-se, assim como o CPC da UNE, na relação entre arte, educação e política.

As reivindicações estudantis não eram os únicos movimentos realizados no Estado, no início da década de 1960. Muitos movimentos sociais, em sua maioria, com apoio do meio sindical e movimento estudantil, foram deflagrados, principalmente no que diz respeito aos problemas econômicos, exigindo-se aumento salarial e redução do custo de vida, que só aumentava por conta da inflação. O custo das empresas, especificamente as de transporte, teve elevações, por conta do aumento do valor do combustível, ocasionando aumento de preços para o consumidor, que o governo, segundo o documento *A Mensagem enviada a assembléia legislativa* (1962), tinha consciência que era um reflexo que a política econômica paranaense estava sofrendo, por conta das medidas adotadas pela União; em 1961, editou-se a *Instrução nº 204*, realizada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), modificando o sistema cambial brasileiro, mas que era necessário para controlar a inflação.

Além das movimentações sociais, no início de 1961, o Estado estava com os pagamentos de seus funcionários atrasados, por não conseguir arrecadar valor maior do que suas despesas, por contratar mais funcionários que o necessário para realização de determinadas tarefas e por haver corrupção nos setores públicos. Por exemplo, a média de admissões no último ano fora de 45 nomeações por dia, o que resultou, em 1961, na abertura de diversos inquéritos para averiguação de irregularidades, ocasionando demissões de funcionários, afastamento de prefeitos, averiguação de extravio de materiais, desfalque financeiro e vendas de terras a preços irrisórios (DOPS, 1 a 15 jun. 1961; MENSAGEM..., 1961).

Para captar os recursos que permitissem solucionar o problema administrativo do Estado, o poder Executivo propôs a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), que, em menos de um mês, se transformaram em lei. O FDE era uma permissão para o governo realizar uma arrecadação adicional, não orçamentária, destinada a fomentar a industrialização com base na criação de um empréstimo compulsório¹³⁰, adicionado ao *Imposto sobre Vendas, Consignações e Transações*. O interesse de sua criação era buscar autonomia na economia paranaense, que não conseguiu obter financiamento da federação, tentado junto ao governo Jânio Quadros, o qual, supostamente, apoiaria o maior Estado

¹³⁰ Não se caracterizando como um imposto, pois, no prazo de cinco anos, os contribuintes poderiam resgatar o valor e os juros por meio dos bônus obtidos com as notas fiscais (GOMES, 2010).

produtor de café. Porém, logo em seguida, houve a renúncia do presidente e o governo paranaense pouco acreditava receber apoio financeiro do novo presidente Goulart, por conta das divergências partidárias (GOMES, 2010).

A CODEPAR foi criada para o governo obter recursos extra orçamentários, para financiamentos na infra-estrutura, principalmente, de energia elétrica e de transporte, além de adquirir condições para financiar projetos industriais e agrícolas, visando atrair mais empresas nacionais¹³¹ pequenas e médias para o Estado. Para tanto, a CODEPAR, por meio do seu Conselho de Investimentos, formado por representantes do setor produtivo e do meio acadêmico, era encarregada de planejar o desenvolvimento sobre as potencialidades presentes e futuras, assim como definir quais áreas do Estado eram mais convenientes para fazer tais investimentos (GOMES, 2010).

Os investimentos deveriam ser definidos por áreas mais propícias para o desenvolvimento, visto que havia grande desequilíbrio regional no Estado. Muitas cidades não possuíam abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, segurança ou não tinham condições de acessibilidade de transporte das produções. Esse desequilíbrio também era resultado da centralização do poder, na região da capital, colocada como um marco das potencialidades locais e responsável por administrar as demais regiões. Dessa maneira, o Estado passou a investir mais na construção de vias do interior para a capital, para evitar o escoamento das produções pelos Estados vizinhos, tendo assim ampliado o controle do Estado sobre a questão orçamentária e social (MAGALHÃES, 2001).

Esse interesse do Estado em ampliar seu controle é perceptível com a expansão das redes da polícia militar e também da polícia política no interior do Estado. Em 1962, a Chefatura de Polícia foi substituída pela criação da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, decretada pela Lei Nº 4.615 de 9 de julho e iniciada com a gestão do general Ítalo Conti, já no dia seguinte à sua publicação, funcionando como uma rede de ligação da Polícia Civil e Militar, entre as delegacias do interior para com a da capital. Inclusive, no ano de 1962, já haviam sido definidas as competências da DOPS/PR em um regulamento da Chefatura de Polícia, que foi aprovado pelo Decreto Nº 8.245, de 24 de maio de 1962.

Essas ampliações visavam prevenir, investigar e reprimir os delitos de ordem política e social e as reivindicações dos trabalhadores, que eram vistas como responsáveis por desorganizar a ordem do trabalho e da produção. Cada vez mais, os movimentos sindicais,

¹³¹ Estava previsto, nas diretrizes da CODEPAR, que ela não financiaria empresas estrangeiras (GOMES, 2010).

rurais e estudantis se radicalizavam, não só no nível nacional, como também no estadual, levando o governo do Paraná a querer controlar os possíveis focos de ação comunista. Em razão disso, houve grandes preocupações com a doutrinação dos militares, que fora intensificada por palestras, cursos e treinamentos, visando controlar os movimentos tidos como subversivos. Houve também a preocupação com a intensificação de um esquema de informação entre os militares e a polícia, por meio do Serviço Postal e de Radiocomunicação, subordinado, a partir de 1962, ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública (DUTRA, 2004).

De acordo com os generais paranaenses, entrevistados por Dutra, que inclui o general Ítalo Conti, as perturbações da ordem no Paraná estavam associadas às greves promovidas na área sindical, à infiltração comunista no meio estudantil e às ameaças de uma reforma agrária revolucionária, porém, segundo ele, toda agitação foi mantida sob controle, não impedindo a execução do golpe civil-militar e o apoio dado ao mesmo pelo governo do Estado (DUTRA, 2004).

Ney Braga apoiou o golpe civil-militar, o que não era de se estranhar, já que possuía raízes na oficialidade militar. Ele teve, na sua administração governamental, políticos de tendência esquerdista, mas que a 5ª RM/DI acreditava ser apenas por questões estratégicas, e que ele seria capaz de neutralizar quando preciso. E assim se fez, quando Ney Braga pronunciou-se na televisão contra a “baderna” que a insubordinação dos sargentos causara na hierarquia militar, conduzindo para que “[...] esse pronunciamento [fosse] a prova de que os militares precisavam para terem certeza dos propósitos de Braga, pois havia no meio político, comentários de que ele não era um revolucionário de primeira hora [...]” (DUTRA, 2004, p.197).

Quando jovem Braga ingressou no Exército, mas largou a carreira militar para entrar na política, um de seus primeiros cargos foi como chefe da polícia do Estado, durante o governo de seu cunhado Bento Munhoz, entre 1952-1954. Tanto que seu envolvimento com os militares lhe garantiu no governo Castelo Branco a cadeira de Ministro da Agricultura e, no governo Geisel, a cadeira de Ministro da Educação. E, no dia 1º de abril, dia do golpe civil-militar, Ney Braga declarou que “o Brasil está livre e nele vingará a democracia cristã” (HELLER e DUARTE, 2000, p.56).

Nesse contexto, como aponta Poerner (1995), as ações estudantis estavam se caracterizando como um instrumento de manutenção da ordem social vigente, ganhando cada vez mais força e clareza de suas reivindicações.

4.2 Agora vai! A Reforma Universitária é a principal reivindicação de luta

No *I Conselho Nacional da UNE*¹³², do ano de 1961, os estudantes discutiram os problemas da reforma universitária, da assistência ao estudante, da criação de Universidades Federais, além de outras questões nacionais e internacionais (ÚLTIMA HORA, 12 jan. 1961, p.5). Quando Ronald Osti Pereira retornou do I Conselho, apontou a necessidade de montar uma comissão para estudar a Reforma Universitária, então, indicou nomes de estudantes das principais faculdades do Estado para compor tal comissão¹³³, que ficaria encarregada de organizar o *I Seminário Regional de Reforma Universitária*, em Curitiba, para posteriormente encaminhar os resultados para o *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, que estava para acontecer no mesmo ano na Bahia (ÚLTIMA HORA, 28 fev. 1961, p.2). Vale assinalar que a criação de uma comissão estadual para tratar da Reforma Universitária não era novidade no meio estudantil paranaense; desde o início da gestão de Florisvaldo Palácios, esse assunto estava em pauta.

Passado um mês da primeira indicação do presidente Ronald Osti Pereira, deu-se a reestruturação da comissão, visto que, dos nomes indicados, apenas a metade aceitou, demonstrando as dificuldades de entrosamento sempre existentes entre os estudantes. Então, definiu-se pela indicação de um representante por Diretório Acadêmico. Desse modo, seriam 20 acadêmicos, considerando a quantia de diretórios: Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia da Federal, Filosofia da Universidade Católica, Direito de Curitiba, Direito da Católica, Direito da Federal, Ciências Sociais, Ciências Econômicas do Paraná, Engenharia, Engenharia Química, Ciências Médicas, Agronomia, Belas Artes do Paraná, Belas Artes A. Anderson, Educação Física, Ciências Econômicas da Federal, Serviço Social e Enfermagem¹³⁴ (ÚLTIMA HORA, 20 mar. 1961, p.2).

¹³² Esse evento acontecia sempre que eleita a nova diretoria da UNE e das UEEs para definir e nivelar as posições das entidades estudantis.

¹³³ Nomes indicados foram: Adilson Ribas, Altair Astor Raimundo, Edesio Franco Passos, Eladio del Rosal, Helio Freitas Puglielli, José Arnaldo Rossi, José Queda, Oscar Alves e Valmor de Lucca (ÚLTIMA HORA, 28 fev. 1961, p.2).

¹³⁴ Até o dia 20 de março, a comissão foi composta por Alvaro José Oliveira (Medicina), Walmor P. de Lucca (Farmácia), Murilo W. Teixeira (Odontologia), Pedro Osório (Filosofia UFPR), Cesar Muniz Filho (Filosofia PUC), Hilton Diniz (Ciências Sociais), João Antonio Cezimbra (Direito PUC), Bayard Osnia (Direito Curitiba), Luis F. Coelho (Direito UFPR), Alvaro Rocha (Ciências Econômicas), Orlando Gomes (Engenharia) e Mario Preto (Eng. Química). Ainda faltaram indicações para as faculdades de Ciências Médicas, Agronomia, Belas

Superada a dificuldade inicial de montar a *Comissão Estadual de Reforma Universitária*, a mesma desempenhou importante papel de luta, de conscientização de classe e angariação de força social. Dias depois de sua completa formação, a mesma fez um debate sobre o assunto na *Rádio Cultura*, causando grande repercussão dos problemas abordados sobre o ensino (ÚLTIMA HORA, 19 abr. 1961, p.15). No mês de maio a Comissão promoveu conferências no interior do estado sobre a Reforma Universitária, participou do *I Seminário Nacional de Reforma Universitária* e do *I Encontro dos Universitários da região Sul*.

Em maio, a UPE recebeu a visita de Oliveiros Guanais, presidente da UNE, e Cesar Guimarães, diretor do jornal *O Metropolitano*, que vieram falar dos dois eventos: o *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, que se realizou do dia 20 a 27 de maio, em Salvador, e o *I Encontro dos Universitários da região Sul*¹³⁵, que se realizou do dia 4 a 10 de junho, em Porto Alegre, onde abordaram sobre a política nacional e temas específicos da região sul, sendo eles: problemas econômicos e sociais; problemas universitários; e assistência estudantil (O DIA, 11 maio 1961, p.8).

Nessa visita, Oliveiros Guanais reforçou a posição da UNE contra o projeto da LDBEN e a defesa da escola pública e parabenizou a UPE por reiterar as decisões da UNE (ÚLTIMA HORA, 12 maio 1961, p.3). Segundo o jornal *Diário da Tarde*,

Oliveiros Guanais e César Guimarães se mostraram impressionados com o trabalho que vem desenvolvendo a atual administração da União Paranaense dos Estudantes e inteiraram-se dos estudos que estão sendo realizados, sob os suspícios da UPE, para a reforma universitária (DIÁRIO DA TARDE, p.5, 12 maio 1961).

Além disso, perceberam que a classe estudantil paranaense estava unida e perfeitamente entrosada (ÚLTIMA HORA, 12 maio 1961, p.3). O entrosamento estava realmente acontecendo, pois, dois meses antes dessa visita, os grupos de oposição, situação

Artes do Paraná, Belas Artes A. Andersen, Educação Física, Ciências Econômicas da Federal, Serviço Social e Enfermagem (ÚLTIMA HORA, 20 mar. 1961, p.2).

¹³⁵ O I Encontro Regional Sul teve como temário: Assistência aos Estudantes; Sentido da Política Econômica Governamental; Estrutura e Problemas Econômicos da Região Sul; Autodeterminação dos povos; Relações com o Leste; Colonialismo e Imperialismo. A bancada Paranaense foi assim composta: Comissão de problemas nacionais: Carlos Augusto Cavalcanti de Albuquerque, Adherbal Fontes de Sá e Moacir Gonçalves Pereira.; Comissão de problemas regionais: Pedro Ricardo Dória, José da Silva Reis e Harlon Avaí dos Santos; Comissão de Problemas Internacionais: Hélio Freitas Puglielli e Euvaide Dal Fabro; Comissão de Problemas Educacionais: João Cezimbra, Pedro T. Chaves, Cecília Silva e Romar Nogueira (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 maio 1961, p.6).

e terceira força reuniram-se com a diretoria da UPE para organizar o *I Seminário Regional de Reforma Universitária*, que estava para acontecer na capital curitibana (DIÁRIO DA TARDE, 9 mar. 1961, p.4). O seminário regional tinha pretensão de preceder o seminário nacional, porém, por questão de tempo, o mesmo foi adiado para a primeira quinzena de outubro. Em agosto, professores como Darci Ribeiro, Ernesto Luis de Oliveira Jr. e Florestan Fernandes já haviam sido convidados para palestrar; também, representantes estudantis do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina haviam confirmado presença e os diretórios acadêmicos do Estado já estavam se organizando para enviar seis delegados cada um. Segundo Ronald Osti Pereira, esse seria um evento para confirmar que a posição dos estudantes paranaenses estava em coerência com as considerações do *I Seminário Nacional de Reforma Universitária*, assim, ele se expressou ao jornal Última Hora:

Os universitários paranaenses, bem como seus colegas de todo o País, estão coerentes com a Declaração da Bahia, que repudiou o projeto, aprovado pelo Congresso Nacional, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Defendemos uma lei mais democrática e sobretudo mais adequada ao desenvolvimento do ensino no Brasil (ÚLTIMA HORA, 23 ago. 1961, p.1).

Assim como exposto na *Declaração da Bahia*, reivindicariam atualização do ensino superior e adaptação da Universidade à realidade brasileira, além de apresentar um levantamento sobre as condições do ensino superior no Paraná. Na ocasião dessa entrevista, Ronald também acrescentou outras situações que preocupavam a UPE, naquele momento, como a liberação das taxas de mercado livre, que resultaram no aumento do custo de vida e dos livros didáticos, as quais afetavam principalmente os estudantes secundaristas. Segundo ele:

No momento estamos preocupados com as Instruções 204 e 208, da SUMOC, que determinaram exagerado aumento nos preços do livro didático e acompanhamos, com vivo interesse, o movimento liderado pela UPES, pela aprovação do projeto Leo de Almeida Neves, que dispõe sobre a confecção do material escolar através da ‘impressão oficial’, além da intervenção das autoridades no comércio e produção de livros. Achamos ainda indispensável a concessão de facilidades para aquisição de livros, papel e material tipográfico em geral. Esperamos que o Grupo de Trabalho criado pelo presidente da República venha de encontro a estas aspirações (ÚLTIMA HORA, 23 ago. 1961, p.1).

A preocupação da diretoria da UPE incitava-a a acompanhar o desenvolvimento legislativo que envolvia a questão, conforme mencionado, visto que esperavam pela aprovação do projeto do deputado federal Leo de Almeida Neves e de um bom desempenho do *Grupo de Trabalho*, instituído pelo presidente Jânio Quadros, em junho, por meio do Decreto Nº 50.772/61, para estudar e elaborar o *Plano de Emergência*, previsto para execução nos anos de 1962 a 1966. Apesar dessas intenções e do posicionamento mais coerente e consciente que o movimento estudantil estava adquirindo, o *I Seminário Regional* não foi realizado. Dois dias depois desse pronunciamento de Ronald ao jornal *Última Hora*, o presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo, desviando o foco de atenção do movimento estudantil.

Cabe ressaltar que a preocupação com a reforma universitária não era emanada somente da diretoria da UPE; antes da formação da Comissão Estadual, os acadêmicos da faculdade de Medicina, com apoio da UPE, em fevereiro (como dito anteriormente, contrariando a estagnação do movimento estudantil, durante o período de férias), dirigiram-se ao governador do Estado, Ney Braga, para solicitar verbas ao Hospital das Clínicas e, na sequência, conseguiram formar sua própria comissão de estudos, com 20 associados do Diretório Acadêmico Nilo Cairo, presidido pelo acadêmico João Carlos Baron Maurer, a fim de abordar a respeito da reforma no ensino de medicina no Paraná, em paralelo à Comissão Estadual. Segundo ele, a reforma deveria começar pela mentalidade dos estudantes; assim, explicou:

A todos os universitários cabe a responsabilidade de tomar consciência da realidade brasileira, levando a Universidade a se integrar no plano normal de desenvolvimento. A reformulação da Universidade se faz necessária e o DANC não se omitirá a esta tarefa. Por isso, foi criada comissão e subcomissões de estudantes de Medicina de todos os graus para estudarem profundamente o assunto. Quanto aos méritos e aos resultados deste trabalho, as gerações futuras poderão julgar melhor (ÚLTIMA HORA, 16 mar. 1961, p.13).

A reforma não poderia ser imediatista; deveria pensar nas gerações futuras, por isso, os estudantes de medicina não estavam preocupados apenas com as queixas dos acadêmicos, pois a visão deles ainda era parcelada, então, buscaram contato com médicos formados para estudar o problema a fundo. Inclusive, um dos problemas apontados nos questionários e baseado em estudos de dados estatísticos, foi a falta de incentivo e procura pelo curso de enfermagem, profissão diretamente ligada ao médico e essencial para seu bom

desenvolvimento. Segundo análises desenvolvidas pela *Comissão de Reforma do Ensino de Medicina*, existiam no Paraná cem acadêmicos de medicina para apenas um de enfermagem, como se vê:

A população brasileira no período de 1941 a 1958, recebeu um incremento de 24%, enquanto, no mesmo período o acréscimo dos estudantes de medicina atingiu 22%, segundo sinopse estatística do Ensino Superior de 1958, elaborada pelo Serviço de Estatística do Ministério de Educação e Cultura. Essa sinopse admite também, a existência de um estudante de medicina para 6.091 brasileiros, tomando por base a população do País, estimada para 1958.

Existem atualmente, no País, 10.300 estudantes de medicina, encontrando-se quase a metade, em escolas do Rio e São Paulo. Apesar desse número de futuros médicos, apenas 1.600 pessoas frequentam cursos de enfermagem, sendo quase 50% no Rio e São Paulo. O número de alunos dos cursos de enfermagem, 16 para 100 estudantes de medicina, mostra a desproporção existente entre os dois cursos, com grande predominância de acadêmicos de medicina, quando deveria ocorrer o contrário. No Paraná a desproporção atinge valores alarmantes, chegando a ser de um estudante de enfermagem para 100 de medicina. Três unidades da Federação ainda não possuem curso de enfermagem (O DIA, 9 abr. 1961, p.3).

Esses números estavam diretamente relacionados com a importância dos problemas de profilaxia, endemias, epidemiologias, assistência hospitalar, médico-sanitárias e altos índices de mortalidade infantil. Os dados desse estudos foram apresentados no final do mês, para outros estudantes de medicina do Brasil, em uma das etapas dos *estudos sobre reforma universitária do ensino de medicina*, que aconteceu no Paraná, com participação de presidentes de vários centros acadêmicos de medicina do país¹³⁶. Depois dessa reunião, os dirigentes seguiriam para Porto Alegre, para completar os estudos juntamente ao Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul (O DIA, 11 mar. 1961, p.3).

Paralelamente às atividades das comissões de Reforma Universitária, a UPE organizou concurso de poesias, fez reivindicações contra o aumento do livro didático, criou o *I Ciclo de Estudos Municipais* - em que falaram sobre a importância da Reforma Agrária -, desenvolveram desfile do trote, defenderam a expansão de acesso ao teatro para todas as classes e fizeram a III edição da *Semana de Estudos Políticos e Sociais*. Além dessas ações, voltadas diretamente ao meio estudantil, a UPE prontamente apoiou mobilizações populares, com as Donas de Casa, contra o aumento do custo de vida e do transporte; também, apoiou

¹³⁶ Os seguintes CAs participaram: CA Carlos Chagas da Faculdade Nacional de Medicina; DA Pereira Barreto da Faculdade Paulista de Medicina; CA Osvaldo Cruz da Faculdade Pinheiros de SP; e, DA Nilo Cairo da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná (O DIA, 11 mar. 1961, p.3).

os sindicatos, a favor do reajuste salarial. A relação mais estreita com os trabalhadores, do modo como vinha sendo desenvolvida pela UPE, foi apontada no mês de julho, durante o *XIV Congresso Nacional de Estudantes*, como uma necessidade imediata, que deveria se efetivar com a criação de uma *Aliança Operário-Estudantil* (ÚLTIMA HORA, 17 jul. 1961, p.3). No Paraná, a *Frente Operária Estudantil* foi criada pelo acadêmico Pedro Chaves e aprovada por unanimidade em agosto (DIÁRIO DO PARANÁ, 24 ago. 1961, p.6). Dessa forma, em concordância com as ações estudantis nacionais, a UPE afirmava pela continuação da posição nacionalista, adotada pelos universitários.

A posição nacionalista do meio universitário foi posta à prova, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, que acarretou forte agitação social, por conta de seu sucessor ser o vice-presidente João Goulart - considerado pela direita e por alguns centristas como uma figura política de potencial ameaça à ordem econômica capitalista - já que simpatizava com governos comunistas. O movimento estudantil estadual e nacional prontamente posicionou-se a favor da constituição e da posse do vice-presidente, fazendo jus às ideologias expressas no congresso. Dava-se, então, a organização de uma frente ampla em defesa do legalismo constitucional. Dessa frente, fizeram parte “[...] as ‘forças populares’, lideradas por estudantes esquerdistas, líderes trabalhistas e intelectuais [...]”, alguns centristas como “[...] governadores e líderes católicos, assim como uma parte da classe média, que viam o problema como um caso de fé nos processos democráticos e princípios constitucionais [...]” (SKIDMORE, 1983, p.259).

Durante esse período de luta pela Legalidade, as reivindicações da reforma universitária ficaram em segundo plano, porém, essa vivência foi de suma importância para o desenvolvimento da consciência estudantil, garantindo crescimento político-ideológico e abrindo um campo maior de possibilidades de inserção da reforma universitária no rol das reformas de base defendidas por Goulart. O movimento paranaense teve fundamental importância durante a *Campanha da Legalidade*.

4.3 Pausa na Reforma Universitária para abordar a *Campanha da Legalidade*

No estado do Paraná, houve a organização da chamada *Frente de Resistência Democrática do Paraná*, organizada pela *Aliança Operária Estudantil*, formada por todos os movimentos estudantis e sindicatos do estado (ALIANÇA OPERÁRIA ESTUDANTIL,

2 set. 1961). Esses movimentos, dois dias após a renúncia de Jânio Quadros, já publicavam um *Manifesto ao Povo*, declarando que apoiariam integralmente os princípios constitucionais, defendendo a posse de Goulart, além de exigir de Jânio Quadros a denúncia dos grupos que o levaram a renunciar; dessa forma, haveria o reconhecimento do governador Brizola como o líder da resistência democrática, ainda, repudiando o governador Carlos Lacerda, por considerá-lo um dos principais causadores da desordem do país, e assumindo a posição de conscientizar a população das manobras que estavam sendo realizadas para implantação de uma ditadura. Para finalizar, denominam a sede da UPE como a *Casa da Legalidade* (UPE; UPES; UCES; SINDICATOS DOS TRABALHADORES, 28 ago. 1961).

Brizola organizou demonstrações populares e mobilizou mais de cem estações de rádio do seu Estado, de Santa Catarina e do Paraná, formando a *Cadeia ou Rede da Legalidade* - também utilizada para pronunciamento da UNE, pelos seus diretores - que decretaram greve geral e se dirigiram do Rio de Janeiro para o Estado, centro da resistência legalista, o Rio Grande do Sul.

Após a decretação da greve geral, a UPE, a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e a União Curitibana dos Estudantes Secundários publicaram um manifesto explicando que, devido ao clima de insegurança e intranquilidade no cenário político, faziam greve em defesa das instituições democráticas (DIÁRIO DO PARANÁ, 27 ago. 1961, p.8).

Em meio à efervescência dos acontecimentos, a UNE teve sua sede fechada pela polícia, sob ordem do governador Carlos Lacerda. Os estudantes manifestaram-se por causa do fechamento de sua sede, denunciando as pressões que sofriam, por meio do jornal Metropolitano, da União Metropolitana de Estudantes (UME), entidade dos estudantes universitários cariocas (SANFELICE, 1986).

Em meio à crise que se proliferava, o Congresso negociou com ambos os lados e apresentou uma solução conciliatória: a instituição do sistema parlamentarista. A proposta foi aceita pelos três ministros militares e também por Goulart, que, nesse momento, estava em Montevideú¹³⁷; assim, fez-se uma emenda na Constituição, a Emenda Constitucional nº

¹³⁷ Antes de estar em Montevideú, Goulart, de Cingapura (China) seguiu para Paris, depois para Nova Iorque; planejou viajar para Buenos Aires para, então, entrar no Brasil pelo Rio Grande do Sul, mas, na Argentina, foi impedido de desembarcar, em virtude do forte dispositivo militar, armado pelo governo argentino. Então, dirigiu-se para Montevideú, onde foi recepcionado pelo embaixador brasileiro, Valter Sarmanho, cunhado de Getúlio Vargas (PAULA, 2003).

4, de 2 de setembro de 1961¹³⁸, adiando o golpe da direita (SKIDMORE, 1983; PAULA, 2003).

A *Aliança Operária Estudantil* continuava na resistência no Paraná e publicou vários manifestos, em forma de repúdio ao Parlamentarismo. Em um panfleto, datado de 2 de setembro de 1961, pronunciavam que:

Essa atitude do Congresso, se aprovada, será uma traição à causa legalista e ao povo brasileiro. É imoral, inoportuna tal emenda, e a vemos como um golpe a mais dos Ministros golpistas, visando impedir o Presidente constitucional, Dr. João Goulart, de governar no sistema Presidencialista no qual foi eleito (ALIANÇA OPERÁRIA ESTUDANTIL, 2 set. 1961).

E concluíram pedindo apoio do povo: “Todo brasileiro de bom senso, honesto, tem que repudiar qualquer emenda” (ALIANÇA OPERÁRIA ESTUDANTIL, 2 set. 1961). Em outro panfleto, sob o título de “Parlamentarismo é golpe”, questionam em letras garrafais, para chamar mais a atenção da população: “Você permitirá isso?” (FRENTE DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA DO PARANÁ, s.d.).

Em meio a esses conflitos da hegemonia, os estudantes, enquanto intelectuais em formação, agiam como mediadores, expressando, organizando e defendendo os objetivos e interesses do grupo social a que estavam vinculados. Enquanto os intelectuais da classe dominante sustentavam a ordem social, os da classe dominada lutavam para superar a formação social e a divisão de classes.

Um dia após a emenda constitucional ser aprovada, a *Aliança Operário-Estudantil paranaense* enviou um documento ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná, Italo Conte, informando que, no dia posterior, dia 4, realizariam uma passeata silenciosa, como forma de luto e encerramento da *Campanha da Legalidade*; ainda, solicitaram providências policiais para que tal passeata não fosse impedida de se concretizar (ALIANÇA OPERÁRIO ESTUDANTIL PRÓ-LEGALIDADE, 3 set. 1961). Curiosamente, no Rio Grande do Sul, a movimentação pela legalidade e o *Comitê Central de Resistência*, no qual a população se alistava para defesa da Legalidade, persistiu até o dia da posse de Goulart (FACHEL e DOMINGUES, 2011).

Mesmo com toda movimentação pela legalidade, Goulart assumiu a Presidência, no dia 7 de setembro, sob a “humilhante” fórmula parlamentarista - que consistia na permissão

¹³⁸ Esta Emenda foi revogada com a Emenda nº6, de janeiro de 1963, que estabeleceu novamente o sistema presidencial.

de ocupar o cargo de Presidente, mas sem o poder -, depois da crise que quase acarretou uma guerra civil no país. (GASPARI, 2002, p.46).

Noticiado o final da greve geral, no Paraná, por meio do *Congresso Estadual extraordinário dos estudantes*, a UPE congratulou os colegas universitários, secundaristas e companheiros trabalhadores, por posicionarem-se corajosamente durante a crise, e informou, a pedido da UNE, que a emenda parlamentarista seria passível de análise e avaliação no próximo *Conselho Nacional dos Estudantes*, programado para acontecer em Porto Alegre (ÚLTIMA HORA, 11 set. 1961, p.3).

No mesmo mês, a UNE declarou, na síntese do *Conselho Extraordinário dos Estudantes*, que a implementação do parlamentarismo foi um desfecho positivo, mas que expressava a existência de um golpe branco. Nesse mesmo documento, conhecido como *Declaração de Porto Alegre*, a liderança estudantil manifestou que ainda exigiria reformas de base e lutaria por medidas nacionalistas de transformação para a sociedade, a fim de que se garantisse equilíbrio na democracia econômica e na justiça social (SANFELICE, 1983).

4.4 Fase da ascensão católica e retorno ao tema da Reforma Universitária

Rapidamente, os estudantes paranaenses voltaram a abordar a reivindicação anterior à *campanha da Legalidade*. A Reforma Universitária foi objeto de discussões no *XVII Congresso Estadual dos Estudantes Paranaenses*, ainda no ano de 1961, aparecendo na *Carta de Princípios*, ao lado da reforma agrária e da reforma da empresa, como necessidade para suprimir a angústia e a opressão do povo. Segundo a *Carta de Princípios*, a reforma universitária seria a principal responsável por combater a alienação cultural e integrar a universidade na realidade social, econômica e política. Nesse documento, pela primeira vez, os estudantes paranaenses claramente admitiam que são privilegiados por estar cursando ensino superior, enquanto que os trabalhadores não tiveram oportunidade de frequentar os últimos graus escolares:

Os estudantes conhecem as responsabilidades de serem as parcelas que tiveram o privilégio de poder frequentar escola até os últimos graus, e vêm na Aliança Operário-Estudantil a oportunidade concreta para lutar pelos que não tiveram a mesma oportunidade (DIÁRIO DA TARDE, 28 out. 1961, p.5).

Essa afirmação assemelhava-se com o *manifesto do DCE da PUC-RJ*, que meses antes teve repercussão nacional, principalmente, entre os estudantes católicos, revelando que o movimento estudantil estava tomando consciência da realidade social e da estrutura de afunilamento do sistema educacional brasileiro. Como visto no primeiro capítulo, em 1960, apenas 15% dos jovens matriculados no ensino primário chegaram a alcançar o ensino médio e somente 2% o ensino superior. Ou seja, a educação de nível médio e superior estava atendendo essencialmente as classes médias e parte das classes altas¹³⁹, enquanto os jovens trabalhadores estavam demasiadamente ocupados com sua sobrevivência (BOMENY, s.d.). Dava-se o início da relação mútua entre estudantes e trabalhadores, na qual estes começaram a ser solicitados para apoiar aqueles, em questões educacionais e não somente em questões sociais, como vinha acontecendo, como as reivindicações pelo preço do transporte, da carne e do custo de vida.

Após o Congresso, era chegada a hora das eleições para a nova diretoria da UPE. Pela primeira vez, deu-se a existência de uma coligação: a oposição, a terceira força e dissidentes da situação lançaram-se pela chapa *Renovação*, encabeçada pelo acadêmico de medicina Dalton Siqueira, a qual concorreu contra a chapa *Vanguarda*, da situação, encabeçada pelo acadêmico de direito Julio Cesar Giovanetti. A coligação não conseguiu romper com o rodízio entre as três maiores faculdades; era a vez da Faculdade de Direito, assim, Giovanetti foi eleito para a gestão 1961-2 (ÚLTIMA HORA, 25 out. 1961).

Giovanetti era membro da Juventude Universitária Católica (JUC), assim como o presidente da UNE, Aldo Arantes, o que fortaleceu a relação entre as entidades estadual e nacional. A relação era tamanha que a UNE chegou a cogitar instalar em Curitiba uma assessoria sob sua orientação direta, para entrosar-se com a UPE, nos movimentos e nas lutas de caráter nacional, quais eram:

[...] reforma agrária urgente, aliança operário-estudantil, a nacionalização dos recursos minerais e das fontes de produção, a não discriminação ideológica nas campanhas por um Brasil livre, democrático e economicamente forte, a socialização de vários setores da vida nacional, e outras bem conhecidas do povo paranaense pelos pronunciamentos do deputado Paulo de Tarso [...] (ÚLTIMA HORA, 30 out. 1961, p.2).

Começava, efetivamente, a grande ascensão católica no meio estudantil e o crescente domínio da Ação Popular (AP), que surgiu de uma dissensão da JUC com a hierarquia

¹³⁹ Jovens de classe alta geralmente iriam estudar em universidades no exterior.

religiosa. Os embates com a hierarquia foram inevitáveis, nos debates sobre a LDBEN, visto que, enquanto a JUC defendia a rejeição do projeto, a Igreja fazia todos os esforços possíveis para sua aprovação. Aldo Arantes, quando presidente do DCE da Universidade Católica do Rio de Janeiro, antes de ser presidente da UNE, emitiu um Manifesto do DCE, que marcou a aproximação da JUC com grupos de esquerda, ao denunciar a propriedade capitalista, assumindo postura nacionalista e em favor das classes populares (TEIXEIRA, 2009). A questão não se restringia a “salvar algumas almas”, mas salvar “as massas humanas”, que estavam impedidas de transgredir, pelas estruturas econômicas, sociais e políticas (RIDENTI, 1993).

O jornal *O Metropolitano* fez uma série de reportagens em suas edições de 1961, primeiro, apresentando o manifesto em sua íntegra e, depois, apresentando vários comentários ao referido. A edição de 28 de maio de 1961, assim anunciava em sua capa:

[...] jovens universitários católicos do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Rio de Janeiro, lançaram um manifesto aos universitários de todo o país, onde basicamente, afirmam a necessidade de uma perspectiva inédita para a participação estudantil, mormente dos estudantes cristãos [...] (JORNAL O METROPOLITANO, 28 maio 1961, p.1).

Por ser uma “perspectiva inédita” para o movimento estudantil, que marcou fortemente as ações que estavam por vir, e pela dificuldade de encontrar o documento original¹⁴⁰, optou-se por colocar tal documento como anexo deste trabalho. Esse manifesto foi de suma importância para a luta estudantil, dissipando a nova posição dos estudantes católicos, que denunciavam o caráter privilegiado do estudante superior, pela seleção econômica que a universidade impunha aos ingressantes,

conhecemos nossa situação privilegiada na sociedade, como estudantes do curso superior. Conhecemos a injustiça de sermos uns tantos poucos num Brasil de mais de 50 por cento de analfabetos. É, em parte, por sabermos injusta esta condição que nos encontramos no dever de transformá-la.

[...]

A Universidade brasileira não tem correspondido às funções primordiais que decorrem da sua natureza. Ela tem sido, até agora, instrumento de promoção social de classes mais favorecidas, que a mantém como privilégio. À tríplice missão da Universidade – cultural, profissional e social – antepõe-se o fator econômico como implacável mecanismo

¹⁴⁰ Vários autores, como, por exemplo, Poerner (1995), comenta da importância do Manifesto, mas não o apresenta nas referências; Teixeira (2009) faz uma pequena menção ao Manifesto, por meio de Luiz Alberto Gomes de Souza em *A JUC: os estudantes católicos e a política*.

seletivo que elimina os economicamente fracos (MANIFESTO DO DCE PUC-RJ *in* O METROPOLITANO, 28 maio 1961, p.6).

Utilizando-se da história do cristianismo, o manifesto aponta para a necessidade de ação e não somente de esperar por uma divindade superior, que venha transformar o mundo. Segundo o documento, é responsabilidade do cristão humanizar o mundo e, para humanizá-lo, é preciso transformá-lo. Assim, denunciavam a exploração capitalista, que causava elevados índices de mortalidade, baixa perspectiva de vida, precariedade alimentar e de saúde, apresentando tabelas estatísticas e apontando para a necessidade do homem se impor como sujeito de sua história:

o homem, enquanto não pensar em seus direitos, e os deveres dos outros para como ele, estará perdido nesta mesma miséria e ignorância que acabam formando o seu dia-a-dia. Mas estas populações oprimidas e exploradas começam a tomar consciência de sua condição. Seu direito de ser sujeito da história, e não mais seu simples objeto. O silêncio político em que ficaram até aqui começa a se romper (MANIFESTO DO DCE PUC-RJ *in* O METROPOLITANO, 28 maio 1961, p.6).

Caberia, então, ao cristão, principalmente ao cristão universitário, lutar para resolver o problema da liberdade humana. Entendendo-se liberdade como “[...] alimentação, habitação, trabalho, saúde, cultura”, a transformação deveria começar pela radical mudança das mentalidades e das estruturas, pois transformar “significa a instauração de uma nova civilização, em escala planetária, em que a ascensão de todos os homens signifique a ascensão do homem todo; em que o império seja substituído pela solidariedade”, provocando o advento da propriedade humana, teorizado por Mounier. Para promoção da propriedade humana, o documento aponta a urgência da reforma agrária no Brasil, visando crescimento de produção e restauração da dignidade do homem do campo. Desse modo, humanizar previa promover as classes operárias-urbanas e camponesas-rurais (MANIFESTO DO DCE PUC-RJ *in* O METROPOLITANO, 28 maio 1961, p.6).

Para atingir a promoção humana, a primeira tarefa era democratizar a educação, pois “conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas é servir à opressão dos humildes”. Era responsabilidade do universitário cristão participar ativamente da história e contribuir com a conscientização das massas brasileiras, assumindo responsabilidade do destino da sua comunidade. Então, “[...] a missão real do universitário cristão não se prende só à dedicação a seus estudos ou à boa escolha da sua profissão. Ela está na razão direta das necessidades da sociedade em que vive [...]”. Existiam três passos

fundamentais a serem respeitados, a saber: o primeiro, que era levar aos homens a mensagem cristã; o segundo, “agir em ordem a colaborar para que as massas assumam a consciência dos seus direitos e do imperativo histórico da sua ascensão”; e o terceiro, “dar a esta consciência das massas o verdadeiro sentido da realidade nacional e do seu compromisso universal e humano”. Caberia à universidade dar o subsídio cultural, profissional e social necessário para que os universitários lutassem pela transformação da sociedade. Porém, nos moldes em que se encontrava, a universidade brasileira estava corroborando com a manutenção da opressão. Então, era necessário reformá-la. Assim, o documento finaliza afirmando que “o universitário cristão só tem uma arma a empunhar – a bandeira do homem” (MANIFESTO DO DCE PUC-RJ in O METROPOLITANO, 28 maio 1961, p.6).

Esse documento, aliado à *Declaração da Bahia*, contribuía para desenvolver na consciência estudantil uma visão crítica da universidade, diretamente relacionada aos problemas sociais, resultantes do sistema capitalista, ao mesmo tempo que antevia a relação dos estudantes com os trabalhadores como tática de luta, explanada principalmente pela *Carta do Paraná*. Esse estreitamento do laço entre os estudantes e os trabalhadores foi motivo de alerta para a polícia política.

A *Carta do Paraná* foi resultante do *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, que aconteceu em Curitiba, em março de 1962, e coube à gestão de Giovanetti organizá-lo. Assim, desde janeiro, a UPE formou uma comissão para organizar o evento¹⁴¹ e a dividiu em duas; uma ficou com a tarefa de analisar todos os trabalhos apresentados pelos estudantes paranaenses e outra de organizar a estrutura física, indo atrás de verbas, alojamentos e alimentação. O jornal *Última Hora* registrou diversas reuniões da comissão organizadora, que aconteciam na sede da UPE. Um mês antes, o registro das reuniões demarcava que as mesmas aconteciam todas as quartas e sextas-feiras, na sede da UPE, discutindo-se detalhes do conclave, situações nas quais se esperava receber mais de 200 estudantes de todo o Brasil (ÚLTIMA HORA, 3 mar. 1962, p.4).

Em janeiro, paralelamente às reuniões da comissão organizadora do *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, o DCE da UFPR reuniu-se com todos os presidentes dos diretórios acadêmicos para debater e analisar o corte de verbas, que, entre outras consequências, determinaria a paralização das obras da sede do DCE, além de examinar

¹⁴¹ Estudantes na organização do *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*: Orlando Holanda (representante da UNE), Ronald Osti Pereira, Bayard Osna, João Antonio Cezimbra, Alvo Rocha, Bonifácio Solaski, Cesas Muniz Filho, Renato Afonso, Paulo Rocha e Tarcizo Franck (ÚLTIMA HORA, 9 jan.1962).

outros problemas, como a reforma universitária, padronização de identidades estudantis, movimento de erradicação do analfabetismo e uniformização do preço das refeições nos restaurantes universitários (ÚLTIMA HORA, 29 jan. 1962, p.4).

Segundo apontou o jornal *Diário do Paraná*, o verdadeiro sentido do maior evento universitário, que estava para acontecer na capital curitibana, não era abordar os problemas relativos aos universitários, e sim, a missão desse universitário para auxiliar o Brasil subdesenvolvido (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 fev. 1962, p.6). Segundo Priscila Dalledone, acadêmica de jornalismo, coordenadora da comissão de divulgação do seminário, cabia à Universidade promover o desenvolvimento do Brasil, de duas maneiras: a primeira, “formando os indivíduos que serão mais tarde os profissionais na sociedade, indivíduos estes que tenham consciências de sua responsabilidade social e que sejam capacitados profissionalmente”; e segunda, vinculando-se com a sociedade, pois a Universidade deveria influenciar e “iluminar intelectualmente” a sociedade, retribuindo o esforço social em mantê-la pública. Dalledone não explicou como se daria essa retribuição social, já que sobre essa questão o próprio movimento estudantil ainda não tinha clareza; esse foi um dos focos de debate no II Seminário, que estava para acontecer. Ela continuou explicando que, infelizmente, a Universidade pertencia somente aos economicamente privilegiados, os quais, quando diplomados, exploravam ainda mais os oprimidos, que são os que “[...] pagam os impostos para que ele, universitário, esteja num banco de faculdade [...]” (ÚLTIMA HORA, 9 mar. 1962, p.2). Por isso, a UPE investiu na propaganda, distribuindo pela cidade de Curitiba mais de mil cartazes e faixas, lembrando a necessidade da Reforma Universitária, a fim também de incitar o povo a tomar conhecimento sobre as importantes modificações que os universitários pretendiam para a universidade, além de convidá-lo a participar do seminário (DIÁRIO DO PARANÁ, 15 mar. 1962, p.7). Os estudantes receberam apoio das mais diversas entidades; o quartel general da Polícia Militar liberou seu espaço para alojamento dos homens, enquanto que as moças foram recebidas no alojamento das irmãs missionárias; a Pepsi-cola, por exemplo, concedeu um coquetel aos seminaristas, na sede da Federação dos Trabalhadores do Comércio de Curitiba (ÚLTIMA HORA, 19 mar. 1962, p.2).

A importância do conclave para a sociedade foi tamanha que contou com participação de representantes de diversas entidades, inclusive, do comandante da 5ª Região Militar. Também se fizeram presentes e usaram a palavra na sessão de instalação do evento o reitor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, o arcebispo metropolitano,

dom Manuel da Silveira D'Elboux, o secretário de Educação e Cultura, prof. Jucundino Furtado, o diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, professor Ulisses Campos, o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UP, prof. Homero Batista Barros, o presidente da UPE, o presidente da UNE, o vice-presidente de assuntos educacionais da UNE e outros (ÚLTIMA HORA, 19 mar. 1962, p.2).

Na ocasião, o reitor Flávio Suplicy de Lacerda, que na década de 1950 era adorado pelo movimento estudantil¹⁴², comentou ironicamente que o alvoroço dos participantes do seminário, devido à publicidade que o evento estava tendo, se assemelhava a alegria de criança quando ganha um novo brinquedo: “os estudantes estão como crianças quando ganham uma boneca e não sossegam enquanto não lhe arrancam os braços e as pernas do lugar”. Inesperadamente, a acadêmica Raquel Felau, da Faculdade de Filosofia da UP, demonstrando segurança do posicionamento do movimento estudantil, retrucou: “Ao contrário, magnífico reitor, as pernas e os braços é que estão fora do lugar e nós queremos colocá-los nos devidos lugares” (ÚLTIMA HORA, 19 mar. 1962, p.2). E, na década de 1960, o reitor passou a ser um dos adversários do movimento estudantil; inclusive, nos relatórios produzidos pela polícia política, em 1962, há um relatório do mês de maio específico sobre o movimento estudantil, registrando que o reitor Flávio Suplicy de Lacerda e o ministro da educação tiveram suas imagens denegridas pelo movimento, quando, em passeata, realizavam simbolicamente seus enterros (DOPS, maio 1962).

Provavelmente pelo fato dessa segunda edição do *Seminário Nacional de Reforma Universitária* ter sido na capital curitibana, encontrou-se uma gama maior de documentos do ano de 1962 arquivados no Acervo da DOPS/PR. Esse seminário foi o primeiro que contou com a participação da equipe da UNE-Volante, constituída da diretoria da UNE e de membros do CPC, considerado um dos maiores empreendimentos da entidade máxima nacional (UNE). Era uma forma itinerante encontrada pela entidade de relacionar-se com todos os universitários dos estados do Brasil, debatendo os problemas nacionais e principalmente a Reforma Universitária, de forma atrativa, utilizando-se dos setores cultural, musical, cinematográfico e principalmente teatral, em parceria com o CPC. Como um órgão cultural, o CPC, que funcionou junto à sede da UNE, recebeu fortes influências dos assuntos discutidos pelo movimento estudantil.

¹⁴² Em 1958, foi José Richa, na posição de presidente da UNE, que fez a proposta para que Flávio Suplicy de Lacerda permanecesse mais tempo como reitor da universidade (DIÁRIO DO PARANÁ, 6 maio 1958).

Assim, esse é um dos motivos para existir arquivado no dossiê sobre a UPE duas peças teatrais assinadas por seus respectivos escritores, pela equipe do CPC e pela UNE, datadas do mês de fevereiro e março de 1962. Uma é de Oduvaldo Vianna Filho, intitulada *Brasil – versão Brasileira*, e outra de Arnaldo Jabor, *A história do Formiguinho e sua Porta ou Deus ajuda os Bão*, ambas do mural *Miséria ao alcance de todos* (VIANA FILHO, 1962). Porém, não foram as únicas peças teatrais encenadas durante o Seminário. Segundo Arantes (apud CALDAS, 2003), uma das peças encenadas se chama *Auto dos 99%* ou a *Reforma Universitária*, de Marco Aurélio de Almeida Garcia, porém, ela não se encontra entre os documentos do movimento estudantil paranaense. Uma adaptação da mesma, feita pelo CPC do Paraná, está no dossiê intitulado *Centro Popular de Cultura*, juntamente com outras peças produzidas pelo movimento CPC do Paraná, usadas para o teatro de títeres e outra cópia no dossiê da UNE¹⁴³. Além das peças teatrais, o Seminário apresentou duas produções cinematográficas, também do CPC, que fazem parte da série *Cinco vezes favela*; os filmes foram: *Couro de Gato*, de Joaquim Pedro¹⁴⁴, e *Um Favelado*, de Marcos Farias¹⁴⁵.

Analisando a quantia documental do arquivo da DOPS/PR sobre o movimento estudantil – considerando nosso recorte temporal até o golpe civil-militar – percebe-se que os anos de 1962, 1963 e 1964 foram os mais passíveis de vigilância. Essa atitude da polícia política se deve ao fato do movimento estudantil ter demonstrado desenvolvimento político pendido para a esquerda. Nesses anos, a relação com a UIE, entidade considerada comunista, foi reforçada; a JUC rompeu com a hierarquia eclesiástica, em favor do povo, formando a AP, órgão que se relacionou com o PCdoB, no final da década de 1960; alguns bispos começaram a lançar manifestos em favor dos estudantes, corroendo ainda mais a hierarquia da Igreja; movimentos populares, em todo o Brasil, estavam crescendo e se fortalecendo, como, por exemplo, o CPC da UPE; o *II Seminário Nacional de Reforma Universitária* aconteceu em Curitiba, o que demonstra que o movimento estudantil paranaense estava mais unido, agindo com autonomia perante a UNE, organizando greves e passeatas estudantis pela

¹⁴³ Não se sabe qual a seleção realizada pela polícia política para arquivar estas três peças, apresentadas durante o *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, em pastas separadas. Talvez, se ainda fosse mantida a organização policial no acervo arquivístico da DOPS/PR, poderia haver uma resposta para este caso. Porém, a reorganização, em ordem alfabética, realizada no arquivo após a passagem do acervo para o DEAP, impossibilita análises do processo de pensamento da polícia política.

¹⁴⁴ Os atores do filme foram: Francisco de Assis, Riva Nimitz, Henrique Cesar, Milton Gonçalves, Napoleão Muniz Freire, Claudio Correa e os garotos Paulinho e Juca (ÚLTIMA HORA, 9 mar. 1962, p.2).

¹⁴⁵ Os atores desse filme foram: Flávio Migliaccio, Valdri Fiori, Isabella, Alex Vianny (na época conhecido crítico cinematográfico), Alvaro Costa e Eduardo Mindivil (ÚLTIMA HORA, 9 mar. 1962, p.2).

reforma universitária e contra a aprovação da LDBEN nos moldes privatistas; e, Júlio Cesar Giovanetti, presidente da UPE, estava relacionando-se diretamente com Fidel Castro¹⁴⁶.

Após o *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, o movimento estudantil, tanto estadual quanto nacional, mostrou-se mais polarizado, ao inserir seu objetivo, da reforma universitária, no movimento mais global da revolução brasileira, enquadrando-a como uma reforma, assim como as demais, defendidas pelo governo Jango, indispensável. Afinal, apesar de não ser uma reforma de base transformadora da infraestrutura social, era a responsável por formar a consciência crítica necessária para que o país pudesse prosseguir no seu desenvolvimento econômico e social. Para tanto, encontraram como tática – existiu uma comissão interna do Seminário, específica para debater a tática da Reforma – para perseguir seu objetivo: o levante da Bandeira do $\frac{1}{3}$,

4.5 A bandeira do $\frac{1}{3}$: Tática de Luta pela Reforma Universitária

A Bandeira do $\frac{1}{3}$ exigia participação de estudantes nos órgãos colegiados de administração da universidade,

[...] essa participação era reivindicada na base de um terço, conforme decisão do Seminário de Curitiba, e deveria ser regulamentada pelos estatutos das faculdades e universidades, uma vez que já estava assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [...] (POERNER, 1995, p.182)

Porém, esbarrando na resistência das autoridades e na recusa de sua reivindicação, a luta evoluiu para a Greve do $\frac{1}{3}$, que conseguiu alcançar um marco histórico do movimento, paralisando os estudantes a nível nacional, por cerca de três meses (SANFELICE, 1986).

A greve geral nacional foi decretada pela UNE, dia 01 de junho de 1962, após a prazo estipulado pela entidade, para que as faculdades entregassem seus estatutos reformados ao Conselho Federal de Educação. De acordo com os documentos arquivados na DOPS/PR e com os periódicos da Hemeroteca, essa greve no estado do Paraná teve início em meados do mês de maio de 1962.

¹⁴⁶ Em dezembro de 1961, ele liderou uma comitiva de estudantes para Cuba, à convite de Fidel Castro, para participar das festividades comemorativas ao terceiro aniversário da vitória de implantação do regime socialista, naquele país (DIÁRIO DO PARANÁ, 28 dez. 1961, p.6). Permaneceu 25 dias no Cabide, comemorando a Revolução Cubana.

Os estudantes paranaenses não estavam esperando o aval da UNE para iniciar mobilizações por meio de greves; desde abril, o estado estava vivendo as greves estudantis, que reivindicavam qualidade e melhoria das instalações de ensino. A maioria das mobilizações eram decorrentes de debates realizados em Seminários internos de cada curso, que davam continuidade ao *Seminário Nacional de Reforma Universitária*, abordando especificamente os problemas individuais de cada Faculdade.

No dia 27 de abril, estudantes do curso de engenharia química realizaram assembleia com sua classe, o que mostra a consciência de organização interna do movimento, para debater as irregularidades do corpo docente da faculdade. Durante essa assembleia, decretaram greve geral, segundo relatório da polícia: “[...] devido as irregularidades das nomeações de professores contratados por ‘apadrinhamento’ os quais são incompetentes, além disso os professores catedráticos não comparecem as aulas”. Eram, no total, onze professores auxiliares taxados de incompetentes (ÚLTIMA HORA, 16 maio 1962, p.2). A greve deveria perdurar até que “[...] as autoridades competentes regularizem a situação dos professores em geral. O que mais se critica são os professores catedráticos que não comparecem as aulas e as incapacidades dos assistentes e contratados [...]” (DOPS, abr. 1962).

No mesmo período, no curso de odontologia, os estudantes estavam ameaçando deflagrar greve geral, caso não fossem atingidas suas reivindicações. Eles exigiam “[...] a aceleração das reformas das novas instalações. Melhores equipamentos para os laboratórios e contra o excesso de abuso cometido pelo professor de Técnica Operária [...]”. Porém, a diretoria estava se mostrando intransigente e, de acordo com o que a polícia política observava, era “[...] provável que deflagrem greve geral” (DOPS, abr.1962). Assim ocorreu: no dia 30 de abril, a greve foi deflagrada (DOPS, 18 maio 1962).

Também estava ameaçando greve a faculdade de farmácia, solicitando maior comprometimento dos professores para com o ensino, com base em um sistema mais rigoroso de seleção dos professores e legislação interna que garantisse o cumprimento de horas de trabalho diárias (ÚLTIMA HORA, 16 maio 1962, p.2). Segundo relatório da polícia, a diretoria dessa faculdade já estava propensa a atendê-los. Em maio, essa proposição policial foi confirmada, quando parte das reivindicações encaminhadas à Congregação dos professores da faculdade estavam sendo atendidas, tais como instalação do laboratório de análises clínicas, obrigatoriedade dos professores em cumprir o horário das

aulas, descrição das atribuições e deveres dos catedráticos e dos assistentes, faltando somente uma definição sobre os estágios regulares (ÚLTIMA HORA, 16 maio 1962, p.2).

No mês seguinte, no dia 14 de maio, foi a vez da Faculdade de Medicina deflagrar greve, para reivindicar a desocupação dos andares do Hospital Universitário, que estava sendo ocupado por organizações não condizentes com atividades hospitalares (DOPS, 18 maio 1962).

Para o editorial do jornal *Flâmula*, não era de se espantar a frequência dos protestos estudantis, devido a quantia de irregularidades presentes nas faculdades paranaenses. Assim, anunciam

não nos podemos espantar com a frequência que se estão sucedendo as movimentações de protesto em nosso estado. Em nossa capital estamos assistindo às articulações da engenharia química, da odontologia, da farmácia e da faculdade de direito de Curitiba (JORNAL FLÂMULA, 14 maio 1962).

Sendo assim, se analisados com profundidade os acontecimentos, percebe-se que “[...] a relação de causalidade não está nas reivindicações [...]”, mas nos “[...] problemas decorrentes daquela estrutura” universitária (JORNAL FLÂMULA, 14 maio 1962).

As greves estudantis eram de grande preocupação da polícia política, que estava vigilante a cada movimentação e decisão que os estudantes tomavam. O anseio da polícia política para todas essas movimentações é perceptível, quando diziam, em relatório mensal que: “se a greve da Engenharia Química perdurar e se os estudantes de odontologia deflagrarem a greve, poderá ocorrer a deflagração geral dos universitários do Estado se o Conselho Universitário (UPE) assim o decidir” (DOPS, abr. 1962).

Assim se fez. No dia 17 de maio, em reunião do *Conselho Permanente da UPE*, deflagrou-se greve geral, em solidariedade aos movimentos grevistas, que estavam acontecendo nas faculdades e, acima de tudo, em reivindicação do um terço de participação dos estudantes nos conselhos técnicos, nas congregações, nos departamentos e nos conselhos universitários. Essa reivindicação estava em consonância com o artigo 78 da LDBEN, aprovada em dezembro de 1961, no qual se estabelecia representação do corpo discente, com direito a voto, em todos os órgãos deliberativos da universidade, devendo cada instituição constar tal direito em seus estatutos. Não havendo a LDBEN estipulado a quantia de representantes, os estudantes definiram, após o *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, que a representação deveria ser de um terço. Como os estatutos estavam sendo

reformulados para serem enviados ao Conselho Federal de Educação, esse era o momento certo para reivindicar a descrição quantitativa da participação estudantil (ÚLTIMA HORA, 19 maio 1962, p.4).

Os estudantes tentaram amigavelmente ser ouvidos, na maioria das faculdades, pelas comissões encarregadas da reforma dos regimentos, sem que fossem correspondidos. Segundo o *Manifesto da UPE aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários Brasileiros*, publicado posteriormente à reunião do Conselho Permanente - o qual encontra-se na íntegra em anexo -, essa atitude das comissões revelava

[...] a nítida intenção de se alijar a classe estudantil de importante decisão, prevendo-se a aprovação às pressas dos novos regimentos que por certo, condicionarão a participação estudantil nos citados órgãos à representação através do Presidente do Centro Acadêmico que não condiz com as aspirações da classe, manifestadas no recente II SNRU (GIOVANETTI JUNIOR, s.d.).

A representação estudantil, reduzida aos presidentes dos CAs, não garantiria influência dos estudantes nas decisões dos órgãos diretivos, por isso, a questão do $\frac{1}{3}$ de representatividade foi um assunto generalizante, que abrangia todas as Faculdades, apesar das particularidades das reivindicações de cada uma. A relação dos assuntos particulares para o assunto geral, que seria a reivindicação por $\frac{1}{3}$, foi realizada a partir da análise e enumeração de seis motivos das greves das faculdades no Paraná, sendo eles:

1- Incompatibilidade dos alunos com a direção da escola; 2- Situação de revolta dos alunos contra os maus professores e catedráticos inéptos; 3- Insuficiência de material de prática de aprendizagem, laboratórios, etc.; 4- Horários de aula absurdos, condicionados sempre às conveniências dos professores; 5- Inexistência de um critério na formação do corpo docente nas faculdades, sendo contratados professores sem ser aferida a sua capacidade didática e quase sempre por injunção do catedrático; 6- Descaso dos responsáveis pelos órgãos diretivos das faculdades no trato das reivindicações estudantis (GIOVANETTI JUNIOR, s.d.).

Após análise desses seis pontos, percebeu-se que todos esses problemas revelavam a contradição existente no sistema educacional brasileiro; assim, baseando-se nas reflexões sobre a realidade das Universidades, durante o *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, foi considerada como reivindicação prioritária da greve geral a

[...] *Participação de 1/3 de estudantes nos CTAs, Congregações e Conselhos Departamentais das Universidades*, e também a participação na referida proporção nas comissões encarregadas da reformulação dos estatutos da Universidade e regimentos internos das faculdades. (GIOVANETTI JUNIOR, s.d., grifo do original).

Basicamente, a reivindicação do $\frac{1}{3}$ era a transformação dos problemas de cada faculdade numa espécie de macroproblema, pois, segundo o manifesto, quando atendida a reivindicação macro, os estudantes terão influência nas “[...] decisões dos órgãos diretivos e, conseqüentemente, nos destinos da comunidade universitária, da qual constituem parte integrante e principal”. Assim, esses problemas individuais de cada faculdade poderiam ser resolvidos com mais facilidade, como expressou a UPE em um panfleto sobre a greve geral; após enumerar os mesmos seis pontos dos motivos das greves das faculdades, citados anteriormente, é “para a solução destes problemas [que] pleiteamos a participação de $\frac{1}{3}$ dos alunos nos: CTAs, Congregações e Conselhos Departamentais das Universidades” UPE, s.d.).

Quatro dias depois da reunião do Conselho Permanente, a UPE lançou a *Nota oficial da UPE sobre greve do 1/3*, que está em anexo, esclarecendo sobre a greve e apontando o descaso das autoridades administrativas, legislativas, fiscalizadoras e docentes com a Universidade, que tem um alto custo no Brasil; além de ser discriminatória e extremamente seletiva, obrigou a entidade máxima estadual (UPE) a desenvolver como tática de luta a greve, para assim conseguir fazer se ouvir, esperando ter o mínimo de suas reivindicações atendidas (ÚLTIMA HORA, 21 maio 1962, p.2).

Logo na sequência da deflagração da greve, a UNE enviou um manifesto, congratulando a UPE pela iniciativa de ser a vanguarda da luta pela participação de $\frac{1}{3}$ dos discentes nos órgãos diretivos e orgulhando-se de ter acertado na escolha do Paraná como sede do II Seminário Nacional. No mesmo documento, apontou estreita relação com o presidente Jango, que se solidarizava com a reivindicação (ÚLTIMA HORA, 21 maio 1962, p.2). Já o reitor Flávio Suplicy de Lacerda disse ao jornal *Diário do Paraná* que a greve estudantil não tinha motivos para acontecer, visto que as solicitações de cada faculdade já estavam em estudos, efetuados pelos respectivos conselhos universitários, e respeitavam o prazo legal. Quanto à solicitação de caráter geral, explicou que a mesma não dependia da posição dele, enquanto reitor, pois havia uma hierarquia a ser respeitada para reformar o Estatuto da Universidade, passando pelo Conselho Universitário, pelo Conselho Federal de Educação e pelo Presidente da República (DIÁRIO DO PARANÁ, 19 maio 1962, p.6).

Somente quinze dias depois da deflagração de greve geral no Paraná, foi decretada pela UNE greve geral nacional, ou seja, no dia 1º de junho (POERNER, 1995). Durante o período da greve geral, o movimento estudantil paranaense esteve sempre alimentando sua reivindicação e buscando esclarecer sua classe sobre a necessidade de união para a luta. Assim, no dia 4 de junho, foi organizada uma palestra sobre a reforma universitária com o convidado professor, Álvaro Vieira Pinto, da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil e Diretor do ISEB, já comentada no segundo capítulo. Há dois documentos nas pastas da DOPS/PR, solicitando o auditório do Teatro Guaíra para realização dessa palestra, mas não há nenhum registro da DOPS relatando como foi a palestra. Uma das solicitações foi enviada ao Superintendente do Teatro Guaíra e outra para o delegado da DOPS/PR. Nelas, a UPE informa ao delegado, tratado por Vossa Excelência, que “[...] o movimento grevista é pacífico e está [ilegível] nas mais justas reivindicações da classe estudantil universitária do Paraná” (UPE, 23 maio 1962).

Dois dias depois, aproveitando o ensejo da vinda do governador gaúcho, Leonel Brizola, ao Paraná, para assuntos políticos com o governador Ney Braga, os estudantes o convidaram para palestrar também no Teatro Guaíra sobre as reformas de base e a atualidade política e social brasileira (DIÁRIO DO PARANÁ, 7 jun. 1962, p.6). A agenda de atividades de greve estava lotada. No dia seguinte, os presidentes da UPE e do DCE seguiram para o Rio de Janeiro para participar do *Conselho Nacional de Estudantes*, que teve como principal objetivo unir forças de todas as entidades estudantis brasileiras para a decisão dos estudantes paranaenses, que reivindicavam a não realização dos exames, no calendário pré-estabelecido para a Universidade (DIÁRIO DO PARANÁ, 8 jun. 1962, p.6).

No dia 18 de junho, a UPE enviou nova solicitação a DOPS/PR, dessa vez, pedindo permissão para realizar um comício no dia 22, visando esclarecer aos estudantes e ao povo os motivos determinantes da greve, ao qual a DOPS liberou realização. Segundo o jornal Diário do Paraná, foi preparado grande número de faixas e cartazes para essa passeata, além de instalação de alto-falantes e barraquinhas para noticiar diariamente o transcorrer do movimento (DIÁRIO DO PARANÁ, 21 jun. 1962, p.3). Porém, em posterior relatório sobre o mesmo comício, a polícia registrou que o mesmo não foi eficiente, pois pouco chamou atenção da população. Segundo esse relatório: “compareceram a concentração pouco mais de 100 acadêmicos e na hora de maior assistência, na praça General Ozorio havia pouco mais de 200 pessoas, sendo que trinta eram elementos da Polícia Civil” (DOPS, maio 1962).

Contraditoriamente, três dias após o comício, a UPE educadamente enviou à DOPS/PR um agradecimento pela eficiente cobertura policial ao grande evento realizado.

Nesse momento, um grupo de estudantes passou a requerer um plebiscito estadual para ouvir as bases sobre a posição de greve do movimento. O desentendimento interno foi ferrenhamente repudiado pelo presidente Giovannetti, que não permitiu tal realização, alegando que desestabilizaria a luta e que a reivindicação era feita somente por motivos individuais de alguns estudantes, que estavam com medo de não conseguir adiar as provas e prorrogar o ano letivo. Um dos estudantes desse grupo opositorista do movimento grevista era o acadêmico de farmácia Jaques Rieguier; foram encontradas matérias de jornais do mês de setembro, com solicitações para que o mesmo fosse reintegrado ao movimento estudantil, o que aponta para a expulsão sofrida pelo mesmo durante as reivindicações contrárias.

A nível nacional, no final do mês de junho, cinco dias antes do Conselho Federal de Educação reunir-se para estudar e aprovar os Estatutos das Universidades, os estudantes ocuparam os jardins do MEC, montando um acampamento, com alto falantes para esclarecimento ao público dos motivos daquela atitude, e efetuaram a chamada *Operação nº1*, que consistia em ocupar o ministério até que o governo Federal tomasse alguma providência, em defesa dos interesses da classe estudantil, na reunião do Conselho Federal de Educação. Em nota de esclarecimento, os estudantes alegaram que estavam há dois anos estudando a reforma universitária, baseados em debates, cursos de extensão, fóruns, ciclos de conferências e seminários e, assim, conseguiram ter uma opinião formada, de forma que sentiam a necessidade de torná-la consequente (DIÁRIO DA TARDE, 29 jun. 1962, p.5)¹⁴⁷.

Os objetivos pleiteados pelos estudantes foram parcialmente alcançados. Como diz Poerner, ao retratar o movimento a nível nacional

Embora sem alcançar seus objetivos iniciais, a greve do um terço não pode ser considerada um fracasso total, pois, no seu decurso, contribuiu, sem dúvida, para aumentar a consciência política do estudante e para sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas da universidade no Brasil. Falharam, todavia, os seus organizadores, [...] o que resultou, em conjunto, no enfraquecimento da atuação política estudantil, mesmo se computados os sucessos parciais ou regionais da greve, como o obtido no Paraná, cuja universidade adotou a proporcionalidade de um terço de representação estudantil na composição de seus órgãos colegiados (POERNER, 1995, p.183-4).

¹⁴⁷ Não se encontraram relatos da participação de estudantes paranaenses nessa Operação, tanto que a nota de esclarecimento é assinada somente pelo presidente da UNE e da UME.

Mesmo com essa vitória, o movimento paranaense não deixou de lutar pela reforma universitária, que era seu objetivo supremo.

4.6 Reforma Universitária: objetivo supremo

Avaliando o histórico do movimento estudantil paranaense, o desempenho da consciência estudantil foi acentuado no ano de 1962, principalmente, com a organização do *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, com a Greve do 1/3 e com a aproximação das lutas dos trabalhadores. A ideologia do movimento, ou seja, o “[...] significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]” (GRAMSCI, 1991, p.16), na década de 1960 foi a democratização da Universidade, que seria possível por causa da Reforma Universitária.

Os estudantes paranaenses, representados pela UPE, visualizaram na Reforma Universitária a existência de uma filosofia coerente aos seus princípios e problemas, como se vê no Manifesto elaborado após a deflagração da greve geral do 1/3, o mesmo, citado no tópico anterior e que está em anexo:

Empunhando a bandeira da *Reforma Universitária* e lutando na prática para a conquista de justas reivindicações, a classe universitária encontra resistência por parte dos dirigentes das Universidades, interessados em manter a atual estrutura universitária, anacrônica e caduca. Chegamos à conclusão que só através da unidade de luta do movimento estudantil em torno de reivindicações concretas, poderemos iniciar a *Reforma Universitária*, nosso objetivo supremo. (UPE, s.d., grifos do original).

A reforma universitária era o “objetivo supremo”, ou seja, o significado mais alto da filosofia do movimento, sendo, segundo o que expõe o editorial do jornal *Flâmula*, uma reivindicação justa e honesta, por significar a elevação do padrão de ensino no estado. Reivindicação que, segundo o movimento estudantil, ninguém deve

[...] se atreve[r], nos dias atuais, a negar a necessidade imperiosa e inadiável de uma Reforma Universitária. Para a própria sobrevivência da nação, as suas escolas precisam formar os profissionais que o desenvolvimento nacional está a exigir. Para a afirmação do seu próprio conceito de país democrático, o Brasil precisa abrir as portas das suas Universidades, aos que agora, inutilmente, lutam por uma oportunidade de

habilitar-se para melhor servi-lo (UNE; UPE; DCE da UP; et. al., 9 jun. 1962).

Nesse período, estava ocorrendo um aprofundamento da visão crítica dos estudantes sobre a universidade brasileira, não se restringindo apenas a seus interesses particulares, mas a uma necessidade da nação e de seu desenvolvimento. O jornal *Flâmula* foi uma das táticas utilizadas pelos dirigentes do movimento estudantil, a fim de conscientizar as bases para a necessidade de luta. O diretor literário do jornal, o estudante Romão Silva, era o responsável de, no mês de junho de 1962, efetivar o *I encontro paranaense de literatura universitária*, dando cumprimento às programações reformistas e que digam respeito à melhoria do padrão universitário paranaense e brasileiro [...], em que os intelectuais universitários participariam concreta e ativamente da “[...] fase de transição por que atravessamos [...]” acreditando na possibilidade de

[...] acelerar ainda mais o panorama histórico brasileiro, pois que a influência dos intelectuais moços tem a determinante positiva de levar politização e conscientização aos estudantes menos apercebidos do desenvolvimento enfrentado pelo Brasil, bem como dos estudantes partícipes desse processo (FLÂMULA, 14 maio 1962).

Como definem em outra matéria, no mesmo jornal, é de real importância que se “[...] atinja os objetivos da reforma universitária, devendo desenvolver o programa de ensino nos moldes ditados pela citada reforma, a u.n.e. batalha no sentido de uma politização e conscientização nos novos universitários”. Assim, o *I Encontro Paranaense de Literatura Universitária*, que só aconteceria um mês depois da publicação desse jornal estudantil, deveria servir como meio de mobilização e conscientização da camada estudantil. Não se encontrou material comentando sobre como foi a realização do encontro literário, mas, nesse mesmo jornal, há resquícios de sua proposta.

Nas páginas finais do referido jornal, existe uma coluna intitulada *Cultura Literária*, que traz diferentes contos, histórias e versos, mas todos carregados com a mesma moral, a de ter consciência política. O primeiro conto, escrito pelo diretor do jornal, Vicente de Paula Ataíde, se chama *duas horas*, no qual um trabalhador ervateiro conta sua história, na busca de entender o motivo de trabalhar para os outros. Ele explica como se sente, questiona o mundo, a vida, o sentido de viver para trabalhar e dar satisfação aos patrões e finaliza comparando o frio que faz no interior de sua casa, com a falta de ação dos homens por mudanças sociais, que desejam e pensam em mudanças, que querem se livrar da exploração,

mas ficam em silêncio e não socializam suas ideias para colocá-las em prática: “[...] o inferno desta casa fria é a quietude de todos os lados. Se conversa só no fundo da cabeça. Não quero acreditar em mim mesmo. Mas eu gostaria de fugir. Fazer fugir os outros, que são pobres diabos [...]” (ATAIDE *in* FLÂMULA, 14 maio 1962).

Outro texto é um verso com o título *Novos Rumos*, que também fala da necessidade de reunir forças para lutar pelos que sofrem, para que um dia tenham novos rumos (R.S. *in* FLÂMULA, 14 maio 1962). Ainda um outro conta a *História do Zé*, que seguiu o mesmo caminho de seu pai e, durante a vida toda, foi um exemplar funcionário de uma fábrica, que mal conseguia sustentar sua família; assim, viveu e morreu na miséria, sem dinheiro até mesmo para comprar um caixão, que teve de ser feito pelos vizinhos (FLÂMULA, 14 maio 1962).

No sentido de conscientizar os estudantes, os universitários paranaenses, como intelectuais orgânicos em formação, estavam aparentemente maleáveis para trabalhar com diversos meios de propagação da cultura. Pela arte, buscavam produzir reações críticas, pois, segundo o estudante Sérgio Rubens Sossela, na matéria *Apontamentos Críticos*, toda e qualquer obra, seja ela “[...] um conto, novela, poesia, romance, ensaio, história ou teatro” é passível de análises (SOSSELA *in* FLÂMULA, 14 maio 1962). Quanto mais desenvolvida a cultura e a sensibilidade do olhar analítico, mais considerações podem ser estabelecidas com a obra analisada, tais como:

[...] situando-a na história; classificando; distinguindo o gênero a que pertence; mostrando implicações psicológicas; estudando o certo ou o errado no manejar dos personagens; medindo e pesando a estrutura; o colorido; o ambiente; a relação e afinidade entre as palavras do poema; o conteúdo psicológico das palavras-motrizes; a sinceridade da obra histórica; denunciando a falsa cultura; apontando valores novos [...] (SOSSELA *in* FLÂMULA, 14 maio 1962).

Sendo assim, num contexto de articulação entre a cultura e a política, o movimento estudantil paranaense incorporou a arte como um meio de comunicação para promover a conscientização popular, visando uma possível transformação social. De acordo com Caldas, tal processo foi resultado dos debates sobre a função social da arte, que giravam no campo do nacional-popular, no final da década de 1950, possuindo como objetivos estar “[...] empenhados na busca das raízes da cultura brasileira, da libertação nacional, no avanço pela superação do imperialismo e dos supostos resquícios feudais nas relações de trabalho no campo” (CALDAS, 2003, p.27).

Pode-se dizer, com base em Caldas (2003), que as propostas para solução das demandas do movimento, nos anos iniciais de 1960, apoiavam-se na relação entre arte, educação e política, usando como instrumentos de comunicação com o povo, com os trabalhadores e com suas bases a literatura, o teatro político e a alfabetização popular, objetivando uma unificação social para atingir a reforma universitária e a ideologia da democratização da universidade. Como assevera Toledo:

o movimento estudantil – através de sua representação maior, a UNE e as UEEs – teve atuação destacada nessa nova modalidade de agitação política e debate cultural. Além de defender a reforma universitária, o ME buscava associar-se aos demais movimentos de orientação nacionalista e reformista; através de caravanas que percorriam o país, eram exibidas peças teatrais e divulgadas músicas que debatiam o subdesenvolvimento, as reformas de base, a revolução, o imperialismo etc. (TOLEDO, 2004).

Há poucos indícios nos dossiês da DOPS/PR e na hemeroteca digital sobre o uso político que o movimento estudantil paranaense possa ter feito do teatro e da alfabetização popular. Mas, como já apresentou Caldas em sua dissertação de mestrado, intitulada *Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964) encontros e desencontros entre arte, educação e política*, do ano de 2003, o teatro no Paraná foi utilizado numa dimensão educativa para discutir os problemas sociais e mobilizar o povo para lutar por mudanças.

Não é possível ter clareza se o movimento paranaense fez uso das peças teatrais ou se as deixou a cargo somente do CPC do Paraná, que, apesar de contar com participação de estudantes, não é considerado um movimento estudantil, mas um movimento cultural, o qual, supostamente, serviu de apêndice à UPE. A peça *Auto dos 99%*, contida no dossiê do CPC, provavelmente tenha sido apresentada pelo CPC do Paraná, considerando a necessidade de adaptação, após ter sido inaugurada pela primeira vez no *II Seminário Nacional de Reforma Universitária*, que aconteceu em Curitiba, em 1962, visto que, em sua página inicial, possui a informação que foi escrita pela equipe de redação do CPC da UNE e adaptada pelo CPC do Paraná (Equipe de redação do CPC da UNE e adaptada pelo CPC do Paraná, 1962).

Segundo Caldas (2003), a peça original, nos moldes escritos pela redação do CPC da UNE, foi apresentada duas vezes durante o II Seminário; uma no auditório da reitoria da UFPR e outra no Teatro Guaíra, sendo a peça que expressou o conteúdo fundamental do seminário da reforma universitária, criticando que 99% da população encontrava-se à margem do ensino superior. Assim, definia-se a programação do Seminário, destacada por Caldas, com base em um informe da imprensa:

Ontem à noite apresentou-se, às 20 horas no Colégio Estadual do Paraná, o Centro Popular de Cultura e a UNE Volante. Após exposição geral sobre o que fazem, foram apresentados dois filmes pelo CPC: “Arraial do Cabo” e “Cinco vezes favela”, e ainda apresentada a Canção do Subdesenvolvido. Para a sexta feira, às 20h30hs, no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, está programada a apresentação de peças do CPC aos participantes do Seminário, e líderes sindicais de Curitiba, especialmente convidados. As peças serão “Auto dos 99%” e a “Miséria ao alcance de todos”. No sábado acontecerá a apresentação pública das peças no teatro Guaíra (SEMINÁRIO da Reforma Universitária..., 1962 *apud* CALDAS, 2003, p.76).

Como comentado anteriormente, o *Auto dos 99%* não foi a única peça apresentada; as duas histórias da *Miséria ao alcance de todos* também são voltadas para questões políticas nacionais, não só de interesse dos estudantes, mas de toda população.

A história do Formiguinho foi uma excelente crítica à necessidade da Reforma Agrária, pois, como mostra a peça, só se concretizaria com a união e luta da população, já que ela não é do interesse das forças jurídicas e legislativas, nem da burguesia brasileira e do capital internacional. E *Brasil – versão brasileira* aponta dois empecilhos das mudanças sociais, criticando o envolvimento de empresas estrangeiras no Brasil e as atitudes extremistas e incertas dos sindicalistas, que se nomeiam comunistas, apenas por lutar contra algo que eles não sabem definir, pois não têm objetivos claros e definidos, como deve ter um verdadeiro comunista. Essas duas peças foram encenadas no *II Seminário Nacional da Reforma Universitária*, não só para conscientizar os estudantes, mas também os trabalhadores que estavam presentes. Pode-se observar, no excerto acima, extraído da dissertação de Caldas e também nos tópicos 4.4 deste capítulo, que também se fizeram presentes, durante o Seminário, os líderes sindicais e outros indivíduos especialmente convidados para assistir a apresentação.

A participação dos trabalhadores, para o movimento estudantil, estava além da questão de desenvolver o princípio de articulação externa e ampliar força social para suas reivindicações estudantis. Em relatório sobre a *situação política e social do Estado do Paraná*, abrangendo a segunda quinzena de janeiro de 1962, a DOPS/PR já apontava o entrosamento que a Aliança Operária Estudantil estava tentando desenvolver com os homens da lavoura e, no relatório do mês de fevereiro, comentava que a *Casa do Estudante Universitário* foi liberada para hospedar trabalhadores do interior do estado, participantes do II Congresso dos Trabalhadores, a ser realizado em março (DOPS, 15-30 jan. 1962).

A tarefa de orientar o proletariado para novas questões culturais era para os intelectuais universitários, assim como expõe Gramsci, uma preocupação em formar pessoas de visão ampla e complexa, para a função de governar em uma futura nova sociedade, com interesses coletivos e não individuais ou a pequenos grupos (NOSELLA, 2004). Assim, a classe operária deveria ser sua aliada natural de luta, pois

[...] não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular *em nome* dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está, de início, na própria universidade (LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1963, grifo do original).

Nesse sentido, está imbricada a cultura desinteressada, que os universitários recebem, como responsável pela função processual de transformação social, visto que ela assume significado de cultura de ampla visão, profunda, coletiva e universal, interessando a todos os homens e cooperando para que novos grupos e novos indivíduos se incorporem ao processo hegemônico, garantindo a concretização de uma concepção do mundo, incontestável para renová-la (JESUS, 1989). Desse modo, os movimento estudantis, nacional e estaduais, num manifesto dirigido aos estudantes e ao povo, em 1962, afirmam a importância da educação:

Foi em nossas Faculdades, apesar de tudo, nessas muitas oficinas de tédio e superficialismo, que aprendemos dos mestres, hoje voltados contra nossas reivindicações, o sentido comunitário da Universidade; professores e alunos identificados na tarefa comum da elaboração cultural, da pesquisa científica, da habilitação técnica, da conscientização social [...] (UNE; UPE; DCE da UP; et. al., 9 jun. 1962).

Rebelando-se para defender uma universidade para o povo, o movimento tinha a convicção de conscientizá-lo e lutar com ele para melhorar a realidade brasileira, de forma que fosse capaz de sustentar sua independência econômica e política. Nesse sentido, existe, no dossiê do CPC, uma cartilha intitulada *Uma Família Operária*¹⁴⁸, produzida em Belo

¹⁴⁸ Esta cartilha é um livro didático de alfabetização, com frases e ilustrações condizentes com a realidade do contexto de vivência de homens trabalhadores. Apresenta textos como este: “olhem para este barraco. É o

Horizonte, no ano de 1962, mas que não traz nenhum indício de ter sido utilizada pelo movimento estudantil paranaense, ou pelo CPC do Paraná (CPC, 1962).

O movimento estudantil paranaense, além de se preocupar com o projeto cultural, também estava buscando conscientizar politicamente suas bases, fortalecendo o princípio articulatório interno. Para tanto, fez uso de práticas de difusão da ideologia, voltadas para politização dos estudantes, principalmente, por meio de congressos, reuniões, greves, manifestos, panfletos e jornal.

Um movimento social, para difundir sua ideologia, necessita, além de força social externa, fortalecer as articulações com suas bases, realizando um reagrupamento entre as categorias de análise, apontadas por Gohn (2011); pode-se dizer que, para isso, o movimento precisa ter três elementos que se aglutinem e justifiquem seu repertório de ações coletivas, sendo: bases demandatárias, lideranças e articulação interna. Transportando esses elementos para o movimento estudantil, tem-se nas bases demandatárias as necessidades e carências dos estudantes, responsáveis pela mobilização para a luta e a supressão da demanda. Nas lideranças, tem-se os representantes do movimento, que são os estudantes, os quais tomam a frente da luta, atuando como veículos de expressão e portadores das mensagens e ideologias do movimento. Na articulação interna, está a força motriz para as práticas do movimento, visto que as reivindicações não são lutas estabelecidas pelos líderes para benefício próprio, mas para melhoria das condições da camada estudantil.

Para politizar a camada estudantil, os líderes do movimento paranaense desenvolveram táticas diversas, inclusive envolvendo o tradicional trote universitário, considerado a maior festa universitária. Diferentemente da década anterior, tal evento passou a ser carregado de caráter político, envolvendo calouros, veteranos e a população local. Eram organizados, pela UPE e pelos Diretórios Acadêmicos, desfiles dos calouros pelas ruas da cidade de Curitiba, que competiam entre seus diretórios, ganhando notas de uma comissão que avaliava “[...] crítica, grupo, carro, caracterização masculina, caracterização feminina, [e] conjunto [...]” (FLÂMULA, 14 maio 1962), para, no dia posterior, durante o baile do calouro, ganharem prêmios, como troféus e medalhas. Era uma espécie de evento que lembra a organização do Carnaval, reunindo uma multidão para prestigiar, porém, na década de 1960, o caráter cômico e irônico do desfile era necessariamente desenvolvido sobre os

barraco de Tomé e Ana. O barraco é de adobe. O chão do barraco é de taco? Não. O chão do barraco é de terra.”

problemas políticos e sociais do estado, da nação e de assuntos internacionais. Segundo matéria do jornal *Flâmula*,

[...] as críticas foram perfeitas. Desenhos e dizeres afins numa proporção exata da situação universitária e seu estado de revolta contra os poderes opressores ou não condizentes com o desejo reformista e revolucionário que vive em todo espírito estudantil. Por isso mesmo o trote geral do calouro é medida vitoriosa, e quem o adota, diretório ou centro acadêmico, vive a intensidade do instante de transição porque passa o Brasil [...] (FLÂMULA, 14 maio 1962).

O caráter político do trote baseava-se na ideologia da reforma universitária, apontando a preocupação da UPE em conscientizar as suas bases. Era uma atividade que buscava permitir ascender os mais novos universitários para a concepção do mundo da luta estudantil, de modo coerente e homogêneo, que não fosse ocasional e desagregado. Essa atitude preparava os estudantes, assim como Gramsci assevera, mas também preparava os trabalhadores, visando uma participação ativa e consciente da produção histórica do mundo, que fosse uma concepção do mundo unitária, dando possibilidade de atingir um pensamento mais desenvolvido (MOCHCOVITCH, 1992).

Essa reivindicação do movimento para a efetivação da reforma universitária era resultado dos embates e conflitos sociais do período histórico. Dois dias antes do referido trote, no dia do trabalhador, Jango havia discursado em favor da reforma agrária, propondo “[...] a revisão do *Artigo 141* da Carta de 1946 que condicionava as desapropriações de terra à ‘prévia indenização em dinheiro’ [...]” (TOLEDO, 2004, grifo do original). Tal fato gerou indignação dos setores conservadores reacionários, tais como as entidades ruralistas, a alta hierarquia da Igreja católica, os partidos liberais conservadores (União Democrática Nacional e setores majoritários do Partido Socialista Democrático) e a grande imprensa, que, contrários à revisão da Constituição, se posicionavam contra a reforma, prevista por Jango; esses grupos consideravam Jango como um radical, que queria abolir a propriedade privada e iniciar a comunização do país, apesar do interesse de Jango em nenhum momento ter sido esse (TOLEDO, 2004).

Segundo Toledo, Jango entendia que, com as reformas sociais, era possível fazer o capitalismo industrial no Brasil alcançar um nível superior de desenvolvimento, pois seria possível

[...] – com as reformas sociais – consolidar o capitalismo industrial brasileiro e torná-lo mais humano e patriótico. Ou seja, nos anos 60, o mito de um *capitalismo nacional e civilizado* – tal como ainda hoje aparece no debate ideológico – era alimentado por Goulart e por alguns setores progressistas e nacionalistas (TOLEDO, 2004, grifo do original).

A visão dos movimentos, com orientação nacionalista e reformista, assim como o movimento estudantil, reivindicava o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro. Porém,

em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. [...] (TOLEDO, 2004).

O pronunciamento de Jango, no dia do trabalhador, de 1962, aliado a outros acontecimentos do período, contribuiu para polarizar ainda mais a sociedade brasileira. Exemplo disso é que, em fevereiro de 1962, Jango apoiou a iniciativa do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para desapropriar os bens de uma companhia telefônica internacional, buscando ampliar o controle do capital estrangeiro no país, e incentivando estudos para implantação da Eletrobrás; mas, principalmente, quando, em junho de 1962, indicou para Primeiro Ministro San Tiago Dantas, Jango oficializou um governo politicamente mais ofensivo (SKIDMORE, 1982; CPDOC, s.d.). Nos periódicos da época, há várias matérias comentando o apoio da UPE para a desapropriação da companhia telefônica do Rio Grande do Sul e também para a implantação da Eletrobrás.

Dando continuidade às ações da gestão de 1962 e o tradicionalismo do rodízio dirigente entre as maiores faculdades, as eleições para a UPE elegeram a chapa única e situacionista, tendo como presidente Luiz Arpad Driesel, acadêmico de engenharia.

O ano de 1963 foi marcado por dois congressos estudantis, o nacional e o estadual, e o *III Seminário Nacional da Reforma Universitária*, que conduziram o movimento estadual a debater e formular a *Carta de Princípios da Bancada da UPE*, que se encontra em anexo, além de definir a nível nacional a tática de luta, a qual foi expressa no documento *Luta atual pela Reforma Universitária*, tendo sido analisada no segundo capítulo. Como visto, havia o objetivo de colocar em prática tais modificações, no entanto, no início do ano de 1964, o governo de Jango foi interrompido com o golpe civil-militar.

Nos documentos da DOPS/PR, encontram-se todas as formas de luta destacadas no projeto teórico e prático *Luta Atual pela Reforma Universitária* (assembleias, abaixo-assinados, manifestações de apoio, contatos, telegramas, manifestos, panfletos, passeatas, comícios, etc), sendo utilizadas pelo movimento estudantil estadual. No ano de 1963, houve grande movimentação no estado do Paraná para enviar 80 estudantes paranaenses, representantes de 33 diretórios e centros acadêmicos, para o *XXVI Congresso Nacional dos Estudantes*, também chamado de *XXVI Congresso da UNE*, que ocorreu na cidade de Santo André. Os estudantes do Paraná elaboraram, juntamente a sua bancada, uma *Carta de Princípios do Paraná*, que seria levada para discussão nesse Congresso, além de terem indicado o nome do acadêmico João Cesar Roxo Nicolussi, presidente do DCE da UP, para concorrer à vice-presidência da UNE, a qual seria votada ao final do evento. Além disso, também ocorreu no estado o XIX Congresso Estadual dos Estudantes; nele foram discutidas questões sobre os problemas assistenciais, de ensino e de reforma, fatos que estavam presentes na *Carta de Princípios*.

Essa carta estava em consonância com o documento *Luta Atual pela reforma Universitária*, elaborado em Belo Horizonte, no *III Seminário da Reforma Universitária*; os estudantes paranaenses apoiavam a reformulação da LDBEN, respondendo aos preceitos estabelecidos no documento nacional (CARTA DE PRINCÍPIOS DA BANCADA DA UPE, 20 jul. 1963).

A *Carta de Princípios* foi elaborada 50 dias após uma palestra realizada pelo professor Antonio Cesarino Junior, da Faculdade de Direito de São Paulo, que, a convite do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), esteve na cidade de Curitiba pronunciando diversas palestras e tecendo críticas ao sistema de ensino brasileiro. O professor alertava que a LDBEN, como uma nova legislação do ensino, trazia grande progresso à educação, porém, não dispensava a luta pela reforma do sistema, que precisava do empenho de todos, professores e estudantes, para colocar em prática novas maneiras de aproveitamento dos estudos (JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ, 1 jun. 1963).

Como apontou Poerner (1997), as ações estudantis estavam se caracterizando como um instrumento de manutenção da ordem social vigente, ganhando cada vez mais força e clareza de suas reivindicações, ao participarem dos debates como esse, sobre a LDBEN. Porém, de acordo com um relatório produzido pela polícia política, a participação de estudantes paranaenses no *III Seminário Nacional de Reforma Universitária*, que ocorreu em Belo Horizonte, onde os debates sobre a LDBEN se intensificaram, não representava

ameaças ao Estado, visto que os “elementos” universitários do Paraná que estiveram presentes em Belo Horizonte não tinham “[...] projeção acentuada junto às bases, daí terem sentido dificuldades de articulação desde o início [...]” (DOPS, s.d.). Ainda, segundo esse relatório, o próprio movimento estudantil paranaense se prejudicava, pois emitia textos com diferentes objetivos, que contribuíam para criar confusão

no plano estadual os Diretórios passaram a lançar manifestos com textos diferentes e objetivos – o que é mais importante, também diferente, contribuindo para lançar confusão às bases [...] o resultado, como tive oportunidade de verificar nas faculdades e na UPE foi o desencanto geral (DOPS, s.d.).

A polícia política mostrava desacreditar as lutas do movimento estudantil paranaense. Esse não foi o único relatório da DOPS/PR que desacreditava as ações do movimento paranaense. Claro que o movimento ainda não previa alterar a LDBEN e a Constituição, antes de ser pensado o projeto nacional *Luta atual pela reforma universitária*, mas projetava acelerar o processo histórico brasileiro e concretizar as reformas de base. Apesar da polícia política desacreditar as ações do movimento estudantil, em momento algum dos anos de 1963 o movimento desistiu de suas reivindicações. O DCE da UP, por exemplo, no final do ano de 1963, solicitou ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) auxílio financeiro especial para desenvolver ações sociais, incentivando a *Campanha de Cultura Popular e Alfabetização*, com conferências, cursos e impressos em geral (DCE, 24 dez. 1963).

No final de 1963, a chapa eleita para direção da UPE foi presidida pelo acadêmico de direito Ronaldo Antônio Botelho. Sua chapa era da oposição e assumiu uma posição mais conservadora na entidade, o que justifica a baixa incidência de arquivos da UPE nos dossiês da DOPS/PR, durante sua gestão, além de demonstrar a contradição política em processo, destacando que o movimento estudantil não conseguiu manter uma identidade ideológica permanente de linha esquerdista.

4.6 O golpe civil-militar

Nos quatro primeiros meses do ano de 1964, a polícia política não arquivou muitos documentos da UPE, porém, arquivou uma gama documental do DCE da UP, tendo cinco

solicitações encaminhadas ao reitor Flávio Suplicy para que pagasse as passagens e oferecesse ajuda de custo para membros do DCE fazerem parte do *I Conselho Ordinário da UNE*, que ocorreu em Florianópolis, de 5 a 12 de janeiro; do *I Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, que se realizou na Universidade Rural do Brasil, nos dias 17 a 24 de janeiro; do *I Encontro Nacional de Executivas e Diretórios Centrais de Estudantes*, no Rio de Janeiro; e para um evento de engenharia, em Porto Alegre. Em outras três solicitações, também para o reitor, pedem dinheiro para recepção do Dr. Toledo, representante da Petrobrás, para o frete do transporte dos móveis do DCE para a nova sede, e para aquisição de um fogão para o restaurante do DA Nilo Cairo (Faculdade de Medicina da UP).

No início de 1964, o DCE solicitou ao presidente João Goulart ajuda para manter o restaurante universitário. Também, solicitou ao trabalho de um estudante dispensa para que o mesmo pudesse ajudar no planejamento da ocupação do novo prédio do DCE. Ainda, pediu à *Casa do Estudante* um empréstimo de um alto-falante e fez nove solicitações para estudantes membros do *Conselho de Representantes do DCE*, a fim de que justificassem, por escrito, sua falta na reunião do Conselho, que se realizou no dia 28 de fevereiro.

Esse Conselho de Representantes do DCE foi organizado no palácio dos estudantes, para discutir os motivos do reitor da UFPR, Flávio Suplicy, ter convidado o professor Darcy Ribeiro, que era chefe da Casa Civil da Presidência da República e reitor da Universidade de Brasília, para proferir a aula inaugural da UFPR, em 1964. Nessa reunião, os estudantes destacaram os seguintes fatos:

- I – que o Sr. Prof. DARCY RIBEIRO é homem engajado e integrado no processo de libertação [sic] nacional, sendo representante das aspirações, – das posições e pensamento nacionalistas do povo [sic] brasileiro;
- II – que a Universidade é, também, objeto de reforma estrutural no encaminhamento do processo de libertação nacional e de desenvolvimento cultural e educacional do País;
- III – que a Reitoria da UP, por atos e palavras, tem adotado, até aqui, uma orientação frontalmente contrária àquilo que o estudante brasileiro entende como REFORMA UNIVERSITÁRIA;
- IV – que os Universitários da Universidade do Paraná, são radicalmente contrários à permanência no poder do Reitor FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA (DCE da UP, 28 fev. 1964, grifo do original).

Segundo os estudantes, o reitor é um conservador e retrógrado, tendo escolhido Darcy Ribeiro pelo fato de que ele é engajado no processo de desenvolvimento nacional. Assim, Suplicy ficaria bem visto aos olhos dos “poderosos da república”, para, então,

conseguir ser escolhido mais uma vez como reitor da UFPR. Assim, deliberaram que devem denunciar à classe universitária a “[...] intenção politicante do convite formulado pela Reitoria [...]”, e apontam:

- I – está próxima a indicação da lista tríplice da qual será escolhido o próximo Reitor, por nomeação do Presidente da República;
- II – está o Sr. Reitor mal colocado ante a Presidência da República, por suas posições retrógradas e contrárias ao desenvolvimento autônomo da Cultura Nacional;
- III – aparentando tomar posições coerentes com os anseios populares, convidou um Professor notabilizado pelas boas progressistas posições como as do Sr. DARCY RIBEIRO;
- IV – com isto pretende engodar o Ministério da Educação e a Presidência da República, com vistas a ser reconduzido a Reitoria da UP (DCE da UP, 28 fev. 1964, grifo do original).

Os estudantes decidiram que seriam contrários ao reitor, porém, não teriam nada contra Darcy Ribeiro, pois apenas repudiavam a manobra política do reitor e sua mistificação. Assim, enviaram uma nota de esclarecimento e informativa para o próprio Darcy Ribeiro e outra para o presidente João Goulart. Tal atitude, apesar de ser um fato específico da Universidade do Paraná, não deixou de estar em consonância com outras reivindicações estaduais. Como se vê, na declaração dos estudantes, eles estavam preocupados com a luta pela ideologia do movimento como um todo, ao destacarem a defesa pela reforma universitária. Luta que, segundo eles, estaria mais distante se o reitor conservador permanecesse no poder da Universidade. De fato, Suplicy seria alçado à Ministro da Educação dos militares golpistas, justamente por seu compromisso político.

E, assim, a luta do movimento estudantil estadual perdurou, mesmo sendo carregada de embates e divergências internas. No dia em que iniciou o golpe militar, 31 de março de 1964, com a movimentação das tropas de Minas, os estudantes, juntamente com movimentos de trabalhadores e partidos políticos, já se manifestavam contra o golpe e denunciavam

a crise nacional, deflagrada pelos governadores Magalhães Pinto Adhemar de Barros, Ildo Menegheti, Ney Braga e Carlos Lacerda, após os pronunciamentos do Presidente João Goulart nos comícios dos dias 13 e 30 de março, é uma crise de luta aberta contra as reformas de base que, agora, começam a ser efetivadas pelo Governo Federal. Só após êstes atos é que as reformas passaram da teoria à prática; só após êles é, que as forças da reação passaram ao ataque contra o Governo do Presidente João Goulart (COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, et. al., 31 mar. 1964).

A continuação dessa história foi a traumática instauração da ditadura civil-militar, que durou 21 anos, gerando a repressão aos movimentos sociais, a extinção do pluripartidarismo, a perseguição de representantes do movimento estudantil, a tortura e o desaparecimento de oponentes do regime, a extinção da UNE, substituindo-a pelo Diretório Nacional dos Estudantes, a opção pelo desenvolvimento econômico dependente dos países centrais e, entre outras ações e opções do regime de exceção, a violenta repressão aos cidadãos (algo próprio de qualquer ditadura).

CONCLUSÃO

Analisando o desenvolvimento do movimento estudantil nacional e da reforma universitária brasileira, é possível afirmar que a gênese de ambos foi concomitante. O movimento estudantil brasileiro emergiu sobre o tema da reforma universitária, bem como a reforma universitária foi fundamental para a politização do movimento estudantil.

Ambos, em sua gênese, receberam influência do professor Bruno Lobo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que defendia a participação estudantil nos órgãos diretivos das universidades, entrando na dinâmica de reivindicações pela reforma universitária, em alta na América Latina - entre as décadas de 1920 e 1940 -, iniciadas pelos estudantes argentinos, os quais, em 1918, publicaram o *Manifiesto de la Federación Universitaria de Córdoba*. Com base nesse manifesto e nas ações reivindicatórias, os estudantes argentinos conseguiram melhorias na qualidade de ensino, renovação científica e pedagógica, autonomia institucional, maior abertura social, expansão popular, demissão dos docentes catedráticos vitalícios, democratização e participação discente nas decisões da universidade.

O primeiro documento publicado no Brasil por estudantes, referente à necessidade de reforma universitária, foi do ano de 1928, tendo sido apresentado de forma inédita neste trabalho. Tal *Manifesto pró-reforma universitária* foi resultado da participação de cerca de 800 estudantes, os quais, em assembleia, debateram a rejeição do Conselho Nacional de Ensino da indicação feita pelo professor Bruno Lobo, em busca da efetivação da representação do corpo discente na diretoria dos Institutos de Ensino Superior. Desse modo, apontaram que o ensino superior brasileiro, desde sua origem, é retrógrado, obsoleto, anacrônico e carregado de imperfeições. Porém, naquele momento, o ideário da reforma universitária foi limitado, fragmentado e esparso, visto que ainda não havia uma organização estudantil nacional e as poucas organizações de ensino superior que existiam eram regionais e específicas.

Além disso, enquanto as universidades hispano-americanas, como no caso da Universidade de Córdoba, eram implantadas em suas colônias, desde o início da colonização, para suprir a demanda de cargos burocráticos administrativos, as universidades luso-americanas, como no caso das instituições de ensino superior no Brasil, estavam em processo

embrionário e foram transplantadas da Europa, não se relacionando diretamente às necessidades da colônia.

Basicamente, três fatores empobreceram a estrutura funcional da instituição de ensino superior no Brasil, que foram apresentadas no primeiro capítulo, ao demonstrar a situação do ensino superior brasileiro. Segundo Florestan Fernandes, o primeiro fator foi a necessidade de reorganizar o poder político e adaptar o Brasil aos requisitos da metrópole, para receber a corte portuguesa, o que acarretou a necessidade de implantação imediatista e estreita do ensino superior. Segundo, o isolamento de cursos superiores e o interesse de utilizá-los como elo para a modernização com o progresso europeu, o que causou um desajuste dos currículos à realidade social brasileira. E, terceiro, a necessidade imediata de formar indivíduos técnico-profissionais, que eximiu os cursos de uma formação humanista, científica e tecnológica. Desse modo, a potencialidade de uma verdadeira universidade não estava presente no Brasil.

Nas décadas de 1920 a 1940, as reivindicações estudantis resumiram-se a carências imediatas do meio estudantil, apontando as falhas internas da universidade, além de reivindicar uma reforma na mesma, porém, como dito durante o primeiro capítulo, essa reivindicação por reforma pode ser traduzida pelo desejo de uma real efetivação das instituições universitárias, visto que, naquele momento, o que existiam eram instituições de ensino superior agregadas.

Infelizmente, a descontinuidade, característica do movimento estudantil, causada pelas mudanças de ano letivo acadêmico e pela dinâmica de transações entre as diretorias das entidades estudantis, levou o movimento a desconhecer sua história e desconsiderar as ações desenvolvidas por seus antecessores, da década de 1920 a 1940. Conforme apontamentos realizados no segundo capítulo, as gestões da UNE e da UPE, da década de 1960, consideravam o nascimento da reforma universitária, no *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, do ano de 1957, e, em momento algum, demonstraram compreender quais os acontecimentos e em que situações a reforma universitária estava sendo gestada.

Como visto, em todos os capítulos, a necessidade de reforma universitária não emanou somente das deliberações da UNE, muito menos iniciou-se com o seminário de 1957. O caso, ocorrido no estado do Paraná, dos 76 excedentes habilitados, mas não classificados no exame vestibular de medicina, no ano de 1956, contribuiu para reforçar a luta pela reforma universitária. Inclusive, pode-se dizer que esse acontecimento influenciou

a realização do *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, de 1957, visto que teve repercussão nacional, pelo fato de ter envolvido diversas autoridades, como o reitor Flávio Suplicy de Lacerda, o Presidente Juscelino Kubistchek, o Ministro da Educação e o Governador do Estado, Moisés Lupion; ainda, pelo fato de diversas instituições estudantis, entre elas a UNE, a UPE, o DCE da UPR e os Diretórios Acadêmicos, que inicialmente se posicionavam a favor dos excedentes, terem mudado de opinião dias depois. As justificativas para a mudança de posição evidenciaram para a sociedade os reais problemas pelos quais passava a universidade. Em um primeiro momento, a defesa da matrícula dos excedentes contribuía para a efetivação da luta pela expansão de vagas, porém, nos moldes em que o ensino se encontrava, essa medida agravaria ainda mais os problemas do curso de medicina, que precisava de melhorias nas instalações, estando sem hospitais e clínicas-cirúrgicas para as aulas práticas e sem laboratórios para demonstrações e pesquisas experimentais. A partir desse momento, os debates sobre a situação financeira, estrutural, política e pedagógica das instituições superiores ganhou força em todos os outros cursos, porém, simplesmente procurando conferir maior grau de eficiência na formação de cada curso, de modo isolado dos demais.

As conclusões do *I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior*, evidenciaram essa fragmentação por áreas. Conforme analisado no segundo capítulo, cada área propôs uma ação diferenciada, diretamente relacionada com necessidades e interesses particulares. Enquanto algumas áreas demonstravam-se mais conscientes das dificuldades de desenvolver um projeto de reforma do ensino, visto que exigia estudos não só dos problemas do curso, mas das leis que regulamentam o ensino superior, outras áreas restringiam-se apenas à análise de seus programas de ensino, buscando as possibilidades de ampliação da eficiência dos cursos internamente, como, por exemplo, culpando a desatualização dos professores.

O avanço quantitativo e qualitativo das lutas pela reforma universitária marcou a década de 1960, favorecendo a expansão da luta. O crescimento quantitativo dos universitários foi de 5,39 vezes, ao comparar-se o número de vagas dos anos de 1940 ao de 1962, com base nos dados do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - IBGE, o que contribuiu para a expansão das reivindicações estudantis do nível regional (capital federal) para o nacional. Essa condição, aliada ao fato dos estudantes possuírem condições de acesso ao conhecimento intelectual e às questões políticas, buscando na universidade qualificação e conhecimento para se desenvolver profissionalmente, os tornava mais propensos a

enxergar as contradições sociais, principalmente quando o contexto histórico estava conflitante, como na década de 1960. Naquele momento, os conflitos envolviam questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e partidárias, o que auxiliou o movimento a atingir maior grau de consciência, fazendo com que as reivindicações passassem de demandas imediatas do movimento estudantil a discussões de maior alcance político e social.

O movimento estudantil, na década de 1960, criou, a partir de suas práticas e atuações políticas, um órgão que, no imaginário social, refletia a ideia de unicidade, apesar de interiormente ser um grupo complexo, com ideologias heterogêneas, carregado de contradições e particularidades. Desde 1956, ocorreu uma hegemonia na composição dirigente da UNE e, desde 1955, na UPE; em um primeiro momento, por meio de estudantes socialistas e comunistas, que gradativamente perderam espaço para a liderança católica e, no início da década de 1960, para a Ação Popular (AP). Diversas ideologias disputavam a direção dessas entidades, porém, todas defendiam a reforma universitária, a partir de seu ponto de vista.

Curiosamente, observou-se, ao desenvolver os capítulos três e quatro, que a direção da entidade estudantil paranaense foi marcada por um rodízio entre as politicamente maiores faculdades da época, sendo Direito, Engenharia e Medicina. Tal rodízio perdurou do ano de 1952 até o golpe civil-militar. Em 1959, o surgimento de uma terceira chapa para concorrer às eleições da UPE contra as tradicionais chapas de oposição e de situação, chamada de *terceira força*, tentou quebrar esse rodízio e congregar as faculdades consideradas pequenas politicamente, porém, não teve êxito. Mas, quando o assunto era a reforma universitária, integrantes das três chapas (oposição, situação e terceira força) demonstravam estar unidos, para organizar o *I Seminário Regional de Reforma Universitária*, que estava para acontecer na capital curitibana, no ano 1962. Tal evento não chegou a se efetivar, devido a renúncia do presidente Jânio Quadros, o que conduziu o movimento a focalizar suas forças na *Campanha da Legalidade*.

A *Campanha da Legalidade* não foi o único acontecimento que fez a reforma universitária ser secundarizada pelo movimento estudantil. Na década de 1940, o contexto que tomou a frente da reforma universitária foi a proximidade do desfecho da Segunda Guerra Mundial, quando o problema fundamental discutido foi a luta contra o nazi-fascismo e o imperialismo, desprendendo-se esforços necessários para a retomada da democracia e do assistencialismo social pós-guerra. Porém, quando a reforma universitária voltava a ser pauta

principal, retornava com mais força, visto que encontrava um movimento estudantil mais posicionado politicamente.

As ações táticas utilizadas pelo movimento estudantil em busca da almejada reforma universitária foram as mais diversas; durante a pesquisa, deparou-se com todas as formas de luta destacadas pelo projeto teórico e prático *Luta Atual pela Reforma Universitária*, ou seja, o movimento, no decorrer de sua história, efetivamente utilizou-se de assembleias, abaixo-assinados, manifestações de apoio, contatos, telegramas, manifestos, panfletos, passeatas, comícios, e greves, além da utilização de instrumentos educativos e culturais, como cartilhas de alfabetização, peças teatrais, cinema, poesia, entre outros. Essas ações, em diversos momentos da história das entidades estudantis, voltaram-se para a relação com os trabalhadores, os quais, principalmente na década de 1960, foram fundamentais para ampliar a força social das reivindicações estudantis e para justificar a necessidade da democratização do ensino.

Além disso, o histórico de alguns integrantes do movimento estudantil, como por exemplos, os presidentes da UPE, da gestão 1949-50, Lincoln da Cunha Pereira, da gestão 1957-8, José Richa, e da gestão 1959-60, Florisvaldo Palácios, que posterior às militâncias estudantis alcançaram cargos políticos, confirma a teoria de que o movimento estudantil, desde o final da década de 1940, pode ser interpretado como um centro preparador de intelectuais orgânicos, mesmo que a maioria dos integrantes do movimento estudantil tenham seguido uma linha mais conservadora.

O golpe civil-militar basicamente estancou um rico debate, que estava se processando em um nível político, ideológico e cultural, porém, que não foi interrompido e conduziu a novos debates sobre reforma universitária, culminando na implementação de uma reforma universitária, efetivada pelos militares. É certo que, de modo algum, se esgota aqui a história do movimento estudantil. Espera-se, com este estudo, contribuir com uma parte inicial para a reconstrução da história da União Paranaense dos Estudantes, de forma que o próprio movimento, ao recuperar sua história, recupere suas articulações e atinja novas conquistas, baseadas nas necessidades e demandas desse novo período histórico.

REFERÊNCIAS

ALGAUER, Ozias. Informação: Protocolo n.57 DOPS/PR. 4 jul. 1957. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes – UPE - 1965**, Pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

ALGAUER, Osias. Relatório sem número, encaminhado ao delegado. 25 mar. 1959. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná**, Pasta 728, topografia 82, datada de 1953 a 1972.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: SP, Edusc, 2005.

ALIANÇA OPERÁRIA ESTUDANTIL. Boletim de Campanha nº4 – Manifesto ao Povo. Curitiba, 2 set. 1961. *In*: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL PRÓ-LEGALIDADE. Comunicação ao Chefe de Polícia. Curitiba, 3 set. 1961. *In*: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952-66.

Ao povo do Paraná e do Brasil. s.d. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, Pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1953 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1953.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1960 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1960.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1962 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1962.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1964 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1964.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1965 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1965.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1966 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1966.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1976 - IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1976.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Carta de Apresentação. *In: Ministério da Educação. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto*. Brasília: MEC/SASE, 2014. p. 4-6.

AYRES, Pedro. **Foi Assim – parte IV: O fim e o começo?**. 2011. Disponível em: <<https://papsilva.wordpress.com/2011/01/17/foi-assim-vi/>>. Acesso em 07 jan. 2017.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. UNC, Universidade Nacional de Córdoba. *In: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. RJ: Lab. De Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006, p.1191.

BITTENCOURT, João Paulo, *et. al.* PLANO DE SUGESTÕES PARA UMA REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA: aprovado pelo segundo congresso nacional de estudantes. 1938. *In: Poerner, Artur José. O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979. p.324-329.

BOMENY, Helena. O sentido político da educação de Jango. *In: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A trajetória Política de Goulart: na Presidência da República*. [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango>. Acesso em 06 de jun. 2012.

BONILLA, Frank. A educação e o desenvolvimento político no Brasil. *In: revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V. XXXVIII. Nº88. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC. Out-dez.,1962. p.45-73.

BRAGA, Suely. Vice-presidente pela primeira vez. *In: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A trajetória Política de Goulart: na Presidência da República*. 2004. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJK/Vice_Presidente_pela_primeira_vez>. Acesso em 06 de jun. 2012.

BRAGGIO, Ana Karine. **O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. *In: revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V. XXXVIII. Nº88. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC. Out-dez.,1962. p.108-126.

BRASIL. Situação econômica e o programa do governo. *In: revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V. XXXVIII. Nº88. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC. Out-dez.,1962. p.74-92.

BRUM, Argemiro J.. A Crise de 1961 a 1964. *In: O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 75-93.

CAO, Claudia. **El movimiento estudiantil argentino: la Reforma Universitaria y el surgimiento de la F.U.A.** s.d.. Disponível em:
<<http://lanuevoderecho.com.ar/Políticas/IdRef/Reforma-Cao2.htm>> Acesso em 24 abr 2007.

CALDAS, Ana Carolina. **Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

CARNEIRO, José Fernando Domingues; *et. al.*. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior —EAPES— (Acordo MEC-USAID).** Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, 1968.

CARTA DO PARANÁ. 1962. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. **UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. XXXIX – XCIX.

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. **Juventude em movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como uma categoria histórica.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

Comando Geral dos Trabalhadores, Frente de Mobilização popular, D.C.E, UPES, Deputados Luiz Alberto Dalcanalle, Leo Naves Barcellos, Walter Peicoits, Waldemar Daros, pela bancada do PSB. **CONTRA O GOLPE.** 31 de março de 1964. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina.** 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Kátia Cilene da. **Reforma universitária e Manifesto de Córdoba: estudo comparado entre Brasil e Argentina.** Associação nacional de história – ANPUH, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** 2ªed. Rio de Janeiro, 1989.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento social no Brasil.** 9ª Ed. RJ: São Alves, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação.** 7ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição.** 5ª edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

CPC. Cartilha Uma Família Operária. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Popular de Cultura**, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Diretrizes do Estado Novo (1937-1945)**: Universidade do Brasil. S.d.

DCE da UP. Encaminha plano de aplicação de auxílio solicitado. 24 dez. 1963. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982.

DCE da UP. Reunião Conselho de representantes do DCE. 28 fev. 1964. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal**, pasta 748, topografia 84, datada de 1963-1982

DIEGUES, Carlos José Fontes. Cacá Diegues: depoimento [27.10.2004]. **Projeto Memória do Movimento Estudantil**. Entrevista concedida a Carla Siqueira. Disponível em:

<<http://www.mme.org.br/main.asp?View=%7BD8F61CAF-FA6F-480C-B5B8-2B7E57510000%7D&Team=¶ms=itemID=%7B80252FA7-3450-480B-9F22-A9B6ECCD8BAD%7D%3B&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D>>. Acesso em 24 jun. 2012.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Relatório Quinzenal, 15 a 31 de maio de 1961. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Quinzenal. 1 a 15 jun. 1961. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Quinzenal. 15-30 jan. 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Fevereiro 1962. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Abr. 1962. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório Mensal. Abr. 1962. In: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem**

Política e Social – DOPS – Secções de Controle, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório mensal. Maio 1962. *In:* Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961-1963.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório DOPS. Reunião do conselho permanente da união paranaense dos estudantes. 18 maio 1962. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório. Sem data. *In:* Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2327, topografia 264, datada de 1963 a 1975.

DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Relatório. S.d. *In:* Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Secções de Controle**, pasta 863, topografia 106, datada de 1961 a 1963.

DECLARAÇÃO DA BAHIA 1961. *In:* FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p.IV-XXXVII.

DUTRA, José Carlos. A Revolução de 1964 e o Movimento Militar no Paraná: a visão da Caserna. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 22, p.195-208, jun. 2004.

Equipe de redação do CPC da UNE e adaptada pelo CPC do Paraná. Peça Auto dos 99%. 1962. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Popular de Cultura**, pasta 212, topografia 24, datada de 1963 a 1964.

Estatuto do CAHS. Setembro de 1959. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Acadêmico Hugo Simas - CAHS**, Pasta 189a, topografia 22, datada de 1948 a 1975.

FACHEL, Claudio; DOMINGUES, Camila (org.). **Os 50 anos da legalidade em imagens**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital. Diretoria de Jornalismo. Porto Alegre: CORAG, 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, n. 28, Editora UFPR: Curitiba, 2006. p.17-36.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Ficha de Milton Cavalcante. Encaminhada à DOPS-Curitiba, sem remetente. 27 dez. 1957. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Acadêmico Hugo Simas - CAHS**, Pasta 189a, topografia 22, datada de 1948 a 1975.

FIUZA, Alexandre Felipe. **Entre um Samba e um Fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

FIUZA, Alexandre Felipe; BRAGGIO, Ana Karine. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 430 – 452.

FRENTE DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA DO PARANÁ. Panfleto Parlamentarismo é golpe. [s.d.]. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

GIOVANNETTI JUNIOR., Julião Cesar; FRANKE, Tarciso. Solicitação da UPE ao superintendente do Teatro Guaira. 02 jun. 1962. Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes - UPE**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1965.

GIOVANNETTI JUNIOR, Júlio César. Manifesto da UPE aos Presidentes das Entidades Coordenadores e Representativas dos Universitários Brasileiros. S.d. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **União Paranaense de Estudantes 1965**, pasta 2325 topografia 263.

GOMES, Carlos Alberto Ferreira. **Planejamento e Industrialização em Regiões Periféricas: As Ideias da CEPAL no projeto paranaense de desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Democracia Operária: partido, sindicatos, conselhos**. Coimbra: Centelha, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9ªed. São Paulo: Loyola, 2011.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia**: “Uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra”. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, J. Olympio, 1975.

HASEANBALG, Carlos. Estatísticas do Século XX: Educação. In: **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência Democrática: A repressão no Paraná.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. **Memórias de 1964 no Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

INEP. Informação do país. *In: revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* V. XXXVIII. Nº88. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC. Out-dez.,1962. p.156.

IPÓLITO, Verônica Karina. **É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953).** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

LIMA, Michelle Fernandes. **Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de maio 68. Tradução Celuy Roberta Hundzinski. **Revista Espaço Acadêmico**, nº84, maio 2008, edição especial 2001-2008.

LUTA ATUAL PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA. 1963. *In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. UNE em tempos de autoritarismo.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p.CI – CXXXIV.

BARROS, Enrique F.; *et. al.* MANIFIESTO DE LA FEDERACIÓN UNIVERSITARIA DE CÓRDOBA. Córdoba, 1918. Disponível em: <<http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>>. Acesso em 14 jan. 2014.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo.** Curitiba: SEED, 2001.

MARIÁTEGUI, José Carlos. La Reforma Universitaria: ideologia y reivindicaciones. *In: 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana.* 3ªed.. Venezuela, Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007. p.100-125.

MARTINS, Carlos Estevam. Carlos Estevam Martins: depoimento [13.06.2005]. **Projeto Memória do Movimento Estudantil.** Entrevista concedida a Angélica Muller e Ana Paula Goulart. Disponível em: <<http://www.mme.org.br/main.asp?View=%7BD8F61CAF-FA6F-480C-B5B8-2B7E57510000%7D&Team=¶ms=itemID=%7B5D2611AA-301C-4319-9BC9-BB57C187AE6B%7D%3B&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D>>. Acesso em 05 jun. 2012.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Estudantes e operários entre 1940 e 1964.** Disponível em: <<https://arquivosdemovimentoestudantil.wordpress.com/2013/12/26/estudantes-e-operarios-entre-1940-e-1964/>>. Acesso em 04 jan. 2017.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. **Plano Trienal de Educação (1963-1965)**. Brasília, 1963.

MELLO NETO, Candido de.. Memorando da Comissão Central de Greve. s.d. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Diretório Acadêmico Nilo Cairo**, Pasta 735, topografia 83, datada de 1941 a 1972.

Mensagem enviada a Assembléia Legislativa. Curitiba, 1961. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf>. Acesso em 16 de jun. 2012.

Mensagem enviada a Assembléia Legislativa. Curitiba, 1962. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_Governo.pdf>. Acesso em 16 jun. 2012.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ofício das Sombras. *In*: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. [s.d.]. p.55-70.

NETO, José Alves de Freitas. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Ensino Superior Unicamp**. v.3, p. 62-73, 2011.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3.ed. rev. e a atual.. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais?. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo (orgs.). **La Reforma Universitaria: Desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: CLACSO, out. 2008. P. 66-78.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. **A UNE e os Partidos Políticos no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

PAULA, Christiane Jalles de. **O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória**. *In*: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A trajetória Política de Goulart**: na Presidência da República. 2003. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria>. Acesso em 06 de jun. 2012.

POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª ed. ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995.

PONTES, Frederico de Andrade. A greve do 1/3: memórias da luta pela democracia na Universidade do Ceará. *In*: **Anais do XI Encontro Nacional de História Oral: memória, democracia e justiça**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. P.1-10.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**, Curitiba, n.18, p.13-28, 2011.

RIBEIRO, Darcy. Perspectivas para a educação. *In: revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V. XXXVIII. Nº88. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC. Out-dez.,1962. p.174-6.

RIDENTI, Marcelo. A esquerda armada nos meios intelectuais. *In: O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. P.115-164.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: vozes, 1978.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Os arquivos da DOPS do Paraná. *In: Quadrilátero: revista do arquivo público do distrito federal*. Brasília, v.1, p.27-40, mar./ago. 1998.

SALDANHA, Alberto. **A UNE e o mito do poder jovem**. Maceió: Edufal, 2005.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANTOS, Jordana Souza. Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais. *In: Revista espaço Acadêmico*. Nº102. Novembro, 2009. p.147-153.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: SP: Autores associados, 2008.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. 2ªed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e Desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense. (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência história de desenvolvimento. *In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano*. Tomo III. 3ª Ed. São Paulo: Difel, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Leopoldo Nogueira e. O manifesto da F. U. de Córdoba de 1918: retomando o sonho do movimento estudantil para impulsionar uma revolução universitária na América Latina. **VII Coloquio Internacional sobre Gestion Universitaria em America del Sur: movilidad, gobernabilidad e integracion regional**. Mar del Plata, Argentina, 2007. p. 1-18.

SOUZA, Eliezer Felix de. Campanha pela federalização da Universidade do Paraná: “um inquérito no jornal Gazeta do Povo”. In: **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

TEIXEIRA, Anísio. A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional. In: **Comentário**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./mar. 1960. p.16-20.

TEIXEIRA, Anísio. Bases preliminares para o Plano de Educação relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário. In: **revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. XXXVIII. Nº88. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC. Outubro.,1962. p.97-107.

TEIXEIRA, Selma Suely. Teatro em Curitiba na década de 50: História e Significação. Dissertação. UFPR. 1992.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. Os cristão e as esquerdas nos anos 1960: uma historiografia da Ação Popular. In: **Anais do 3º Seminário de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

TORRES, Carla Michele Ramos. **Em cena: O Teatro no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) 1961-1964**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**. vol.24 n.47. São Paulo, 2004.

TRINDADE, Helgio. A legalidade e o movimento estudantil brasileiro. In: **Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre. V.18, n.33, p.129-164, jul. 2011.

TRONCOSO, Hugo E. Cancino. El Movimiento de reforma universitaria en Córdoba, Argentina 1918: para una relectura crítica de su discurso ideológico. **Sociedad y discurso**, AAU, n.6, 2004. p. 1-39.

UNE; UPE; DCE da UP; *et. al.* Manifesto aos estudantes e ao povo. 9 jun. 1962. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

UNE, União Nacional dos Estudantes. Livreto Reforma Universitária. 1963. n.p. In: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

UNE, União Nacional dos Estudantes. Informe da Diretoria da União Nacional dos Estudantes. s.d. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

UNE, União Nacional dos Estudantes. Quem será o gorila de 1963?. s.d. *In*: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

UNE. Resoluções do Conselho Nacional dos Estudantes, 1ª reunião ordinária da gestão 63/64. Informe UNEPRESS especial: fevereiro, 1964. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

UNE, União Nacional dos Estudantes. **Reforma universitária: 95 anos do manifesto de Córdoba**, 2012. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2012/12/reforma-universitaria-95-anos-do-manifesto-de-cordoba/>> Acesso em 03 dez. 2013.

UPE, União Paranaense dos Estudantes; UPES, União Paranaense dos Estudantes Secundários, UCES, União Curitibana dos Estudantes Secundários; Sindicatos dos Trabalhadores. Manifesto ao Povo. Curitiba, 28 ago. 1961. *In*: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Campanha da Legalidade**, pasta 165, topografia 19, datada de 1961.

UPE, União Paranaense dos Estudantes. Constituição da UPE. 1962. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, Pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

UPE. Solicitação a DOPS. 23 de maio de 1962. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

UPE, União Paranaense dos Estudantes. Panfleto: Porque Estamos em GREVE. Sem data. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

UFMG. **História da UFMG**. s.d. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/hi_index.shtml> Acesso em 18 ago. 2015.

VALE JUNIOR, João Batista. **Longe Demais das Capitais?: Cultura política, distinção social e Movimento Estudantil no Piauí (1935-1984)**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

VIANA FILHO, Oduvaldo. Texto teatral A miséria ao alcance de todos. Fevereiro de 1962. *In*: Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952-66.

WERNECK VIANNA, Luiz. A classe média na política brasileira. Agosto. 2008. *On-line*.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

Legislativas

DECRETO N.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>> acesso em 17 mar. 2015.

Decreto N.º 19.850, de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 19 mar. 2015.

DECRETO N.º 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 19 mar. 2015.

Decreto N.º 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>> acesso em 19 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº4105, de 11 de fevereiro de 1942. Reconhece a União Nacional, dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14105.htm Acesso em 24 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº1254, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm Acesso em 05 fev. 2017.

Projeto de Lei nº2.406. Dispõe sobre o ensino médico e dá outras providências. Diário do Congresso Nacional. Março, 1957.

Lei N.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>> acesso em 14 jul. 2015.

Instrução N.º204, 13 mar. 1961. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/Sumoc/Instrucoes/instrucao204.pdf> Acesso em: 26/03/2017.

Instrução N.º208, 27 jun. 1961. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/Sumoc/Instrucoes/instrucao208.pdf> Acesso em: 26/03/2017.

DECRETO-LEI Nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0053.htm> acesso em 14 jul. 2015.

DECRETO-LEI Nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0252.htm> acesso em 14 jul. 2015.

Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68>> acesso em 14 jul. 2015.

Jornalísticas

Folha Acadêmica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p.14, 10 fev. 1928.

A grande reunião de ontem, dos estudantes pró-reforma universitária. **Jornal O Imparcial**. Rio de Janeiro, p.8, 16 ago. 1928.

Pró-Reforma Universitária. **Jornal A Esquerda**. Rio de Janeiro, p.2, 21 ago. 1928.

A Casa do Estudante Brasileiro: uma excursão que deve ser proibida em nome da moral e da saúde públicas. **Jornal A Manhã**. Rio de Janeiro, p.2, 07 mar. 1929.

O professor Bruno Lobo em São Paulo: S.s. carinhosamente homenageado pelos estudantes paulistanos. **Jornal Diário Carioca**. Rio de Janeiro, p.2, 28 abr. 1929.

A Reforma Universitária: Julio Prestes expõe as suas ideias à mocidade estudiosa. **Jornal Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p.3, 13 ago. 1929.

Candidaturas liberais e comitê pró-universidade democrática. **Jornal A Manhã**. Rio de Janeiro, p.12, 15 ago. 1929.

Varias: regressou para o Rio de Janeiro a embaixada do Comitê Pró-Democracia Universitária. **Jornal A Federação**. Rio Grande do Sul, p.4, 14 set. 1929.

MENEZES, Djacir; et. al., Manifesto aos estudantes brasileiros. Porto Alegre, 1929. In: **Jornal A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 set. 1929, p.4.

Estudantes e professores prestigiam candidatos da aliança liberal. **Jornal A Manhã**. Rio de Janeiro, p.1, 02 out. 1929.

O comício liberal de domingo último – a polícia prendeu, arbitrariamente, dois universitários bahianos. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, p.5, 5 nov. 1929.

A Questão da Reforma Universitária: a contribuição da Faculdade de Direito. **Jornal Diário da Noite**. Rio de Janeiro, p.11, 24 nov. 1930.

Coluna Acadêmica: Focalizando um problema. **Jornal Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p.6, 25 nov. 1930.

A nova lei do ensino: professores e estudantes agitam-se em torno da reforma. **Jornal A Batalha**. Rio de Janeiro, p.3, 17 abr. 1931.

Lavra Enorme Agitação em Face a Reforma Universitária. **Jornal A Esquerda**. Rio de Janeiro, p.1, 17 abr. 1931.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: como a Directoria de Informações e Divulgação do Ministério da Educação aprecia esse documento. **Jornal O Jornal**. Rio de Janeiro, p.2, 01 abr. 1932.

Centro Ronald de Carvalho. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.5, 11 abr. 1935.

A campanha dos 50 por cento. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.1, 23 ag. 1935.

A gazez lacrimogêneos foi impedida a realização da passeata. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.1, 1 set. 1935.

Povoar, Unir, Educar! **Jornal Correio do Paraná**. Curitiba, p.1, 21 set. 1935.

Rompe amanhã a campanha dos 50 por cento! **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.1, 30 out. 1935.

Campanha dos 50 por cento. **O Dia**. Curitiba, p.3, 1 nov. 1935.

A Campanha anti-fascista: origem e programa da União Democrática Estudantil. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.6, 26 jul. 1936.

Os universitários paranaenses contra os extremismos. **Jornal O Estado**. Curitiba, p.6, 24 out. 1936.

Ao povo do Paraná: a união universitária democrática contra os extremismos. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.6, 26 out. 1936.

Nada de Comícios. **Jornal O Dia**, Curitiba, p.8, 26 jan. 1937.

União Democrática Estudantil. **Jornal O Estado**. Curitiba, p.1. 17 jun. 1937.

2º Congresso Nacional de Estudantes. **Jornal Diário da Tarde**, Paraná, p.1, 10 maio 1938.

Instalação da União Universitária do Paraná. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.2, 9 jan. 1943.

A GESTAPO não poderá destruir os élos seculares que unem os povos das Americas!
Jornal O Radical. Rio de Janeiro, p.2, 17 out. 1943.

Petróleo para o Brasil: Despediu-se do Paraná, em brilhante conferencia, o cel. Arthur Carnaúba. **Jornal O dia**, Curitiba, p.8, 3 jun. 1948.

União Paranaense dos Estudantes. **Diário do Paraná**. Curitiba, p.8, 8 nov. 1947.

Congresso das Universidades Latino-Americanas. **Jornal de Notícias**. São Paulo, p.2, 27 nov. 1948.

A crise brasileira e o problema do petróleo. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.3, 3 mar. 1949.

Federalização é o tema do momento. Paraná Acadêmico *in* **Jornal O Dia**, Curitiba, p.4, 11 fev. 1950.

Grande parada acadêmica pela federalização da universidade. Paraná Acadêmico *in* **Jornal O Dia**, Curitiba, p.8, 14 mar. 1950.

ARAGÃO, Moniz. Fazendo Política. Paraná Acadêmico *in* **Jornal O Dia**, Curitiba, p.7, 28 abr. 1950.

A greve dos estudantes de engenharia. Manifesto dos Estudantes de Engenharia ao povo de Curitiba. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.9, 12 maio 1950.

Aos alunos da escola de engenharia da universidade do Paraná: O 'caso' da greve dos estudantes. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.2, 12 maio 1950.

Reunião do Conselho Universitário: sobre a greve dos estudantes de engenharia do Paraná. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.5, 20 maio 1950.

Por quê greve dos acadêmicos de química? Paraná Acadêmico *in* **O Dia**, Curitiba, p.6, 26 maio 1950.

Manifesto do Centro Acadêmico Visconde de Mauá. Paraná Acadêmico *in* **Jornal O Dia**, Curitiba, p.6, 26 maio 1950.

Movimento estudantil pró-Bento Munhoz da Rocha Neto. **Jornal Paraná-Norte**. Londrina, p.1, 6 jun. 1950.

O caso da greve dos estudantes de engenharia. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.1-6, 24 ago. 1950.

No parlamento Nacional: a questão da força e luz em Curitiba. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.1, 18 ago. 1951.

Contra cia de força e luz do Paraná protestam os universitários da UPE. **Jornal Diário da Tarde**, p.1, 28 ago. 1951.

Na hora da morte. **Jornal A Tarde**. Curitiba, p.5-6, 11 set. 1951.

Comício Monstro contra a Cia. Força e Luz. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.2, 21 set. 1951.

O presidente da UPE é cego ou inocente? **Jornal A Tarde**. Curitiba, p.5, 25 set. 1951.

Tudo Verde. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.2, 27 set. 1951

Observando. **Jornal A Tarde**. Curitiba, p.5, 28 ago. 1951.

Comício Popular em Defesa do Petróleo. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.2, 23 abr. 1952.

XV Congresso Nacional dos Estudantes. **Jornal Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, p.2, 19 jul. 1952.

Total Reforma Universitária Reivindica os Congressistas. **Jornal Imprensa Popular**. Rio de Janeiro, p.1, 30 jul. 1952.

Ivan Xavier Viana candidato a presidente da União Paranaense dos estudantes. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.5, 9 out. 1952.

A Reforma Universitária. **Jornal Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p.4, 17 out. 1952.

UPE e o Nordeste. **Jornal Dia**. Curitiba, p.4, 3 mar. 1953.

O rumoroso “Caso Carnáuba”. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.5, 8 mar. 1953.

Panorama Educacional: educação e ensino – vida universitária: O fim do Trote do Calouro. **Jornal Diário do Paraná**, p.4, 10 maio 1954.

A greve estudantil no Paraná. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.8, 15 maio 1954.

Panorama Educacional: Teatro do Estudante. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.13, 13 maio 1955.

RODRIGUES, Marly. O Brasil na década de 1950. São Paulo: memórias, 2010. União paranaense dos estudantes: conselho da UNE. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.4, 30 abr. 1955.

Comitê popular pró candidatura Ohton Mäder: Universitário Paranaense. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.7, 11 jun. 1955.

Contra a infiltração extremista no seio da classe estudantil. **Jornal Diário de Pernambuco**. Recife, p.14, 8 ago. 1955.

Serão realizadas amanhã as eleição para a UPE. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.2, 28 out. 1955.

Empossada ontem a nova diretoria da União Paranaense dos Estudantes. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.12, 1 nov. 1955.

Modificada a paisagem da cidade com a invasão de estudantes tosquiados. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.16, 28 fev. 1956.

No Rio os representantes dos candidatos não classificados na faculdade de medicina. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.16, 1 mar. 1956.

Decisão do DANC sobre excedentes do vestibular da faculdade de medicina. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.16, 6 mar. 1956.

Apelo. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.13, 10 mar. 1956.

Manifesto da UPE ao povo do Paraná. **Jornal O Dia.** Curitiba, p.8, 7 abr. 1956.

Coluna Panorama Educacional: Educação e Ensino – Vida Universitária. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.7, 27 abr. 1956.

Lupion: grande patrono das causas universitárias. **Jornal O Dia.** Curitiba, p.1, 28 abr. 1956.

Reagem os estudantes do Paraná contra a infiltração comunista no meio estudantil. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.7, 17 maio 1956.

Deputados e estudantes de Medicina procuram solucionar o caso da greve. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 24 maio 1956.

Greve na Medicina. **Jornal Diário Carioca.** Rio de Janeiro, p.12, 26 maio 1956.

Os acontecimentos determinantes da greve estudantil. **Jornal O Dia.** Curitiba, p.8, 31 maio 1956.

Estudantes de Direito Furaram a greve decretada pela UNE. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 5 jun. 1956.

Terminou a greve de medicina. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.1, 1 ago. 1956.

Carta aberta ao senhor governador. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.13, 3 out. 1956.

Expectativa em torno das eleições da UPE. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 26 out. 1956.

Repudiam os estudantes paranaenses a intervenção soviética na Hungria. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 10 nov. 1956.

Ampliação da Rede Escolar para Solucionar Problemas do Ensino. **Jornal Última Hora.** Rio de Janeiro, p.15, 08 jan. 1957.

União Paranaense dos Estudantes. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.11, 15 jan. 1957.

Não pode o universitário conservar-se alheio à quebra dos princípios morais. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.24, 3 fev. 1957.

Cogita o Ministério de Educação e Cultura de Promover uma Reforma no Ensino Superior. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.8, 12 fev. 1957.

Novo restaurante aos universitários paranaenses. **Jornal O Dia.** Curitiba, p.8, 3 mar. 1957.

Estuda o Ministério da Educação uma Reforma do Ensino Superior. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.8, 10 mar. 1957.

Pode ser vencida com o apoio do Povo grave crise do regime. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.2, 16 mar. 1957.

Como opina sobre o sr. Chateaubriand a mocidade universitária brasileira. **Jornal Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, p.2, 2 abr. 1957.

Panorama Educacional. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 18 abr. 1957.

Está o Brasil entre os primeiros países do mundo em matéria de unificação estudantil. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.2, 4 jun. 1957.

Tomarão posição os universitários sobre a reforma do ensino superior. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 9 jun. 1957.

Crise Universitária: Reflexo da Visita do Deputado Frota Moreira. **Jornal O Dia.** Curitiba, p.9, 22 jun. 1957.

Panorama educacional. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 26 jun. 1957.

Possível solução do impasse através do congresso da UPE. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.8, 28 jun. 1957.

Movimento Estudantil. **Jornal Imprensa Popular.** Rio de Janeiro, p.4, 28 jun. 1957.

I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior. **Semanário.** P.15, 27 jun. a 4 jul. 1957.

Reforma do Ensino: Seminário Nacional de Estudantes. **Jornal O Jornal.** 3 jul. 1957, p.15.

UNE faz seminário: reforma. **Jornal Diário Carioca.** Rio de Janeiro, p.16, 7 jul. 1957.

Importantes Modificações Sugerem os Acadêmicos Para a Reforma do Ensino. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.8, 27 jul. 1957.

Seguirá hoje a bancada do Paraná ao XX Congresso Nacional da UNE. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.9, 27 jul. 1957.

Terá início hoje em Nova Friburgo o XX Congresso Nacional da UNE. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.9, 28 jul. 1957.

Resoluções Finais do Seminário de Reforma do Ensino. **Jornal O Semanário.** Rio de Janeiro, p.15, 1 a 8 ago. 1957.

Repudiado o comunismo pelo XX Congresso Nacional da UNE. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.9, 6 ago. 1957.

Anteprojeto de Programa Mínimo Administrativo Apresentado pela diretoria da UNE para gestão de 1957-58. **Semanário,** p.15, 3 a 15 ago. 1957.

Reforma do Ensino Superior. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.13. 18 ago. 1957.

Reforma do Ensino Superior. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 21 ago. 1957.

Reforma do ensino superior. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 24 ago. 1957.

Reforma do Ensino Superior. **Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 27 ago. 1957.

Reforma do Ensino Superior. **Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 28 ago. 1957.

Reforma do Ensino Superior. **Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 3 set. 1957.

Reforma do Ensino Superior. **Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 5 set. 1957.

O Ensino de Engenharia IV. **Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 23 ago. 1957.

O Ensino de Engenharia VIII. **Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 6 set. 1957.

O Ensino de Engenharia IX. **Diário do Paraná,** Curitiba, p.5, 7 set. 1957.

O Ensino de Engenharia X. **Diário do Paraná,** Curitiba, p.5, 10 set. 1957.

O Ensino de Engenharia XI. **Diário do Paraná,** Curitiba, p.5, 11 set. 1957.

O Ensino de Engenharia XII. **Diário do Paraná,** Curitiba, p.5, 12 set. 1957.

O Ensino de Engenharia XIII. **Diário do Paraná,** Curitiba, p.5, 13 set. 1957.

Definição de brasilidade. **Jornal O Dia.** Curitiba, p.4, 15 set. 1957.

Aderem os Estudantes à Campanha do Lions Club contra a Poliomielite. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.9, 18 set. 1957.

Homenagem ao presidente da UPE. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.10, 20 set. 1957.

Panorama Educacional. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.5, 25 out. 1957.

Missão Cultural da UPE no Rio de Janeiro e em Recife. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.5, 20 fev. 1958.

Terá início segunda-feira a 1ª Semana Paranaense de Estudos Políticos e Sociais. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.6, 9 abr. 1958.

Manifesto da UPE contrário à instalação no Brasil da 'American Can Co.'. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.6, 9 abr. 1958.

Encerra-se hoje a 1ª Semana Paranaense de Estudos Políticos e Sociais da UPE. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.7, 19 abr. 1958.

Solidariedade dos Conselheiros da UNE ao Manifesto dos Bispos na Província Fluminense. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.2, 6 maio 1958.

Hoje a conferência sobre o festival da juventude comunista em Moscou. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.3, 8 maio 1958.

Construirá a CASES 36 restaurantes para universitários em todo o país. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.8, 8 maio 1958.

Paraná prepara-se para o congresso da União Nacional dos Estudantes. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.8, 9 jul. 1958.

Declaração de princípios da bancada paulista no XXI Congresso da União Nacional dos Estudantes. 05 jul. 1958. *In*: **Jornal O semanário**, Rio de Janeiro, p. 7, Semana e 17 a 24 jul. 1958.

Rejeitada no Congresso da UNE proposta de reatamento de relações com a UIE. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.3, 2 ago. 1958.

Contra a liberação do preço da carne. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.5, 14 set. 1958.

Mais agitados em 1959 que nos anos anteriores os meios universitários: eleições na UPE. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.9, 16 out. 1959.

Pronunciam-se os Universitários a Favor da Operação Pan-Americana. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.8, 26 out. 1958.

Serão Realizadas Amanhã as Eleições da UPE. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.4 e 8, 28 out. 1958.

Registrada apenas uma para as eleições da UPE. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.13, 29 out. 1958.

Inaugurará a UPE dentro de 60 dias o seu novo restaurante universitário. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.8, 1 mar. 1959.

Estudantes vão iniciar campanha enérgica em defesa da escola pública. **Jornal Última Hora**. Rio de Janeiro, p.7, 9 jul. 1959.

Definição Ideológica. **Jornal O Semanário**. Rio de Janeiro, p.7, 1-7 ago. 1959.

Estudantes de Filosofia em greve contra a criação indiscriminada de Faculdades. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.2, 22 out. 1959.

Estudantes (contrários ao projeto de Diretrizes) pedem convocação do Congresso à UPE dentro de 72 horas. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.12, 20 fev. 1960.

Fulminado no congresso da UPE o projeto de Diretrizes e Bases. **Jornal Correio do Paraná**. Curitiba, p.3, 23 fev. 1960.

Suplemento Dominical Ilustrado *in*: **Jornal Correio do Paraná**. Curitiba, p.14-19, 10 abr. 1960.

Defesa da Escola Pública. **Jornal Última hora**. Curitiba, p. 2, 25 abr. 1960.

UNE promove seminário sobre ensino. **Jornal O Metropolitano**. Rio de Janeiro, p.2, 8 maio 1960.

JK manda auxiliar a UNE. **Jornal última hora**. Rio de Janeiro, p.2, 12 maio 1960.

Seminário começa hoje. **Jornal O Metropolitano**. Rio de Janeiro, p.2, 15 maio 1960.

Seminário em Ritmo Acelerado. **Jornal O Metropolitano**. Rio de Janeiro, p.2, 22 maio 1960, p.2.

Seminário estuda reforma do ensino. **Jornal O Metropolitano**. Rio de Janeiro, p.1, 29 maio 1960.

Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino. **Jornal Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p.4, 29 maio 1960.

Estudante toma medidas: reforma da universidade. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.12, 17 ago. 1960.

3ª Força quer ganhar pleito universitário. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.8, 4 set. 1960.

Líderes Políticos Estudantis em Ponta Grossa. **Jornal Correio do Paraná**. Curitiba, 20 out. 1960, p.6.

Presidência da UPE vai este ano para Medicina, oposição não concorre. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.12, 22 out. 1960.

UPE contra bacharelismo e alienação Cultural da Universidade: Congresso. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.8, 25 out. 1960.

Congresso de Estudantes apoia nacionalismo e escola pública. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.3, 27 out. 1960.

Fidel Castro aplaudido por Estudantes do Paraná. **Jornal Correio do Paraná**. Curitiba, p.5, 27 out. 1960.

DCE também com escola pública e com reforma universitária: manifesto. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.12, 11 nov. 1960.

Conselho em Manaus. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.5, 12 jan. 1961.

Comissão da UPE estudará a Reforma Universitária. **Jornal Última Hora**. Rio de Janeiro, p.2, 28 fev. 1961.

Comissão organizará o 1º Seminário de Reforma Universitária. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.3, 8 mar. 1961.

Estudantes da situação, oposição e terceira força na UPE: reforma universitária. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.4, 9 mar. 1961.

Universitários reúnem-se em Curitiba: reforma. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.3, 11 mar. 1961.

Estudantes de Medicina iniciaram amplos debates: reforma do ensino. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.13, 16 mar. 1961.

Reestruturada comissão de estudos: reforma do ensino. **Jornal Última Hora**. Rio de Janeiro p.2, 20 mar. 1961.

Existe no Paraná um estudante de enfermagem para 100 de medicina. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.3, 9 abr. 1961.

Rádio e TV no Paraná. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.15, 19 abr. 1961.

Reforma universitária: seminário da UEE começa hoje em São Paulo. **Jornal Última Hora**. Rio de Janeiro, p.6, 29 abr. 1961.

No 1º congresso da UNE, RU saíra de qualquer maneira. **Jornal o Metropolitano**. Rio de Janeiro, p.6, 07 maio 1961.

UNE apoio e patrocínio ao “I encontro do Sul”. **Jornal O Metropolitano**. Rio de Janeiro, 07 maio 1961.

Presidente da UNE veio para acertar conchaves com a UPE. **Jornal O Dia**. Curitiba, p.8, 11 maio 1961.

Presidente da UNE em Curitiba: reforma universitária é o tema. **Jornal Última Hora.** Curitiba, p.3, 12 maio 1961.

Estudantes vão debater em Salvador problemas da reforma universitária. **Jornal Diário da Tarde.** Curitiba, p.5, 12 maio 1961.

Paraná vai participar em Porto Alegre do encontro dos Universitários do Sul. **Jornal Diário da Tarde.** Curitiba, p.4, 19 maio 1961.

Jânio saúda 'encontro do sul': 'de parabéns' 'o metropolitano'. **Jornal O Metropolitano.** Rio de Janeiro, p.1, 21 maio 1961.

Constituída delegação do Paraná para ir ao encontro de Porto Alegre. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.6, 28 maio 1961.

Vitorioso Seminário sobre ensino realizado na Bahia. **Jornal Última Hora.** Rio de Janeiro, p.3, 30 maio 1961.

Reforma Universitária. **Jornal Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, p.4, 02 jun. 1961.

Castro Neves confessa que Jânio ainda não tem plano de governo. **Jornal Diário da Tarde.** Curitiba, p. 1, 15 jun. 1961.

UNE distribui conclusões de Reforma Universitária vetadas por Jânio Quadros. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro. 1º caderno, p.3, 16 jul. 1961.

Reforma Universitária é injúria ao governo. **Jornal O Metropolitano.** Rio de Janeiro, p.2, 16 jul. 1961.

Congresso da UNE proclama aliança com operariado. **Jornal Última Hora.** Curitiba, p.3, 17 jul. 1961.

Reitores tomam posição sobre Reforma Universitária no país. **Jornal Diário da Tarde.** Curitiba, p.4, 24 jul. 1961.

I seminário de Reforma será realizado início de outubro. **Jornal Última Hora.** Curitiba, p.1, 23 ago. 1961.

Estudantes e operários firmação protocolo de luta: UPE cria comissão. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.6, 24 ago. 1961.

Paraná: greve geral estudantil em defesa da constituição! **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.8, 27 ago. 1961.

Greve terminou: voltam às aulas os estudantes. **Jornal Última Hora.** Curitiba, p.3, 11 set. 1961.

Agitação nos meios universitários: eleição na UPE rompe as tradições! **Jornal Última Hora.** Curitiba, p.2, 25 out. 1961.

Universitários lançam Carta de Princípios do XVII Congresso Estadual dos Estudantes. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, p.5, 28 out. 1961.

Assessoria da UNE em Curitiba entrosará campanhas com a UPE. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.2, 30 out. 1961.

Política de Ensino Superior hoje em debate. **Jornal Do Brasil**. Rio de Janeiro, p.5, 29 nov. 1961.

Presidente da UPE seguiu para Cuba à convite de Fidel. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.6, 28 dez. 1961.

Reforma Universitária. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.2, 9 jan. 1962.

Reunião de estudantes: reforma universitária. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.4, 29 jan. 1962.

Conselho da UPE estuda reforma universitária. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.6, 23 fev. 1962.

Reforma Universitária. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.4, 03 mar. 1962.

Acadêmicos de todo o país debaterão em Curitiba a Reforma Universitária. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.2, 9 mar. 1962.

Cartazes e faixas para RU. **Jornal Diário do Paraná**. Curitiba, p.7, 15 mar. 1962.

II seminário nacional de reforma universitária teve início sábado. **Última hora**. Curitiba, p.2, 19 mar. 1962.

Jornal Flâmula. 14 maio 1962. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

ATAIDE, Vicente de Paula. Duas horas. *In:* Jornal Flâmula. 14 maio 1962. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

R.S. Novos Rumos. *In:* Jornal Flâmula. 14 maio 1962. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

SOSSELA, Sérgio Rubens. Apontamentos Críticos. *In:* Jornal Flâmula. 14 maio 1962. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

Greves e crises nas faculdades: acadêmicos de medicina exigem afastamento do diretor. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.2, 16 maio 1962.

Fechadas todas as faculdades do Estado: Universitários em Greve. **Jornal Última Hora.** Curitiba, p.4, 19 maio 1962.

Reitor acha sem motivos greve da UPE. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.6, 19 maio 1962.

Universitários: 4º dia de greve e assembleias em todo o interior. **Jornal Última Hora.** Curitiba, p.2, 21 maio 1962.

Brizola Fala hoje aos estudantes. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.6, 7 jun. 1962.

Presidentes da UPE e DCE vão ao CNE: provas. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.6, 8 jun. 1962.

Cavalaria da PM dissolveu teatro da UNE na Cinelândia. **Jornal Do Brasil.** Rio de Janeiro, p.3, 16 jun. 1962.

UPE promove comício amanhã na avenida: 17h30m. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.3, 21 jun. 1962.

Estudantes invadem ministério da educação: mantem ocupação. **Jornal Diário da Tarde.** Curitiba, p.5, 29 de jun. 1962.

Sem título. JORNAL Diário do Paraná. 1 jun. 1963. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **Centro Acadêmico Hugo Simas - CAHS**, pasta 189a, topografia 22, datada de 1948 a 1975.

Carta de Princípios da Bancada da UPE: Apoio a todas as reformas. Jornal sem identificação. n.p. 20 jul. 1963. *In:* Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

A reforma do estudante é universitária. **Jornal Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p.7, 21 jul. 1963.

Aumento de vagas nas faculdades atende interesses estudantis. **Jornal Diário da Tarde.** Curitiba, p.5, 3 mar. 1964.

Reformas para evitar “convulsão sangrenta”. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p.4, 15 mar. 1964.

O novo BNDE. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p.22, 16 fev. 1967.

A Reforma Universitária está começando no Paraná. **Jornal Diário do Paraná.** Curitiba, p.8, 4 nov. 1969.

APÊNDICES

Estrutura da UPE até 1964

As eleições para a diretoria da UPE geralmente aconteciam no final do mês de outubro após os Congressos Estaduais dos Estudantes. Por isso, a lista de dirigentes está delimitada por dois anos, exemplo: 1940-1, significa que a nova diretoria assumiu em novembro de 1940 permanecendo até outubro de 1941.

1939

Presidente: Raul Bruel

1940-1

Presidente: Otávio Siqueira (em 1936 foi secretário do Centro Acadêmico Nilo Cairo – Medicina)

1942-3

Não conseguiu-se identificar

1943-4

Não conseguiu-se identificar

1944-5

Francisco Osvaldo Castelucci

1945-6

José Alves Teixeira

1946-7

Presidente: Oséas de Castro Neves (Medicina)

1947-8

Presidente: Oséas de Castro Neves (Medicina)

1948-9

Presidente: José Eduardo campos de almeida (Engenharia)

1º vice-presidente: Waldir Oscar Nothen

2º vice-presidente: Leonidas Taborda Ribas.

Secretário geral: Almicar Gigante

1º secretário: João Alfredo Sotto

2º secretário: Aristides bitencourt Filho

1º tesoureiro: Sandovan Rodrigues

2º tesoureiro: Eurico da Cunha Mello Fiho

Orador: Laerzio Capelli

Biblioterário: Sáula Elias

Arquivista: Luiz Alberto Veiga

Integrantes do Conselho Permanente da UPE

Presidente Agostinho Luby

Ismael José Brunstein (D.A. Engenharia do Paraná)

Paulo Machado Assunção (CA Visconde Mauá)

Neuzart Francisco Machado (DA. Ciências Econômicas)

Jorge Weigert (CA Visconde de Mauá)

Diamantino Conrado de Campos (DA Eng. Do Paraná)

Oséas de Castro Neves (CA Nilo Cairo)

João C Tores Miranda (CA F. Ciências e Letras)

Pedro Paulo R. A. Neves (D. A. Nilo Cairo)

Leandro de Freitas (F.P. Desportos Universitários)

Benjamin Nudelman (D.A. Química do Paraná)

Paulo Araujo Cruz (C.A. Hugo Simas)

Amantino de Melo Ribas (CA. Hugo Simas)

1949-50

Presidente: Lincoln da Cunha Pereira (engenharia)

Vice-presidente: Diçõ Durval dos Santos (em agosto foi presidente em exercício)

1950-1

Presidente: Renato Piloto (direito)

1951-2

Presidente: Juliano Rubens de Carvalho Ferreira (direito)

1952-3

Presidente José Cury (direito)

1º vice presidente: João Eduardo Irion (medicina)

2º vice-presidente: Nobutero Matsuda (engenharia)

Procurador geral: Leonidas Tolendino (filosofia)

Secretário geral: Ivan Sosinho (Química)

1º secretário: João Juarez Bernardi (agro veterinária)

2º secretário: Glicon Garcia (odontologia)

1º tesoureiro: Klaus E. Mashcke (c. econômicas UP)

2º tesoureiro: Vitoldo Oisten (c. econômicas P)

1º orador: Gastão Vieira de Alencar (direito)

2º orador: Ney de Paula Zanardini (direito)

Arquivista: Luiz Carlos de Cezar Valeixo (ed. Física)

1953-4

Presidente Zake Sabbag Filho (engenharia)

1954-5

Presidente: Atilio Miranda (Medicina)

Orador: Carlos Alberto Moro.

Diretor do Teatro do Estudante do Paraná, do Departamento Teatral da UPE: Armando Maranhão

1955-6

Presidente: Djalma Lopes de Medeiros (direito Federal)
 1º vice-presidente: Raimundo de Macedo Menezes (Eng.)
 2º vice-presidente: Celso Ribeiro dos Santos (Med.)
 Procurador geral: Luiz José Perrotti (Direito Federal)
 Secretário Geral: Fernando Leite Colletti (direito de Curitiba)
 1º secretário: Gunther Jerbert Hoffmann (Agronomia)
 2º secretário: Mauro Maruco (Eng. Química)
 1º tesoureiro: Arnaldo Seifert (Ciências e. do Paraná)
 2º tesoureiro: Albor Guttenberg Pimpão F. Alves (ciências e. federal)
 1º orador: Osvaldo Doria (direito Curitiba)
 2º orador: Ney Luiz Santos (Filosofia católica)
 Arquivista: Deodoro Affonso Heimbecher (odontologia).

1956-7

Presidente Nobutero Matsuda (engenharia)
 1º vice-presidente: Oswaldo Doreto Campanari (assumiu a presidência em agosto de 1957, pois Nobutero assumiu cargo de 3º vice-presidente na UNE).
 2º vice-presidente procurador geral: Carlos N. de Castro; Jamil Nabhen (em janeiro de 1957 estava como presidente em exercício);
 Secretário geral: Wodziemiecz Ervino Nizío;
 1º secretário: José Richa;
 2º secretário: Mansur Salim
 1º tesoureiro: Hernani Guimarties Medeiros
 2º tesoureiro: Issa Miguel Salomão
 1º orador: Aldévio Praia Soares
 2º orador: Augusto Waldrigues
 Arquivista: Mario Beckmann Rudinski
 Presidente do Conselho Permanente: Izidoro Fluminense

1957-8

Presidente: José Richa (odontologia)
 1º vice-presidente: Darcy Nasser de Mello
 2º vice-presidente: Léo Bittencourt
 Procurador geral: Erasto de Maio
 Secretário Geral: Carlos José Silveira
 1º Secretário: José Jarbas Néia
 2º Secretário: Francisco Bezerra de Mello Nunes
 1º tesoureiro: Emílio S. Weber
 2º tesoureiro: Antonio de Souza
 1º orador: Ivo de Angelis
 2º orador: Valter Bitencourt
 Arquivista: Paulo Von Linsinger Neto
 departamento de cultura e arte: Otacílio Ribeiro da Silva
 Intercâmbio: Francisco A? Negrão
 Restaurante Universitário e Granja: Arnaldo ?
 Fotográfico: Ervino Nizio
 Imprensa: Antonio Pereira posteriormente Carlos Danilo Cortes
 Rádio: João Oliver Gabardo

Social: Manoel Cursino Dias Paredes
 Médico: Alcyr de Lima
 Odontológico: Yassuco Ito
 Teatro: Armando Maranhão
 Biblioteca: Eloisa Valente
 Presidente do conselho permanente da UPE: Horário Cabral

1958-9

Presidente: José Djalma F. de Mattos (Direito Federal)
 1º Vice-presidente: Florisvaldo Palacios (engenharia civil)
 2º vice-presidente: Osmar Boano (medicina)
 Procurador Geral: Geraldo Barreto da Costa (Direito de Curitiba)
 Secretário Geral: Alberto Tomita (filosofia Federal)
 1º secretário: Nivaldo Niebuhr Pereira (católica de filosofia)
 2º secretário: José Geraldo Lima de Lara (odontologia)
 1º tesoureiro: Benjamin Hammerschmidt (agro-veterinária)
 2º tesoureiro: Jayr de Paiva Campello (eng. Química)
 1º orador: Osny Bittencourt (católica de direito)
 2º orador: William Wilson Vidal (ciências médicas).
 Arquivista: Olavo Guimarães (farmácia)

1959-60

A eleição de 1959 teve um total de 3378 votos, pela primeira vez três chapas concorreram. Foram 1466 pertencentes à chapa situacionista, 984 aos opositoristas e 878 à chamada terceira força (congregava principalmente faculdades particulares).

Presidente: Florisvaldo Palácios (de engenharia)
 1º vice-presidente: Delmir J. Gardel
 2º vice-presidente: Jesus Berbel
 Procurador Geral: Mousinho T. Coelho
 Secretário Geral: Alberto Tomita
 1º Secretário: Esperidião Buzalaf
 2º secretário: Reiad Nicolau
 1º Tesoureiro: Ivan da Silva
 2º tesoureiro: Heitor Luiz Sché
 1º Orador: Mansur Teófilo Mansur.
 2º Orador: Domenico Catanbo
 Arquivista: Venrer Willrich.

1960-1

Presidente: Ronaldo Osti Pereira (medicina da UFPR)
 Vice-presidente: José Maurilho de Paula (Direito da UFPR)
 2º Vice-presidente: euvaldo Dal Fabro (eng. Civil da UFPR)
 Procurador geral: Ruy Walchowcz (Filosofia PUC)
 1º Secretário: José Francisco Neves (odontologia)
 2º secretário: Permínio Pinto (Farmácia)
 1º tesoureiro: Luiz Fernando Gramsi (ciências econômicas da UFPR)
 2º tesoureiro: Pedro Teixeira Chaves (Direito de Curitiba)
 1º orador: Carlito Thomé da Silva (Direito da UFPR)
 2º orador: Theseu Franco Souza (eng. Química)
 Arquivista: Cleto de Asis (Belas Artes do Paraná)

1961-2

Presidente: Julio Cesar Giovanetti (direito)
 Vice-presidente: Alberto Ignácio de Souza
 2º vice-presidente: Massanori Onji
 Procurador Geral: Maurílio Antonio Nogueira
 Secretário Geral: Francisco Oliveira Filho
 1º secretário: José Wanderley Rezende
 2º secretário: Helio Zanetti
 1º tesoureiro: Hideharu Kanashiro
 2º tesoureiro: José Claret Goulart
 1º orador: Raul Pasternoster
 2º orador: Tarciso A. P. Franck
 Arquivista: Ivens de Jesus da Fontoura

1962-3

Presidente: Luiz Arpad Driesel (Engenharia)
 Vice-presidente de coordenação universitária: Almir Pinto (Medicina Federal)
 Vice-presidente de assuntos culturais e educacionais: Lúcia Raquel Miranda (Filosofia Federal).
 Vice-presidente de Problemas estaduais, nacionais e internacionais: Osvaldo Macedo (Direito Federal)
 Vice-presidente de Assistência universitária: Fernando Kawano (Filosofia Católica)
 Vice-presidente de Assuntos do Interior: José Vicente Elias (Filosofia de Paranaguá)
 Secretário Geral: Solmano Castro Ribas (Odontologia Federal)
 1º Secretário: Roberto Carlos Soutile (Direito Curitiba)
 2º secretário: Admar Toledo (Farmácia)
 Tesoureiro geral: Alcino Amorim (ciências econômicas Federal)
 1º tesoureiro: Isidoro Becker (engenharia química)
 2º tesoureiro: Segundo Daniel (ciências médicas)
 Arquivista: José Mendes (educação física)

1963-4

Presidente: Ronaldo Antônio Botelho (direito da Universidade Católica)
 Vice presidente de coordenação universitária: Delmo Giandon (medicina da Federal)
 Vice-presidente de assuntos educacionais e culturais: Murilo Henrique Schimin (Filosofia Federal)
 Vice-presidente de assuntos nacionais e internacionais: Tito Livio Puppi (engenharia)
 Vice-presidente de assuntos assistenciais: Didio Rocha Loures (engenharia química)
 Vice-presidente de assuntos do interior: Teóquito Amador (direito de Londrina)
 Secretário geral: José Renato Pinheiro (odontologia)
 1º secretário: Antônio Carlos Mira (farmácia)
 2º secretário: Luiz Gonzaga Manassés (direito de Curitiba)
 Tesoureiro geral: Vasco Carlos Busato (agronomia e veterinária)
 2º tesoureiro: Euserdes Barros Ramos (ciências econômicas do Paraná)
 Arquivista: José Antônio de Souza (Educação Física)

ANEXOS – DOCUMENTAIS

BARROS, Enrique F.; *et. al.* MANIFIESTO DE LA FEDERACIÓN UNIVERSITARIA DE CÓRDOBA. Córdoba, 1918. Disponible en: <<http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>>. Acceso em 14 jan. 2014.

LA JUVENTUD ARGENTINA DE CÓRDOBA A LOS HOMBRES LIBRES DE SUDAMÉRICA **Manifiesto de la F.U. de Córdoba - 1918**

Hombres de una república libre acabamos de romper la última cadena que en pleno siglo XX nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas con el nombre que tienen. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos: las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana.

La rebeldía estalla ahora en Córdoba y es violenta, porque aquí los tiranos se habían ensoberbecido y porque era necesario borrar para siempre el recuerdo de los contrarrevolucionarios de Mayo. Las universidades han sido hasta aquí el refugio secular de los mediocres, la renta de los ignorantes, la hospitalización segura de los inválidos y - lo que es peor aun- el lugar en donde todas las formas de tiranizar y de insensibilizar hallaron la cátedra que las dictara. Las universidades han llegado a ser así el fiel reflejo de estas sociedades decadentes, que se empeñan en ofrecer el triste espectáculo de una inmovilidad senil. Por eso es que la Ciencia, frente a estas casas mudas y cerradas, pasa silenciosa o entra mutilada y grotesca al servicio burocrático. Cuando en un raptó fugaz abre sus puertas a los altos espíritus es para arrepentirse luego y hacerles imposible la vida en su recinto. Por eso es que, dentro de semejante régimen, las fuerzas naturales llevan a mediocrizar la enseñanza y el ensanchamiento vital de los organismos universitarios no es el fruto del desarrollo orgánico sino el aliento de la perioridad revolucionaria.

Nuestro régimen universitario – aún el más reciente – es anacrónico. Está fundado sobre una especie del derecho divino: el derecho divino del profesorado universitario. Se crea a sí mismo. En él nace y en él muere. Mantiene un alejamiento olímpico. La Federación Universitaria de Córdoba se alza para luchar contra este régimen y entiende que en ello le va la vida. Reclama un gobierno estrictamente democrático y sostiene que el demos universitario, la soberanía, el derecho a darse el gobierno propio radica principalmente en los estudiantes. El concepto de Autoridad que corresponde y acompaña a un director o a un maestro en un hogar de estudiantes universitarios, no puede apoyarse en la fuerza de disciplinas extrañas a la substancia misma de los estudios. La autoridad, en un hogar de estudiantes, no se ejercita mandando, sino sugiriendo y amando: Enseñando.

Si no existe una vinculación espiritual entre el que enseña y el que aprende, toda enseñanza es hostil y de consiguiente infecunda. Toda la educación es una larga obra de amor a los que aprenden. Fundar la garantía de una paz fecunda en el artículo conminatorio de un reglamento o de un estatuto es, en todo caso, amparar un régimen cuartelario, pero no

a una labor de Ciencia. Mantener la actual relación de gobernantes a gobernados es agitar el fermento de futuros trastornos. Las almas de jóvenes deben ser movidas por fuerzas espirituales. Los gastados resortes de la autoridad que emana de la fuerza no se avienen con lo que reclama el sentimiento y el concepto moderno de las universidades. El chasquido del látigo solo puede rubricar el silencio de los inconcientes o de los cobardes. La única actitud silenciosa que cabe en un instituto de Ciencia es la del que escucha una verdad o la del que experimenta para crearla o comprobarla.

Por eso queremos arrancar de raíz en el organismo universitario el arcaico y bárbaro concepto de Autoridad que en estas Casas es un baluarte de absurda tiranía y sólo sirve para proteger criminalmente la falsa-dignidad y la falsa-competencia. Ahora advertimos que la reciente reforma, sinceramente liberal, aportada a la Universidad de Córdoba por el Dr. José Nicolás Matienzo, sólo ha venido a probar que el mal era más afligente de lo que imaginábamos y que los antiguos privilegios disimulaban un estado de avanzada descomposición. La reforma Matienzo no ha inaugurado una democracia universitaria; ha sancionado el predominio de una casta de profesores. Los intereses creados en torno de los mediocres han encontrado en ella un inesperado apoyo. Se nos acusa ahora de insurrectos en nombre de un orden que no discutimos, pero que nada tiene que hacer con nosotros. Si ello es así, si en nombre del orden se nos quiere seguir burlando y embruteciendo, proclamamos bien alto el derecho sagrado a la insurrección. Entonces la única puerta que nos queda abierta a la esperanza es el destino heroico de la juventud. El sacrificio es nuestro mejor estímulo; la redención espiritual de las juventudes americanas nuestra única recompensa, pues sabemos que nuestras verdades lo son -y dolorosas- de todo el continente. Que en el país una ley –se dice-, la ley Avellaneda, se opone a nuestros anhelos? Pues a reformar la ley, que nuestra salud moral, lo está exigiendo.

La juventud vive siempre en trance de heroísmo. Es desinteresada, es pura. No ha tenido tiempo aún de contaminarse. No se equivoca nunca en la elección de sus propios maestros. Ante los jóvenes no se harán méritos adulando o comprando. Hay que dejar que ellos mismos elijan sus maestros y directores, seguros de que el acierto ha de coronar sus determinaciones. En adelante sólo podrán ser maestros de la futura República Universitaria los verdaderos constructores de almas, los creadores de Verdad, de Belleza y de Bien.

La juventud universitaria de Córdoba cree que ha llegado la hora de plantear este grave problema a la consideración del país y de sus hombres representativos.

Los sucesos acaecidos recientemente en la Universidad de Córdoba con motivo de la elección rectoral aclaran singularmente nuestra razón en la manera de apreciar el conflicto universitario. La Federación Universitaria de Córdoba cree que debe hacer conocer al país y a América las circunstancias de orden moral y jurídico que invalidan el acto eleccionario verificado el 15 de Junio. Al confesar los ideales y principios que mueven a la juventud en esta hora única de su vida, quiere referir los aspectos locales del conflicto y levantar bien alta la llama que está quemando el viejo reducto de la opresión clerical. En la Universidad Nacional de Córdoba y en esta ciudad no se han presenciado desórdenes; se ha contemplado y se contempla el nacimiento de una verdadera revolución que ha de agrupar bien pronto bajo su bandera a todos los hombres libres del continente. Referiremos los sucesos para que se vea cuanta razón nos asistía y cuanta vergüenza nos sacó a la cara la cobardía y la perfidia de los reaccionarios.

Los actos de violencia, de los cuales nos responsabilizamos íntegramente, se cumplían como en el ejercicio de puras ideas. Volteamos lo que representaba un alzamiento anacrónico y lo hicimos para poder levantar siquiera el corazón sobre esas ruinas. Aquellos representan también la medida de nuestra indignación en presencia de la miseria moral, de la simulación y del engaño artero que pretendía filtrarse en las apariencias de la legalidad. El sentido moral estaba oscurecido en las clases dirigentes por un fariseísmo tradicional y por una pavorosa indigencia de ideales.

El espectáculo que ofrecía la asamblea universitaria era, en verdad repugnante. Grupos de amorales deseosos de captarse la buena voluntad del futuro rector exploraban los contornos de la probable mayoría tirando sus votos en el primer escrutinio para inclinarse luego al bando que parecía asegurar el triunfo, sin recordar la adhesión públicamente empeñada, el compromiso de honor contraído por los intereses de la Universidad. Otros – los más- en nombre del sentimiento religioso y bajo la advocación de la Compañía de Jesús exhortaban a la traición y al pronunciamiento subalterno. (Curiosa religión que enseña a menospreciar el honor y a deprimir la personalidad: religión para vencidos o para esclavos!) Se había obtenido una reforma liberal mediante el sacrificio heroico de una juventud. Se creía haber conquistado una garantía y de la garantía se apoderaban los únicos enemigos de la reforma. En la sombra, los jesuitas habían preparado el triunfo de una profunda inmoralidad. Consentirla habría comportado otra traición. A la burla respondimos con la revolución. La mayoría expresaba la suma de la regresión, de la ignorancia y del vicio. Entonces dimos la única lección que cumplía... y espantamos para siempre la amenaza del dominio clerical.

La sanción moral es nuestra. El Derecho también. Aquellos pudieron obtener la sanción jurídica, empotrarse en la ley. No se lo permitimos. Antes de que la iniquidad fuera un acto jurídico irrevocable y completo, nos apoderamos del salón de actos y arrojamos a la canalla recién amedrantada, a la vera de los claustros. Que esto es cierto, lo patentiza el hecho de haber a continuación sesionado en el propio salón de actos la Federación Universitaria y de haber firmado mil estudiantes, sobre el mismo pupitre rectoral, la declaración de huelga indefinida.

En efecto, los estatutos reformados disponen que “la elección de rector terminará en una sola sesión proclamándose inmediatamente el resultado PREVIA LECTURA DE CADA UNA DE LAS BOLETAS Y APROBACION DEL ACTA RESPECTIVA”. (Art. 9). Afirmamos sin temor de ser rectificadas que las boletas no fueron leídas, que el acta no fué aprobada, que el rector no fué proclamado y que por consiguiente para la ley aún no existe rector de esta Universidad.

La juventud universitaria de Córdoba afirma que jamás hizo cuestión de nombres ni de empleos. Se levantó contra un régimen administrativo, contra un método docente, contra un concepto de autoridad. Las funciones públicas se ejercitaban en beneficio de determinadas camarillas. No se reformaban ni planes ni reglamentos por temor de que alguien en los cambios pudiera perder su empleo. La consigna de “hoy por tí mañana por mí” corría de boca en boca y asumía la preminencia de estatuto universitario. Los métodos docentes estaban viciados de un estrecho dogmatismo, contribuyendo a mantener a la Universidad apartada de la ciencia y de las disciplinas modernas. Las lecciones encerradas en la repetición interminable de viejos textos, amparaban el espíritu de rutina y de sumisión. Los cuerpos universitarios, celosos guardianes de los dogmas, trataban de mantener en

clausura a la juventud, creyendo que la conspiración del silencio puede ser ejercitada en contra de la Ciencia. Fué entonces cuando la obscura universidad mediterránea cerró sus puertas a Ferri, a Ferrero, a Palacios y a tantos otros, ante el temor de que fuera perturbada su plácida ignorancia. Hicimos entonces una santa revolución y el régimen cayó a nuestros golpes.

Creímos honradamente que nuestro esfuerzo había creado algo nuevo, que por lo menos la elevación de nuestros ideales merecía algún respeto. Asombrados contemplamos entonces como se coaligaban para arrebatar nuestra conquista los más crudos reaccionarios.

No podemos dejar librada nuestra suerte a la tiranía de una secta religiosa, ni al juego de intereses egoistas. A ellos se nos quiere sacrificar. El que se titula rector de la Universidad de San Carlos, ha dicho su primera palabra: “Prefiero antes de renunciar que quede el tendal de cadáveres de los estudiantes”. Palabras llenas de piedad y de amor, de respeto areverencioso a la disciplina; palabras dignas del jefe de una casa de altos estudios. No invoca ideales ni propósitos de acción cultural. Se siente custodiado por la fuerza y se alza soberbio y amenazador. Armoniosa lección la que acaba de dar a la juventud el primer ciudadano de una democracia universitaria! Recojamos la lección, compañeros de toda América; acaso tenga el sentido de un presagio glorioso, la virtud de un llamamiento a la lucha suprema por la libertad: ella nos muestra el verdadero carácter de la autoridad universitaria, tiránica y obsecada, que vé en cada petición un agravio y en cada pensamiento una semilla de rebelión.

La juventud universitaria de Córdoba por intermedio de su federación saluda a los compañeros de la América toda y les incita a colaborar en la obra de libertad que inicia.

Firmado: Enrique F. Barros, Horacio Valdés, Ismael C. Bordabehére, presidentes; Gumersindo Sayago, Alfredo Castellanos, Luis M. Méndez, Jorge L. Bazante, Ceferino Garzón Maceda, Julio Molina, Carlos Suárez Pinto, Emilio R- Biagosch, Angel J. Nigro, Natalio J. Saibene, Antonio Medina Allende, Ernesto Garzón.

(El texto del Manifiesto apareció en Córdoba el 21 de junio de 1918 a modo de suplemente en la Gaceta Universitaria N°10, se le atribuye la autoría a Deodoro Roca, uno de los principales ideólogos de la Reforma. Las firmas precedentes pertenecen a los miembros de la comisión directiva de la Federación Universitaria de Córdoba).

Pró-Reforma Universitária. **Jornal A Esquerda**. Rio de Janeiro, p.2, 21 ago. 1928.

Pró-reforma universitária - 1928

Nós não podemos descrever dos destinos do Brasil, do raiar da democracia, anunciada já nesse horizonte rubro de palpitações. Nós não nos voltamos para um passado que foi triste, que nos arrastou, senão decadentes, apathicos e retardatarios, no isolamento de um mundo novo, de uma America modernista, lampejando num incessante evoluir. Nós condemnamos o “saudosismo”, por que elle é a mentira em relação ao preterito e é a injuria quanto ao presente, como é a infamia da infamias, desencorajando os anseios por um futuro mais digno. Preferimos o culto das gerações moças. Preferimos confiar na juventude liberta de preconceitos, norteadas por uma cultura realista, cônica dos deveres sociaes a cumprir.

Ahi temos o signal inconfundivel na agitação que se opera a favor da mais oportuna reforma universitaria. O estudante brasileiro abre os olhos para as verdades da vida, e, como os seus collegas dos paizes mais adeantados, reclama o direito de voto na congregação. Renegando praxes obsoletas e dogmas passadistas, reivindica a faculdade, sob todos os aspectos justa, de dizer como quer e que quer aprender. Se o cathedratico não é, no conceito moderno, senão o estudante mais antigo, muitas vezes o mais fatigado, o menos influído para as pesquisas em torno de concepções que abalam systemas philosophicos e escolas scientificas, não se comprehende que só elle decida a respeito de programmas, e de horarios, e de disciplina em geral. Aos moços falam as suas tendencias proprias. Elles é que podem, já nos cursos superiores, no vestibulo, portanto, da vida – eles é que melhor do que ninguem podem sentir a utilidade ou inutilidade dos elementos, quando os professores os revelam na teoria ou lhes dão applicação pratica, nos misteres a que se inclinam. Mestres e discipulos, perfeitamente entendidos, respeitando-se reciprocamente, uns e outros colaborando para maior desenvolvimento do ensino – eis o ideal de uma universidade progressista.

Opera-se, sem duvida, e operar-se-á ainda por algum tempo, a resistencia dos espiritos retrogrados, fosseis de uma época remota. São os Mandarins inadaptaes ao tempo a que não conseguiram chegar, arrastando-se como traças nas bibliotecas antiquissimas, esperando loucamente viver milenios para devorar, sempre em rigorosa ordem chronologica, os alfarrabios hoje sem sentido. São rapazes, os professores Rabicho... E representam, ahi nos arraiaes do ensino, a mesma corrente reaccionaria que opprime todo o Brasil. Quanto maior fôr a reacção delles, no desejo de conservar eternamente o regimen Rocha Vaz, fechadas as escolas ás camadas pobres e tratado o estudante como um escravo sem prerogativas, tanto mais forte e mais profunda deve ser a agitação academica.

Não conquistarão a victoria hoje mesmo? Conquistal-a-ão um dia. No dia, talvez, em que se quebrarem as cadeias do povo, e a nacionalidade marchar democraticamente para o porvir.

(sem assinatura)

MENEZES, Djacir; et. al., MANIFESTO AOS ESTUDANTES BRASILEIROS. Porto Alegre, 1929. In: **Jornal A Manhã**. Rio de Janeiro, 25 set. 1929, p.4.

Manifesto aos estudantes brasileiros - 1929

COMPANHEIROS!

Desfraldamos, nesta hora decisiva da vida nacional, a bandeira da reforma universitária, concitando as energias moças à batalha reivindicadora de alforria educacional. Antecede-nos o glorioso movimento de Córdoba, a página seintillante que a juventude argentina escreveu, inspirada nos mais altos generosos sonhos de liberdade e justiça social.

É chegado nosso instante. Os Ideaes são esboços dynamicos do porvir. Quebremos, com o tumulto genésico das agitações juvenis, a atonia, o marasmo, a (PALAVRA ILEGÍVEL), o desnervamento, a lassidão, arrojando os polens de Renovação nos sulcos da consciencia nacional, esperando a madrugada de um renascimento definitivo. Assumamos, contra a esterillidade dos scepticos, dos abdicatarios, dos desesperançados, a atitude fecunda de constructores do futuro! Qual o vehículo histórico das grandes transformações sociaes?

As gerações que surgem, illuminadas pelo clarão sideral dos idealismos innovadores, rebeldes á sollicitações dos apellos, ás domesticidades das conveniencias, ás cumplicidades dos interesses.

QUE É A UNIVERSIDADE ACTUAL

Onde se caldeia a mentalidade das gerações novas para as grandes cargas da batalha campal do século? Na Universidade.

E que é a Universidade?

Julio Barcos vol-o responde: “Uma organização perfeita de parasitarismo, da rotina, da escravidão mental da juventude pela tyrannia dogmatica do espírito”.

Um processo incessante de disciplinamento das energias insubmissas, castrando intelligencias – em nome de que? – da orthodoxia. Impõe-se orthodoxia na Arte, na Sciencia, na Philosophia. Vigóra uma instrucção á margem das correntes profundas, recentes, abaladoras e creadoras do pensamento contemporaneo. Uma cultura enclaustrada e anachronica.

A idiosyncrasia misoneista dos governantes eterniza a estagnação burocratica e escolastica da educação superior, ainda viciadas pelo “magister dixit” de autoritarismo regressivos, aferrados em plasmas a mentalidade nova dentro dos moldes carunchosos das gerações defuntas...

A Universidade, hoje, é forma de doutores livrescos, ineptos, de ante-mão votados ao parasitarismo dos empregos publicos ou filhagem das posições políticas, nos malabarismos da canalhice eleitoral.

FUNCCÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

É esse kisto de preconceitos que urge estuorar em beneficida salubridade mental do paiz.

Reivindiquemos o advento da Universidade moderna, laboratorio de valores em communicacão directa com o povo, de que está nulo divorciada pela sua estructura medieval e recuada, fundada, como diz incisivamente o glorioso Manifesto da Juventude argentina de Cordoba aos homens livres da America do Sul (1918) – “sobre una especie del derecho divino: el derecho divino del professorado universitario. Se crea a si mismo. En él nace y en él muere. Mantiene, un alejamento olympico”.

As universidades teem forçosamente que reflectir o ambiente social, as suas tendências, os seus desequilíbrios, as suas nuances, o seu instante historico. Um olhar retrospectivo o demonstra. A aurora do Humanismo é um desses movimentos de libertação do espirito humano. Utilizando a imagem de Huxley – rompimento periódico da carapaça dogmatica incompatível com os surtos novos da Sciencia. Ao clarão desse renascimento, Reuchlin, Erasmo, Petrarca – e quantos mais! – renovam a estagnação medieval: á frente da Universidade de Basiléa estava a Associação Danublana; a Academia Platonica á testa da Universidade de Bolonha (Julio V. Gonçalves – “La Reforma Universitaria”. V.1, pag. 84). São as Universidades medievaes que provocam o movimento intelectual. Depois, arthriticas e (PALAVRA ILEGÍVEL) dentro dos dogmas, desejam retel-o. Dahi se originaram os primeiros ataques dos humanistas contra a Universidade “como reducto onde o pensamento humanista germina e fructifica em opposição ao que se elabora na sciencia dogmatica”.

Não nos deixaremos na reforma que a revolução francesa realizou nos moldes universitários. Uma verdade resalta revoluções profundas teem verdadeiramente uma ideologia definida, que é a antecipação da ordem futura. E sobre as gerações actuaes pairam as duas pontas do dilemma:

Ou as universidades tornam-se centros de elaboração innovadora, com o despedaçamento da estrutura, ou permanecerão como organismos sucateados, inocuos, artificiaes parasitarios de onde fugiu toda a selva da opinião nacional, o que desahará aos estremeções da primeira convulsão social.

“DEMOS” UNIVERSITARIOS

Qual o escopo da reforma universitária?

- Eil-o: o governo estrictamente democrático, a soberania emanada dos “demos” universitários, radicada visceralmente na massa estudantil. Assim exprime o appello de Cordoba – “El concepto de autoridade que corresponde y acompaña a un director ó á un maestro en um lugar de estudantes universitarios no puede apoyarse en la fuerza de disciplinas extranhas a la substancia misma de los estudios. Por eso queremos arrancar de raiz del organismo universitario el arcaico y barbaro concepto de autoridad que en estas cosas es un baloarte de absurda tirania y solo sirve para proteger criminalmente la falsa dignidad y la falsa competência.”.

Quando se processa no mundo inteiro uma total revisão de valores sociaes, desencadeando abalos originados do encaminhamento novo e da nova directriz do espirito humano, determinados pelo conflicto entre as forças economicas e abaladas morphologias sociaes em desequilíbrios successivos – a universidade não se poderá eternizar anquilosada e retrospectiva, dentro da muralha hineza onde se esterllisa. A força inelutavel de um imperativo historico tranfigural-a-á fatalmente, cedo ou tarde, queiram ou não queiram os defensores de interesses creados em nucleo dinamico e propulsor incontestável da evolução humana.

Quaes os adversarios?

Ell-os: a mentalidade tardigrada das velhices gastas, os recrutas e veteranos, do pharisaísmo republicano, a colligação formidavel dos interesses contrarios aos anhelos juvenis de alforria educacional.

POSTULADOS CARDEAES DA REFORMA

- a) Autonomia didactica e administrativa das Universidades – o que significa a eliminação das influencias políticas dentro do ambiente estudantal, que desvirtua e impede a escolha critesiosa dos docentes;

- b) Extensão universitária – a comunicação ampla directa com a imensa turba trabalhadora, impossibilitada de transpor as trincheiras onerosas das taxas e tributos absurdos, que convertem os estabelecimentos superiores em monopolios das classes privilegiadas;
- c) Exclausuração do ensino – corollario inevitavel;
- d) Separação dos grupos científicos dos títulos de habilitação profissional;
- e) Participação dos estudantes na direcção e orientação das Universidades conselhos directores e escolas especiaes;
- f) Incorporação á Universidade dos valores extra-universitarios;
- g) Creação de novas cadeiras que ponham a Juventude ao par de novas correntes do pensamento contemporâneo;
- h) Estreitamento das relações entre estudantes e mestres da America Latina, orientando essa mentalidade nova, a exemplo da internacional do magistério chileno, no sentido de abrir os olhos das gerações moças sobre os problemas sociaes, pondo-as em communhão com as forças vivas que determinaram.

Em synthese: destruição do ensino monopolizado pelo Estado e a constituição da Universidade em órgão vivo e vitalizante.

JUVENTUDE UNIVERSITARIA

Quem realizará essa conquista senão nossa energia moça – os templários ardentes das gerações que alvorecem? Quem, senão vós, operará essa revisão total dos valores, alindo a modo atravanenda e Barbara desse ensino claustal, alheio ao ambiente oxygenado do mundo contemporâneo? Não esqueçamos as palavras oraculares desse professor de energia, que foi Rodó: renovar-se ou morrer. A vida é a variação permanente, a plasticidade, a tendencia para novos equilibrios, aperfeiçoamentos interessantes. A paralyisia é a velhise, a decrepitude, a morte.

Não há logar, nesta cruzada universitaria, para o derrotismo poltrão, para a incapacidade pessimista, para a covardia pusillante. O movimento revolucionário de Cordoba e Santiago do Chile teve seus martyres. A sua bandeira tingiu-se no sangue dos combatentes. Mas, a bravura moça venceu e floresceu.

Gritemos, como o super-homem de Nietzche: “Cremos em nós e nas nossas energias”. E desenvolvamos por todos os angulos do paiz, a actividade dos batalhadores infatigaveis, num vasto clamor de reivindicacão universitaria, que se há de realizar, custe o que custar, como primeiro passo definitivo para as grandes e profundas transformações sociaes de amanhã.

Porto Alegre, 27 de Agosto de 1929

Djacir Menezes, João Bruno Lobo,
José Decusati, Francisco Lobo, Firmo
Pereira da Silva.

BITTENCOURT, João Paulo, *et. al.* PLANO DE SUGESTÕES PARA UMA REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA, aprovado pelo segundo congresso nacional de estudantes. 1938. In: Poerner, Artur José. **O poder jovem**: História da participação política dos estudantes brasileiros. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979. p.324-329.

Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira, aprovado pelo segundo congresso nacional de estudantes - 1938

Considerações gerais:

Considerando que adquirir cultura é uma aspiração e um direito de todo o povo e que as organizações de ensino do Brasil não satisfazem ainda à necessidade de contribuir para a melhoria do nível cultural da população;

Considerando que os métodos educacionais, atualmente em vigor, no País, são em muitos aspectos, arcaicos, rotineiros e prejudiciais ao desenvolvimento e formação da mocidade, apesar do constante esforço do poder público no sentido de melhorá-los;

Considerando que o estudante brasileiro na sua maioria é pobre e desprotegido, financeira, moral e intelectualmente;

O Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, na intenção lealíssima de contribuir com seus esforços e suas modestas luzes, na obra de reconstrução e redistribuição mais equitativa dos benefícios de um sistema educacional bem organizado, elaborou, como conclusões finais às suas discussões, um plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira, a ser apresentada ao poder público, que visa ao seguinte:

1º - SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA EDUCACIONAL

Estabelecendo:

- a) Educação funcional para todos os cursos.
- b) Ensino Popular (extensivo) obrigatório. Não apenas limitado à alfabetização em massa, mas completando com a integração do indivíduo na comunidade. Assim nas zonas agrícolas, deverá ser processada a ruralização das escolas e, nas cidades, a sua urbanização.
- c) Ensino profissional (intensivo) não apenas para a formação de médicos, advogados ou engenheiros, mas para a criação de técnicos os mais diversos, oficiais manuais, etc.
- d) Apressar a nacionalização do ensino em todo o País, especialmente na zona sul do território nacional, entre os quistos étnicos alemães, italianos e nipônicos, feita de maneira gradativa e sem excessos, que ao lado de uma escola estrangeira fechada seja aberta outra brasileira e bem aparelhada.
- e) Criação de Cidades Universitárias.

2º - SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA ECONÔMICO DO ESTUDANTE

Estabelecendo:

- a) Gradativa diminuição das taxas escolares até sua completa abolição.
- b) Barateamento dos livros, transportes e diversões.

- c) Que sejam extensivas a todas as organizações filiadas à UNE as vantagens do decreto que concede subvenção e, dentro do caso particular do estudantes, que seja tomado em consideração o plano anexo de subvenção do Estado.

3º - REFORMA DOS OBJETOS GERAIS DO SISTEMA EDUCACIONAL NO SENTIDO DA UNIDADE E DA CONTINUIDADE

- a) A unidade de objetivos consiste no propósito de oferecer o máximo de oportunidades para o máximo de pessoas em idade escolar, caminhando de uma educação extensiva e de conhecimentos e técnicas especializadas, nunca esquecendo que os diversos graus devem orientar-se sempre com o sentido da socialização crescente do estudante no meio-ambiente regional, nacional e internacional (unidade de método).
- b) A continuidade de objetivos, isto é, a articulação de diversos graus de ensino dentro de um plano geral, o que permitirá uma preparação progressiva dos indivíduos, prontos para o exercício de toda a espécie de atividades úteis à vida em comum.

4º - REFORMA UNIVERSITÁRIA

Funções da Universidade:

- a) Promover e estimular a transmissão e o desenvolvimento do saber e dos métodos de estudo e pesquisa, através do exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna, de acordo com as necessidades e fins sociais.
- b) A difusão da cultura pela integração da Universidade na vida social popular:
 - 1) Através da seleção dos estudantes unicamente pelo critério das capacidades comprovadas cientificamente. Acentuamos este ponto porque indubitavelmente, clara ou disfarçadamente, o sistema de seleção aos cursos complementares e superior tem sido o econômico, em vista das taxas de inscrição e matrículas elevadíssimas e proibitivas. Por outro lado, acentuamos a necessidade de que seja incentivado e regulamentado o ensino livre como meio de dar vazão ao grande número de estudantes que aspiram cursar a Universidade.
 - 2) Pelos cursos de extensão e divulgação dos conhecimentos científicos e artísticos, realizados nas cidades e nos campos e dirigidos diretamente ao povo.
 - 3) Pela criação de universidades populares, onde ao lado de ensinamentos de ofícios manuais, sejam ministradas às classes de povo noções de ciência, artes e letras.
- c) Assistir intelectual, econômica, profissional e moralmente os estudantes, com o fim de permitir a formação e o ajustamento de sua personalidade, conforme as necessidades sociais da comunidade humana.

Organização da Universidade:

- a) – DIREÇÃO – Autonomia educacional e administrativa (eleição do reitor e diretores das escolas pelos corpos docente e discente, juntamente representados no Conselho Universitário).
- b) – CURRÍCULOS – Multiplicidade de Planos.
- c) – PROGRAMAS – Elaboração científica por comissões formadas de professores especializados e de representantes estudantis.
- d) – CORPO DOCENTE – 1) Professores selecionados por intermédio de concursos de provas (peso maior) e de títulos não gratuitos (peso menor) e obrigados a prestar provas de sua capacidade científica e didática de dez em dez anos; 2) Estímulo à livre-docência como meio de facilitar o ensino e ampliá-lo a maior número de

pessoas. Remuneração adequada e obrigatoriedade de docência para ingresso na cátedra; 3) Aproveitamento dos alunos mais capazes nos cargos de monitores, estagiários. Concursos e remunerações condignos.

- e) – CORPO DISCENTE – 1) Medidas de apuração do conhecimento (exame) – a) apresentação de trabalhos individuais (teses, pesquisas bibliográficas ou científicas, etc.) nas cadeiras teóricas e práticas; b) exames finais: orais e escritos, consistindo em medidas objetivas (testes) ou exposições com consulta a todo o material bibliográfico e instrumental; 2) Métodos de Estudo: a) seminários em todas as cadeiras práticas e teóricas; b) introdução do método experimental nos cursos jurídicos (estágio judiciário); c) cursos pós-graduados; 3) Autonomia do Corpo Discente; a) Livre associação dos estudantes dentro da Universidade, com representação paritária nos conselhos universitários ou técnicos administrativos.

5º - ORGANIZAÇÕES EXTRA-CURRICULARES

- 1) O 2º Congresso Nacional de Estudantes reconhece como entidade máxima da classe estudantil a União Nacional de Estudantes, que é representada pelo Conselho Nacional de Estudantes e pela Casa do Estudante do Brasil (Sede e Secretaria de UNE).
- 2) A União Nacional de Estudantes terá como função defender os direitos e as aspirações de todos os estudantes, na base de um programa constituído pelo presidente plano educacional e reivindicativo.
- 3) A UNE deverá ser oficialmente reconhecida, tendo, entretanto, garantida a sua completa autonomia educacional e administrativa.
- 4) A UNE exercerá as suas atividades através de seus organismos dirigentes dos seus departamentos e dos centros e associações nela representados:
 - a) Cabe aos diretórios das escolas ou centros substitutivos a estes, fundamentalmente, reivindicar medidas de caráter econômico e escolar.
 - b) Cabe às Casas do Estudante e associações congêneres promover a assistência aos estudantes através dos seus departamentos médico-hospitalares, dentários, jurídicos, bolsas *bureau* de empregos, bibliotecas, residência para estudante necessitados, assim como a publicidade das atividades e realizações estudantinas.
 - c) Cabe às associações ou federações esportivas a organização de competições diversas, como sejam olimpíadas, etc.
 - d) Cabe às organizações científicas, artísticas ou literárias incentivar a cultura e promover a sua difusão, através da realização de conferências, espetáculos teatrais, mostras de arte, conjuntos musicais, etc., na cidade e no campo.
 - e) Cabe às organizações universitárias femininas a defesa dos interesses peculiares à mulher estudante.
- 5) A UNE terá um departamento secundário encarregado de unificar os estudantes dos cursos ginasial, comercial e técnico-profissional.

(Apresentado ao plenário do Congresso, em dezembro de 1938, pela comissão encarregada de tirar as conclusões das 60 teses então discutidas. A comissão era composta pelos estudantes João Paulo Bittencourt, de Centro Acadêmico XI de Agosto; Valdemar Gontijo Maciel, do Centro Acadêmico Afonso Pena, de Minas Gerais; Wagner Cavalcanti, do CACO; Iva Waisberg, da União Universitária Feminina; Valdir Borges da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre; Osvaldino Marques, do Centro Viveiros de Castro, do Maranhão; Armando Calil, do Centro Acadêmico de Direito da Universidade do

Paraná; Humberto de Carvalho, do Centro Evaristo da Veiga, da Faculdade de Direito de Niterói; Benjamin do Rego Monteiro, do Centro Estudantil do Piauí; Irun Santana, da Casa do Estudante do Brasil; e Newton Pimentel, do Diretório Acadêmico de Medicina do Recife.)

Reforma Universitária. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 17 out. 1952, p.4.

Reforma universitária - 1952

A necessidade da reforma universitária no Brasil é ponto pacífico. Não temos universidades autênticas. Precisamos delas. Até aí há unanimidade. Divergem as opiniões, porém, quanto ao critério que tem de informar a reforma.

O ideal seria, evidentemente, a reunião harmoniosa das qualidades específicas da universidade inglesa, da francesa e da alemã, adaptadas às particularidades do nosso meio. Podem-se defender dosagens diferentes do espírito de pesquisa da universidade alemã, da disciplina lógica da universidade francesa, da escola do caráter que é a universidade inglesa. Mas discussões dessa natureza são relativamente raras entre nós. Discute-se a reforma universitária, tendo-se em mira duas disciplinas, sobretudo: a pedagogia e, por mais estranho que pareça, o urbanismo.

Convém lembrar que o campo, de experiências da pedagogia é, antes de tudo, a escola primária; depois, em grau menor, a secundária. Nas universidades, a pedagogia não é disciplina que se aplique, mas que se ensina; pois a natureza do assunto e a idade dos alunos já relegam para o segundo plano as considerações de ordem didática. A universidade não é, aliás, só ou principalmente, estabelecimento de ensino especificado de certas matérias. Se fosse isso, se tornaria logo escola profissional. Escolas profissionais, já as temos, em parte boas. Mas temos só escolas profissionais, e por isso mesmo se impõe a reforma universitária.

A tarefa principal da Universidade é cultivar o trabalho científico, especializado evidentemente, mas dentro do panorama geral da cultura. Indica isto o próprio nome antigo das altas escolas: *Universitas litterarum*.

O problema é reunir a especialização, imposta pela evolução das ciências cada vez mais ramificadas, e a cultura geral universitária. Em outras palavras, centralização e descentralização dos estudos. Entre nós também se discute, aliás, a centralização dos estudos universitários mas do ponto de vista, é estranho dizê-lo, urbanístico.


Necessidade urgente de criar cidade universitária existia em Paris. A Sorbonne é uma espécie de universidade internacional, reunindo no centro da civilização estudantes de todas as nações. Nenhuma outra universidade do mundo está nessas condições. Nunca se pensou em construir cidades universitárias na Inglaterra ou na Alemanha. Só o fascismo, cheio de invejas e ressentimentos contra a França democrática, veio com o arrogante projeto da cidade universitária em Roma, construindo-se, em vez de uma universidade do espírito, uma de pedras. Esse urbanismo universitário chegou a perturbar a mente até dos que se diziam democratas. Por que? Por que é mais fácil discutir prédios que estudos. Porque essa facilidade permite participar da discussão àqueles que conhecem as universidades só de fora.

Nossa reforma tem de inspirar-se em considerações mais elevadas que as de facilidades da moradia e condução. A democracia tem de demonstrar que sabe tão bem cuidar dos valores da civilização como as elites aristocráticas do passado. Ora, o núcleo desses valores está sendo guardado nas universidades: é a ciência teórica, a teoria à qual devemos todas as técnicas, enquanto o utilitarismo, só sabe explorá-la sem entendê-la. Salvar a teoria eis o problema da universidade americana. Todo o resto é desconversa.

(sem assinatura)

1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior. Imprensa Popular. Rio de Janeiro, p.4, 7 jul. 1957.

Recorte do Jornal Imprensa Popular com cronograma do I Seminário Nacional de Reforma do Ensino Superior, de 7 a 15 de julho de 1957



Movimento Estudantil

1º SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

Instala-se hoje, às 20 horas, no Ministério de Educação, o 1º Seminário de Reforma do Ensino Superior na Pontifícia Universidade Católica.

Apresentaremos todos os temários do seminário, o calendário de conferências e debates, e o nome dos conferencistas.

TEMÁRIO GERAL:

- 1 — Autonomia Universitária
- 2 — Da vitalidade das cátedras
- 3 — O atual regime de provas e do exam. vestibular
- 4 — Das relações entre o corpo docente e discente: participação dos Diretores Acadêmicos nos Conselhos Técnicos Administrativos e revisão de provas com presença do aluno.
- 5 — Verbas para o ensino

TEMÁRIO DA FACULDADE NACIONAL DE QUÍMICA

- 1 — Modificação de currículo
- 2 — Inclusão de novas cadeiras
- 3 — Química em cinco anos
- 4 — Obrigatoriedade dos estágios
- 5 — Obrigatoriedade do livro texto
- 6 — Questões gerais

TEMÁRIO DA FACULDADE DE DIREITO

- 1 — Aulas práticas e debates
- 2 — Equiparação de currículos e métodos de ensino:
- 3 — Eliminação de cadeiras
- 4 — Disposição das cadeiras no currículo
- 5 — Questões gerais.

TEMÁRIO DA FACULDADE DE ENGENHARIA

- 1 — Livro texto
- 2 — Bolsas de estudo no estrangeiro — auxílio do governo
- 3 — Subvenção às escolas de engenharia

TEMÁRIO DA FACULDADE DE FILOSOFIA

- 1 — Aumento de quatro para cinco no número de anos necessários para a formação de professores.
- 2 — Acréscimo de cadeira em alguns cursos
- 3 — Desdobramento de cadeiras em alguns cursos
- 4 — Modificação dos sistemas de provas vigentes
- 5 — Revisão dos vários currículos
- 6 — Fixação das finalidades das Faculdades de Filosofia
- 7 — Questões gerais

TEMÁRIO DA FACULDADE DE ARQUITETURA

- 1 — O ensino de Arquitetura e urbanismo, a função social: do arquiteto e a realidade econômica, política e social do Brasil.
- 2 — Adaptação do regime universitário às necessidades: do ensino de Arquitetura e de urbanismo.
- 3 — Da participação dos professores, educadores e sociólogos e estudantes numa possível reforma do ensino de arquitetura e urbanismo.
- 4 — Desenvolvimento do ensino artístico nas escolas decionais de arquitetura.

CONFERÊNCIAS SOBRE OS TEMAS GERAIS

5 — Racionalização do ensino técnico dos cursos de arquitetura e urbanismo.

6 — As ciências sociais e a sua importância na formação do arquiteto e do urbanista.

DIA 8 — às 20 horas — Mesa Redonda com a presença do Prof. Ernesto de Oliveira Júnior sobre o tema: Da Vitalidade das cátedras Local: Pontifícia Universidade Católica.

DIA 9 — às 20 horas — Conferência do Prof. Frederico Rangel sobre o tema: "O atual regime de provas e do exame vestibular".

DIA 10 — Conferência do Professor Eremildo Viana sobre o tema: "Das relações entre o corpo docente e discente: participação dos Diretores Acadêmicos nos Conselhos Técnicos Administrativos e revisão de provas com a presença do aluno".

DIA 11 — às 20 horas — Conferência do Prof. João Furquim Sambaquiy sobre o tema: "Verbas para a educação".

DIA 12 — às 20 horas — Conferência do Professor Alvaro Vieira Pinto sobre a "Autonomia Universitária".

Após as conferências, haverá debates sobre os temas abordados pelos conferencistas.

A Comissão Organizadora manterá constantemente funcionando uma secretaria para orientar os delegados e os demais interessados.

Todo o Seminário funcionará na sobre-loja da Pontifícia Universidade Católica, na sua nova sede, Marquês de São Vicente, 219.

Os debates serão distribuídos da seguinte forma: À noite — serão debatidos os pontos do temário geral; À tarde — serão debatidos os temários específicos de cada ramo do Ensino Superior.

Dia 14 de julho será encerrado Seminário com a discussão e a votação de todas as teses apresentadas.

As teses aprovadas serão remetidas ao XX Congresso Nacional de Estudantes, como 1º ponto do temário daquele conclave.

DCE da universidade católica: manifesto aos universitários. Jornal O Metropolitano. Rio de Janeiro, p.6, 28 maio 1961.

Manifesto do DCE da PUC-RJ - 1961

A história continua rendendo suas guardas. Num mundo em que a transformação é o próprio sentido da existência, e em que esta transformação ainda não cedeu seus últimos momentos, a única atitude possível é a da participação nestas mudanças. Participação que se define como o oposto da passividade e que implica pensamento e ação.

Não temos dúvida de que em nosso século, a rendição da guarda vigente se fará proximamente; e proximamente seremos todos chamados a julgar o passado e a projetar o novo futuro. Principalmente neste projeto, não poderemos faltar. Muito mais quando trazemos conosco princípios que, sabemos, não são episódicos. Princípios do próprio Cristianismo que assumimos como um compromisso dualmente histórico e eterno.

Neste sentido consideramos que a mensagem cristã é a revelação do próprio homem, sua história e seu fim. Somente através dela poderemos compreender a significação da aventura humana. Assumimos o compromisso cristão e, deste modo, não poderemos faltar, de forma alguma, com seus pressupostos e suas consequências. A primeira delas é a de participar da vanguarda do mundo, entendendo por vanguarda os que se colocaram com a história em nome da libertação do homem.

Como cristãos, jovens e, particularmente, estudantes universitários, tomamos nossa missão como único sentido de nossa condição. E tomamos a consciência mais clara de que nossa reflexão não terá sentido sem nossa ação, como também não poderemos agir sem que através da pesquisa e do estudo, formulemos nosso compromisso.

Conhecemos nossa situação privilegiada na sociedade, como estudantes do curso superior. Conhecemos a injustiça de sermos uns tantos poucos num Brasil de mais de 50 por cento de analfabetos. É, em parte, por sabermos injusta esta condição que nos encontramos no dever de transformá-la. Partindo do homem, concentrados nele através do Cristo-seiva e fruto.

I – Cristianismo e história

Em dois tempos se desenrolava o surgimento da mundividência cristã: a esperança do povo hebraico na vinda do Messias, a realidade da vida cristã que tece sua trama no seio da história a partir de um Centro pessoal. O homem antigo mostrava-se alheio à noção de um tempo histórico progressivo e criador. Voltava-se para a natureza como um contemplador da sua ordem, inseria-se nos seus ritmos regulares, encontrava seu lugar como parte no grande Todo. O povo bíblico, entretanto, movia-se numa singular perspectiva: o tempo era separação e, simultaneamente, espera do encontro com Deus Criador. Por isso mesmo sua noção de história entendia espera e esperança unidas num mesmo ritmo: o da redenção dos homens. O Messias seria, assim, o enviado de Deus e o libertador. Traria o dom de uma nova vida e libertaria o povo da sua condição de oprimido. A história era espera e a religião esperança: as duas se confundem, a redenção no plano religioso descobre o sentido da consumação da história.

O evento do Cristo transforma a perspectiva da expectativa messiânica: o Messias não é apenas enviado de Deus, é Deus mesmo feito homem. Deus, Jesus é homem, e por Ele, o homem é a imagem viva de Deus. A história não se rompe com um absurdo mas continua como processo, e o homem não é apenas um expectador da cena do mundo, mas criador de um mundo novo – o Homem-Deus abre à existência a dimensão de uma história real. À mentalidade antiga, voltada para a repetição ideal dos ciclos do mundo, o humanismo cristão substitui a valorização do evento singular a partir de um Absoluto que é também existência

humana e, assim, tempo humano-nele, “a dimensão antropológica tornar-se uma dimensão privilegiada, a matriz última e radical de interpretação da história”.

O homem exerce uma atividade criada ao transformar a natureza; assim, ele se aproxima do Centro absoluto. E é esta a surpresa que o Cristianismo vem provocar. Empenhando concretamente suas energias de compreensão e transformação do mundo, o homem obedece ao apelo dividido, que é o polo de atração da atividade humana. A ontologia articula-se na história. Cada homem realiza ou deve realizar no tempo histórico uma vocação singular e única, carregando o tempo com a responsabilidade de um destino eterno. Mais uma vez, religião e história conjugam-se num único dom.

Instaura-se, assim, no diálogo homem-natureza uma nova dimensão do tempo: submeter-se ao aqui e agora, para a construção do mundo novo. São Paulo expressara já, em termos teológicos, o sentido da história como sua razão: vira, como efeito no advento do Cristo um processo que é o da divinização do homem e, por ele do mundo. Ora, o fenômeno cristão manifesta-se na história como esboço e contradição mas a sua síntese é dada já em plenitude histórica pela Ressurreição do Cristo; por ela, a história caminha também para sua síntese final pela ressurreição de um mundo novo. A humanização do mundo que tem, para o cristão, o duplo sentido de redenção e realização, desenvolve-se em momentos históricos. Exercendo em cada momento suas energias criadoras o homem deve abrir-se ao apelo divino e articular-se, assim, ao Centro e ao Fim ao Cristo que dá razão e tempo único ao processo histórico. Por isso mesmo, o caminho humano é gênese: sua construção, surgindo do exercício das liberdades, integra cada ato individual num processo único. O apelo do Cristo é o da transformação do homem e do mundo, da abertura do ser para o dom da graça divinizante que cresce para a plenitude final e divina da história.

Desta forma, tem lugar um processo genético: cada momento participa de uma dialética temporal em que as liberdades jogam face ao apelo de Deus. No seu fim, a Parusia é a síntese de toda a construção das liberdades humanas que consentiram à obra histórica, que não se fecharam ao apelo do divino; é a repetição, no tempo do homem, da ressurreição.

Se, portanto, o objetivo do cristão é repetir e, de alguma sorte, reinventar no tempo do homem a ressurreição do Cristo – já que Nele, o cristão ressuscita a cada momento histórico e, a cada momento, é chamado a criar um mundo ressuscitado, novo – ele não pode refugiar-se no ancoradouro dos preconceitos individuais, na adesão ao mundo dos puros, das essências, da boa consciência. Na hora em que uma civilização planetária derroca privilégios de povos, de castas, de nações; em que o homem moderno precipita bruscamente o processo de transformação da natureza, da sua humanização portanto; em que se delineia, assim, pela primeira vez, a perspectiva de um destino histórico uno, de uma história universal para os homens – o cristão que se nega à participação da sua responsabilidade de homem. Esta lhe impõe a compreensão do seu mundo a partir da situação histórica do homem mesmo, a participação ativa no projeto da sua transformação; impõe-lhe, em definitivo, o ser cristão.

II – nosso mundo desigual

A cada etapa da luta pela realização do homem se compreenderá um número de dados fornecidos pela realidade e, a partir deste, as tarefas que eles impõem. A humanização do mundo implica sua transformação. Para transformá-lo é preciso compreendê-lo. E é claro que é preciso conhecer para compreender.

A alienação econômica é dada por uma constatação muito simples: o mundo, ou a maior patê dele, morre de fome. Estas populações reproduzem-se numa escala espantosa, vivem em acomodações ineficazes. Enquanto, no conjunto, a curva do aumento de produção é superior à do crescimento populacional, a distribuição regional é desuniforme e injusta. Paradoxalmente, convivem superprodução e pauperismo. Neste mundo, o nosso mundo

desigual, o homem é escravo e oprimido. Não é dizer simplesmente que as populações que sofrem esta desigualdade (70 por cento da humanidade vive nas regiões chamadas subdesenvolvidas) são pobres. Eles simplesmente vivem como objetos de outros poucos: mal alimentados, doentes e cada vez mais numerosos – o que os faz mais pobres ainda.

A fome mais elementar que assola a maior parte do mundo, aliada a alta pressão demográfica das regiões que mais se pauperizam e aos sistemas de distribuição da riqueza, torna-se o tema vital da transformação deste século. O planeta está dividido em dois contingentes: um farto, obeso, turgido de prosperidade e estoques; outro pauperizando-se dia a dia, sendo usado e dirigido, explorado e oprimido, levado pelas condições criadas pelos primeiros a uma pauperização maior ainda, num ciclo que parece não querer fechar.

Em 1955, o contingente humano subdesenvolvido era calculado em 1800 milhões de pessoas. Em se mantendo o ritmo que nos deu esta taxa, pode-se calcular, para o ano 2000, um aumento desta proporção para 5400 milhões. E esta antevisão pode ser considerada otimista, pois não leva em conta a difusão de técnicas de medicina preventiva que podem provocar a passagem das regiões subdesenvolvidas de um estágio de “fecundidade e mortalidade elevadas” para outro de “fecundidade elevada e baixa de mortalidade”. Verifica-se, paralelamente, que o aumento da produtividade, e da produção mesma, ocorre justamente nas regiões demograficamente estabilizadas, onde o consumo é constante, e que nas regiões da Ásia (55 por cento da população mundial), África e América Latina, o incremento, tanto de um quanto de outra, é muito pequeno, ou quase nenhum.

A importância deste fator – produtividade – pode ficar mais claro se compararmos, como ilustração, as situações de algodão americano e egípcio. Embora na RAU o rendimento por hectares seja maior que nos USA (mão de obra abundante), seria necessário que este rendimento fosse 40 vezes maior para que se obtivesse uma renda igual por indivíduo. Por outro lado, para que um ser humano exerça suas atividades normais produtivas, ele necessita absorver um mínimo de 2700 calorias por dia, quantidade que se eleva até 4700 para os que executem trabalhos mais pesados. No entanto, 70 por cento da população mundial, não consome 2200, vivendo num regime muitas vezes inferior ao estritamente necessário. Dados de 1950 dão para a Índia a média de 1850, para o Marrocos, 1825 e para o Brasil, 2350. A situação se agrava se lembrarmos que, mesmo nestas regiões, a distribuição dessas calorias para a população é injusta, alcançando níveis ociosos, numa área populacional quase ridícula perto do todo.

Fome é pobreza. E as medidas paternas de assistência sanitária, apenas tem aumentado o número dos que a sofrem. Compare-se esta tabela, em áreas diferentes, em rendas per-capita e seus respectivos consumos de calorias vegetais:

| | Dólares | Calorias |
|------------|---------|----------|
| China | 25 | 2560 |
| Filipinas | 45 | 2360 |
| Brasil | 170 | 3780 |
| Inglaterra | 770 | 8000 |
| Canadá | 990 | 9128 |
| USA | 1515 | 9100 |

Estes dados são de 1948.

Esta desigualdade se agrava se confrontarmos uma tabela de mortalidade infantil e de esperança de vida, em países destes dois mundos:

| |
|-----------------------------|
| Mortalidade Infantil |
|-----------------------------|

| | |
|--------|-------------|
| Suécia | 17 por 1000 |
|--------|-------------|

| | |
|------------|--------------|
| Inglaterra | 21 por 1000 |
| USA | 26 por 1000 |
| França | 34 por 1000 |
| Brasil | 170 por 1000 |
| Índia | 200 por 1000 |
| Birmânia | 225 por 1000 |

| | |
|------------|---------|
| USA | 69 anos |
| Noruega | 70 anos |
| Inglaterra | 69 anos |
| Brasil | 43 anos |
| Filipinas | 35 anos |
| Venezuela | 45 anos |
| Índia | 33 anos |

Esperança de vida

Da alta mortalidade resultam populações jovens sobrecarregadas, com um alto índice de improdutivos. Calcula-se que, enquanto nos países desenvolvidos 10 trabalhadores sustentam três velhos ou crianças, nos subdesenvolvidos esta proporção é de 10 para 8. Novamente o ciclo da miséria está presente: iniciam suas atividades mais cedo, porque é necessário e prosseguem sem condições físicas até que morrem mais cedo. Ainda insistindo nas tabelas, compara-se mais esta, referente à saúde, em que se dá o número de habitantes para cada médico diplomado e para cada leito hospitalar:

| | Habitantes para cada médico | Habitantes para cada leito de hospital |
|-------------|-----------------------------|--|
| Vietnam | 60000 | 10000 |
| Egito | 3600 | 600 |
| Nigéria | 58000 | 2700 |
| Brasil | 3000 | 340 |
| Inglaterra | 1200 | 100 |
| França | 1100 | 90 |
| Alem. Ocid. | 630 | 130 |
| USA | 770 | 103 |

– e note-se que não se leva em conta o nível de preparação dos médicos, ou a qualidade do equipamento hospitalar. (Fonte das estatísticas citadas: J. L. Le Bret, “Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente”).

Não é preciso pensar muito para se sentir a necessidade de uma mudança. Esta pode ser feita em várias faixas, John Abbink, em seu relatório à Conferência Científica da ONU, em 1949, relatava que a grande maioria dos países subdesenvolvidos escolhe a industrialização como caminho para o desenvolvimento econômico. Esta tem sido a solução histórica das nações asfixiadas pela miséria. Mas industrialização não é fenômeno independente – ela implica, além da elementar capitalização (particular ou do estado), reforma agrícola, educação, etc.

As consequências do baixo nível cultural e da precária organização do ensino nas regiões subdesenvolvidas são próprias de sua estrutura. Os índices de analfabetismo são escandalosos: em Bornéu 90%, no Egito 85, na Bolívia 80, no Brasil, 52. Ainda assim, como no caso do Brasil, dos 50% de população infantil que chega a ingressar na escola primária, apenas 15% termina o último ano. Enquanto nos USA, uma em cada 75 pessoas frequenta cursos universitários, na América Latina a proporção é de uma para 725, no Extremo Oriente um para 1250 e na África, excluídos a União Sul Africana e o Egito, a proporção para a população autóctone é estimada em uma para 20000 pessoas.

Esta é a alienação gerada pela desigualdade de nosso mundo. O homem, enquanto não pensar em seus direitos, e os deveres dos outros para como ele, estará perdido nesta mesma miséria e ignorância que acabam formando o seu dia-a-dia. Mas estas populações oprimidas e exploradas começam a tomar consciência de sua condição. Seu direito de ser sujeito da história, e não mais seu simples objeto. O silêncio político em que ficaram até

aqui começa a se romper. As grandes massas operárias-urbanas e camponesas-rurais se levantam em cada região, na África, na Ásia, na América Latina, para conquistar seu lugar de homem, no caminho histórico de um processo irreversível. O acordar destas massas corresponde a um passo gigantesco que o homem dá em sua desalienação. E a cada um destes, em sua singularidade, compete uma responsabilidade e uma missão.

III – missão do cristão

O conceito dinâmico da história, formulado a partir do último século, gerou, neste, o sentido do progresso. “É essência de qualquer movimento histórico ser progressivo, pois ele manifesta o espírito e o espírito é, por natureza, irreversível – não recuará jamais”. Para nós, entretanto, o progresso passa os limites da acumulação de riqueza, de poder, de domínio. Muito pelo contrário, ele serve a um fim, desde que a razão se manifesta na história. O cristão, pela própria condição do cristianismo, é impelido a uma opção, se dá, em vista de toda uma realidade que vivemos, que conhecemos que procuramos compreender com vistas ao futuro. Como ser social, o cristão se insere numa sociedade e com ela se compromete, e dela é responsável. Esta responsabilidade não se traduz por sua subserviência – ao contrário, pela sua missão de transformá-la.

A liberdade, nas sociedades vigentes, está ligada a pressupostos sem os quais ela não se realiza: alimentação, habitação, trabalho, saúde, cultura. Não há volição social no momento e que faltar um destes termos. Na vigília das viagens siderais, mais de dois terços do mundo é incapaz de querer livremente. Cabe a nós, parte deste 1/3 que vive, dorme, come, estuda, responder com uma atitude de compromisso com o projeto dos oprimidos. O problema, para nós não é “deles”. É um problema do homem. O nosso problema, como cristãos. Na perspectiva mesma da ascensão humana.

A nós cabe uma obra prática de ação nesta realidade, uma transformação radical de mentalidades e estruturas. E para nós, transformar significa a instauração de uma nova civilização, em escala planetária, onde a ascensão de todos os homens signifique a ascensão do homem todo, onde o império seja substituído pela solidariedade. Como jovens, vivendo numa sociedade em que uma das contradições mais importantes é a do subdesenvolvimento nacional, cabe-nos denunciar uma estrutura liberal-burguesa, pressionando até às últimas consequências seus dirigentes e responsáveis. A democracia, que daria a todos os homens a possibilidade de exercer a liberdade e participar do governo e das decisões históricas da nação, comprometeu-se com um esquema primeiro individualista, e depois classista. O aparelho do poder está caracterizado como a agência de uma classe ou de um grupo de classes dominantes. A simples constatação de que 52% de brasileiros, analfabetos, não participam da escolha eleitoral é o bastante para retratar a falsidade de uma situação. Por outro lado, os quadros políticos tradicionais, refletindo a contradição entre uma estrutura agrária arcaica e, em grandes áreas, ainda semifeudal, e uma estrutura urbana e industrial em crescimento tumultuoso, não conseguem esconder sua desoladora mediocridade e sua ausência de horizontes sob a retórica edificante de um moralismo e juridismo abstratos que, de toda evidência, não encontram mais nenhum eco nas jovens gerações que sobem à cena da vida nacional. “O erro das democracias modernas é não terem concretizado a verdadeira democracia”. Da nossa parte recusamo-nos ao jogo fatal que opõe as forças empenhadas na conservação de estruturas anacrônicas e privilégios anti-sociais e os grupos que tentam monopolizar nos quadros de uma discutível unanimidade ideológica, com radicação, ademais, num ultrapassado postulado materialista as legítimas aspirações das massas em ascensão. A liberdade, como tema democrático, tem que ser garantida. Mas garantí-la não significa somente formalizá-la em textos constitucionais, e sim superar todos aqueles condicionamentos que impedem seu exercício.

Assim, sem conferirmos ao econômico a única verdade, consideramos que não é possível qualquer modificação do “status” global, sem uma radical transformação das estruturas econômicas. A ascensão das massas só assim pode ter lugar. Ou ainda, este é o caminho único a ser percorrido pela ascensão das massas.

Ora, o problema da propriedade se oferece como um dos temas maiores dentro deste contexto de pensamento e ação: Uma nova concepção de propriedade deve vigorar no seio da nova sociedade. O direito de propriedade, como direito ao uso dos bens materiais que condicionam basicamente o livre exercício das mais altas atividades espirituais, deve ser promovido decididamente na hora em que a candência acelerada da civilização tecnológica multiplica os bens e propicia ao homem condições inéditas para a libertação das suas servidões materiais e descobre-lhe possibilidades exaltantes para a sua plena realização humana. Entretanto, a produção deste bens não pode obedecer mais ao mecanismo do lucro que impulsiona as grandes empresas no livre mercado e canaliza para áreas restritas de poder econômico a soma maior das riquezas. Neste sentido, urge denunciar a propriedade capitalista e provocar o advento daquele “propriedade humana” diversificada de que fala E. Mounier. Situar a produção dos bens na linha de uma propriedade participada, em escala sempre mais vasta, por todo o corpo social, é imperativo que se impõe para a livre sobrevivência da nação.

Dentro desta perspectiva nossa opção nacionalista, conscientemente assumida, adquire sua justa significação e revela todas as suas dimensões. A nação, na sua realidade subdesenvolvida e no processo do seu desenvolvimento, é para nós a mediadora necessária que conduz ao universalismo implicado na nossa visão cristã, à civilização fraternal que queremos construir. Com efeito, nenhuma analogia se pode estabelecer, sem evidente ignorância ou má fé, entre o nacionalismo egoísta das metrópoles que formulam o projeto colonizador como instrumento de ampliação dos seus mercados capitalistas, e o nacionalismo das nações alienadas que lutam pela conquista de uma estatura histórica de dignidade humana como premissa para um diálogo de autêntica solidariedade internacional. O discurso do internacionalismo, enquanto repetido em tons grandiloquentes pelos porta-vozes dos centros de dominação mundial, disfarça o monólogo dos mais duros egoísmos. Nós o denunciemos em termos de nacionalismo militante – e, primariamente, na luta contra os imperialismos econômicos – enquanto, precisamente, aspiramos ao diálogo real dos povos.

No âmbito da nação, pois, é animados por um profundo sentido de promoção humana, em que as razões econômicas se desdobram em imperativos sociais e suportam o peso indeclinável de uma obrigação moral, que consideramos de inadiável urgência a reforma agrária no Brasil, não só em função do crescimento da produção, mas como instrumento único de restituição ao homem do campo da sua alienada dignidade.

Temos consciência de que a promoção das classes operárias-urbanas e camponesas-rurais se coloca neste momento, dentro da perspectiva cristã, como o passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes no sentido da humanização do mundo. Nesta promoção, a educação das massas é uma tarefa de primeira hora. Conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas é servir à opressão dos humildes. Somente através da democratização da nossa educação poderemos chegar à consciência cultural global que exprimirá num projeto novo as aspirações da nossa hora histórica.

Todo este painel de lutas é o único sentido possível na vocação social do cristão. O respeito ao homem e à sua dignidade são respondidos na ação e não na inércia, através das tarefas diárias da sua promoção. Nesta busca e neste engajamento corremos os riscos que se nos impõem como condição mesma da nossa existência cristã. Mas porque, como

cristãos, compreendemos a história dentro de uma razão divina, sabemos que estamos vivendo um momento que precisa ser superado dentro do processo

de humanização do mundo e da caminhada majestosa da humanidade para o seu destino divino. O que configura basicamente este momento é a luta pela supressão das alienações que se elevam como barreiras na ascensão humana das grandes massas que até agora vegetam sem esperança à margem da história. Esta luta se trava socialmente. Mas se trava, também em cada faixa do nosso dia-a-dia individual ou de grupo. Para nós ela se desenvolve hoje, particularmente, no seio de uma vida universitária.

IV – Função do universitário cristão

Numa nação subdesenvolvida, em que o nível cultura é extremamente baixo, o universitário é chamado a desempenhar uma tarefa de decisiva importância. Cabe-lhe denunciar como profundamente alienante e mesmo mistificadora a tentação do bom comportamento burguês que o levaria a encerrar-se no horizonte dos seus interesses individuais, científicos ou profissionais, indiferente ao destino da massa da qual emerge para receber o privilégio de uma cultura superior. Assumindo a crítica da própria situação privilegiada, o universitário tem que se desobrigar das perspectivas dos proprietários da cultura e exercer, ele mesmo, a tarefa de acordar uma consciência, ao mesmo tempo que nacional, densamente social.

A faixa das nações chamadas periféricas, o “terceiro mundo” na expressão já consagrada, vivendo entre dois outros mundos que um projeto de denominação universal imobiliza na trama estéril de um conflito tornado absurdo com o advento das armas nucleares, só podem ter na sua soberania livremente afirmada uma perspectiva de sobrevivência. As nações subdesenvolvidas, que até agora foram objeto e não sujeito na luta entre as grandes potências e que não tem nesta luta interesse algum, só passarão à condição de sujeito da história contemporânea na medida em que formulares um projeto novo de vida internacional que torne ativa uma situação até agora alienada e passiva. Desta sorte, a política de autoafirmação nacional se desdobra numa atuação internacional criadora de uma nova esperança para os povos. Não um neutralismo de conteúdo oportunista. Mas uma neutralidade ativa, se assim se pode falar, um passo à frente no imobilismo da guerra fria e da luta pelo poder dos imperialismos mundiais: um passo novo no caminho para a paz autêntica e a solidariedade entre os homens.

Ora, vivendo este momento histórico, o universitário cristão tem certeza de que a tarefa proposta à nação na hora em que ela se decide a participar ativamente da história, só pode ser realizada com a conscientização das massas brasileiras no sentido de assumirem sua situação e as alternativas do seu caminho. Esta tomada de consciência só poderá ser dada pela promoção e difusão de uma cultura de conteúdo autenticamente popular. Assim, a missão real do universitário cristão não se prende só à dedicação a seus estudos ou à boa escolha da sua profissão. Ela está na razão direta das necessidades da sociedade em que vive, e só através da consciência destas necessidades (conjugada às inspirações e à vocação pessoais) sua ação será construtiva. Dentro desta linha de condições reputamos que o incentivo às vocações profissionais técnicas deve dirigir-se primordialmente para a cobertura dos vazios nos quadros das nossas infraestruturas essenciais.

Para equacionar sua ação o universitário deve reconhecer, antes de tudo, seus objetivos: 1) seus colegas – através dos diversos movimentos estudantis e as justas reivindicações que têm em mira; 2) a sociedade, particularmente o operariado e o campesinato – através dos dois principais movimentos de ação universitária no meio nacional que se esboçam hoje, o Movimento de Cultura Popular e a Aliança Operário-Estudantil.

Esta ação, entretanto, deve guardar seu sentido fundamental: 1) levar aos homens o Cristianismo e sua mensagem histórica e eterna, seu descomprometimento com as

estruturas vigentes injustas, sua perspectiva do encontro com Deus através do reconhecimento fraternal entre os homens e a humanização da natureza pela ação do homem; 2) agir em ordem a colaborar para que as massas assumam a consciência dos seus direitos e do imperativo histórico da sua ascensão; e, 3) dar a esta consciência das massas o verdadeiro sentido da realidade nacional e do seu compromisso universal e humano.

Num esquema mais restrito, tem ainda o universitário cristão a responsabilidade do destino da sua comunidade. Esta responsabilidade assume a forma de um compromisso pessoal para a promoção do bem-comum, que hoje se exprime, principalmente, no reconhecimento de uma situação educacional que não pode permanecer. A Universidade brasileira não tem correspondido às funções primordiais que decorrem da sua natureza. Ela tem sido, até agora, instrumento de promoção social de classes mais favorecidas, que a mantém como privilégio. À tríplice missão da Universidade – cultural, profissional e social – antepõe-se o fator econômico como implacável mecanismo seletivo que elimina os economicamente fracos.

Nestas condições, o conteúdo cultural da Universidade só logra refletir, em larga medida, a visão ociosa e ornamental das classes interessadas em manter o “status quo” que consolida sua situação privilegiada. Daí o flagrante desencontro histórico entre a realidade e a Universidade brasileira. A reforma universitária, fundada na democratização da educação brasileira, impõe-se, assim, como tema de premente atualidade na missão do universitário cristão.

V – conclusão

O evento do Cristo dividiu a humanidade em dois tempos históricos: o da espera e o da realização. Neste, u apelo é lançado ao homem para, com sua própria ação ser o criador de um mundo novo, o mundo fraternal de todos os homens. Este destino grandioso coloca-o diante da natureza em relação dialética de transformação, que dá o conteúdo do seu diálogo permanente com Deus, o conteúdo mais profundo da história. O tempo é a categoria da criação humana, nunca de privação, porque é através da sua trama que o homem encontra quem o fez à sua imagem. A partir daqui vê-se que, para o cristão, a história só tem sentido na perspectiva da humanização do mundo como processo ordenado para o encontro com Deus no Cristo; ele vive autenticamente cada momento deste processo através de uma visão que desdobra numa dupla dimensão, transtemporal e dialética. Naquela, ele se coloca permanentemente face ao fim último da história. Nesta, ele se realiza na adesão a seu tempo histórico, na sequência da sua ação datada e situada.

O universitário cristão, pois não pode fugir à sua responsabilidade e ao seu compromisso no meio e na sociedade em que vive. Ele deve dar sentido à cruz em sua tarefa global ou no seu dia-a-dia funcional. Pra nós é chegado o momento de denunciar de modo tão radical quanto o seja o próprio evento cristão, um mundo injusto e desigual. Para nós, não há mais tempo a perder, pois estamos em face de uma opção para a qual nenhuma outra alternativa existe: ou o compromisso com o passado, contra a história, ou a realização de um projeto novo. Conhecemos o passado e tiramos dele o futuro, para lançar a história para a frente, comandando-a, dominando-a, certos de que sua razão divina é o seu sentido e de que somente através da prova pela história e do julgamento das duas responsabilidades se dá o encontro com Deus.

O Cristo não pode ser episódio. O Cristo é um fim ao qual não apenas lutamos por chegar mas temos a certeza de que chegaremos. Esta certeza nós amarramos à nossa participação histórica, esta certeza é sangue e farol para nossa luta. O universitário cristão só tem esta arma a empunhar – a bandeira do homem.

GIOVANETTI JUNIOR, Júlio César. Manifesto da UPE aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários Brasileiros. S.d. *In*: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **União Paranaense de Estudantes 1965**, pasta 2325 topografia 263.

Manifesto da UPE aos Presidentes das Entidades Coordenadoras e Representativas dos Universitários Brasileiros

GREVE GERAL NO PARANÁ

Prezado Presidente:

A UPE através deste manifesto tem o objetivo de colocar todo estudentado Brasileiro a par dos acontecimentos que ocorrem no meio estudantil paranaense.

Após analisar os movimentos paredistas das escolas superiores de Engenharia Química, Odontologia e Medicina, resolveu, através do seu Conselho Permanente, decretar GREVE GERAL, a partir de zero hora do dia 18 de maio, em apoio às reivindicações expressadas por aquelas faculdades.

PORQUE GREVE?

Os motivos pelos quais essas faculdades entraram em greve são os seguintes:

- 1- Incompatibilidade dos alunos com a direção da escola;
- 2- Situação de revolta dos alunos contra os maus professores e catedráticos inéptos;
- 3- Insuficiência de material de prática de aprendizagem, laboratórios, etc.;
- 4- Horários de aula absurdos, condicionados sempre às conveniências dos professôres;
- 5- Inexistência de um critério na formação do corpo docente nas faculdades, sendo contratados professôres sem ser aferida a sua capacidade didática e quase sempre por injunção do catedrático;
- 6- Descaso dos responsáveis pelos órgãos diretivos das faculdades no trato das reivindicações estudantis.

Todos estes problemas revelam o estado contraditório do sistema educacional brasileiro.

O CONSELHO PERMANENTE ao decretar greve geral considerou como reivindicação prioritária a PARTICIPAÇÃO DE 1/3 DE ESTUDANTES NOS CTAs, CONGREGAÇÕES E CONSELHOS DEPARTAMENTAIS DAS UNIVERSIDADES, e também a participação na referida proporção, nas comissões encarregadas da reformulação dos estatutos da Universidade e regimento internos das faculdades.

A UPE quando tomou tal decisão, baseou-a nas conclusões do II Seminário Nacional de Reforma Universitária, uma vez que estas refletem uma realidade objetiva das nossas universidades.

DIREITOS DE REIVINDICAÇÕES:

A participação dos alunos nos órgãos diretivos das faculdades é assegurado pelo art. 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na forma prevista nos Regimentos Internos das respectivas Escolas, que deverão segundo o art. 112 da mesma lei, ser reformulados até o próximo dia 27 de junho. Em nosso Estado, contudo, os universitários

não foram ouvidos pelas comissões encarregadas da reforma dos regimentos e, na maioria das faculdades, tais comissões ainda não foram constituídas.

Tal atitude revela a nítida intenção de se alijar a classe estudantil de importante decisão, prevendo-se a aprovação às pressas dos novos regimentos que por certo, condicionarão a participação estudantil nos citados órgãos à representação através do Presidente do Centro Acadêmico que não condiz com as aspirações da classe, manifestadas no recente II SNRU.

Segundo as conclusões do citado conclave, a representação da classe deverá ser estabelecida de tal forma que permita a influência dos estudantes nas decisões dos órgãos diretivos e, conseqüentemente, nos destinos da comunidade universitária, da qual constituem parte integrante e principal.

Empunhando a bandeira da REFORMA UNIVERSITÁRIA e lutando na prática para conquista de justas reivindicações, a classe universitária encontra resistência por parte dos dirigentes das Universidades, interessados em manter a atual estrutura universitária, anacrônica e caduca.

Chegamos à conclusão que só através da unidade de luta do movimento estudantil em torno de reivindicações concretas, poderemos iniciar a REFORMA UNIVERSITÁRIA, nosso objetivo supremo.

Esta a inspiração do movimento encetado agora pela UPE, para o qual contamos com a compreensão e solidariedade dos colegas universitários do BRASIL.

Com as saudações universitárias
Júlio César Giovannetti Jr.
Presidente da UPE

Universitários: 4º dia de greve e assembleias em todo o interior. **Jornal Última Hora**. Curitiba, p.2, 21 maio 1962.

Nota oficial da UPE sobre Greve do 1/3

A União Paranaense dos Estudantes lançou ontem nota oficial a respeito da greve, na qual explica as razões que levaram a deflagração do movimento paredista:

I – O ensino no Brasil é uma pirâmide discriminatória, isto é, de sete milhões de crianças que conseguem matrícula no curso primário, somente um milhão atinge o curso médio e, destas somente cem mil conseguem matrícula no curso superior e quinze mil apenas conseguem concluir o curso.

II – O ensino superior no Brasil é gravemente oneroso para o povo já que a Universidade do Paraná recebe verba anual de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros (diga-se de passagem, verba maior do que a arrecadação total da Prefeitura Municipal de Curitiba).

III – O ensino é mal ministrado e é gritante a insuficiência de certos professores, cujos programas continuam sendo os mesmos de dez a vinte anos passados, portanto, sem objetividade e inadaptados a realidade.

IV – É flagrante a não utilização pelas escolas dos docentes livres, capazes e com vários títulos simplesmente por incompatibilidade dos mesmos com a direção das escolas ou catedráticos.

V – Não há incentivo à renovação de valores, pois não existe o cumprimento das leis e regulamentos para a admissão e exercício de professores universitários, possibilitando assim, a imoralidade, através da entrada sem concurso dos apadrinhados e dos amigos dos catedráticos.

VI – A fiscalização federal nas escolas particulares é frouxa e acomodativa, permitindo as maiores distorções e irregularidades na aplicação e cumprimento dos programas estabelecidos.

VII – É patente o descaso das autoridades universitárias no atendimento às reivindicações mínimas feitas pela classe, que tem sido obrigada, e forçada mesmo, a ameaçar e deflagrar greves em busca da justiça.

Carta de Princípios da Bancada da UPE: Apoio a todas as reformas. Jornal sem identificação. n.p. 20 jul. 1963. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Paranaense dos Estudantes**, pasta 2325, topografia 263, datada de 1952 a 1966.

Carta de Princípios da Bancada da UPE: Apoio a todas as reformas

A bancada do Paraná ao XXVI Congresso Nacional dos Estudantes, ao definir sua posição de princípios o faz partindo da análise consciente da realidade brasileira. Levamos esta à constatação de um processo já caracterizado e em curso, de um lado as forças progressistas pugnam pela afirmação do homem brasileiro, qualificado através das lutas populares pela conquista de padrões mais humanos de vida. De outro lado, um grupo de homens, donos de privilégios não titubeando em usar todos os meios de pressão ao seu alcance, visando o cerceamento da livre manifestação das vontades, da esmagadora maioria da população brasileira marginalizada longe dos meios de cultura, espoliada e submetida ao tacão de um liberalismo econômico anti-humano e necessariamente antidemocrático. Diante deste panorama, os estudantes, desfrutando o privilégio dessa condição, mas analisando a realidade objetivamente, situamo-nos dentro da ampla frente que ora se forma de operários, camponeses, parlamentares nacionais, intelectuais e militares progressistas, todos integrados na luta por reformas dentro de uma perspectiva humanista de justiça social, onde o homem brasileiro possa sair deste pauperismo que o esmaga.

PONTOS

Partindo daí anotamos como pontos fundamentais a serem defendidos:

1. Reforma agrária, com a necessária reforma do texto constitucional relativamente a desapropriações, de forma a superar nossa arcaica estrutura agrária, libertar o trabalhador e permitir nossa industrialização.
2. Continuidade de uma luta intensa em favor dos princípios de reforma universitária estabelecidos pelos estudantes. De imediato, como tática de luta, exigência da reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos termos preconizados pelo III SNRU.
3. Exigir do governo federal a adoção de uma política financeira que não sacrifique as classes populares, com o necessário rompimento de relações com o Fundo Monetário Internacional e rejeição do Plano Trienal, rigorosa aplicação da lei que regulamenta a remessa de lucros, aumento imediato e geral dos salários, combate severo à inflação e à carestia.
4. Luta pela sindicalização de todos os trabalhadores do campo e exigência da aplicação imediata e devida do Estatuto do Trabalhador Rural. Ao mesmo tempo, apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores na sua campanha pelo reconhecimento jurídico.
5. Luta por uma reforma eleitoral verdadeiramente democrática que possibilite uma legítima representação popular e que impeça a ação de grupos econômicos, nacionais ou

estrangeiros. Ao mesmo tempo, luta pela posse dos candidatos populares e militares eleitos e pelo voto do analfabeto.

6. Mobilização de todas as forças capazes para um amplo trabalho de alfabetização em massa, exigindo-se do governo federal concentração de esforços e recursos nesse sentido. Do mesmo modo, luta pela concessão de eficiente assistência médico-hospitalar por parte do Estado.

7. Defesa da atual política exterior independente do País, ao mesmo tempo uma ampliação e consolidação para manutenção de relações comerciais e diplomáticas com todos os países. Intransigente defesa do princípio de autodeterminação dos povos.

8. Nacionalização e exploração pelo poder público, das empresas de transporte aéreo, das indústrias farmacêuticas e das concessionárias de serviço público. Nesse caso, encampação pura e simples do grupo da Bond & Share, da Light e da IT&T. Ao mesmo tempo, luta pela expansão do monopólio estatal do petróleo aos derivados e à distribuição, além da indústria petroquímica.

UNE. Resoluções do Conselho Nacional dos Estudantes, 1ª reunião ordinária da gestão 63/64. Informe UNEPRESS especial: fevereiro, 1964. *In*: Departamento Estadual do Arquivo Público. Arquivo DOPS, **União Nacional dos Estudantes - UNE**, pasta 2308, topografia 259, datada de 1963 a 1978.

Mobilização para reforma universitária - 1964

O relatório da Vice-Presidência de Assuntos Educacionais e Culturais ao Conselho de Florianópolis assim concluía: “Acreditamos que as bases do nosso trabalho estão lançadas. As providências mínimas já foram tomadas, o nível mínimo de organização estamos em vias de conseguir, as primeiras iniciativas já estão concluídas. Agora trata-se de planejar, concretamente, a mobilização, a luta”.

Este é o plano de mobilização, encaminhado pela diretoria da UNE ao conselho de Florianópolis, aprovado com pequenas alterações, e que agora, reescrito, estamos enviando a todas as lideranças do movimento universitário para que, dele tomando conhecimento, possam diligentemente executá-lo.

I. UMA POLÍTICA DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

1. Diretrizes – O objetivo principal: elaborar um plano de mobilização imediata pela reforma universitária.

É óbvio, no entanto, que esse plano é traçado de acordo com princípios e critérios que precisam ser discutidos e assimilados, para que se fixem, cada vez com mais nitidez, as diretrizes que configuram uma linha para a luta pela reforma universitária e possa desta forma a luta ser conduzida corretamente e com lucidez.

Tais diretrizes teriam de ser firmadas sobretudo a partir da análise crítica do desenvolvimento da luta pela reforma universitária. Por isso as conclusões a que chegamos, já esboçadas no trabalho “UNE e Reforma Universitária”, incluído no livreto “O que é a UNE”, vêm expostas mais completa e claramente ainda no Caderno de Coordenação Universitária nº4, intitulado “Luta Atual pela Reforma Universitária”. Recomendamos vivamente a sua leitura; consideramo-la imprescindível; aqui apenas exporemos, de maneira resumida e didática, as principais diretrizes que definem uma política de reforma universitária e que decorrem da análise crítica contida no referido caderno.

2. Tornar a luta pela reforma universitária a luta principal do movimento universitário

A luta pela reforma universitária deve ser a luta fundamental, a luta central do movimento universitário por ser ela a luta específica do universitário.

Importa muito, portanto, que se compreenda bem o que significa a caracterização da reforma universitária como luta específica de universitário. O assunto está cuidadosamente analisado no caderno “Luta Atual pela Reforma Universitária”. Transcrevemos apenas um de seus trechos, como resumo: “E que significa luta específica? Não significa nem luta exclusiva, nem luta privativa: nem que a reforma universitária deva ser a única luta do universitário (luta exclusiva), nem que deva ser objeto de luta e preocupação apenas do universitário, que só ele deva lutar pela reforma universitária (luta privativa). Dizer que a reforma universitária é a luta específica do universitário significa dizer que ela é a sua forma de se conscientizar dos problemas gerais da sociedade brasileira e de se inserir nas lutas mais amplas de transformação social; de se politizar, organizar e acumular forças para os estágios superiores da luta popular”.

E o caderno destaca porque é importante o conceito: “Esse conceito de luta específica, que precisa ser por todos assimilado, desenvolvido e criadoramente aplicado,

tem enorme importância tática, porquanto e a partir da luta pela reforma universitária que se deve procurar ganhar e organizar as bases universitárias para todas as outras lutas do movimento”.

Da caracterização da reforma universitária como luta específica segue-se uma modificação de tática muito importante e, como consequência, a luta pela reforma universitária deve tornar-se a luta principal do movimento universitário. É necessário, por conseguinte, que todas as entidades estudantis revejam o seu planejamento de trabalho, sobretudo para o próximo semestre, a fim de centralizá-lo na luta pela reforma universitária.

3. Tornar a luta pela reforma universitária uma luta popular – Vamos insistir: tornar reforma universitária a luta específica de fato, principal do movimento universitário, não significa de forma alguma que seriam abandonadas as outras lutas de caráter político e popular, que o movimento universitário se voltaria apenas para a transformação da Universidade. A Universidade não se transforma sem que a sociedade não se transforme também. Portanto, não se luta pela reforma universitária dentro da Universidade apenas, mas sobretudo fora da Universidade. Da mesma forma, por conseguinte, como se deve tornar a luta pela reforma universitária a luta principal do movimento universitário, cumpre torna-la também uma luta efetivamente popular.

Isto quer dizer, primeiramente, que o universitário deve tomar, progressivamente, consciência de que a luta pela reforma universitária não é apenas do seu interesse, mas sobretudo do povo, de que ela não pode ser levada a bom termo, a prazo médio, sem as outras reformas de base e, a longo prazo e em sentido completo e radical, sem uma transformação mais profunda ainda da sociedade; o universitário deve tomar consciência de todo o significado sócio-histórico e político da reforma universitária. E a preocupação com isso deve ser constante para as lideranças do movimento.

E por outro lado, deve-se procurar que desse significado se conscientizem também as outras forças populares, para que venham a participar da luta pela reforma universitária. É necessário, pois, superar a estreiteza e o simplismo com que, de regra, temos conduzido a luta pela reforma universitária, procurando ganhar para ela outras áreas, dentro da Universidade (professores progressistas, funcionários, ex-alunos) e fora da Universidade (parlamentares, autoridades, movimento operário e movimento camponês); devemos procurar sobretudo tornar a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa um instrumento também da luta pela reforma universitária.

Em suma: tornar reforma universitária uma luta popular, “significa por um lado que ela não pode ser luta apenas dos estudantes, mas de todas as forças populares, e por outro lado que, lutando por ela, o estudante não está lutando apenas por seus interesses, mas está participando da luta mais ampla pela libertação do povo” (Luta Atual pela Reforma Universitária).

4. Participação das bases – Se reforma universitária é luta específica do universitário, se deve ser a luta principal do movimento universitário, é evidente que de modo algum ela pode ser luta apenas das lideranças, mas tem de ser luta de todos os universitários.

Bem presente, portanto, tem de estar aquela que tem sido a preocupação primordial das lideranças universitárias nos últimos anos: o diálogo com as bases, a integração das bases no movimento.

Que cuidamos, por conseguinte, de tornar a reforma universitária tema conhecido e debatido por todos os universitários brasileiros, de tornar o movimento pela reforma universitária um movimento de todos os universitários.

Diríamos, mais: que a própria preocupação de tornar a reforma universitária a luta principal do movimento universitário se destinava justamente, conforme já se observou, a integrar as bases no movimento universitário, a ganhar as bases para as lutas do

movimento, e que as próprias diretrizes que estamos expondo, a isso visam sobretudo, pois sabemos que só é possível realizar um trabalho de base, de massa, com uma linha política de massa.

5. Conscientização pela luta – precisamente para conquista as bases é que se torna imprescindível o trabalho de conscientização.

Acresce que da caracterização da luta pela reforma universitária se segue, como já vimos, não que ela seja a única luta válida para o universitário, mas que é a sua forma de se conscientizar dos problemas gerais da sociedade brasileira e se inserir no conjunto das lutas populares.

Incompreensível, portanto, qualquer política de reforma universitária que não dê um lugar de realce a esse trabalho de conscientização, que deve acompanhar sempre qualquer mobilização pela reforma universitária, pois a questão da universidade é precisamente o meio tático e didático de se conscientizar as bases sobre as outras questões fundamentais da sociedade brasileira no presente estágio crítico de sua história.

Duas observações, porém são muito necessárias. A primeira: é que a conscientização não se separe da luta, não resvale no teorismo, ao contrário esteja voltada para a luta, para a ação. Portanto conscientização para a luta.

A segunda observação, ainda mais importante: é que a conscientização não se faz apenas teoricamente, pelo estudo, como o debate, o seminário, a publicação; mas sobretudo pela prática, pela luta, ação. É preciso que se compreenda que a luta já é um fator de conscientização. Por tanto: conscientização para a luta e mais – conscientização pela luta. Não se deve pensar, todavia, que a luta seja suficiente, que baste a luta para a conscientização. É preciso não cair nem no teorismo inócuo, nem no ativismo cego. Ao contrário: a conscientização pela luta e pelo estudo, pela reflexão crítica sobre a própria luta. As duas coisas se reclamam. É precisa estabelecer a unidade efetiva entre a teoria e a prática do movimento pela reforma.

Que se compreenda também que a conscientização é um processo, que ela se desdobra, portanto, aos poucos, e que assim como se parte da reforma universitária para os problemas gerais da sociedade brasileira, se deve partir dos objetivos parciais, específicos, imediatos da reforma universitária para os seus objetivos finais, gerais, para as suas teses radicais. E como a conscientização se vai fazendo simultaneamente com a luta, impõe-se um movimento articulado de conscientização e luta através do qual se vá progressivamente ganhando os universitários para posições cada vez mais avançadas.

Daí a importância e a necessidade de se travar a luta por objetivos parciais e imediatos, de acordo com o princípio que enunciaremos a seguir, para no próprio curso da luta, se operar a conscientização, e como a luta imediatamente só é possível a partir de objetivos imediatos, sobressai a importância da diretriz que se segue.

6. Partir dos objetivos imediatos e parciais para os objetivos finais, do particular para o geral – essa diretriz decorre da compreensão clara da reforma universitária como um processo, que se desenvolve, portanto, no tempo, e assim atravessa fases, momentos distintos embora articulados.

Dois erros, portanto, para evitar: o reformismo dos que só vêem o particular, o imediato, os objetivos parciais, e o esquerdismo dos que só cuidam do geral, dos objetivos finais.

A caracterização da reforma universitária como luta específica do universitário já é a aplicação desse princípio, pois significa que se deve utilizar os problemas (particulares) da Universidade como meio de conscientizar o universitário dos problemas (gerais) da sociedade. Mas é necessário que se aplique esse princípio também à orientação da própria luta pela reforma universitária. Assim, deve-se utilizar os problemas mais

gerais da sua Universidade, e esses, para se conscientizar dos problemas mais gerais ainda da Universidade brasileira.

Também deve-se partir dos objetivos imediatos (parciais) para objetivos cada vez mais radicais, até os objetivos finais da reforma universitária. Porém, assim como a afirmação da reforma universitária como luta específica, principal do movimento universitário não quer dizer que ele deve abandonar as outras lutas que sempre travou, também a diretriz que estamos comentando não significa que se deve abandonar agora o geral, ou os objetivos finais, cuidando apenas dos objetivos imediatos e particulares. Embora a luta concreta, imediata, seja pelos objetivos particulares e imediatos, e mais ainda, deve-se aproveitar a luta para dar ao universitário a consciência dos objetivos gerais e finais. É o cuidado com a conscientização na luta, a que já aludimos.

7. Luta organizada – É necessário ultrapassar a fase de improvisação, do espontaneísmo, da atividade descontínua, eventual. Necessário tornar a luta pela reforma universitária uma luta mais orgânica, sistemática, planejada, necessário dar-lhe uma estrutura de sustentação mais consistente, mais adequada. Cumpre, por conseguinte, elevar o nível de organização do movimento universitário.

Daí, a revisão crítica da atual organização do movimento universitário brasileiro e a tentativa iniciada de reestruturação e dinamização de seus órgãos, de que tanto se ocupou o último Conselho dos Estudantes.

Aí é que se insere o trabalho organizativo com os Diretórios Centrais de Estudantes e as Executivas Nacionais, daí o 1º Encontro Nacional de Executivas e DCEs.

II. PLANO DE MOBILIZAÇÃO PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA

1. Considerações gerais

1.1 – Aplicando as diretrizes mencionadas, cabe agora esboçar, para o próximo semestre, um plano de luta pela reforma universitária.

O plano será esquematizado em suas linhas gerais. À medida que a campanha se vá desenvolvendo, iremos enviando sobre cada ponto, oportunamente, circulares, informes, telegramas, pormenorizando, com outras sugestões e dados complementares.

Além disso, não podemos esquecer os imprevistos e o próprio desenvolvimento da luta, que deverão impor uma revisão e resquematização muito natural do plano.

1.2 – A exposição do plano se dividirá em duas partes: a primeira cuidará da mobilização em plano nacional, a segunda, da mobilização em nível estadual.

Esclareça-se: essa divisão não significa que na primeira parte se encontram as tarefas que cabem apenas a UNE, e na segunda parte, as que competem exclusivamente à UEE ou ao DCE. Não; a distinção é fundamentalmente de níveis da campanha, um nível estadual, outro nível nacional. É claro que a coordenação e as iniciativas da mobilização em plano nacional cabem à UNE, assim como a liderança da campanha em plano estadual compete às UEE's, aos DCEs e aos DAs. Isso não exclui, porém, a necessidade da colaboração ativa das UEEs e DCEs para a realização de muitas tarefas mesmo em plano nacional, bem como a da UNE em muitos momentos da mobilização em nível estadual.

A divisão tem importância para a divisão de responsabilidade e para alertar para a necessidade de particularizar, regionalizar o plano geral. Chamamos a atenção para este ponto: é preciso, em respeito inclusive a uma das diretrizes já referidas, é preciso particularizar a linha geral atendendo às condições de cada estado, de cada universidade, de cada faculdade. Logo, é muito importante que, imediatamente, se providencie, a UEE providencia a resquematização estadual do plano, levantando lutas específicas complementares, adaptando-o, e repartindo, o que é também importantíssimo, repartindo, com clareza, as responsabilidades e tarefas entre a UEE, o(s) DCE(s) e os DA's.

1.3 Quanto às Executivas, sua situação é singular. Em tese, elas deveriam participar da articulação nacional da campanha. No entanto, pelo seu nível de organização, pela situação financeira, pelo seu grau de integração, as Executivas não têm, ou quase todas, condições de mobilização nacional imediata. Assim, parece-nos que elas devam ficar numa situação intermediária: integrando, no possível, as campanhas nos estados onde se encontrem e desenvolvendo algumas tarefas nacionais. Em plano nacional, suas tarefas mínimas seriam:

- 1 - divulgar, oportunamente, manifestos e notas de apoio;
- 2 - conclamar, por circulares, os Diretórios que lhe estão sujeitos a que participem da campanha;
- 3 - realizar (a tarefa mais importante) estudos sobre os projetos de Emenda Constitucional e Substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases numa perspectiva profissional, isto é, mostrando o que eles representam para a reforma do curso específico (de Engenharia, Direito, etc.); esses estudos devem ser divulgados até março nas escolas respectivas, ou pelo menos enviados à UNE com a maior urgência.

2. Plano Nacional

2.1 Para dar início à mobilização, realização imediata, logo após o Conselho (portanto, já deve estar em curso), de uma campanha nacional pelo aumento do número de matrículas e preenchimento de todas as vagas. Ao mesmo tempo, outras campanhas imediatas seriam desfechadas: para que a aula inaugural das Universidades seja sobre Reforma Universitária, pelo congelamento das anuidades e taxas escolas, contra o corte de verbas para educação.

A realização dessas campanhas imediatas é importantíssima não só validade em si de cada um dos objetivos mencionados, mas ainda: 1º - para atrair os vestibulandos, que assim se integrariam logo na luta pela reforma universitária; 2º - para criar o estado de mobilização e início de organização e experiência que servirão de base às campanhas que se seguirão logo depois; 3º para, em caso de vitórias, para capitalizar essas conquistas, o que favorecerá muito a mobilização posterior.

Já expedimos circular a respeito, com maiores detalhes e sugestões.

2.2 Logo a seguir, a mobilização mudaria de objetivos, os quais, passariam a ser a aprovação da Emenda Constituição e do Substitutivo a Lei de Diretrizes e Bases, com as palavras de ordem nele contidas (ver caderno “Luta Atual pela Reforma Universitária”).

No entanto, a aprovação desses projetos não será fácil, bem provável; sua tramitação será demorada, não é provável que o Congresso chegue a definir sua atitude diante dos projetos ainda este semestre. Por outro lado, o Congresso não se inclinará sequer a apreciar os projetos senão mediante um forte movimento de pressão. De sorte que é recomendável desdobrar a luta: os projetos ficariam sempre como os objetivos menos imediatos a atingir e como as soluções verdadeiras para os problemas tocados (cadeira vitalícia, vestibular, etc.). Entretanto, alguns objetivos mais imediatos ainda poderiam se tornar bandeiras de luta, objetivos possíveis de uma solução mais rápida, que seriam decididos pelo Poder Executivo ou pelas próprias Universidades e, se conseguidos, representaria vitórias substanciais, que elevariam o ânimo dos universitários, reforçariam o movimento e significariam uma acumulação de forças importante para prosseguir a luta.

Dando uma visão de conjunto, a luta ficaria desdobrada assim:

- 1 - Vagas
- Aula inaugural sobre reforma universitária
- congelamento das anuidades e taxas escolares

- contra o corte de verbas
- 2 - suspensão imediata dos concursos de cátedra
- eleição direta dos Reitores
- criação de Universidade nos estados onde não existe nenhuma Universidade
- (outras lutas específicas que possam a vir a ser fixadas)
- 3 - emenda Constitucional
- Substitutivo à LDB

Esse escalonamento é muito importante, porque permite um encaminhamento mais flexível da luta, evitando a rigidez que foi um dos aspectos negativos da greve de um terço.

2.3 Durante os meses de janeiro e fevereiro se faria a articulação com a Frente Parlamentar Nacionalista, com o Ministério da Educação e Cultura, com a Presidência da República para o encaminhamento dos projetos ao Congresso.

Procurar-se-á também elaborar a justificativa dos projetos e dar-lhes redação definitiva.

2.4 A publicidade será fator fundamental em toda a mobilização. Imediatamente se deve procurar dar a maior divulgação possível da campanha, dos seus diversos objetivos, dos seus méritos, através de cartazes, faixas, entrevistas à imprensa, debates sobre os projetos, panfletos, artigos em jornais, etc.

2.5 Preparação do material informativo que dará conteúdo, fundamentação à campanha, que fornecerá subsídios para o trabalho de conscientização indispensável. Assim, pelo menos, elaboração: de um livreto sobre reforma Universitária para base, um resumo claro e acessível dos principais documentos do movimento estudantil sobre reforma universitária; de dois painéis, um sobre o que é Reforma Universitária e outro sobre a luta atual pela reforma universitária (cátedra, vestibular, etc.), que fornecerão farto material para debates e aprofundamento.

2.6 Entendimentos com a UBES para integrar o movimento secundarista na campanha sobretudo contra a cátedra vitalícia.

2.7 Articular reunião da Frente de Mobilização Popular (FMP) para tirar nota oficial sobre os projetos e planejar a concentração da UNE.

Aprontar manifesto da UNE ao povo e procurar que a FMP edite um caderninho, para ser distribuído pelo país inteiro, com a sua nota e o manifesto da UNE.

2.8 Logo depois do reinício das aulas, UNE-Volante na Guanabara, isto é, visita da UNE, juntamente com a UME e os DCEs da Guanabara, a todas as escolas superiores do Rio de Janeiro, para em assembleias gerais, darem conhecimento dos projetos, debaterlos, conclamar os universitários para a campanha e, em especial, para a grande concentração operário-estudantil-camponesa a ser realizada na UNE, nos fins de março, para o lançamento oficial da campanha e pelos projetos.

Observação: trata-se, evidentemente, de uma programação especial para o estado da Guanabara, que não exclui a programação na Guanabara das outras atividades, comuns a todos os estados, conforme adiante se vai sugerir, desde que não entrem em choque com essa atividade especial.

2.9 Realização do 1º Encontro Nacional de Executivas e DCEs, do qual deverão participar também observadores das UEEs. Estamos enviando circular com maiores informes sobre o Encontro, diretrizes, perspectivas. Caso o Encontro se realize em Niterói, procurar fazer coincidir o encerramento do Encontro com o lançamento da campanha na grande concentração da UNE.

2.10 Concentração operário-estudantil-camponesa e parlamentar na UNE. Participação possível do Presidente da República e do Ministro da Educação. Envidar esforços para o

possível lançamento, nessa noite, do filme e do livro sobre a UNE e do disco dos 99%.
Data (possível) 21 de março.

2.11 Concurso nacional de Teses sobre Reforma Universitária. Entrega dos trabalhos até maio, julgamento em junho, entrega dos prêmios aos vencedores durante o Congresso da UNE, em julho.

2.12 Encaminhar os projetos ao Congresso.

O dia e quem os projetos fossem encaminhados ao plenário da Câmara seria declarado DIA NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA. Nesse dia, em todo o país, as aulas seriam substituídas, por reuniões de debates com alunos e professores sobre reforma universitária. Ao fim do dia, Ato Público. Nos estados onde haja CPC, apresentação no fim do Ato Público do Auto dos 99%.

Caso os projetos não cheguem a ser encaminhados ao plenário ainda este semestre, pode-se pensar em realizar o Dia Nacional de Reforma Universitária em outra data, a ser previamente acertada. O que importa é que se perceba o alcance da realização com êxito de uma iniciativa como essa e que isso só será possível se o Dia Nacional de Reforma Universitária surgir como o coroamento de todo o trabalho prévio de mobilização e publicidade.

2.13 Providenciar, oportunamente, notas de apoio de várias entidades (CGT, CONTAG, CNTI, CTI, etc.).

2.4 UNE VOLANTE, inserida nessa mobilização, como o seu coroamento. Levar as palavras de ordem a todos os estados, agitar a opinião pública, debater os projetos e as outras medidas em assembleias, atos públicos, etc.

3. Plano Estadual

3.1 A primeira tarefa é particularizar a linha geral, regionalizando o plano, integrá-lo na realidade local. Depois, distribuir tarefas e responsabilidades entre UEE, DCE e DAs.

Constituir também, imediatamente, um Comando Estadual da Campanha. Outra tarefa importante, muito importante, é o levantamento das lutas específicas, locais, que poderiam ser desenvolvidas juntamente com as campanhas nacionais. Exemplos: luta pela eleição direta também dos Diretores (só nas Universidades e Faculdades particulares, porquanto a forma de escolha dos diretores das Faculdades federais está prevista na Lei de Diretrizes e Bases e só poderá ser alterada através do Substitutivo), luta por ocasião das listas tríplexes para diretores nas Faculdades federais (não é viável nessas Faculdades a luta pela eleição direta, mas é possível lutar para que os candidatos compareçam à assembleias para debater com os alunos, fiscalizar a eleição, realizar um plebiscito com os alunos para decidir em quem os representantes estudantis devem votar, etc.), reforma de regimento, ampliação da representação dos livre-docentes na congregação, publicidade das reuniões de congregação e Conselho Universitário, etc.

3.2 A seguir, daremos apenas algumas indicações que deverão constar no planejamento a ser elaborado definitivamente em cada estado.

3.3 Realizar imediatamente campanha:

- pelo aumento de matrículas e preenchimento de todas as vagas
- pelo congelamento das anuidades e taxas escolares
- para que a aula inaugural das Universidades seja sobre Reforma Universitária
- contra o corte de verbas da educação

Ler o que já ficou dito a respeito na primeira parte do plano.

E repetimos: já foi enviada circular com maiores detalhes.

3.4 Solicitar do Conselho Universitário verba especial para reedição do livreto Luta Atual pela Reforma Universitária.

Objetivos: não só conseguir verba para que então o livreto possa ser amplamente distribuído no estado, mas sobretudo ter a oportunidade de forçar o Conselho Universitário a tomar conhecimento da existência dos projetos e oportunidade de defender e louvar a iniciativa do movimento estudantil.

3.5 Dar a maior publicidade possível a ILEGÍVEL as campanhas e aos projetos. Aliás, que fique bem frisada: a publicidade, a divulgação mais ampla possível (entrevistas, notas nos jornais, cartazes, faixas, panfletos manifestos, etc.) será fundamental em todos os momentos da mobilização.

3.6 Providenciar a reedição e distribuição ampla do caderno Luta Atual pela Reforma Universitário (Caderno de Coordenação nº 4), ou pelo menos dos projetos.

Além disso, preparar estudos sobre os projetos numa perspectiva particularizante, ou seja:

- UEE: o que significam os projetos para a reforma das Universidades e para as lutas populares no estado;

- DCE: o que significam os projetos para a reforma da sua Universidade (no que ela vai transformar, etc.);

- DA: o que representam para a reforma da Faculdade.

Estes trabalhos tem de estar prontos até março para serem distribuídos logo após o reinício das aulas.

3.7 Articulação com os deputados federais dos seus respectivos estados ara que apoiem os projetos. Denunciar os que se recusam.

3.8 Realizar uma rápida UEE-VOLANTE (à maneira da UNE VOLANTE na Guanabara), isto é, visita da UEE a todas as Faculdades para levar os projetos às bases, anunciar a campanha, conclamar a todos para participarem e sobretudo para comparecerem ao ato público a ser realizado no mesmo dia do lançamento da campanha na concentração da UNE (provavelmente: 21 de março).

3.9 Logo no início do ano letivo, realizar, em todas as escolas, tríduo de debates sobre reforma universitária.

O esquema poderia ser o seguinte:

- 1- Reforma Universitária e problemas específicos da Faculdade.

- 2- Luta pela Reforma Universitária e os projetos

- 3- Análise da Emenda e do Substitutivo (discussão de suas palavras de ordem).

Possível esquema para esses debates: exposição do tema por um aluno, depois, debates (se possível, em comissões separadas, que trariam suas conclusões para uma plenária final).

Durante esse tríduo, poderiam ser escolhidos os representantes da Escola para o:

3.10 Seminário Estadual de Mobilização pela Reforma Universitária. Seminário eminentemente prático. Discussão do plano da campanha no estado; estudo das possíveis campanhas complementares, a serem realizadas ao lado da campanha nacional pelos projetos e pelos outros objetivos.

3.11 Ato Público do lançamento da campanha no estado, no mesmo dia da concentração na UNE. Participação não só estudantil, mas também da liderança sindical, parlamentar, autoridades, professores. Possível apresentação do Auto dos 99% pelo CPC local, ou de esquetes relativos a reforma universitária. Estudar a possibilidade de cada escola se deslocar para o local do ato público em passeata (com faixas, etc.).

3.12 Realizar Semana do Calouro, sendo a tônica – Reforma Universitária nas reformas de base. Promover conferências para todos os calouros; organizar desfile dos calouros, com o tema reforma universitária, encerrar com festa (ou festival) do calouro, com juramento e entrega de diploma de compromisso do calouro com a luta pela reforma universitária.

Será enviada brevemente circular com maiores sugestões.

3.13 Procurar integrar a entidade secundarista do estado, na campanha.

3.14 Providenciar abaixo-assinado, em apoio aos projetos, solicitando sua aprovação, de todos os universitários (com assinatura, e indicação de série, Faculdade, Universidade. Em duas cópias. Remeter para a UNE).

3.15 Realizar no estado o Dia Nacional de Reforma Universitária (ver o que dissemos na primeira parte a respeito).

3.16 Providenciar, oportunamente, manifestações de apoio (notas oficiais, manifestos, moções, entrevistas a jornais, etc.) de:

- Comando Operário e Camponês do estado
- Sindicatos
- Câmara dos Deputados
- Câmara dos Vereadores
- Conselho Universitário
- Congregações
- Ordem dos Advogados, Associação dos Engenheiros, etc.
- Deputados e Vereadores
- Reitores
- Diretores
- Professores (examinar possibilidade de um Manifesto dos professores)
- Governador, prefeito, desembargadores, juízes, etc.

Os representantes estudantis devem: pedir inclusão nas atas de cópias dos projetos; propor às Congregações e Conselhos Universitários notas de apoio aos projetos; denunciar se não foram aprovadas.

Observação importante:

De todas essas manifestações de apoio devem ser enviadas duas cópias à UNE – uma para arquivar, outra para o Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, fevereiro de 1964.

